

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

CAROLINA RIGOTTI COUTINHO

**RELAÇÕES TRIANGULARES E EM EIXO: UMA ANÁLISE
DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL, ARGENTINA E ESTADOS
UNIDOS ENTRE 1990 E 2010**

Porto Alegre
Novembro de 2012

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

CAROLINA RIGOTTI COUTINHO

**RELAÇÕES TRIANGULARES E EM EIXO: UMA ANÁLISE
DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL, ARGENTINA E ESTADOS
UNIDOS ENTRE 1990 E 2010**

Dissertação apresentada junto ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito para a obtenção do título de mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva

Porto Alegre
Novembro de 2012

CAROLINA RIGOTTI COUTINHO

**RELAÇÕES TRIANGULARES E EM EIXO: UMA ANÁLISE
DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL, ARGENTINA E ESTADOS
UNIDOS ENTRE 1990 E 2010**

Dissertação apresentada junto ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito para a obtenção do título de mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva (UFRGS)

Prof. Dr. Eduardo Munhoz Svartman (UFRGS)

Prof. Dr. Luiz Augusto Estrella Faria (UFRGS)

Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik (UFRGS)

Aos meus pais, Janete e Isaac, e à Sophie,
por todo o apoio, sempre.

AGRADECIMENTO

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pela oportunidade de realizar tanto o mestrado quanto a graduação; e a CAPES, cuja bolsa de pesquisa me oportunizou a aquisição de conhecimentos que resultaram neste trabalho.

Ao meu orientador, Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva, pela paciência e precioso auxílio ao longo do desenvolvimento da pesquisa. Aos demais professores do programa, pela contribuição direta ou indireta durante o curso.

A todos aqueles que me apoiaram e contribuíram durante o andamento do trabalho, especialmente meus pais, Janete e Isaac, por todo o incentivo, não somente ao longo destes anos, mas durante toda minha trajetória de estudos.

Os únicos limites das nossas realizações de amanhã são as nossas dúvidas e hesitações de hoje.

Franklin Delano Roosevelt

RESUMO

Brasil, Argentina e Estados Unidos têm uma longa história de relações entre si e estes dois países são alguns dos principais parceiros brasileiros tanto em termos políticos e econômicos. Levando em conta essa questão, este trabalho visa analisar as relações entre Brasil, Argentina e Estados Unidos entre 1990 e 2010. Foram utilizados dois conceitos principais para desenvolver a pesquisa: o primeiro deles é o de relações em eixo, ou seja, relações que se dão com países de mesmo nível de desenvolvimento; o segundo é o de relações triangulares, nas quais podem ocorrer tanto de dois atores se afastarem para que haja aproximação com um terceiro quanto de a relação trazer benefícios para todos, em um círculo virtuoso, ou ao menos não gerar perdas. Com isso, uma das questões que este trabalho se propõe a responder é como pode ser classificada a relação triangular entre os três países no período proposto. Como material de pesquisa, foram utilizadas as votações dos três países na Assembleia Geral das Nações Unidas e no Conselho de Segurança, além dos casos que foram levados à solução de controvérsias na Organização Mundial do Comércio (OMC), dos discursos feitos pelos presidentes e Ministros de Relações Exteriores e da análise de outros autores a respeito do tema. O que se percebe ao longo do período é que, de fato, existe uma dinâmica triangular entre Brasil, Argentina e Estados Unidos no período estudado. Durante a década de 1990 ela apresenta a característica de, tanto Brasil quanto Argentina, quando se aproximarem dos Estados Unidos, afastarem-se em suas relações bilaterais. Por outro lado, não existe apenas essa dinâmica triangular, mas também uma dinâmica bilateral própria, a chamada relação em eixo. Mesmo com o afastamento os dois países permanecerem próximos, o que significa dizer que o que houve nesses períodos foi um afastamento relativo. Por outro lado, a partir de 2003 percebe-se um início de mudança nessa dinâmica, com os três países convergindo principalmente nas votações na Organização das Nações Unidas (ONU), o que é um fato peculiar nas relações entre eles. Com isso, verifica-se uma perspectiva de que essas relações possam evoluir para um círculo virtuoso, apesar da diferença de poder que existe entre os Estados Unidos e os dois países sul-americanos. Por enquanto tem-se apenas o início do que pode ser um processo a ser construído nas próximas décadas.

Palavras-chaves: Brasil; Argentina; Estados Unidos; relações triangulares, política externa

ABSTRACT

Brazil, Argentina and United States have a long history of the relations among each other and these two countries are some of the most important Brazilian partners both economically and politically. Taking this into account, this paper seeks to analyze the relations between Brazil, Argentina and United States between 1990 and 2010. Two main concepts were used to develop the research: the first one is the axis relations, which means relations that happen between countries on the same level of development; the second is the triangular relations, in which can happen two situations: two actors can move away from each other in order to get closer to the third actor or the relation can bring benefits for all of them, in a virtuous cycle, or at least not generate losses. Therefore, one of the questions this paper addresses is how the triangular relation between those three countries can be classified during the proposed period. The database used was the votes of the three countries on the General Assembly of the United Nations and on the Security Council, besides the cases taken to the dispute settlement body of the World Trade Organization (WTO), the speeches delivered by presidents and Ministries of Foreign Affairs and the analysis of other authors regarding this subject. It is possible to notice that there is indeed a triangular dynamic between Brazil, Argentina and United States during the period studied. Throughout the nineties, the triangular relation is characterized by both Brazil and Argentina, when closer to the United States, becoming father from each other. Still, there is not only this triangular dynamic, but also a bilateral dynamic with its own characteristics, called axis relations. Even when the two countries distanced from each other they were still close: in other words, what happened during this period was a relative detachment. On the other hand, from 2003 on it is possible to notice the beginning of a change in this dynamic, the three countries started to converge mainly on the votes at the United Nations (UN), which is peculiar for their relations. Thus, there is a good perspective that these relations evolve to a virtuous cycle, despite the difference of power that exists between the United States and the two South American countries. Until now we can only glimpse the beginning of a process that can be built on the next decades.

Key words: Brazil, Argentina, United States, triangular relations, foreign policy

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1-.....	50
Gráfico 2-.....	79
Gráfico 3-.....	103
Gráfico 4-.....	129
Gráfico 5-.....	130

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Brasil e Estados Unidos- Votos coincidentes sobre o total no Conselho de Segurança da ONU.....	47
Tabela 2- Votos de Brasil e Estados Unidos no Conselho de Segurança da ONU.....	47
Tabela 3- Porcentagem de Votos Coincidentes de Brasil e Estados Unidos na Assembleia Geral da ONU.....	49
Tabela 4- Comércio Brasileiro com os Estados Unidos (em milhões de dólares).....	55
Tabela 5- Comércio Norte-Americano com o Brasil (em milhões de dólares).....	57
Tabela 6- Argentina e Estados Unidos- Votos coincidentes sobre o total no Conselho de Segurança da ONU.....	76
Tabela 7- Votos de Argentina e Estados Unidos no Conselho de Segurança da ONU.....	77
Tabela 8- Porcentagem de Votos Coincidentes de Argentina e Estados Unidos na Assembleia Geral da ONU.....	78
Tabela 9- Comércio Argentino com os Estados Unidos (em milhões de dólares).....	83
Tabela 10- Comércio Norte- Americano com a Argentina (em milhões de dólares).....	84
Tabela 11- Brasil e Argentina- Votos coincidentes sobre o total no Conselho de Segurança da ONU.....	100
Tabela 12- Votos de Argentina e Brasil no Conselho de Segurança da ONU.....	101
Tabela 13- Porcentagem de Votos Coincidentes de Argentina e Brasil na Assembleia Geral da ONU.....	102
Tabela 14- Comércio Brasileiro com a Argentina (em milhões de dólares).....	104
Tabela 15- Comércio Argentino com o Brasil (em milhões de dólares).....	106
Tabela 16- Quadro das Relações Brasil- Estados Unidos.....	117
Tabela 17- Quadro das Relações Argentina-Estados Unidos.....	120
Tabela 18- Quadro das Relações Brasil- Argentina.....	123
Tabela 19- Votos coincidentes sobre o total no Conselho de Segurança da ONU.....	127
Tabela 20- Votos de Argentina, Brasil e Estados Unidos no Conselho de Segurança ONU..	128
Tabela 21- Porcentagem de Votos Coincidentes de Argentina, Brasil e Estados Unidos na Assembleia Geral da ONU.....	128

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABACC- Agência Brasileiro-Argentina de Cooperação e Controle
ACE- Acordo de Complementação Econômica
AIEA- Agência Internacional de Energia Atômica
ALADI- Associação Latino-Americana de Integração
ALCA- Área de Livre Comércio das Américas
ALCSA- Área de Livre Comércio Sul Americana
ASEAN- Associação das Nações do Sudeste Asiático
BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRICS- Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CALC- Cúpula América Latina e Caribe
CEI- Comunidade dos Estados Independentes
CELAC- Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos)
CSNU- Conselho de Segurança das Nações Unidas
FMI- Fundo Monetário Internacional
FOCEM- Fundo para Convergência Estrutural do MERCOSUL
G-20- Grupo dos 20- financeiro
G-77- Grupo dos 77- países em desenvolvimento
GATT- Acordo Geral de Tarifas e Comércio
IBAS- Índia- Brasil-África do Sul
IIRSA- Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana
MERCOSUL- Mercado Comum do Sul
MTCR- Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis
NAFTA- Área de Livre Comércio da América do Norte
OCDE- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA- Organização dos Estados Americanos
OMC- Organização Mundial do Comércio
ONU- Organização das Nações Unidas
Opaq- Organização para a Proscrição de Armas Químicas
OSC- Órgão de Solução de Controvérsias
OTAN- Organização do Tratado do Atlântico Norte
PEI- Política Externa Independente
TEC- Tarifa Externa Comum

TIAR- Tratado Interamericano de Assistência Recíproca

TNP- Tratado de Não-Proliferação

TPA- *Trade Promotion Authority*

TRIPS- Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio

UNASUL- União das Nações Sul-Americanas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. O FINAL DA GUERRA FRIA E AS RELAÇÕES NO CONTINENTE AMERICANO	21
2.1 Relações Triangulares: círculo virtuoso ou escolha entre parceiros?	23
2.2. Relações em eixo: conceito e diferenciação de relações bilaterais	27
3. RELAÇÕES BRASIL- ESTADOS UNIDOS	33
3.1. Relações Brasil-Estados Unidos Antes de 1990.....	33
3.2. Relações Brasil-Estados Unidos Depois de 1990.....	36
3.2.1. QUESTÕES POLÍTICAS: DA LIMPEZA NA AGENDA À PARCERIA MADURA	36
3.2.2. QUESTÕES ECONÔMICAS: A DIVERSIFICAÇÃO DE PARCERIAS E OS EUA.....	53
3.2.3. INTEGRAÇÃO REGIONAL: A QUESTÃO DA ALCA	61
4. RELAÇÕES ARGENTINA- ESTADOS UNIDOS	65
4.1. Relações Argentina- Estados Unidos Antes de 1990	65
4.2. Relações Argentina-Estados Unidos Após 1990.....	68
4.2.1. RELAÇÕES POLÍTICAS: DAS RELAÇÕES CARNAIS À BUSCA DE POSIÇÕES COMUNS	68
4.2.3. INTEGRAÇÃO REGIONAL: A QUESTÃO DA ALCA	86
5. RELAÇÕES BRASIL-ARGENTINA	89
5.1. Relações Brasil-Argentina antes de 1990	89
5.2. Relações Brasil-Argentina pós 1990	93
5.2.1. RELAÇÕES POLÍTICAS: DA APROXIMAÇÃO AO REFORÇO DA PARCERIA ESTRATÉGICA	93
5.2.2. RELAÇÕES ECONÔMICAS: CRISE E RETOMADA DO COMÉRCIO.....	103
5.2.3. INTEGRAÇÃO REGIONAL: O MERCOSUL E OS NOVOS BLOCOS REGIONAIS ..	108
6. AS RELAÇÕES TRIANGULARES	116
6.1. Relações Brasil-Estados Unidos: um reforço da parceria madura	116
6.2. Relações Argentina-Estados Unidos: em busca de posições comuns.....	119
6.3. Relações Brasil-Argentina: construção da parceria estratégica	122
6.4. Brasil, Argentina e Estados Unidos: em busca do círculo virtuoso.....	126
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
REFERÊNCIAS	144
APÊNDICE	154

1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objeto as relações triangulares entre Brasil, Argentina e Estados Unidos entre 1990 e 2010. Durante esses vinte anos do pós-Guerra Fria, tem-se presenciado diversas mudanças no sistema internacional. O regionalismo intensificou-se, como mostram as diversas iniciativas de integração regional que vêm evoluindo nesse período, além do debate a respeito do tipo de sistema internacional que teria emergido: unipolar, liderado pelos Estados Unidos, ou multipolar, com países em desenvolvimento ganhando proeminência no cenário internacional. Em termos de agenda, o que Sato (2000) salienta é que os temas presentes hoje na agenda já estavam postos nas décadas finais da Guerra Fria, mas adquiriram maior importância e são encarados de maneira diferente desde o seu fim.

É fato que o Brasil é um país que assume cada vez maior importância no cenário internacional, é relevante não apenas para o seu entorno, mas também no âmbito global: é um dos países que irá moldar o século XXI, segundo o Council on Foreign Relations (SWEIG, p.x, 2011). Os Estados Unidos são um dos países que ajudaram a moldar o cenário internacional desde o século passado, e continuarão pelos próximos anos a terem relevância nas principais questões internacionais. A Argentina é um parceiro brasileiro, importante na sua política externa desde antes da independência dos países latino-americanos, quando fazíamos parte da política externa portuguesa. Esses foram os três países escolhidos, países que possuem relações próximas e apresentam essa dinâmica triangular.

A dinâmica triangular aqui mencionada faz referência a autores brasileiros, como Ricupero (1996) e Moniz Bandeira (1987), e Argentinos, como Tokatlian (2003) que caracterizam as relações entre Brasil, Argentina e Estados Unidos como relações triangulares, ou seja, um conjunto de países em que a relação com a potência acaba afetando a relação bilateral entre os outros dois atores menores, que no caso são Brasil e Argentina. Assim, a atração exercida pelos Estados Unidos funcionaria como gerador de uma repulsão entre os outros países, que entrariam em competição para aprofundarem as relações com a potência.

Apesar de adotar uma abordagem histórica, através da análise das relações triangulares no pós-guerra fria, a real importância desse tipo de trabalho é verificar o potencial que possuem essas relações e quais os pontos que podem ser estreitados para que os países alcancem os objetivos desejados. Principalmente no caso das relações Brasil-Estados Unidos,

percebe-se que existe espaço para uma maior cooperação, principalmente com uma parceria mais madura.

Essa relação mais madura se aplica não somente para as relações com os Estados Unidos, mas também com a Argentina. Através de um canal de diálogo eficiente entre os países é possível evitar tensões e crises que põem gerar consequências para outras áreas. Mesmo que as tensões estejam no campo comercial, elas podem vir a afetar as relações em outro âmbito. Certamente é importante frisar que isso não ocorre sempre, mas se for uma crise grave pode significar a piora nas relações bilaterais. Assim, investindo em uma relação madura e num canal de negociações eficiente é possível mitigar esse tipo de tensão.

Em relação ao continente americano, esse é um período durante o qual a integração no continente sul-americano se aprofundou, e as relações entre Brasil e Argentina ganharam força. Além disso, durante esse período houve a polêmica proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e a política externa norte-americana apresentou um novo foco após os atentados de Setembro de 2001, voltado para as questões do Oriente Médio e a chamada “guerra ao terror”, o que teve impactos nas suas relações com os países sul-americanos.

É importante frisar que as relações do Brasil com o continente americano têm sido importantes para o país desde antes de sua independência, quando ainda era uma colônia de Portugal. Os assuntos da região do Rio da Prata estiveram em pauta durante toda a história do país, principalmente em relação à Argentina, país vizinho, importante tanto econômica quanto politicamente no cenário regional. Os dois países começaram com um projeto de integração bilateral que culminou com a criação do MERCOSUL, abarcando ainda Paraguai e Uruguai. A dinâmica de relações entre Brasil, Argentina e Estados Unidos é bastante antiga, mas este trabalho opta por analisar o período recente, sempre levando em conta a dimensão histórica.

A aproximação bilateral entre Brasil e Argentina que deu origem ao bloco remonta à aproximação entre os dois países ainda na década de 1980, que não se limitava a uma aproximação comercial, englobando, por exemplo, a esfera nuclear. Entretanto, o projeto assume características marcadamente comerciais na década de 1990, quando é assinado o Tratado de Assunção, cuja principal meta seria “a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente (...)” (Tratado de Assunção, 1991, Artigo 1º). Vale ressaltar que, principalmente no período mais recente, a partir de 2003, percebe-se a preocupação com novos temas, entre

eles a democracia, o Parlamento do MERCOSUL e a redução das desigualdades entre os membros, com o Fundo para Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM).

Apesar de ser um importante canal para cooperação entre os dois países, a relação entre Brasil e Argentina não se resume ao MERCOSUL. Ambos possuem interesse e participação destacada em outros fóruns locais de cooperação, como a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e a Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana (IIRSA).

Conforme Albuquerque (2002, p.22), deve-se considerar a complexidade da interdependência do Brasil com seus vizinhos do Cone Sul, principalmente a Argentina, destacando que as relações internacionais brasileiras começaram com eles, mesmo antes da independência do país.

As relações entre Brasil e Argentina passaram por diferentes fases, indo desde o confronto, passando pela desconfiança e chegando à cooperação. Algumas dessas fases se alternaram durante a história dos dois países. Antes de meados da década de 1980, apesar de momentos de maior aproximação, nunca foi possível firmar uma parceria sólida entre os dois países. Somente a partir de 1986 é que as relações vão se estreitando e culminam na formação do MERCOSUL, além de uma série de tratados sobre os mais diversos temas, sendo os mais importantes sobre energia nuclear. Alessandro Candéas (2010) mostra os diferentes períodos de aproximação e afastamento entre os dois países. É interessante perceber que esses períodos se alternam ao longo de toda a história, exceto a partir de 1980, em que se mantém com proximidade se comparado com os demais períodos.

E mesmo durante a década de 1990, em que no Brasil, e principalmente na Argentina, houve governos com interesse em estreitar as relações com os Estados Unidos, como Menem e suas “relações carnis”, a cooperação e integração entre os dois não foi deixada de lado. Ambos os países passaram a ver a importância do estreitamento de relações.

Cada vez mais o Brasil passou a utilizar o conceito de América do Sul e a ver nesse espaço não apenas possibilidades comerciais, mas também políticas e estratégicas, investindo em processos de integração, como a integração física (IIRSA) e integração política (UNASUL). Ademais, a integração passou a ser vista pelo Brasil como uma maneira de ganhar projeção internacional e peso nas negociações. Deve-se ressaltar:

que o eixo entre Brasil e Argentina destina-se a reforçar o poder de barganha sobre a cena internacional, que a ideia de unidade política, econômica e de segurança da América do Sul envolve competição entre interesses hemisféricos, que certas dificuldades nessa rota advêm do cálculo de ganhos e perdas feito pelos Estados em sua inclinação pelo parceiro do Norte ou pelo eixo do Sul, que agrega enfim a Venezuela (CERVO, 2008, pág. 239).

Se a Argentina esteve sempre presente nas relações internacionais brasileiras, ora sendo vista com desconfiança, ora como um parceiro, com os Estados Unidos não foi diferente. Por ser a principal potência do continente e uma das grandes potências mundiais a partir das Grandes Guerras Mundiais, sempre foi considerada importante para a diplomacia brasileira, ganhando importância na época do Barão do Rio Branco.

Após a independência brasileira, os Estados Unidos ganharam proeminência em suas relações, sendo um dos principais parceiros comerciais e potência do continente. E mesmo quando sua política externa se pautava pelo isolacionismo, tinha grande influência sobre o continente americano.

Em termos das relações entre os dois países, há indícios de que o Brasil vem superando a ideia de alinhamento e subserviência para defender seus próprios interesses no sistema internacional, fortalecendo a identidade sul-americana. Moniz Bandeira (2006, p. 281) ressalta que os Estados Unidos já viam como “prejudicial” a formação de uma identidade com a integração através do MERCOSUL, que seria comparável ao que ocorreu na Europa com a União Europeia, de criação de uma identidade política própria., levando a uma maior autonomia

As relações triangulares apresentam uma dinâmica bastante particular. É interessante como em alguns casos um dos países usa sua proximidade com os Estados Unidos, reconhecida potência não apenas continental, como barganha com o outro. Um exemplo disso foi a ameaça de assinatura de tratados comerciais bilaterais pelos países do MERCOSUL, como o Uruguai, o que levou a uma discussão sobre o bloco e o papel dos sócios menores. É, portanto, necessário verificar a ocorrência de casos como o citado nas relações entre 1990 e 2010.

O que se pode perceber *a priori* é a possibilidade de uma maior cooperação entre os três países, saindo das relações de influência e passando para uma relação de igualdade. E isso é importante principalmente nas relações em eixo entre Brasil e Argentina, fazendo com que diminua o “temor de dominação” por parte do outro e seja possível auferir maiores ganhos no sistema internacional agindo em conjunto (RUSSELL, TOKATLIAN, 2004).

Por conseguinte, levando em conta a importância de ambos os países para o Brasil e as relações em eixo entre Brasil e Argentina, que vem ganhando força desde a década de 1990, considera-se relevante compreender essa dinâmica de relações e sua evolução na história, principalmente nas últimas duas décadas.

Tendo em vista essas questões, serão analisadas as chamadas relações triangulares entre Brasil, Argentina e Estados Unidos, termo utilizado por Rubens Ricupero em seu artigo

de 1996, referindo-se às relações entre Brasil, Estados Unidos e América Latina. O que é importante ressaltar nesse tipo de relação é o fato de que as relações com um dos parceiros afetam as relações com outro.

Entretanto, existem duas visões distintas a respeito das relações triangulares. Segundo a primeira, que teve origem na definição de Rubens Ricupero, a aproximação com um dos polos do triângulo acaba por distanciar o país do outro polo. Já de acordo com a segunda, exemplificada por Manuel Montobbio (2004) quando escreve sobre as relações Europa-América Latina-Ásia Pacífico, é possível criar um círculo virtuoso de relações triangulares para que os países saiam ganhando dessa estratégia de cooperação. Este trabalho se propõe a analisar de que forma podem ser consideradas as relações entre Brasil, Argentina e Estados Unidos- de acordo com a primeira visão, com a segunda ou em um período de transição entre elas.

Outro conceito importante para esse tipo de análise é o de “relações em eixo”, utilizado pela primeira vez para a América do Sul por Moniz Bandeira em 1987, usado também por Amado Cervo e Raquel Patrício. Estes dois últimos autores procuram desenvolver o termo para consolidar o conceito que dê conta das relações entre Brasil e Argentina pós 1990. Segundo Patrício (2006a,b), as relações em eixo são a base para a construção de um processo de integração que tenha por objetivo ultrapassar o âmbito econômico e aprofundar as relações. Assim, este fenômeno pode ser observado nos processos de integração mais avançados que se conhece, ou seja, União Europeia e MERCOSUL.

Com isso, pretende-se unir os dois conceitos- de relações triangulares e relações em eixo- para fazer a análise das relações entre Brasil, Argentina e Estados Unidos. O trabalho está subdividido em cinco partes, além da introdução e da conclusão, sendo da segunda à quarta análises dos três lados do triângulo. Assim, a primeira sobre as relações internacionais no pós Guerra Fria e a análise do conceito de relações triangulares e relações em eixo; a segunda sobre as relações entre Brasil e Estados Unidos; a terceira sobre as relações entre Argentina e Estados Unidos; a quarta sobre as relações entre Brasil e Argentina e a quinta resumindo as relações triangulares e em eixo.

Devem-se esclarecer alguns dos pressupostos adotados ao longo do trabalho. O primeiro deles é o reconhecimento de que a formulação da política externa não se baseia necessariamente no que os realistas denominam de “interesse nacional”, e muitas vezes existem diferentes interesses que devem ser considerados, principalmente em se tratando de temas que envolvam mais diretamente a sociedade, como os temas comerciais e econômicos, mas também outros.

É necessário, destarte, que os formuladores da política façam, por vezes, concessões. Um exemplo é a política externa de Getúlio Vargas, que pode ser considerada contraditória se for feita uma rápida leitura, mas demonstra as diferentes forças internas.

Por outro lado, uma vez definida a política externa, o Estado é o responsável por colocá-la em prática, e nos termos da análise das relações triangulares, é o principal ator a ser considerado. É possível que o Estado faça ajustes na sua política externa ao longo do tempo, mas a tendência é a de que as grandes linhas norteadoras se mantenham constantes ou demorem a realizar mudanças bruscas (SENNES, 2003).

Com isso, o Estado realiza o que Putnam (1988) denomina de “jogo de dois níveis”. Segundo o autor, os Estados atuam em dois níveis diferentes: O nível I, que é o plano internacional, e o nível II, o plano interno. Quando um Estado faz acordos internacionais, estes devem ser aprovados internamente, o que significa dizer que o Estado tem um limite do que pode oferecer em termos de acordos internacionais, e da mesma forma os demais Estados também se encontram nessa situação de jogo de dois níveis.

Essa ratificação interna não ocorre somente sob a forma de aprovação do congresso, por exemplo, mas também pode ser representada pela opinião pública. O negociador deve buscar acordos internacionais que tenham chance de ser aceitos internamente, e em alguns casos é exatamente essa falta de aceitação interna que leva à defecção das negociações (PUTNAM, 2010). É importante que essa característica seja levada em consideração para a análise das relações bilaterais.

Levando em conta esses dados, o objetivo geral deste trabalho é mapear a dinâmica das relações triangulares entre os três países no período de 1990 a 2010 e verificar o impacto das relações em eixo na relação desses países com os Estados Unidos, pois este é exatamente o período em que as relações entre Brasil e Argentina se intensificam.

Para que se possa atingir esse objetivo geral acima explicitado, é necessário considerar as relações bilaterais, e nesse contexto faz-se mister compreender as relações entre Brasil e Argentina, dois países próximos e com uma longa história de interação. Tem-se, deste modo, como objetivos específicos:

- 1) Mapear brevemente o histórico de relações entre esses três países antes de 1990, pois conforme Moniz Bandeira bem salienta, é necessário compreender o histórico das relações e entender seus impactos para analisar o presente;
- 2) Analisar as relações entre Brasil e Argentina no período de 1990 e 2010, ao testar a hipótese das relações em eixo utilizada por Moniz Bandeira (1987) e Raquel Patrício (2006);

- 3) Verificar as possíveis mudanças nas relações entre os três países e o possível impacto das relações em eixo Brasil-Argentina nas relações triangulares;
- 4) Analisar o contexto internacional entre 1990 e 2010 e as consequências para as relações entre os países;
- 5) Analisar as pressões internas e seu impacto nas relações bilaterais entre os países, para que se possa levar em conta as interações entre os atores internos e suas consequências para a política externa de determinado momento.

A respeito do método utilizado para levar a cabo esses objetivos foi feita a análise da política externa dos países com base nos discursos dos formuladores da política externa de cada país, dando prioridade para o presidente e o Ministro de Relações Exteriores, porta vozes da política oficial. Ademais, foram utilizadas reportagens para ilustrar os momentos históricos, principalmente no período mais atual. Por fim, utilizou-se autores das respectivas áreas para complementar a pesquisa, além de debater principalmente a respeito das teorias e das interpretações que se pode fazer da política externa de Brasil, Argentina e Estados Unidos e de suas relações.

Como base de dados para a pesquisa, foram analisadas as votações de Brasil, Argentina e Estados Unidos no Conselho de Segurança e Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). No caso do Conselho de Segurança, foi feita a análise dos anos em que Brasil e Argentina ocuparam assentos não permanentes, ou que pelo menos um deles estava presente no órgão. Já quanto à Assembleia Geral, foram analisadas todas as votações entre 1990 e 2010. Por fim, procedeu-se à análise dos casos levados ao Órgão de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC) envolvendo pelo menos dois dos países em pauta.

Levando em conta o exposto, este trabalho está organizado da seguinte maneira: após a introdução, o primeiro capítulo trata de um panorama nas relações dentro do continente americano e as mudanças no pós Guerra Fria, além de expor a base teórica, ou seja, relações triangulares e relações em eixo; o segundo capítulo trata das relações entre Brasil e Estados Unidos, estando subdividido em um breve panorama histórico de antes de 1990 e após 1990. Este segundo período é analisado em três frentes: política, econômica e de integração regional. Isso se deve pelo fato de que muitas vezes essas diferentes áreas apresentam características distintas. É fato que há conexão entre elas, mas pode haver atritos pontuais que não contaminam o restante das relações. O capítulo seguinte analisa as relações entre Argentina e Estados Unidos, seguindo a mesma subdivisão do capítulo anterior. O quarto capítulo é a respeito das relações entre Brasil e Argentina, também seguindo os moldes dos

anteriores, e o último capítulo faz uma breve discussão a respeito das relações triangulares e em eixo com base no exposto anteriormente, sendo seguido das considerações finais.

2. O FINAL DA GUERRA FRIA E AS RELAÇÕES NO CONTINENTE AMERICANO

O final da Guerra Fria marca, sem dúvida, uma mudança bastante importante na lógica das relações internacionais. Após décadas de bipolaridade, os Estados Unidos emergiam como vencedores do embate. Com isso, vem a pergunta sobre como é possível definir o sistema internacional a partir desse período.

Segundo Huntington (1999), o sistema que emergiu após a Guerra Fria se caracterizaria por ser uni-multipolar, pois não se encaixaria com nenhuma das classificações anteriores. Não seria possível dizer que é um mundo unipolar, nem bipolar, nem ainda multipolar, como o Concerto Europeu do século XIX. Assim, os Estados Unidos ainda seriam uma superpotência, mas dividiriam lugar com outras potências.

Outros autores já falam da emergência de uma ordem multipolar, com blocos de países e países emergentes assumindo cada vez maior protagonismo no sistema internacional, como foi possível perceber durante a crise financeira de 2008.

Em relação às características dessa nova ordem, muitos autores destacam seu caráter instável, devido à quantidade de conflitos de baixa intensidade, muitos deles na África e na Ásia, e do fortalecimento de atividades terroristas internacionais. Entre eles, pode-se mencionar Huntington (1999), em seu famoso artigo acerca do choque das civilizações.

Por outro lado, há autores como Francis Fukuyama, que discutiram conceitos polêmicos, como “o fim da história”, ou seja, uma ordem unipolar encabeçada pelos norte-americanos que levaria à homogeneização tendo por base os valores americanos. Já se chegou a falar inclusive do fim do Estado moderno como é conhecido atualmente, solapado pela emergência de blocos comerciais, segundo autores como Ohmae (1995) e Rosecrance (1986), mas esse debate já é considerado ultrapassado, na medida em que o Estado ainda é unidade básica das relações internacionais e exerce controle sobre suas fronteiras, possivelmente até mais do que há algumas décadas.

Segundo Bernal-Meza (2005, p.4), “pode-se inferir que desde Clinton até o 11 de Setembro a política norte-americana havia assumido um compromisso ambivalente com o multilateralismo”. Já no período posterior, haveria uma tendência para o unilateralismo, expressa principalmente pelos princípios que pautam a guerra contra o terror. O que se pode afirmar sobre a ordem internacional do pós Guerra Fria, segundo o autor, é o poder

hegemônico dos Estados Unidos, que possuem supremacia em termos militares, político-diplomáticos, econômicos, financeiros, científicos e tecnológicos.

Apesar dessas características, Bernal-Meza considera que não se pode dizer que já esteja configurada uma nova ordem mundial. É certo que a globalização é a base de manifestação das mudanças, e que a diferença de poder entre Estados Unidos e América Latina é grande; entretanto, a América Latina possui capacidade de influenciar nos processos, como no caso da ALCA. Uma das grandes questões no continente é a identificação da raiz do problema dos latino-americanos: segundo eles próprios, é um problema econômico; segundo os Estados Unidos, é uma questão política.

De acordo com Saraiva (2008, p.255), o período a partir da década de 1990 também apresenta novas características quanto aos temas que passam a dominar o debate internacional, como direitos humanos, saúde, meio ambiente e terrorismo. Por outro lado, Maria Regina Soares de Lima (2005, p.15) defende que o final da Guerra Fria representa, sim, a configuração de um novo ordenamento mundial, devido às mudanças políticas, econômicas e tecnológicas, além da inter-relação entre elas. Ademais, com o fim da União Soviética, tem-se um mundo unipolar, dominado pelos Estados Unidos.

De fato, com o desaparecimento do mundo socialista, a crise fiscal e da dívida, a erosão dos modelos de desenvolvimento, o próprio conceito de Terceiro Mundo deixou de existir, assim como a capacidade de ação coletiva dos países do Sul. Finalmente, a revolução da microeletrônica, também potencializada nas duas últimas décadas do século, sepultou o modelo fordista de acumulação e com ele as esperanças dos países mais industrializados da periferia de atingir o mesmo padrão tecnológico exibidos pelos países do Norte (LIMA, 2005, p.16).

Característica interessante que inicia nos anos de 1980 e ganha força na década de 1990 é o processo de criação de blocos regionais, principalmente no sentido da integração econômica, definidos como regionalismo aberto, como uma forma de acelerar as tocas comerciais e o desenvolvimento dos países integrantes. Um exemplo desse movimento é o MERCOSUL, negociado no final dos anos de 1980 e posto em prática na década de 1990.

O novo regionalismo que emerge nos anos 90 é tanto um mecanismo para *lock in* um novo sistema de regulação econômica que vai sendo progressivamente adotado pelos países da região, como um mecanismo defensivo para fazer face às incertezas do processo de globalização (LIMA, 2005, p.16).

Outra questão que emergiu na década de 1980, apontada por Pecequillo (2008, p.137) foi a das crises enfrentadas por países em desenvolvimento, conhecida na América Latina como “década perdida”, sendo que muitos países enfrentaram hiperinflação e crise da dívida externa.

Em tal cenário de otimismo, a situação do Terceiro Mundo caminhava no sentido oposto, o do aumento da vulnerabilidade devido ao aprofundamento das crises

sociais e econômicas que emergiram nos anos 1980, as transições do autoritarismo à democracia, culminando com a perda de suas táticas pendulares entre Leste e Oeste e das articulações do Movimento Não-Alinhado (PECEQUILO, 2008, p.137).

Com isso, independentemente de como se encare o novo sistema resultante do final da Guerra Fria, é fato que novos atores vem se destacando. Ainda não é possível perceber uma derrocada do poder norte-americano, que segue à frente das outras potências, mas países emergentes como Brasil China e Índia vêm ocupando cada vez mais um local de destaque no sistema internacional e no debate da agenda internacional atual.

Nesse contexto que se propõe estudar as relações entre Brasil, Argentina- outro país deveras importante no cenário regional- e Estados Unidos, com base nas relações triangulares e relações em eixo, a seguir explanadas.

2.1 Relações Triangulares: círculo virtuoso ou escolha entre parceiros?

O conceito de relações triangulares é utilizado por muitos autores de relações internacionais e se aplica a diferentes contextos. É frequente a menção desse conceito para as relações da China no contexto do Pacífico e para as relações entre Brasil, Estados Unidos e União Europeia. Neste trabalho cabe chamar a atenção, entretanto, às relações triangulares na América.

Um dos primeiros autores a usar o termo “relações triangulares” para a América é Rubens Ricupero (1996) no artigo “O Brasil, a América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma relação triangular”. Segundo ele, as relações externas do Brasil com esses parceiros se caracterizam por dois eixos distintos: as relações entre Brasil e América Latina correspondem a um eixo simétrico e as relações com os Estados Unidos, a um eixo assimétrico. “A relação triangular Brasil-América Latina-Estados Unidos forneceria, portanto, o objeto ideal de estudo para ilustrar a maneira pela qual interagem os dois eixos”. Com isso, segundo essa perspectiva, para se aproximar de um dos países partes dessa relação triangular, o Brasil acabaria necessariamente se afastando do outro:

Na verdade, a gestão do Barão do Rio Branco (1902–1912) não apenas criou a moderna diplomacia brasileira, como imaginou a relação com os Estados Unidos como um contraponto político importante nas relações com os vizinhos hispânicos. Esta configuração, idealizada por Rio Branco, levou a que os analistas apontassem para a existência de uma relação triangular entre o Brasil e os Estados Unidos e a América Latina, respectivamente, em que os momentos de aproximação com cada um dos polos se davam à custa do afastamento do outro (LIMA, 2005, p.10)

Para Ricupero (1996, p. 37), um dos fatores essenciais para melhor compreender a dinâmica de relações na América Latina é levar em conta a presença norte-americana, pois sua hegemonia “foi sempre, em todas essas décadas [de 1930 a 1990], um fator constante a explicar certas características da região como, por exemplo, a de ser ela o continente de menor incidência de guerras entre Estados nos últimos cem anos”. Segundo Russell e Tokatlian (2004a, p.16), definem as relações triangulares da Argentina com Brasil e Estados Unidos através do fato de que, ao longo de sua história, o país desenvolvia relações com um dos países com “os olhos no outro”.

De acordo com Russell e Tokatlian (2004a, p.17), as relações da Argentina com os Estados Unidos são de assimetria, ou seja, “forma extrema de disparidade de poder” Por outro lado, as relações com o Brasil seriam desiguais, o que significa um desequilíbrio entre os atores. Assim, “en este marco de creciente disparidad de poder entre los tres países, la Argentina no ha podido construir al mismo tiempo un vínculo durable y provechoso con Estados Unidos y Brasil” (RUSSELL, TOKATLIAN, 2004, p.17).¹

Amado Cervo (2008) também faz uso da expressão relações triangulares para se referir às relações Brasil-América Latina-Estados Unidos. No período da Guerra Fria, as relações com os Estados Unidos se caracterizaram por refletir os interesses unilaterais norte-americanos, como no caso dos golpes militares na América Latina.

Ao descrever as relações triangulares entre Espanha/Europa, América Latina e Ásia Pacífico, Manuel Montobbio (2004) caracteriza esse tipo de relação como aquelas que se dão entre três atores que se posicionam como os vértices de um triângulo. Entretanto, além das relações entre esses atores ou grupos de atores que se encontram nos vértices, a triangulação:

puede implicar o contemplar la utilización por parte de un actor de sus relaciones con un vértice del triángulo, u otras fuera del triángulo de otros actores del sistema internacional (las de España con la Unión Europea, actor supranacional del que forma parte), o su posición en el sistema internacional global, para relacionarse con el otro vértice del triángulo (MONTOBIO, 2004, p.7).²

Com isso, as relações podem se dar tanto bilateralmente como dentro de organizações internacionais e foros de cooperação internacional, como é o caso do MERCOSUL nas relações entre Brasil e Argentina.

¹ Tradução nossa: neste marco de crescente disparidade de poder entre os três países, a Argentina não pode construir ao mesmo tempo um vínculo durável e proveitoso com Estados Unidos e Brasil.

² Tradução nossa: pode implicar ou contemplar a utilização por parte de um ator de suas relações como um vértice do triângulo, ou outras fora do triângulo de outros atores do sistema internacional (as da Espanha com a União Europeia, ator supranacional do qual faz parte), ou sua posição no sistema internacional global, para relacionar-se com o do outro vértice do triângulo.

Cabe destacar também que o objetivo dos atores é sempre melhorar sua posição dessas relações triangulares é uma retroalimentação positiva, para que todos ganhem e passem a posições relativamente melhores no sistema internacional do que a posição que ocupavam anteriormente, em um jogo de soma positiva. É claro que isso significa usar as relações triangulares de maneira positiva, e isso ocorre principalmente se houver coordenação entre os atores:

Teniendo en cuenta que en el Sistema Internacional el reto estratégico para todo actor constituye pasar de una posición de influencia, poder y capacidad política, económica, cultural, militar, tecnológica, etc. X a otra Y, de modo que $Y > X$, de cara al futuro el reto para plantear positivamente la triangulación de las relaciones radica en crear una interacción entre los tres vértices del triángulo que dé lugar a que todos ellos pasen de X, X', y X'' a Y, Y', y Y'', de modo que $Y > X$, $Y' > X'$, $Y'' > X''$; en una dinámica de círculo retroalimentado y virtuoso que configure un juego de suma positiva en que todos ganen (MONTORBIO, 2004, p.9).³

As relações entre esses atores podem ocorrer em diversos campos, entre eles o político, econômico, cultural, entre outros. Neste trabalho serão abordadas as relações no campo político, econômico e de integração regional.

Ao desenvolver as relações triangulares, cada um dos atores apresenta objetivos e metas a alcançar com essas relações. Pelos Estados Unidos se trataram de uma grande potência tanto na década de 1990 como no período atual, as relações de Argentina e Brasil e a dimensão triangular ganham ainda maior relevância.

Para o Brasil, a relação com a Argentina já vem de longa data e é prioritária nos três campos estudados: politicamente, economicamente devido ao volume de trocas comerciais e investimentos feitos no país, sendo a Argentina o nosso principal parceiro comercial, e no campo da integração regional pelos resultados já visíveis do MERCOSUL e pelos novos objetivos com a UNASUL e IIRSA, que envolvem todo o continente sul-americano. Já no que se refere à relação com os Estados Unidos, ela oscilou ao longo de nossa história de uma relação bastante próxima e com autonomia mínima a uma relação com algumas divergências e mais autônoma. Nos momentos de aproximação, o cálculo político era o de conseguir vantagens ao se aliar a grande potência.

Para a Argentina, a relação com o Brasil também apresenta importância histórica, tanto devido às relações políticas quanto ao fluxo comercial e de investimentos. Apesar das opiniões divergentes em alguns momentos, principalmente no campo comercial, a parceria

³ Tradução nossa: levando em conta que no Sistema Internacional o objetivo estratégico para todo ator constitui passar de uma posição de influência, poder e capacidade política, econômica, cultural, militar, tecnológica, etc X para outra Y, de modo que $Y > X$, tendo em vista o desafio para aumentar positivamente a triangulação das relações pressupõe criar uma interação entre os três vértices do triângulo que dê lugar a que todos eles passem de X, X', e X'' a Y, Y', e Y'', de modo que $Y > X$, $Y' > X'$, $Y'' > X''$; em uma dinâmica de círculo retroalimentado e virtuoso que configure um jogo de soma positiva em que todos ganhem.

estratégica entre os dois países é evidente. Já no que tange suas relações com os Estados Unidos, não há dúvida de que este é um parceiro importante pelo fato de ser uma grande potência, é o mesmo caso que pauta as relações com o Brasil. Por outro lado, é possível que o país use suas relações com os Estados Unidos como uma espécie de barganha nas relações com o Brasil, uma potência regional.

Para os Estados Unidos, as relações com os países sul-americanos não apresenta tanta relevância quanto a que existe para esses países em relação aos Estados Unidos, é uma relação não-recíproca. As relações com os países da região estão inseridas em um contexto mais amplo, e fazem parte do cálculo das relações do país com os demais continentes. Com isso, em muitos momentos o foco norte-americano estava em outras regiões, e seus parceiros americanos ficaram relegados ao segundo plano.

No pós Guerra Fria, há a passagem do âmbito regional para o global em termos dos efeitos das relações triangulares. As escolhas dos países no cenário americano determinam a penetração de interesses de outros países extra regionais, como Rússia e China, além, claro, dos países europeus.

Cervo (2008) salienta que o eixo de relações entre Brasil e Argentina se reflete na América do Sul, que é influenciada pelas relações triangulares. Com isso,

As relações triangulares indicam, por exemplo, que o eixo entre Brasil e Argentina destina-se a reforçar o poder de barganha sobre a cena internacional, que a ideia de unidade política, econômica e de segurança da América do Sul envolve a competição entre interesses hemisféricos, que certas dificuldades nessa rota advêm do cálculo de ganhos e perdas feito pelos Estados em sua inclinação pelo parceiro do Norte ou pelo eixo do Sul, que agrega enfim a Venezuela (CERVO, 2008, p. 239).

No caso das relações triangulares entre Brasil, Argentina e Estados Unidos, se aplica a definição de Amado Cervo, pois essas relações não são institucionalizadas nem organizadas para garantir um jogo de soma positiva.

A respeito de algumas das características desses “eixos assimétricos”, José Luís Fiori (2009, p.41) a posição norte americana no continente, ao longo do século XX, tem se pautado por três direitos de intervenção auto atribuídos: “i) em caso de ‘ameaça externa’; ii) em caso de ‘desordem econômica’; e, iii) em caso de ‘ameaça à boa democracia’”.

No período da Guerra Fria, os Estados Unidos patrocinaram, em todo continente, guerras civis, intervenções militares e regimes ditatoriais contra um suposto “inimigo externo”. Depois do fim da Guerra Fria, patrocinaram nos mesmos países, intervenções financeiras e reformas econômicas neoliberais para combater uma suposta “desordem econômica interna” e garantir o cumprimento dos compromissos financeiros internacionais da América Latina. E, finalmente, a partir de 2001, os Estados Unidos vem incentivando claramente as forças políticas conservadoras e a opinião pública contra os governos que eles chamam de “populistas autoritários” e que seriam uma ameaça à democracia (FIORI, 2009, p.41).

Ainda tratando a respeito da estratégia americana, Fiori discute o pensamento desenvolvido por Nicholas Spykman, em que a América Latina é dividida em duas. A primeira, que compreende México, América Central e Colômbia e Venezuela, chamada de “mediterrâneo”, onde a hegemonia norte-americana seria incontestável; e a segunda, compreendendo o restante da América do Sul, donde poderia haver contestação a respeito da hegemonia norte-americana, principalmente por parte dos três principais países, Argentina, Brasil e Chile, que poderiam contrabalançar o peso dos Estados Unidos através de uma ação conjunta ou influências de fora.

Em seguida Fiori discute a diplomacia de Kissinger, que se pauta pelas mesmas bases de Spykman, dividindo a América em dois pedaços, sendo a América do Sul a única que poderia desafiar a hegemonia dos Estados Unidos. E essa hegemonia poderia ser desafiada não apenas por potências externas, mas pelos próprios países, com projetos econômicos que se oponham a ALCA e pelo populismo e nacionalismo renascente no continente.

Doratioto (2006), a respeito das relações brasileiras com as grandes potências defende que até 1930 a pauta era predominantemente política, e após esse ano, passa a ser predominantemente econômica. Algumas das lições aprendidas pelo país foram a de que não há ganhos com o alinhamento direto. Segundo ele:

Os ganhos decorreram, sim, do pragmatismo norteado para viabilizar o projeto de um país que se vê vocacionado para o papel de potência média, com personalidade própria tendo como paradigmas da sua política externa a não intervenção nos assuntos internos dos outros países, a cooperação e a paz como fio condutor de seu comportamento internacional (DORATIOTO, 2006, p.62).

Por fim, Antônio Carlos Lessa (1998, p.30) coloca que as relações brasileiras desde o pós Segunda Guerra Mundial passaram a se caracterizar pelo universalismo, pautado pela “a diversificação dos contatos internacionais, esconjurando a “maldição das relações especiais” com os EUA, com o que se entende os apertos nas margens de decisão e de autonomia internacional proporcionados pelos alinhamentos”.

2.2. Relações em eixo: conceito e diferenciação de relações bilaterais

O conceito de relações em eixo foi utilizado pela primeira vez para a América do Sul por Moniz Bandeira em 1987 no livro “O Eixo Argentina-Brasil”. Segundo o autor, a ideia de formação desse eixo remonta a 1980, quando Figueiredo e Videla, presidentes do Brasil e da

Argentina na época, se encontraram e “sepultando a hipótese de conflito permanente entre a Argentina e o Brasil, pretenderam implementar a integração econômica entre os dois países, com a formação do eixo industrial São Paulo-Buenos Aires, cuja produção se destinaria ao abastecimento de toda a América do Sul” (BANDEIRA, 1987, p.67).

Apesar de terem sido firmados acordos de cooperação em diversas áreas, como energia, energia nuclear e indústria bélica, totalizando onze, as distorções comerciais entre os dois países levaram a protestos e à consequente aplicação de uma sobretaxa de 20% aos produtos importados do Brasil.

Com isso, Bandeira (1987, p.69) conclui que durante o período em que os dois países eram encabeçados por governos autoritários e “sem legitimidade, não podiam avançar nos esforços de integração, uma vez que, interna e externamente bastante desgastados, não inspiravam confiança a nenhum dos povos e sofriam já crescente oposição da sociedade civil”.

O chamado eixo Argentina-Brasil só viria a se configurar com os presidentes Sarney e Alfonsín em 1985, durante a inauguração da ponte internacional Tancredo Neves sobre o rio Iguaçu, que viria a culminar, oito meses depois, na Ata para a Integração Brasileiro-Argentina, que criou o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE)⁴.

O que interessava ao Brasil, no caso, não era aniquilar o que restava do parque industrial da Argentina e sim associá-lo ao de São Paulo, como núcleo capaz de impulsionar, na América do Sul, o processo de integração, que terminaria por envolver, futuramente, os próprios países do Pacto Andino. E o modelo de integração acertado por Sarney e Alfonsín, apontou para essa direção, não somente ao privilegiar o setor de bens de capital e a cooperação científica e tecnológica, mas também ao estabelecer normas, com o objetivo de resguardar o equilíbrio e a simetria no desenvolvimento das relações econômicas e comerciais entre os dois países, evitando a especialização setorial de seus sistemas produtivos, bem como saldos negativos em suas contas de intercâmbio (BANDEIRA, 1987, p.78).

Cabe lembrar que Bandeira desenvolveu a tese do eixo Argentina-Brasil em 1987, quando o processo ainda estava em andamento. Mais tarde o processo de integração em termos de MERCOSUL se adequaria à política neoliberal que predominaria na América do Sul, dando ênfase à questão comercial. Entretanto, em termos de relações Brasil Argentina é importante ressaltar, conforme Bandeira afirma que:

evoluíram e alcançaram uma dimensão cooperativa sem precedentes, não apenas econômica, mas, sobretudo, política e geopolítica muito diferente e bastante mais profunda, em face tanto dos Estados Unidos e da Comunidade Econômica Europeia quanto dos países da América do Sul, à medida que se propuseram a constituir novo

⁴ “A Ata baseia-se nos princípios que mais tarde viriam a nortear o Tratado de Assunção: flexibilidade, para permitir ajustamentos no ritmo e nos objetivos; gradualismo, para avançar em etapas anuais; simetria, para harmonizar as políticas específicas que interferem na competitividade setorial e equilíbrio dinâmico, para propiciar uma integração setorial uniforme”. (*Site* do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil, disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=450&refr=405>>, acesso em 29/05/2011).

polo de gravitação, concorrendo para descongelar o sistema internacional de poder (BANDEIRA, 1987, p.79).

O projeto de integração entre Brasil e Argentina do momento Sarney-Alfonsin, abarcando outros países da América do Sul, como Uruguai, seria o de criar um eixo de produção São Paulo-Buenos Aires com o objetivo não apenas de se fortalecer economicamente, mas também politicamente, “através de formas de atuação conjunta, tanto nos esforços de desenvolvimento científico e tecnológico quanto nas negociações sobre a dívida externa. Brasil e Argentina serão uma potência mundial, à medida de construam, como a Comunidade Econômica Europeia, o Estado-continente” (BANDEIRA, 1987, p.83). Em seu livro mais recente sobre Brasil e Argentina, Moniz Bandeira (2003) complementa a análise dessa relação em eixo.

Raquel Patrício (2006) é outra autora que faz uso do conceito de relações em eixo, porém, ao contrário de Moniz Bandeira, procura desenvolver o termo para consolidar um conceito que dê conta das relações entre Brasil e Argentina após 1990. Segundo a autora, as relações em eixo são a base para a construção de um processo de integração que tenha por objetivo ultrapassar o âmbito econômico e aprofundar as relações. Assim, este fenômeno pode ser observado nos processos de integração mais avançados que se conhece, ou seja, União Europeia e MERCOSUL.

O Mercosul, no sentido de estabelecer objetivos ambiciosos de longo prazo, ultrapassa essa vertente economicista; formado a partir das relações em eixo que unem os dois maiores Estados da região – o Brasil e a Argentina –, contribui para a organização da *sociedade internacional global* num *multilateralismo pós-westfaliano, pós-moderno e pós hegemônico*, à maneira de Robert Cox (PATRÍCIO, 2006, p.88, grifo da autora).

De acordo com Raquel Patrício, somente quando as duas potências regionais que poderiam rivalizar para assumir a liderança regional se unem e decidem levar adiante o processo de integração, vendo maiores vantagens em “entrelaçar seus destinos” em um mesmo processo. Segundo a definição de Moniz Bandeira (2008, pág.10), deve-se considerar a extensão territorial, poder econômico e militar para definir uma potência “e compreender sua posição na hierarquia entre Estados”.

O conceito “grande potência”, segundo Eric Hobsbawm (2010) em seu livro “A Era das Revoluções”, existe desde o Congresso de Viena, em que as principais potências europeias se utilizavam do concerto europeu para decidir os rumos do mundo. Porém desde o fim da Guerra Fria novos poderes começaram a emergir, aparecendo o termo potência regional, utilizado, entre outros, por Buzan e Waever, para se referir, conforme o próprio nome diz, a potências com âmbito regional (CEPIK, 2005).

Apesar de a discussão que se possa ter a respeito de Brasil e Argentina serem de fato potências regionais, conforme sustentado por Patrício (2006a), deve-se concordar que os dois países são de fato os dois principais no contexto da América do Sul e ao longo da história disputaram a hegemonia da região. Deste modo, as relações em eixo se caracterizam não somente pelo fato de se darem entre duas potências regionais, mas também pela contiguidade de território, o que proporciona que façam:

entre si fronteiras vivas e desenvolvem uma profícua complementaridade económica, numa primeira fase assentando sobre rivalidades mútuas que evoluem, num segundo momento, para um comportamento cooperativo finalmente assente sobre verdadeiras parcerias estratégicas, designadamente entre os respectivos líderes políticos, cuja vontade de potência, elaboração política e percepções de interesses convergem num mesmo sentido, por forma a articular as ligações entre os núcleos dinâmicos do eixo sobre o qual assentam (PATRÍCIO, 2006a, p. 6-7).

Com isso, as relações em eixo dos dois principais países, ou potências regionais, impacta a região e move o processo de integração regional, conferindo a ele uma maior força.

De fato, mesmo que existam divergências entre os Estados juntados pelas relações em eixo, mesmo que muitas vezes o acordo seja difícil de alcançar entre si, mesmo que a cooperação bilateral nem sempre seja tão profícua quanto desejável, a verdade é que as divergências e dificuldades, em lugar de enfraquecer as relações em eixo, constituem testes à capacidade e à vontade política dos Estados assim unidos em fortalecer tais relações mútuas especiais [...] (PATRÍCIO, 2006b, p.101-102).

Amado Cervo (2008, p. 212) procura definir as relações em eixo como sendo entre parceiros simétricos, que após compor o eixo leva em conta os vizinhos, pois “o eixo comporta uma vertente exógena que o transcende porque abarca as relações regionais”.

Segundo o autor, é importante ressaltar que as relações em eixo não compreendem apenas o aspecto político ou econômico, pois independente do motivo que deu início a essas relações, elas “se estabelecem por motivações e trazem sempre resultados concretos na esfera política, econômica e geopolítica” (CERVO, 2008, p. 212).

No período mais recente, as relações em eixo entre Brasil e Argentina têm como mérito o de ser uma alternativa para contornar a crise dos países após a experiência neoliberal. Com isso, Cervo (2008, p. 213) coloca que “as relações em eixo sugerem, nesse sentido, recuperar a essência política do processo de integração abandonado em razão das diretrizes neoliberais”.

Um elemento a ser destacado é o fato de que as relações em eixo se distinguem da parceria estratégica, segundo Amado Cervo (2008, p.14) por se darem entre parceiros “de nível próximo de desenvolvimento”, ao passo que a parceria estratégica ocorre entre quaisquer dois países, mesmo que haja uma grande desigualdade.

Segundo Candeas (2005), as relações entre Brasil e Argentina se constituem em uma dinâmica própria, sem serem influenciados por terceiros países. Isso significa que os fatores que influenciaram a relação entre os dois foram as diferenças de poder ao longo da história e a interdependência, crescente ao longo do tempo. Conforme o autor, a partir desses fatores, as possibilidades de relação entre Brasil e Argentina eram a de contenção ou equilíbrio de poder, o que significa um jogo de soma zero, onde um ganha e o outro perde, ou “construção de um poder compartilhado diante do mundo”, ou jogo de soma positiva, onde os dois ganham.

Com isso, entre 1979 e 1988, as relações entre os dois países se pautaram pelo que o autor denomina “construção da estabilidade estrutural através da cooperação”, e a partir de 1988, através da integração. Com isso, Candeas (2005, p.2) sustenta que “a construção da estabilidade constitui a ‘coerência estrutural’ ou fio condutor do relacionamento Brasil-Argentina”. Além disso,

Não há correspondência necessária entre as estratégias global e regional da Argentina e os laços com o Brasil. Por conseguinte, a relação com o Brasil pertence a uma categoria autônoma, condicionada, mas não determinada, pelas estratégias de inserção externa geral ou regional da Argentina (CANDEAS, 2005, p.2, grifo do autor).

A respeito dos vários fatores que condicionam a relação bilateral entre os dois países, Candeas coloca que nenhum deles é predominante, e por isso as relações aparentam ser “incongruentes”. No entanto:

De outro lado, há fatores recentes que constroem uma “coerência estrutural” baseada na estabilidade e na integração: superação de desconfianças, intercâmbio cultural e turismo (que gera maior conhecimento recíproco e simpatia), cadeias produtivas, estratégias conjuntas de exportação e negociação multilateral, afinidades políticas. Fatores que conformam uma “sociedade estratégica”, que vai além da “aliança estratégica”, e viabilizam a construção de poder compartilhado (CANDEAS, 2005, p.4).

Um dos motivos de desconfiança por parte dos argentinos é o medo de que com a integração haja uma divisão do trabalho, sendo à Argentina destinada a produção agropecuária. Entretanto, segundo o autor, para ambos os países o interesse é de ter um parceiro forte, para que se possa construir um poder compartilhado em que ambos saiam ganhando, ou seja, um jogo de soma positiva.

Lessa (1998) destaca o importante acervo de relações bilaterais do Brasil, administradas sob o pragmatismo da política externa brasileira. Como muitas dessas parcerias são com países de mesmo nível de desenvolvimento, pode-se inferir que o Brasil possui diversos eixos de cooperação. O autor destaca cinco “eixos” de cooperação: eixo regional (Buenos Aires-Caracas), eixo norte-americano, eixo-europeu, eixo da orla Pacífico e eixo das potências regionais. Fica evidente que o conceito de eixo usado por Lessa não é o mesmo

usado por Cervo. Para o primeiro, tratam-se simplesmente de relações entre dois atores ou grupos de atores; para o segundo, trata-se de relações entre países semelhantes em termos de desenvolvimento.

Cristina Pecequilo (2008, p.138) destaca dois eixos de relações do Brasil: um eixo horizontal, que caracteriza as relações com a Argentina, e outro eixo vertical, que se aplica às relações com os Estados Unidos. No início dos anos de 1990, as relações com o eixo vertical se pautaram pelo alinhamento, buscando receber em contrapartida reconhecimento político, concessões comerciais e ajuda financeira e tecnológica. Já no final de seu mandato, Fernando Henrique Cardoso iria redefinir o curso de sua política externa, buscando o eixo horizontal e lançando iniciativas de integração com os países da região. Já no governo Lula, percebe-se uma combinação dos dois eixos. “As prioridades norte-americanas e sua posição relativa nos campos estratégicos e econômicos e sua relação com parceiros regionais foram reavaliadas: os EUA surgiam como um país hegemônico, mas pressionados econômica e estrategicamente”.

o Brasil está reforçando as dimensões verticais e horizontais da agenda, do bi e do multilateralismo, com prioridades que retomam as ações de FHC com a introdução de novos tópicos, havendo a mudança tática do “bom comportamento” pela “barganha de” alto perfil (PECEQUILO, 2008, p.145).

Segundo a autora, não se trata de uma escolha entre relações com o eixo vertical ou relações com o eixo horizontal, como muitas vezes pode parecer, e foi já bastante debatido internamente no Brasil, como modelos excludentes:

Esta coadunação dos eixos tem se provado essencial para a recuperação do status como potência média emergente, permitindo revitalizar tradições e encontrar um espaço diferenciado de atuação no reordenamento do pós-Guerra Fria. Portanto, não existe escolha entre o Primeiro e o Terceiro Mundo, os eixos Norte-Sul, horizontal ou vertical, mas sim a sua combinação (PECEQUILO, 2008, p.150).

Dado o exposto nas duas sessões anteriores, neste trabalho será explorado o eixo entre Brasil e Argentina, adotando a definição de Amado Cervo, como de países com características parecidas que intensificam relações. Já no que se refere à definição de relações triangulares, o objetivo é verificar se nesse tipo de relação, no caso de Brasil, Argentina e Estados Unidos, necessariamente há um afastamento de um dos polos para que haja uma aproximação com o outro, ou se é possível criar um círculo virtuoso de relações triangulares neste caso, conforme Montobbio (2004) descreve para as relações Espanha-América Latina-Ásia Pacífico. Para tanto, os dois conceitos de relações triangulares serão utilizados ao longo do trabalho e no final espera-se verificar como se comportaram as relações entre os três países durante o período analisado.

3. RELAÇÕES BRASIL- ESTADOS UNIDOS

3.1. Relações Brasil-Estados Unidos Antes de 1990

As relações brasileiras com os Estados Unidos vêm de longa data, sendo que este passou a ser um dos principais parceiros econômicos brasileiros desde o Império, chegando a consumir aproximadamente 70% do café exportado pelo Brasil na década de 1870 (CERVO, 2008, p. 222).

Essa maior aproximação foi forjada na época do Barão do Rio Branco, que acreditava ser essencial manter relações especiais com os Estados Unidos, antevendo a potência hegemônica que este se tornaria, sendo proveitoso para o Brasil ter uma parceria política e econômica.

A importância norte-americana nas relações brasileiras se seguiu por toda a história diplomática, certamente com momentos de maior aproximação, outros de maior distanciamento, mas nunca rompendo relações. Pode-se dizer que desde a gestão do Barão do Rio Branco até a Era Vargas, as relações mantiveram certa continuidade, com ampla parceria econômica, sendo, conforme visto, os Estados Unidos o nosso principal consumidor de café. Esse foi o período de relações que Bradford Burns chamou de “aliança não escrita”. Já Monica Hirst (2006) define o período até 1930 de “aliança”.

A partir desse momento, até 1930, Amado Cervo (2008, p.224) coloca que “a política exterior do Brasil foi atrelada ao processo de desenvolvimento nacional, preenchendo requisitos próprios à sua função”. Deste modo, houve “diferentes visões” sobre as relações com os Estados Unidos. Será feita uma breve exposição delas, para passar a uma discussão mais aprofundada sobre o período recente.

Segundo Amado Cervo (2008), Vargas, na época da Segunda Guerra Mundial, percebeu a oportunidade de barganhar com os Estados Unidos, realizando uma diplomacia pendular entre americanos e alemães, para no fim ficar ao lado dos primeiros por conta da concordância destes em implantar a siderúrgica de Volta Redonda. Além disso, com a participação brasileira na guerra, um dos benefícios foi a modernização das forças armadas do país.

O Brasil assumiu papel ativo na Segunda Guerra Mundial como fornecedor de matérias primas estratégicas, como o local de importantes bases aéreas e navais,

como hábil defensor dos Estados Unidos em conferências pan-americanas, como colaborador de unidades navais, como combatente de lutas de esquadra e uma forte divisão de infantaria de 25 mil homens. Perdeu 1889 soldados e marinheiros, 31 navios mercantes, três navios de guerra e 22 aviões de combate. O país saiu da guerra com a modernização das forças armadas, graças ao recebimento de 70% de todos os equipamentos *Lend-Lease dos Estados Unidos* enviados para a América Latina (MCCANN, FERRAZ, 2011, p.156).

Já na época de Dutra, seu sucessor, havia uma expectativa de que o Brasil seria um “aliado preferencial” dos Estados Unidos, causando decepção ao se perceber que estes estavam mais preocupados com a reconstrução da Europa e do Japão do que com o desenvolvimento da América Latina (CERVO, 2008, p. 224).

O período até 1970 é chamado por Monica Hirst de “alinhamento”. Apesar de a autora fazer distinção entre diversos tipos de alinhamento, prefere-se adotar a postura neste trabalho de que este período vai até 1961, época da Política Externa Independente (PEI). Antes disso sim, pode-se chamar de alinhamento, pois o Brasil já não possuía mais o poder de barganha da década de 1940: o sistema internacional havia mudado de um contexto de Segunda Guerra Mundial para Guerra Fria. Segundo Visentini (2011), até a PEI há oscilações no alinhamento brasileiro aos Estados Unidos, o que o autor denomina de automatismo *versus* pragmatismo. Nesse período anterior à PEI:

A política externa brasileira teve como tendência predominante a inserção do país no contexto hemisférico, no qual o eixo principal era a relação com os EUA. Não se trata apenas da dependência face aos EUA, mas do fato de o Brasil centrar sua política externa no estreitamento das relações com Washington, dentro da perspectiva da “aliança não escrita”, concebida durante a gestão Rio Branco. A dependência prosseguiu depois deste período, mas a tônica não era mais essencialmente a busca de uma aproximação privilegiada com os EUA (VISENTINI, 2011, p.239).

Assim, até a implementação da Política Externa Independente (PEI) com Jânio Quadros e João Goulart, o Brasil se associou ao capital internacional para continuar seu projeto de desenvolvimento e avançou na cooperação militar e econômica. Principalmente na gestão dos chanceleres João Neves da Fontoura e Raúl Fernandes, o Brasil esteve:

ativo no apoio às teses norte-americanas que estabeleciam na ONU, na OEA, nos sistemas de aliança como o Tiar e a OTAN, bem como no sistema de Breton Woods, as vertentes da ordem internacional com base nas fronteiras ideológicas e no liberalismo de capitais, mercados e empreendimentos na zona norte-americana (CERVO, 2008, p. 230).

Por outro lado, com o início da PEI houve uma ruptura com esse modelo, passando o país a buscar novas relações, principalmente com América Latina, África e Ásia, com o intuito de alcançar maior autonomia no plano internacional. Conforme enfatiza Hirst (2006, p. 96), o auge da tensão “entre os dois países nesse período se deu quando decisões tomadas pelo presidente João Goulart e pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, como

nacionalização de empresas estrangeiras, feriram interesses privados norte-americanos no Brasil”.

Com o golpe militar em 1964, o alinhamento aos Estados Unidos retorna, caracterizando o que Amado Cervo denomina de “um passo fora da cadência”, pois é o período entre a Política Externa Independente e o Pragmatismo Responsável de Geisel. Durante essa fase, foram utilizados conceitos como o de fronteiras ideológicas e de círculos concêntricos.

No período seguinte, até o fim do regime militar, o Brasil se pautou pelo que Hirst (2006) denomina de “autonomia”, durante os governos de Geisel e Figueiredo. Nessa época, as relações políticas entre os dois países se deterioraram, com a pressão de Carter a respeito dos direitos humanos. Com isso:

“A falta de sintonia ou a indiferença no campo político mantiveram-se até fins dos anos 1980, enquanto a agenda econômico-comercial continuava ganhando peso e complexidade, com a inclusão de temas como patentes farmacêuticas e temas de informática” (HIRST, 2006, p. 97)

De acordo com Visentini (2011, p.268), as mudanças internas ocorridas durante o regime militar propiciaram o desenvolvimento de uma política externa mais autônoma, principalmente durante o governo Geisel, em contraposição à postura adotada pelo governo de Castelo Branco, que apostou no que o autor chama de “interdependência”. Por outro lado, com a maior autonomia assumida progressivamente nos governos seguintes, “mesmo que o modelo do milagre tenha sido aceito pelos EUA e que, até 1973, certa cooperação estratégica tenha sido mantida, especialmente em relação à América do Sul, já havia sinais de um afastamento progressivo entre os dois países”.

Outras conceituações interessantes a respeito das relações Brasil- Estados Unidos são as feitas por Amado Cervo e Moniz Bandeira. Segundo o primeiro, o Brasil desenvolveu durante sua história uma parceria estratégica com os americanos, estando imiscuído com a ideia de compartilhar interesses. Já Moniz Bandeira ressalta a rivalidade que começou a emergir na década de 1950, “quando a política exterior dos Estados Unidos já repugnava a industrialização brasileira” (CERVO, 2008, p. 232). Sobre o período do pós-guerra até o início dos anos de 1990:

Oscilando entre o alinhamento automático e o alinhamento pragmático, as relações com os EUA constituem vetor dos mais importantes da Política Exterior do Brasil, uma vez que contingenciava, em grandes linhas, a obtenção de respostas mais efetivas aos problemas financeiros, comerciais, tecnológicos e energéticos que estrangulavam o desenvolvimento econômico (LESSA, 1998, p.32)

E é precisamente esse alinhamento que faz com que, segundo o autor, a partir da década de 1990 o Brasil diversifique suas relações, buscando novas parcerias para diminuir a dependência dos Estados Unidos, principalmente em termos econômicos.

3.2. Relações Brasil-Estados Unidos Depois de 1990

Para tratar das relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos, existem diferentes divisões que podem ser feitas. Se por um lado possa ser interessante dividir as relações segundo os presidentes e suas respectivas políticas externas, considera-se que seja mais claro e facilite a exposição através da divisão por macro temas, inspirada na divisão feita por Monica Hirst (2009) a esse respeito, sendo eles questões políticas, questões econômicas e a integração regional, que no caso das relações com os Estados Unidos apresenta um tema bastante relevante, a questão da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

3.2.1. QUESTÕES POLÍTICAS: DA LIMPEZA NA AGENDA À PARCERIA MADURA

A partir de 1990, Amado Cervo (2002) define o paradigma da política externa brasileira como “paradigma normal ou neoliberal”, principalmente pelas medidas tomadas até o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso. Posteriormente, haveria a chamada “dança de paradigmas”, com a intercalação do paradigma desenvolvimentista, que pautou a política externa brasileira de 1930 a 1989, o paradigma neoliberal e o paradigma do Estado logístico. Deve-se ressaltar que apesar das mudanças ocorridas na política externa brasileira, mudanças a nível internacional também ocorreram, sendo a principal delas o fim da Guerra Fria e da bipolaridade. Com isso, devem-se relativizar as críticas do autor ao governo Fernando Henrique Cardoso.

Já Monica Hirst define esse período como de “ajustamento”, em que o Brasil se decidiu pela abertura comercial, privatizações e renegociação da dívida externa. Com isso, foram estabelecidas relações cordiais com os Estados Unidos. Hirst e Pinheiro (1995)

destacam que um dos objetivos de Collor era “limpar” e “desdramatizar” a agenda com os Estados Unidos. Mesmo com a chegada de Fernando Henrique Cardoso a visão não mudou muito, pois se tinha a ideia de que não era possível mudar o sistema internacional, a única opção seria fazer parte dele, como se pode ver na série de tratados assinados durante esse governo. No entanto:

“as tensões no campo econômico-comercial somadas às perspectivas desencontradas quanto ao ordenamento internacional pós-guerra fria logo puseram em evidência os limites da reaproximação entre os dois países. Se para os Estados Unidos os esforços do Brasil para se ajustar às orientações neoliberais do Consenso de Washington não eram suficientes, o Brasil percebia que o sistema unipolar nascente diminuía sensivelmente suas margens de manobra” (HIRST, 2006, p. 98).

Sobre as relações a partir de 1990, Moniz Bandeira (2004) denomina de “relações perigosas”. Segundo o autor, a dinâmica das relações entre os dois países esteve pautada por momentos de rivalidade aguda, principalmente quanto ao projeto de desenvolvimento brasileiro, mas sendo também necessária a cooperação. O problema surge com a subserviência observada nos primeiros governos da década de 1990.

“as relações com os Estados Unidos tornam-se perigosas quando: a) minam o desenvolvimento tecnológico do país (...) b) acentuam a dependência da segurança nacional, que despe os meios de dissuasão e defesa; c) bloqueiam o processo histórico do desenvolvimento, que dispensa inovação própria; d) confrontam visões de mundo e políticas exteriores contraditórias em seus métodos e valores, a norte americana fazendo combate ao terrorismo pela guerra e à base do choque de civilizações e a brasileira, à base da convivência das diferenças e o combate da pobreza” (CERVO, 2008, pág. 235).

Em 1990, assume o poder no Brasil Fernando Collor, primeiro presidente eleito pela via direta após o regime militar. Seu governo dura até 1992, quando ocorre o *impeachment* e assume Itamar Franco, que governa até 1994. Sobre esse período, pode-se ressaltar que a política externa brasileira passa por uma reorientação, pois o Brasil tem que incorporar as variáveis do novo cenário internacional. Além disso, devem-se levar em conta os problemas econômicos da época, com pouco crescimento e inflação disparada.

Segundo Leticia Pinheiro (2004, p.51), “esses fatores iniciaram um processo de erosão da opção sobre a melhor estratégia de inserção internacional do país que, desde meados da década de 1970, isso é, desde os tempos do *pragmatismo responsável* de Geisel, vigorava, mais ou menos, inalterada”. Assim, tanto o esgotamento do modelo de crescimento que vigorou até a década de 1980 quanto a mudança de conjuntura internacional fizeram com que a política externa dos anos 1990 mudasse seus parâmetros (HIRST, PINHEIRO, 1995).

De acordo com Pinheiro (2004), a redemocratização em si não é um fator explicativo muito relevante para as mudanças na política externa do período, exceto pelo reatamento de

relações com Cuba, uma das únicas concessões ao pragmatismo que não foram feitas durante o regime militar.

Ainda segundo a autora, o governo de Collor pode ser caracterizado por duas fases: a primeira, de retorno ao americanismo, inaugurando a chamada autonomia pela participação, o que significa que o Brasil deveria aderir “aos regimes internacionais de comércio, controle de tecnologias sensíveis, proteção ao meio ambiente e aos direitos humanos”; já a segunda fase seria marcada pelo globalismo e tentativa de recuperar o poder de barganha existente em outras épocas (PINHEIRO, 2004, p.56-57).

Com isso, durante os governos de Collor e Itamar Franco o Brasil completou o processo de ratificação de diversos tratados internacionais, como do Pacto de San José de 1969, dos Pactos de Direitos Humanos da ONU de 1966 e do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR), o que segundo Hirst e Pinheiro (1995) ajudou a melhorar as relações com os Estados Unidos, reduzindo desconfianças.

Pode-se dizer que durante o breve governo de Itamar Franco, a política externa brasileira expressou uma tentativa de conjugar a permanência do país no rumo da liberalização econômica com a manutenção de uma margem de segurança na condução autônoma de seus interesses, ainda que essa tentativa nem sempre tenha sido frutífera (PINHEIRO, 2004, p.60)

Já nos Estados Unidos, o presidente nesse período, entre 1989 e 1992 é George H. W. Bush, do Partido Republicano. Esse período foi marcado, em primeiro lugar, pelo fim da lógica da Guerra Fria, em que a estratégia americana era, por um lado, de contenção da União Soviética (URSS) e, por outro, de expansão comercial, política e diplomática, não somente como um meio de assegurar a ordem, mas de impedir o avanço de seu rival em áreas de influência (PECEQUILO, 2005, p.244-245). Com o final dessa dinâmica, saindo como o vencedor, foi necessário que os norte-americanos definissem uma nova estratégia de política externa.

Apesar da indefinição de estratégia de política externa logo após o final da Guerra Fria, segundo Pecequilo (2005, p.299), a Guerra do Golfo serviu como um “divisor de águas”, pois “demonstrou que a política internacional estava realmente descongelada; [...] segundo, passou, depois de encerrada, a servir de exemplo de como estaria se organizando o cenário do pós- Guerra Fria”.

Além disso, cabe ressaltar o discurso brasileiro em buscar uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU, que pautaria a política externa até os dias atuais. Segundo Sato (1998, p.27), o Brasil havia sido cogitado como sexto membro permanente em 1944, mas

União Soviética e Inglaterra não concordaram por acreditar que não contribuiria para o equilíbrio de forças necessário.

Em Itamar, novas abordagens foram desenvolvidas, que distanciavam a agenda do eixo vertical, retomando parcerias horizontais. O objetivo de alcançar reconhecimento político teve o foco deslocado da aquiescência para um incremento de participação, em particular na ONU, tendo como base a defesa da reforma do Conselho de Segurança e a candidatura brasileira a um assento permanente (PECEQUILO, 2008, p.139).

As relações com os Estados Unidos nesse período tornaram-se centro do debate acerca da política externa no âmbito interno. Enquanto um lado se acreditava que o alinhamento com os norte-americanos era a melhor solução, o outro defendia que o distanciamento dos Estados Unidos faria com que o Brasil pudesse defender seus interesses no sistema internacional (HIRST, PINHEIRO, 1995). No fundo é a retomada de um velho debate nas relações internacionais brasileiras, a respeito de maior proximidade ou distanciamento da potência norte-americana.

Embutido nas diferentes questões da agenda externa brasileira, fosse meio ambiente, tecnologia sensível, integração regional e até relações com a Argentina, esta problemática tornou-se o elemento de (des)norteamento no debate instalado dentro da corporação diplomática, a partir do fim do governo Collor (HIRST, PINHEIRO, 1995, p.9)

Pode-se destacar das relações entre Brasil e Estados Unidos nesse período um clima de desacordo, principalmente entre o final do governo Collor e início do governo Itamar. Alguns dos motivos era a lei de propriedade intelectual brasileira, além de temas como meio ambiente e a falta de envolvimento brasileiro nas intervenções norte-americanas, como na Guerra do Golfo. Entretanto, ao longo do governo Itamar foi possível superar alguns desses impasses, apesar de o Brasil não ter se “alinhado” a Washington, mantendo sua posição contrária em alguns temas, como a oposição ao embargo a Cuba e à intervenção no Haiti.

De fato, o governo Itamar Franco logrou desdramatizar o relacionamento entre Brasília e Washington mantendo ao mesmo tempo posturas- particularmente no terreno político diplomático- que preservavam autonomia do Brasil frente às premissas orientadoras da ação norte-americana (HIRST, PINHEIRO, 1995, p.10).

Apesar de que no governo Collor tenham sido anunciadas uma série de medidas que vinham ao encontro do que preconizavam os Estados Unidos, como abertura comercial, liberalização dos investimentos e privatizações, no governo Itamar somente algumas tomaram corpo (HIRST, 2009). Com isso, durante o governo Itamar nota-se um movimento em direção a uma política mais autônoma na medida do possível, investindo em novos parceiros, como Rússia, China e Índia, além, é claro, dos vizinhos sul-americanos.

Segundo Lessa (1998, p.38), as relações com os Estados Unidos ganham dinamismo “a partir do início do processo de ‘desdramatização’ das relações com os EUA, que passam a

se pautar pela constituição de uma agenda bilateral positiva, inclusive para a regulação do contencioso comercial, e para o estabelecimento de novas linhas de cooperação política”.

Tendo a “relação especial” com os Estados Unidos iniciado, portanto, na gestão Rio Branco e perpassado a história brasileira, no início, conforme já mencionado, foi pensada para que servisse de contraponto aos demais países sul-americanos, as repúblicas que estavam se formando.

Outras motivações também contaram para que em outros momentos as elites almejassem uma relação especial com os Estados Unidos. No governo Vargas a aliança com os EUA foi um instrumento dos projetos de desenvolvimento do país em particular para a implantação da indústria siderúrgica brasileira e o reequipamento militar (1939-1942). Durante a Guerra Fria, os EUA se tornaram um poderoso aliado dos projetos de poder das elites conservadoras e esta aliança foi a fiadora do projeto militar de poder interno e legitimação internacional do golpe militar de 1964. Finalmente, mais recentemente, na fase de reestruturação do modelo econômico, o alinhamento funcionou como avalista das mudanças econômicas internas, iniciadas no governo Collor de Mello com a abertura econômica no início dos anos 90 (LIMA, 2005, p.10).

Por outro lado, não se pode dizer que o Brasil tenha se tornado subserviente aos Estados Unidos nesse período. Segundo McCann (2011), apesar de os Estados Unidos terem a percepção de os países latino-americanos disputavam a estima dos norte americanos, a postura de Ricupero à frente da embaixada nos Estados Unidos foi de contestar essa visão:

Não se tratava de competir com Argentina, México ou Chile por um lugar sob as asas da águia americana. Se a Argentina quis mandar um navio de guerra ao Golfo Árábico, isso foi um problema de Buenos Aires. O Brasil queria relações boas e úteis com os Estados Unidos (MCCANN, 2011, p.56).

No caso da guerra Irã-Iraque, o autor comenta que o Brasil tinha uma relação comercial importante com o Iraque, tendo-se estabelecido como um importante exportador de armas, e o Oriente Médio era o seu maior mercado até o início dos anos de 1990. Além disso, o Iraque era um grande exportador de petróleo para o Brasil.

Entre 1995 e 2002 tem-se no Brasil a gestão de Fernando Henrique Cardoso. Uma das principais características de seu governo é o que Gelson Fonseca Jr (1998) chamou de “autonomia pela participação”, ou seja, a intensa participação do Brasil nos fóruns internacionais, em contraposição ao período anterior, que seria caracterizado pela “autonomia pela distância”. Já o chanceler Luís Felipe Lampreia designou o período como pautado pelo “paradigma pela integração”. “Neste permaneceria o objetivo por maior autonomia, só que agora em articulação com o meio internacional” (PINHEIRO, 2004, p.61). Durante os dois mandatos o Brasil também aderiu a novos tratados que antes não haviam sido ratificados, como o Tratado de Tlatelolco em 1994 e o Tratado de não Proliferação Nuclear (TNP) em 1998.

Segundo Vigevani, Oliveira e Cintra (2003, p.32), a mudança ocorrida na política externa brasileira já teria começado no governo Collor e se aprofundado no governo de Fernando Henrique. Assim, “buscou-se substituir a agenda reativa da política externa brasileira, dominada pela lógica da *autonomia pela distância*, que prevaleceu na maior parte do período da Guerra Fria, por uma agenda internacional proativa, determinada pela lógica da *autonomia pela integração*”.

Celso Lafer caracteriza o período pela intensa participação brasileira na criação da ordem internacional, pois somente com essa participação na moldagem das normas internacionais o Brasil poderia conseguir autonomia, no novo contexto internacional. É necessário o fortalecimento das normas internacionais e é necessária a participação do Brasil.

Enfim, é por meio dessa tarefa de organizar e regulamentar as relações internacionais, nas mais diversas áreas, que a diplomacia brasileira poderá estabelecer um ambiente de convívio internacional favorável à realização do principal objetivo do país e de seus parceiros do Mercosul: gerar e garantir desenvolvimento sustentável e duradouro (VIGEVANI, CINTRA, OLIVEIRA, 2003, p.38).

Por fim, é importante mencionar o papel da diplomacia presidencial nesse período, principalmente com o governo Fernando Henrique. Segundo Silva (2008, p.116), a diplomacia presidencial alterava mais a forma do que o conteúdo da política externa, e se caracterizava por um compartilhamento de funções entre o presidente e o Ministério de Relações Exteriores. O que é mais importante destacar sobre o governo de Fernando Henrique é a inflexão neoliberal, chamada de neoliberalismo matizado pelo autor, pois não punha em prática todas as medidas defendidas por essa corrente, seguida de uma mudança no final do segundo mandato.

O Governo Fernando Henrique Cardoso constituiu uma síntese do neoliberalismo *agressivo* de Collor (que gerou uma reação do empresariado nacional e da esquerda brasileira) e da postura neodesenvolvimentista cambiante de Itamar (que desagradava alguns dos interesses das multinacionais e do capital internacional) (SILVA, 2008, p.333).

Entre 1993 e 2001 Bill Clinton, democrata, é o presidente dos Estados Unidos, período que quase coincide com o governo de Fernando Henrique. Durante esse momento, a política externa norte americana pode ser caracterizada pela prioridade em apoiar as empresas norte-americanas em termos de competitividade internacional (SATO, 1998). Além disso, sua política externa buscou um foco para a ação americana, “a agenda do engajamento e da expansão”, com os Estados Unidos no centro do sistema, empenhados na construção da ordem, promovendo seus valores, principalmente a democracia (PECEQUILO, 2005, p.313).

Segundo a autora, os Estados Unidos só conseguiram concretizar sua liderança no final do primeiro mandato do presidente.

Apesar das melhorias ocorridas no âmbito interno, como maior estabilidade econômica e a volta de investidores internacionais, Almeida (2011) ressalta que o início do governo de Fernando Henrique Cardoso se caracterizou por uma série de desafios e “tensão residual”, como os conflitos comerciais e os projetos de integração regional: a ALCA por parte dos norte-americanos e a ALCSA por parte do Brasil. Entretanto, o que se viu foi um bom relacionamento bilateral entre os países entre 1995 e 2002 e:

Uma mudança sensível no tratamento recíproco dos dois maiores países do hemisfério americano, melhoria diplomática que se refletiu no, ou foi alimentada pelo relacionamento pessoal que mantiveram os respectivos presidentes, FHC, de um lado, William J. Clinton, de outro. Este provavelmente foi o elemento inovador, e diferenciador, das relações bilaterais, situação inédita em qualquer época de interação diplomática entre os dois países (ALMEIDA, 2011, p.286).

Quanto às relações entre os dois países, deve-se ressaltar a tentativa de evitar tensões por parte do governo brasileiro, seguindo a lógica de momentos anteriores (VIGEVANI, OLIVEIRA, CINTRA, 2003, p.37). Assim, as relações bilaterais no período Cardoso- Clinton foram marcadas por uma limpeza na agenda e boas relações entre os dois governantes. Contribuíram para isso a ratificação de diversos tratados, como o TNP e o MTCR (SILVA, 2008, p.208).

Estas contribuições positivas, que substituíam a barganha, garantiriam uma espécie de “bilhete de entrada para o Norte” e a realização dos propósitos nacionais. Os principais objetivos? Comércio livre e justo nas negociações da OMC e da Alca e um assento permanente no CSONU. Os objetivos alcançados? Nenhum (PECEQUILO, 2008, p.139 e 140).

Durante o segundo mandato de Fernando Henrique, se observa uma mudança da inflexão, com o esgotamento da matriz neoliberal. O presidente “passou crescentemente a criticar a estruturação do sistema internacional, inclusive fazendo leituras heterodoxas, como quando da defesa da Taxa Tobin, de tributação dos capitais especulativos internacionais” (SILVA, 2008, p.342). Segundo Almeida (2011, p.305), em 1999, o Brasil é novamente incluído na Lista de Observação da Seção 301 da Lei de Comércio dos Estados Unidos.

Já em 2001 se percebe que as relações bilaterais começaram a apresentar uma série de dificuldades, principalmente devido a essa nova inflexão da política externa brasileira, bem como às divergências em relação a ALCA e o projeto de liderança do Brasil na América do Sul Mesmo nas esferas sociais havia um clima de antiamericanismo, e o tema da Alca era amplamente discutido (SILVA, 2008, p.208-210). Além disso, cabe ressaltar a nova presidência norte-americana, com George W. Bush e os ataques terroristas em 2001, que

impactaram a política externa norte-americana: sua nova inflexão apresentava um viés mais unilateralista:

e prioridade à Eurásia (apesar das promessas de campanha de Bush do “Século das Américas” sugerirem a revitalização do intercâmbio hemisférico). No campo comercial, em detrimento do multilateralismo preferiu-se o bilateralismo¹⁰. Isto se refletiu no aprofundamento do Plano Colômbia lançado em 2000 e, pós 11 de setembro, no combate ao chamado “narcoterrorismo”, a preocupação com a tríplice fronteira Brasil, Paraguai, Argentina e a instalação de bases militares na América do Sul (Paraguai). Tal situação somente se intensificou com a Doutrina Bush, distanciando ainda mais os EUA de seu continente (PECEQUILO, 2008, p.141).

Apesar dessa postura do governo brasileiro e dessa nova perspectiva que assumia a política externa norte-americana, era do interesse norte-americano minimizar os conflitos na região. Inclusive o Conselho de Relações Exteriores recomendava ao presidente reconhecer o Brasil como peça fundamental nas relações da região. O mesmo ocorreu com a versão de 2011 do documento, que sugere que o Brasil ganhe a relevância merecida na política externa norte-americana (ALMEIDA, 2011, p.195, 296).

Já durante o período em que Lula assumiu a presidência no Brasil, entre 2003 e 2010, com George W. Bush como presidente dos Estados Unidos, até 2009, pode-se dizer que os presidentes mantinham uma boa relação pessoal- contrastando com o relacionamento complicado do governo anterior- com trocas de visitas em 2007 e visitas de Ministros de Relações Exteriores.

Não poderia deixar de fazer uma referência especial ao nosso relacionamento com os Estados Unidos, que se caracteriza, hoje, pela maturidade. Encontrei-me com o Presidente Bush, ainda como Presidente eleito. Neste ano estivemos juntos em Evian e, mais recentemente, em Washington, para um encontro bilateral, com a participação de nossos Ministros. No diálogo que com ele mantive, nesses dias, reforçou-se minha disposição de continuar cooperando com os Estados Unidos, dentro do espírito de pragmatismo, franqueza e lealdade que tem caracterizado o diálogo entre os dois Governos. (...) E ainda disse ao Presidente Bush que, no Brasil, nós estaremos abertos para começar a conversar [sobre negociações comerciais] amanhã, depois de amanhã. A única coisa que nós não queremos é ser tratados como cidadãos de segunda classe. Queremos ser tratados de forma equânime. O mesmo respeito que temos pelos outros queremos que tenham por nós, porque os interesses do Brasil, para o Brasil, são tão importantes quanto os interesses dos Estados Unidos para os Estados Unidos (LULA DA SILVA, 2003, p.88)

Nota-se pelos discursos tanto de Lula quanto de Celso Amorim, Ministro de Relações Exteriores do Brasil durante seu governo, que o Brasil tem procurado aprofundar suas relações com o país, porém de forma madura, aceitando posições divergentes e mantendo a defesa dos interesses brasileiros.

Mantemos com os Estados Unidos, em que pese às diferenças que não tentamos ocultar, uma parceria madura, mutuamente respeitosa. O diálogo constante entre os dois países inclui temas que vão do intercâmbio bilateral e da cooperação trilateral em benefício de países mais pobres na África, no Caribe e na América Central, à situação política no Oriente Médio e à OMC (AMORIM, 2008, p.64).

Segundo Cabral (2011, p.351), na Cúpula das Américas de 2009, “Obama procurou de todas as formas criar um ambiente melhor, buscando o diálogo com as lideranças mais à esquerda e propondo uma ‘aliança entre iguais’, sem oferecer algo mais concreto, sem aprofundar suas propostas”. De fato, ainda há muito que progredir no relacionamento tanto bilateral quanto dos Estados Unidos com a região.

É interessante ressaltar os aspectos políticos e estratégicos, levando em conta as intervenções militares por parte dos Estados Unidos na Colômbia, na luta contra o narcotráfico. O Brasil se posiciona contra essa atitude, por não ver na intervenção militar a melhor solução. Outro aspecto de discordância é em relação a Cuba, em que o Brasil desaprova as medidas coercitivas realizadas sobre a ilha. Por outro lado, a visão dos norte-americanos a respeito do Brasil:

como um poder estabilizador, acentuaram-se devido à ascensão de Chavéz e ao vácuo de poder norte-americano acentuado pela GWT. A expansão positiva da ação brasileira na ONU com a liderança da operação de paz no Haiti, sua mediação via OEA e bilateralmente de tensões entre vizinhos como Colômbia, Equador e Bolívia, ressaltaram desde 2003 sua importância para os EUA (PECEQUILO, 2008, p.144 e 145).

Por fim, pode-se ressaltar a diversificação da agenda entre os dois países, com uma maior preocupação dos Estados Unidos em relação à América Latina, principalmente em termos de segurança e política antidrogas, apesar de estar realmente focado nas questões da Ásia e Oriente Médio, foco de suas preocupações desde o início da década (BANDEIRA, 2003).

Isso fica claro nas relações com o Brasil, como demonstrado nos dois encontros que os Presidentes Lula e Bush mantiveram, no mês de março passado, num espaço de menos de trinta dias, primeiro em São Paulo, depois em Camp David. Brasília e Washington trabalham a partir de pauta da qual constam não apenas temas propriamente bilaterais, mas também assuntos de alcance regional e mundial, como a questão do Haiti, energias renováveis, aquecimento global e a Rodada de Doha na OMC (PATRIOTA, 2007, p. 24).

O Brasil tem ganhado maior proeminência internacional e participado mais ativamente das negociações internacionais nos mais diversos temas, tanto no G20 financeiro, tendo papel ativo para a decisão de medidas contra a recente crise financeira internacional, como no G20 comercial, no âmbito da OMC, sem contar nos novos grupos de geometria variável, como o chamado G3 ou Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) (VISENTINI, 2007).

Levando isso em conta, Amorim (2003, p.87) defende em seu discurso de posse que uma relação boa com os Estados Unidos “é de fundamental importância não só em questões econômico-comerciais do nosso interesse imediato, mas também para assegurarmos

influência no encaminhamento dos grandes temas da agenda internacional, de forma compatível com nossas dimensões e valores”.

Mesmo apesar das discordâncias a respeito do etanol, pois os Estados Unidos cobram uma tarifa para a entrada do produto brasileiro país, enquanto outros produtores recebem isenção, o Brasil vem mantendo o que se chama de “diálogo estratégico” com os Estados Unidos, tanto em temas bilaterais quanto em temas como comércio, meio ambiente, paz e segurança, entre outros.

Nossa atitude é pragmática e procura defender o interesse brasileiro. Não há antiamericanismo. Muito pelo contrário. A busca de parceria não é só a discussão em torno de acordos bilaterais como o do etanol, mas a busca de um diálogo sobre o mundo. Se os EUA percebessem uma atitude antiamericana, você acha que isso ocorreria? A melhor resposta está nos fatos (AMORIM, 2007, p.88).

Ambos os países têm investido em diálogo a respeito do tema, e em março de 2011, na ocasião da visita de Obama ao Brasil, foi lançado um programa de parceria para cooperação em biocombustíveis (MRE, 2001). Amado Cervo (2008), comenta sobre a política externa brasileira atual em que se observa a parceria estratégica entre Brasil e Estados Unidos, porém com maior autonomia brasileira, que “anda por si e para si”, segundo as palavras do autor.

Com início do governo de Barack Obama em 2009 e o final do governo Lula, mantém-se o discurso otimista a respeito das relações de ambos os países e de busca de pontos em comum, tratando as diferenças como algo natural, pois é possível manter boas relações mesmo com divergências.

Como sociedades multiétnicas, democráticas e de grande diversidade cultural, Estados Unidos e Brasil têm muitas semelhanças e propósitos comuns. Compartilho sua intenção de buscar soluções políticas para os grandes problemas que ameaçam a segurança coletiva no mundo de hoje desde uma perspectiva multilateral. Compartilho, igualmente, suas preocupações em encontrar soluções urgentes e profundas para enfrentar a grave crise financeira e econômica que, originada no mundo desenvolvido, ameaça os países em desenvolvimento. O Brasil e os demais países da América Latina souberam reconstruir nos últimos anos suas economias com inegáveis ganhos sociais e políticos. Esse esforço de dezenas de milhões de homens e mulheres não pode ser frustrado (LULA DA SILVA, 2009, p.66).

Para Lima (2005, p.11) as relações com os Estados Unidos como forma de atingir objetivos domésticos deixou um legado que, “no período pós-Guerra Fria, se traduziu em uma postura de condicionalidade das relações do Brasil com os Estados Unidos e a busca pelo Brasil de “relações maduras” com aquele país”.

Ainda segundo a autora, “na prática, a gestão externa do Governo Fernando Henrique Cardoso estaria mais próxima da estratégia de ‘credibilidade’ e a de Luiz Inácio Lula da Silva da de ‘autonomia’” (LIMA, 2005, p.18). Estratégia de “credibilidade”, a autora define como aquela que acredita que, como o país não possui excedentes de poder, deve participar na

criação de normas e instituições internacionais, e daí advêm a autonomia. Por outro lado, a estratégia de “autonomia” se caracteriza pela flexibilidade e liberdade na política externa, além da busca de cooperação com países que possuam interesses parecidos com os brasileiros, com objetivo de defender seus interesses mútuos.

A principal diferença entre os dois governos é de perspectiva, da visão da ordem internacional de cada um deles [...]. (Para o governo Fernando Henrique), a primazia norte-americana não é percebida como danosa pelos demais membros do sistema internacional, baseada na expectativa de que o “auto interesse esclarecido” do hegemônico conduziria ao investimento na criação e consolidação de instituições multilaterais que, em última análise, seriam funcionais à gestão internacional e à manutenção da preeminência dos EUA. Em última análise, a unipolaridade seria legitimada por via da disposição e capacidade do hegemônico em produzir bens coletivos para os demais países. (Para o Governo Lula), Ainda que reconhecendo o predomínio militar dos EUA, [...] em um mundo menos homogêneo e mais competitivo, haveria espaço para um movimento contra hegemônico cujos eixos estariam na Europa ampliada, com a inclusão da Rússia e na Ásia, onde potências como China e Índia podem vir a representar um contraponto aos EUA na região (LIMA, 2005, p.19 e 20).

Deste modo, segundo a autora, ambos os presidentes buscaram o reconhecimento das potências e uma vaga como membro permanente no Conselho de Segurança da ONU. “Talvez a principal diferença seja que no governo Fernando Henrique Cardoso a expectativa desse reconhecimento vinha da identificação do país como o ‘último entre os primeiros’, ao passo que no governo de Luiz Inácio Lula da Silva o Brasil seria o ‘primeiro entre os últimos’” (LIMA, 2005, p.21).

Percebe-se um diálogo estratégico nessa parceria que está sendo construída por Brasil e Estados Unidos no período recente. Vale ressaltar que a cooperação bilateral vem se adensando, e os dois países já contam com vinte e quatro diálogos temáticos e setoriais. Alguns dos mais importantes são a respeito da energia, principalmente etanol e a “parceria para o governo aberto”, lançada em setembro de 2011, com foco na transparência da gestão pública.

Ademais, além da questão econômica, a ser analisada a seguir, pode-se destacar as afinidades entre os dois países no plano multilateral, como o compromisso com o avanço da rodada Doha e a promoção e manutenção da paz. É claro que existem divergências quanto ao melhor meio de atingir o objetivo, mas ambos os países são engajados com essa questão no âmbito internacional. Por fim, pode-se mencionar o diálogo crescente no campo técnico científico e na cooperação para intercâmbio de estudantes.

Outro recurso utilizado para analisar as relações entre os dois países são as votações no Conselho de Segurança e na Assembleia Geral da ONU. Conforme se nota nas tabelas 1 e 2, os votos brasileiros no Conselho de Segurança são em sua maioria coincidentes. Vale

ressaltar que o próprio padrão de votação nesse órgão leva a que haja um alto grau de coesão se comparado com outros órgãos. Sendo as decisões do Conselho de Segurança obrigatórias para todos os membros da ONU, e mesmo para a comunidade internacional, segundo a própria Carta da organização, as resoluções são negociadas cuidadosamente antes de serem levadas a votação.

Chama a atenção a pouca quantidade de resoluções vetadas pelos membros permanentes ou não aprovadas por falta de quórum. Deste modo, não é apenas o Brasil que tem alto percentual de votos coincidentes com os Estados Unidos- uma média de 97,45% nos sete anos em que o Brasil esteve no Conselho entre 1990 e 2010-, mas é uma característica do próprio órgão, pois a média de resoluções aprovadas por unanimidade é de 90,22%. E mesmo as que não atingem unanimidade têm poucos votos diferentes, como é possível perceber analisando as tabelas 1 e 2. As questões em pauta são negociadas previamente e se está longe de atingir a maioria por vezes não são votadas.

Tabela 1- Brasil e Estados Unidos- Votos coincidentes sobre o total no Conselho de Segurança da ONU

Ano	Brasil- Estados Unidos
1993	89/89
1994	68/74
1998	73/73
1999	64/64
2004	57/61
2005	70/71
2010	55/56

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados das votações disponíveis no *site* da ONU. Disponível em: <<http://unbisnet.un.org/>>, acesso em 20 ago. 2011.

Tabela 2- Votos de Brasil e Estados Unidos no Conselho de Segurança da ONU⁵

Ano	Votos Iguais	Votos Diferentes	Unanimidade	Abstenções	Votos Contra	Contra e Abstenção
2010	55	1	50	3	2	1
2005	70	1	68	3	0	0

⁵ Foram levadas em consideração todas as votações, incluindo das resoluções não aprovadas por falta de quórum ou por voto negativo de um dos membros não permanentes. Os votos diferentes constam na tabela em anexo.

2004	57	4	54	4	1	2
1999	64	0	55	7	1	1
1998	73	0	68	5	0	0
1994	68	6	65	7	0	2
1993	89	0	81	8	0	0

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados das votações disponíveis no *site* da ONU. Disponível em: <<http://unbisnet.un.org/>>, acesso em 20 ago. 2011.

Entretanto, é importante ressaltar que o Brasil possui sim algumas divergências com relação aos norte-americanos em questões no Conselho de Segurança. A mais recente e notável delas é em relação ao Irã, em 2010, em que o Brasil, juntamente com a Turquia, conseguiu chegar a um acordo com o Irã a respeito do enriquecimento de urânio e logo após foram votadas novas sanções contra o país. O Brasil, contrariando sua tradição de política externa, votou contra a resolução. É uma característica da participação do Brasil usar a abstenção para demonstrar discordância a respeito do documento a ser votado. Outro exemplo, este no qual o Brasil se absteve, é a questão do Haiti, em 1994, na Resolução 940, com caráter coercitivo. Segundo Sardenberg (2005), “o Conselho autorizou uma força multinacional a utilizar ‘todos os meios necessários’ para restabelecer no poder o ex-presidente Aristide, derrubado do poder em 1991 por uma junta militar”.

Em relação à prática brasileira de se abster para demonstrar frustração em relação à maneira como o assunto foi tratado, é importante ressaltar que isso não pode ser visto de maneira alguma como uma “fuga” da responsabilidade no Conselho de Segurança, como pode parecer, principalmente aos olhos norte-americanos; o país diferencia muito bem a abstenção do voto contra, e ambos são usados em casos bastante específicos. A prática brasileira é a de se abster e explicar o voto. Em relação a isso e à relação com os Estados Unidos:

Mutual interests will not always result in identical action. Brazilians see their abstention as a way of exercising global leadership, not as an abdication of responsibility, and they note that an abstention is not a “no” vote. At the same time, Brazil does not risk losing its independence when it votes with the United States from time to time (SWEIG, 2011, p.49).⁶

Já na Assembleia Geral da ONU, as características são bastante diversas. Em grande parte das resoluções os Estados Unidos manifestam-se contra ou se abstem, enquanto o Brasil, por sua vez, tem alto índice de votos favoráveis. Conforme se percebe na Tabela 3 e Gráfico

⁶ Tradução nossa: interesses mútuos não irão sempre resultar em ações idênticas. Os brasileiros veem a abstenção como uma maneira de exercer liderança global, e não como uma forma de abdicação da responsabilidade, e eles ressaltam que uma abstenção não é um voto contra. Ao mesmo tempo, o Brasil não arrisca perder sua independência quando vota com os Estados Unidos às vezes.

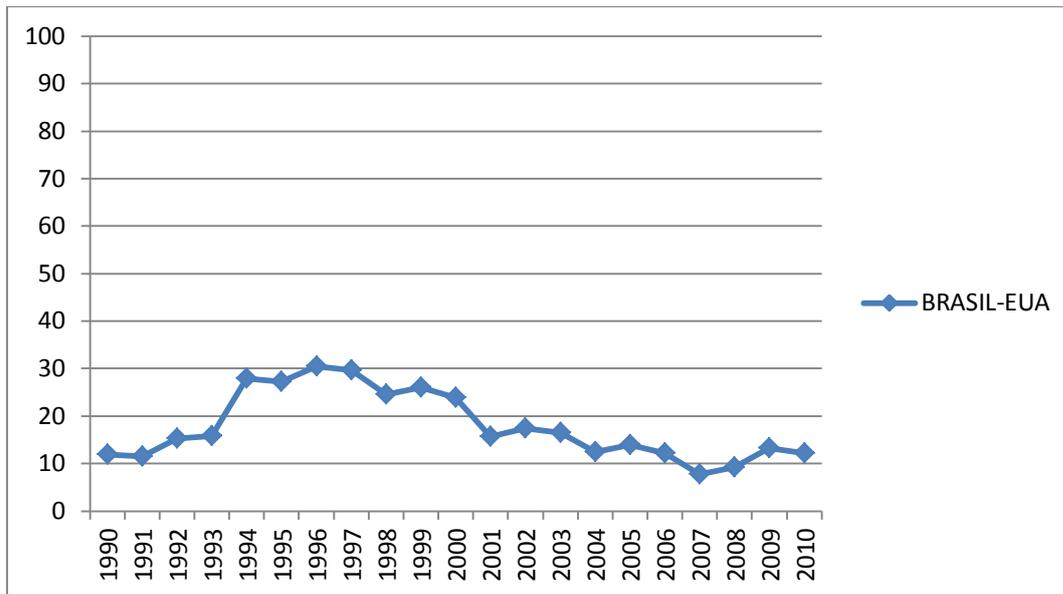
1, Brasil e Estados Unidos têm percentual crescente de votos coincidentes, chegando ao auge em 1996 com 30,43%. A partir de então, nota-se tendência de queda, com estabilidade nos últimos anos, se mantendo desde 2007 em torno de 10%- em 2010 o percentual foi de 12,12%. Cabe salientar que, ao contrário do Conselho de Segurança, nem todas as resoluções da Assembleia Geral são votadas. Em anexo está disponível a tabela com os números absolutos bem como com os votos diferentes entre os países.

Tabela 3- Porcentagem de Votos Coincidentes de Brasil e Estados Unidos na Assembleia Geral da ONU

Ano	Brasil-Estados Unidos
1990	11,9
1991	11,48
1992	15,28
1993	15,87
1994	27,94
1995	27,27
1996	30,43
1997	29,69
1998	24,59
1999	26,09
2000	23,88
2001	15,63
2002	17,39
2003	16,44
2004	12,5
2005	13,89
2006	12,2
2007	7,79
2008	9,21
2009	13,24
2010	12,12

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados das votações disponíveis no *site* da ONU. Disponível em: <<http://unbisnet.un.org/>>, acesso em 20 ago. 2011.

Gráfico 1- Votos coincidentes de Brasil e Estados Unidos na Assembleia Geral da ONU



Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nos dados das votações disponíveis no *site* da ONU. Disponível em: <<http://unbisnet.un.org/>>, acesso em 20 ago. 2011.

A respeito dos discursos brasileiros na Assembleia Geral, importantes para ter-se uma visão geral da política externa no período, Luís Felipe de Seixas Correa salienta que:

Nos discursos do período do Governo do Presidente Fernando Henrique, há uma insistência especial nos temas da globalização, na abertura econômica e comercial, na liberalização econômica em geral, nos grandes riscos acarretados pela volatilidade dos movimentos de capitais, na necessidade de renovar as instituições de Bretton Woods. Há também extensas referências à temática do desarmamento. Nos discursos do período do Governo do Presidente Lula, por sua vez, verifica-se maior ênfase na temática da justiça social, acentuando-se os programas levados a cabo pelo Governo na área social como matriz para projetos de natureza global. Os temas ligados à “guerra contra a fome e a pobreza” tomam preeminência sobre as formulações vinculadas à estabilidade macroeconômica e à volatilidade dos mercados financeiros internacionais. As menções à América Latina cedem definitivamente lugar a referências à América do Sul (CORREA, 2007, p.17).

Apesar de não fazer parte do escopo do trabalho, que se propõe a fazer uma análise até 2010, é importante destacar alguns pontos de 2011, após a posse da nova presidente, Dilma Rousseff. Em março deste ano o presidente Barack Obama fez uma visita ao Brasil. Dentre os pontos mais importantes, pode-se destacar o lançamento do Diálogo Econômico e Financeiro e do Diálogo Estratégico de Energia. Além disso, o presidente fez um discurso para o público brasileiro, chamando a atenção para as similaridades entre Brasil e Estados Unidos, e convidando para o diálogo apesar das diferenças. Sobre o Diálogo Econômico e Financeiro, os Estados Unidos destacaram a importância do diálogo com o país. Nas palavras de Obama (2011a): “It’s time for the United States to treat our engagement with Brazil on economic

issues as seriously as we do with nations like China and India, and this dialogue will help us do that”.⁷

Segundo o *Council on Foreign Relations* (SWEIG, 2011, p.6), *think tank* americano considerado o mais influente no tema, Brasil e Estados Unidos apresentam pontos em comum tanto em seus desafios internos quanto em sua política externa, um motivo a mais para criar um canal de diálogo mais estreito entre os dois países. Ambos tem desafios no sistema educacional e de saúde, e no campo internacional mantém relações com a China de maneira cuidadosa, vendo com desconfiança o *yuan* desvalorizado.

Chama a atenção também que, apesar de acreditar na importância da reforma do Conselho de Segurança, o presidente não deu apoio ao Brasil para entrar como membro permanente, e pouco tempo antes deu apoio direto à Índia em uma visita ao país. O presidente apenas mencionou que continuará trabalhando para reformas que tornem o órgão mais representativo e efetivo. Conforme discutido anteriormente, o Brasil apresenta algumas posições no Conselho que não agradam aos norte-americanos. Apesar disso, ressaltou a importância do Brasil no cenário internacional atual e deu apoio ao país:

Today, the United States and Brazil are the hemisphere’s two largest democracies and the two largest economies. Brazil is a regional leader promoting greater cooperation across the Americas and, increasingly, Brazil is a global leader, a world leader, going from a recipient of foreign aid to a donor nation, pointing the way to a world without nuclear weapons and being in the forefront of global efforts to confront climate change. As President, I’ve pursued engagement based on mutual interest and mutual respect. And a key part of this engagement is forging deeper cooperation with 21st century centers of influence, including Brazil. Put simply, the United States doesn’t simply recognize Brazil’s rise we support it enthusiastically (OBAMA, 2011c).⁸

Ainda segundo o *Council on Foreign Relations* (SWEIG, 2011, p.48), seria um passo importante o apoio norte-americano para que o Brasil conseguisse um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Ademais, o apoio traria poucos custos aos Estados Unidos e um grande número de benefícios; um deles seria a necessidade de os dois países trabalharem juntos em relação a uma série de questões, o que fortaleceria a relação bilateral.

⁷ Tradução nossa: É hora de os Estados Unidos tratarem seu engajamento com o Brasil a respeito de questões econômicas de maneira tão séria quanto fazemos com países como a China e a Índia, e esse diálogo nos ajudará a fazer isso.

⁸ Tradução nossa: Hoje, os Estados Unidos e o Brasil são as duas maiores democracias e as duas maiores economias do hemisfério. O Brasil é um líder regional promovendo maior cooperação na América, e, crescentemente, o Brasil é um líder global, um líder mundial, indo de uma nação receptora a doadora, apontando a direção de um mundo sem armas nucleares e sendo um líder dos esforços mundiais contra as mudanças climáticas. Como presidente, eu tenho buscado engajamento baseado no interesse comum e respeito recíproco. E um ponto chave nesse engajamento é aprofundar a cooperação no século XXI com centros de influência, incluindo o Brasil. Ou seja, os Estados Unidos não reconhecem simplesmente o crescimento brasileiro, nós apoiamos entusiasticamente.

Mesmo que as relações entre Brasil e Estados Unidos se estreitem no futuro, cabe ressaltar que a tendência é a manutenção da autonomia da política externa brasileira, diversificando parcerias e atuando em diferentes regiões, inclusive como líder regional. Um estreitamento das relações não significa subserviência brasileira à política externa norte-americana, como alguns autores pontuam que já ocorreu na história brasileira. “Brazilians will resist a tight U.S. embrace, and warming relations will not necessarily translate into Brazil’s standing in line behind the United States” (SWEIG, p.5, 2011).⁹

The United States will need to adjust to a more assertive and independent Brazil. And Brazil must adjust to its new role as a global power. While the United States adapts to Brazil, it should also encourage Brazil to use its newfound multilateral and diplomatic influence in ways that look not only to its own national interests but to those of its neighbors and beyond (SWEIG, p.5, 2011).¹⁰

A respeito das relações entre Brasil e Estados Unidos no período recente, Pecequilo (2008) coloca que se deve levar em consideração a dificuldade interna enfrentada pelos norte-americanos para aprofundar as relações com o Brasil, o que passou pelo neoconservadorismo durante a era Bush, além do protecionismo da sociedade e do legislativo. Entretanto:

Consideradas as três áreas de oportunidade, os EUA mantêm-se a principal e nosso mais importante parceiro individual. Avaliando com distanciamento a última década das relações bilaterais Brasil-EUA não existiram rupturas profundas. Se houve quebra, esta foi no debate doméstico e não entre interlocutores brasileiros e estadunidenses (PECEQUILO, 2008, p.149).

Com isso, pode-se dizer que, em termos políticos nas últimas duas décadas, as relações passaram por uma limpeza na agenda, com relações em geral melhores do que na década anterior até meados no governo Fernando Henrique, quando questões bilaterais, principalmente agravadas pelas negociações da Alca, se deterioraram, passando a melhorar durante o governo Lula. Quanto aos próximos anos, pode-se dizer que há boas perspectivas de construção de uma relação mais sólida e em melhores bases do que em momentos anteriores, principalmente pelo interesse demonstrado pelos dois países.

⁹ Tradução nossa: Os brasileiros irão resistir a um apertado abraço norte-americano, e relações amistosas não necessariamente significam que o Brasil irá seguir os Estados Unidos.

¹⁰ Os Estados Unidos precisarão se ajustar a um Brasil mais assertivo e independente. E o Brasil precisa se ajustar ao seu novo papel como potência global. Enquanto os Estados Unidos se adaptam ao Brasil, eles precisam também encorajá-lo a usar a sua recém descoberta influência diplomática e multilateral de modo a não olhar apenas para seus interesses nacionais mas para aqueles de seus vizinhos e além.

3.2.2. QUESTÕES ECONÔMICAS: A DIVERSIFICAÇÃO DE PARCERIAS E OS EUA

Para tratar das questões econômicas, é necessário levar em consideração o momento interno brasileiro. O início dos anos 1990 foi marcado pela crise econômica e inflação, somente solucionados com o Plano Real em 1994. Por isso, os quatro primeiros anos foram marcados pela instabilidade. Se por um lado o governo Collor havia anunciado reformas para liberalizar a economia, o governo Sarney não implementou todas elas. Segundo Monica Hirst (2009), alguns aspectos devem ser levados em consideração quanto ao relacionamento econômico bilateral. O primeiro deles é o de investimento direto americano no Brasil, que teve algumas controvérsias ao logo da década, pois os americanos reivindicavam maior transparência no processo de privatização. Por outro lado, quando o Brasil conseguiu alcançar a estabilidade econômica em 1994, tendo por base altas taxas de juros, tornou-se um atrativo para o capital internacional, não somente norte-americano como também espanhol, além de se poder notar uma maior presença de empresas brasileiras nos Estados Unidos.

Entre 1991 e 1998, os Estados Unidos mais que triplicaram sua presença no Brasil. Como principal investidor estrangeiro no Brasil, o volume de investimentos diretos dos Estados Unidos superou US\$ 36 bilhões em 2000, concentrando-se principalmente nos setores financeiro e de manufaturados. [...] As privatizações e as vendas de concessões resultaram na maior participação das empresas norte-americanas, sobretudo nos setores de telecomunicações e transportes. O Brasil assumiu uma posição relevante no *ranking* de investimentos estrangeiros diretos dos Estados Unidos: dentre os países em desenvolvimento, tornou-se o principal destino das verbas, captando mais de 50% dos investimentos norte-americanos na América do Sul (HIRST, 2009, p.72).

A esse respeito, durante a visita de Obama ao Brasil, o presidente ressaltou a importância da presença brasileira nos Estados Unidos, que até o final de 2008 eram responsáveis pelo emprego de 42.000 trabalhadores americanos (OBAMA, 2011b).

Um segundo ponto são as relações comerciais, que acabaram se deteriorando no período. Apesar da abertura de mercado leva a cabo durante a década de 1990, os Estados Unidos esperavam que ela fosse mais profunda, gerando atritos nesse setor, inclusive no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). Além disso, há a questão da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que gerou um grande debate e será tratado na próxima seção.

Durante o governo Sarney, uma das principais questões em termos de comércio com os Estados Unidos foi a lei de informática e lei de patentes no Brasil, que levaram os americanos a enquadrarem o país na seção 301 da lei de comércio, ameaçando aplicar sanções

comerciais. Já no governo Collor há um esforço em “construir uma agenda positiva com os Estados Unidos” (PINHEIRO, 2004, p.52).

A partir desse momento, percebe-se também uma mudança brasileira no que diz respeito à Rodada Uruguaí do GATT. O Brasil tornou-se mais flexível às negociações e aceitava discutir os chamados novos temas, como propriedade intelectual e serviços financeiros.

Em poucas palavras, o Brasil iniciava sua caminhada rumo ao abandono da condição de *carona* nas negociações multilaterais, ou seja, da estratégia de se favorecer dos benefícios da cooperação sem contribuir com seus custos, passando a arcar com o ônus da ação coletiva. Assim, gradualmente se deixava para trás a obstrução sistemática às negociações sobre propriedade intelectual e à inclusão dos chamados novos temas, respondendo às condições exponencialmente mais rígidas em que se desenvolviam as relações multilaterais no fim da década de 1980 (PINHEIRO, 2004, p.52).

Já durante o governo de Fernando Henrique, Monica Hirst (2009, p.76) aponta três fatores que fizeram com que os investimentos norte-americanos diminuíssem: desaceleração do crescimento econômico norte-americano, fim dos processos de privatização mais relevantes e a crise de 1999. Com isso, o país ficou mais vulnerável economicamente, tendo que buscar ajuda no Fundo Monetário Internacional (FMI) e aumentou sua dívida externa.

Segundo Paulo Roberto de Almeida (2011, p.288), na segunda metade dos anos de 1990 os Estados Unidos se tornaram o principal parceiro comercial do Brasil, ultrapassando a União Europeia, tradicional parceiro, e permaneceram nessa posição até 2011, quando a China ultrapassou o país em termos de comércio total.

No terreno comercial, a balança bilateral registrou uma redução gradual do superávit brasileiro registrado no período 1990-1994 e passou a acumular déficits para o Brasil nos quatro anos seguintes. O Brasil foi, aliás, um dos poucos países no mundo com o qual os EUA lograram realizar superávits na segunda metade dos anos 1990, num quadro geral de centenas de bilhões de dólares de déficit de importador (ALMEIDA, 2011, p.288).

Além disso, cabe ressaltar os impactos dos ataques terroristas nos Estados Unidos em 2001, que reforçaram a tendência à recessão norte-americana, que afetou as exportações brasileiras, além da postura unilateral que este passou a apresentar a partir de então:

Acresce-se a isso medidas ilegais de salvaguardas aplicadas pelos EUA a importações de aço, atingindo um dos setores de maior competitividade externa brasileira, além da modalidade excessivamente restritiva do mandato atribuído pelo Congresso ao executivo para a condução das negociações comerciais multilaterais, hemisféricas e bilaterais, o que conformou um quadro de erosão sensível do relacionamento econômico geralmente bom mantido durante o período anterior (ALMEIDA, 2011, p.294, 295).

Com a eleição de Lula em 2002, houve um primeiro momento de desconfiança por parte dos investidores externos, com o aumento do chamado Risco Brasil, que mede o grau de

confiança dos investidores externos no país em questão. Em 1999, o risco país estava em 5, passando para 6 no ano seguinte e baixando para 5 em 2005, 4 na metade de 2006 e 3 na metade de 2007, se mantendo nesse percentual até hoje. Isso mostra uma maior confiança dos investidores e que os temores causados pela candidatura de Lula não se confirmaram (OCDE, 2011).

Segundo o ranking de prioridade de investimento entre 2010 e 2012, o Brasil aparece em terceiro lugar, atrás apenas de China e Índia, com Estados Unidos em quarto lugar. Nota-se como o país inspira confiança após ter se recuperado com rapidez da crise financeira que assolou o mundo em 2009 (BBC, 2010).

Quanto às relações comerciais, os Estados Unidos aumentam sua participação percentual como parceiro comercial do Brasil até o ano de 2002, quando começa a decair percentualmente, porém com aumento de valores absolutos em dólares- exceto em 2009, devido a crise-, tanto em termos de exportações quanto importações, conforme se observa na Tabela 4. Isso demonstra que o Brasil, principalmente com o governo Lula, buscou diversificar suas parcerias e tornar-se um *global trader*, sem depender excessivamente de um só parceiro. Esse foi um dos motivos pelos quais o país conseguiu se recuperar rapidamente da crise financeira de 2009. Entretanto, o Brasil salienta esse incremento absoluto em comércio:

Com os EUA, creio que estamos vivendo um momento de novas oportunidades. O encontro do Presidente Lula com o Presidente Obama foi excelente. Já tínhamos uma boa relação com a administração anterior. O fluxo comercial do Brasil com os EUA também duplicou nos últimos cinco ou seis anos. As pessoas comentam muito, com toda essa discussão sobre a ALCA, que o Brasil estava deixando os EUA de lado. Bem, vejam os senhores, o comércio do Brasil com os EUA, sobretudo exportações do Brasil para os EUA, cresceu mais do que o de qualquer outro país que tenha acordo de livre comércio com os EUA (AMORIM, 2009, p.66).

Tabela 4- Comércio Brasileiro com os Estados Unidos (em milhões de dólares)

Ano	Exportações		Importações	
	Total	Percentual	Total	Percentual
1990	7,593,117	24,17	4,448,571	19,81
1991	6,265,574	19,81	5,334,906	23,22
1992	6,933,099	19,27	5,265,841	23,57
1993	7,877,059	20,41	6,139,907	22,49
1994	8,816,196	20,24	8,068,257	22,72
1995	8,682,787	18,67	12,601,936	23,45

1996	9,182,557	19,23	12,607,182	22,22
1997	9,275,730	17,51	14,555,089	23,04
1998	9,740,859	19,06	14,275,413	23,41
1999	10,674,750	22,23	12,280,014	23,7
2000	13,180,492	23,93	13,506,398	22,92
2001	14,189,583	24,37	13,448,239	22,98
2002	15,353,983	25,44	10,725,336	21,57
2003	16,692,311	22,84	10,001,063	19,68
2004	20,038,377	20,77	11,882,899	17,88
2005	22,471,980	18,99	13,243,891	17,08
2006	24,431,289	17,77	15,312,530	15,97
2007	24,968,882	15,58	19,551,531	15,44
2008	27,423,161	13,85	26,996,528	14,8
2009	15,601,613	10,2	20,986,930	15,71
2010	19,454,033	9,6	28,468,106	14,87

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados de comércio exterior disponíveis no *site* da CEPAL. Disponível em: <<http://websie.eclac.cl/infest/ajax/cepalstat.asp?carpeta=estadisticas>>, acesso em 20 ago. 2011.

Já em relação ao que representa para os Estados Unidos o comércio com o Brasil, percebe-se que o percentual tanto das exportações quanto das importações é bem menor que o do Brasil, mas em 2009 chegou a representar 2,57%, o que é um valor considerável. Nota-se que o valor das exportações cresceu até 2001, decaindo entre 2002 e 2003, e voltando a aumentar até 2009.

Quanto às importações, nota-se valores crescentes durante todo o período, chegando em 2007 a quase quatro vezes o valor de 1991. Além disso, o percentual mostrou-se crescente até 1995, coincidindo com o período em que o Brasil procurou estreitar seus laços comerciais com os Estados Unidos e “limpar a agenda”, decaiu entre 1996 e 1999 e a partir de 2000 passou a aumentar. Note-se que o percentual dessas importações norte-americanas vindas do Brasil chegou ao pico em 2005, correspondendo a 1,51%, e o pico das exportações foi em 2008 e 2009, com 2,57%. Nesse período, a política externa não se caracteriza de maneira alguma por uma busca de relações especiais com os Estados Unidos, aliás, procura uma diversificação de parceiras e pragmatismo no plano internacional. Isso só vem a corroborar que não é necessário “alinhar-se” para incrementar o comércio com os Estados Unidos. Os Estados Unidos são atualmente o segundo maior parceiro comercial brasileiro, somente atrás

da China. E chama a atenção o avanço dos investimentos brasileiros nos Estados Unidos, além da aproximação do empresariado dos dois países em fóruns, os Foruns de CEOs Brasil-EUA, cuja sétima edição foi em 2012.

Tabela 5- Comércio Norte-Americano com o Brasil (em milhões de dólares)¹¹

Ano	Exportações		Importações	
	Total	Percentual	Total	Percentual
1991	6,356,579	1,44	7,222,107	1,42
1992	6,038,752	1,29	8,144,448	1,47
1993	6,379,238	1,3	8,021,267	1,33
1994	8,598,424	1,58	9,307,322	1,35
1995	12,130,555	1,96	9,428,267	1,22
1996	13,478,479	2,03	9,296,197	1,14
1997	16,823,535	2,3	10,149,463	1,13
1998	16,021,238	2,21	10,642,199	1,13
1999	14,167,167	1,91	11,896,369	1,12
2000	16,693,781	1,97	14,610,874	1,16
2001	17,194,591	2,16	15,258,633	1,29
2002	13,609,924	1,8	16,721,864	1,39
2003	12,488,085	1,57	18,962,971	1,45
2004	15,263,905	1,68	22,733,624	1,49
2005	17,136,538	1,71	26,220,606	1,51
2006	21,477,657	1,88	28,031,224	1,46
2007	27,572,572	2,16	27,193,387	1,35
2008	36,792,462	2,57	32,072,871	1,48
2009	30,215,561	2,57	21,017,803	1,31

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados de comércio exterior disponíveis no *site* da CEPAL. Disponível em: <<http://websie.eclac.cl/infest/ajax/cepalstat.asp?carpeta=estadisticas>>, acesso em 20 ago. 2011.

Durante a visita de Obama ao Brasil em 2011, o presidente discursou sobre a importância do comércio americano com o Brasil:

As the United States looks to Brazil, we see the chance to sell more goods and services to a rapidly growing market of around 200 million consumers. And for us,

¹¹ Os valores anteriores a 1991 e posteriores a 2009 não estavam disponíveis no site da CEPAL até a data de conclusão do trabalho.

this is a jobs strategy. When our businesses send more products overseas, it supports the workers who make and sell those products. And I think most American businessmen who are here understand this. For every \$1 billion in U.S. exports, we see 5,000 U.S. jobs (OBAMA, 2011).¹²

Uma última questão comercial a ser mencionada é a da chamada “guerra cambial” entre Estados Unidos e China, que fizeram com que o primeiro desvalorizasse sua moeda para garantir competitividade. Esse é um assunto que tem incomodado as autoridades brasileiras, pois poderia agravar o déficit comercial que o Brasil apresenta no comércio com os Estados Unidos (O GLOBO, 2011).

Segundo Maria Regina Soares de Lima (2005, p.18 e 19), Fernando Henrique Cardoso e Lula adotaram estratégias semelhantes no plano da diplomacia econômica multilateral, ampliando relações com os países do MERCOSUL e buscando estabelecer relações maduras com os Estados Unidos. “Essa relativa estabilidade da agenda diplomática reflete tanto o peso da geografia nas relações internacionais dos países, quanto o efeito inercial da participação em longos processos de negociação econômica multilateral”.

Por fim, devem-se mencionar as questões comerciais no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), em relação aos subsídios agrícolas e barreiras não tarifárias à entrada de produtos no país. Segundo a OMC (*website*), desde a criação da organização, em 1994, foram levadas à organização quatorze disputas entre Brasil e Estados Unidos, dez pelo Brasil e quatro pelos Estados Unidos. Apenas para se ter uma ideia de como funciona a solução de controvérsias na OMC, a primeira etapa é a de consultas bilaterais. Não se chegando a um acordo, há a convocação do painel ou órgão especial, composto por especialistas. Se houver recursos, passa pelo Órgão de Apelação. Por fim, a decisão vai para o Órgão de Solução de Controvérsias (OSC), composto por todos os membros. É necessário um consenso negativo para que a solução não seja implementada, ou seja, todos os votos contra. Assim, a opinião técnica prevalece sobre o critério político do OSC.

Fazendo um breve resumo desses casos, com informações baseadas no *website* da OMC, atualizado até 2010/2011, em 1996 os Estados Unidos acionaram o Brasil para consultas, a respeito de subsídios ao setor automotivo. No ano seguinte, foram feitas novas consultas, pois após a ocorrida em 1996, os Estados Unidos alegaram que o Brasil estaria

¹² Tradução nossa: Quando os Estados Unidos olham para o Brasil, veem a chance de vender mais bens e serviços para um mercado que cresce rapidamente de aproximadamente 200 milhões de consumidores. E para nós isso é uma estratégia de emprego. Quando nossos negócios vendem mais produtos para fora, eles apoiam os trabalhadores que fazem e vendem esses produtos. E eu acredito que a maioria dos homens de negócios americanos entendem isso. Para cada 1 bilhão de dólares exportados pelos Estados Unidos, nós vemos 5000 empregos.

dando benefícios para montadoras situadas no Japão e na Coreia do Sul. Em ambos os casos não foi acordada uma solução nem os Estados Unidos seguiram adiante na reclamação.

Também em 1996 o Brasil, juntamente com a Venezuela, acionou os Estados Unidos a respeito de tratamento discriminatório de gasolina. O caso chegou até o Órgão de Solução de Controvérsias (OSC), indo para apelação e dando vitória ao Brasil. Os Estados Unidos tiveram de implementar as recomendações do painel em 1997. Em 2000, novamente os Estados Unidos acionaram o Brasil a respeito da tarifa mínima de importação, declarando que o país estava impondo limites em discordância com o que havia se comprometido nos acordos da OMC. Mais uma vez não passou da fase de consultas.

Por fim, em 2000 os Estados Unidos levaram à OMC o famoso caso das patentes. O resultado foi um acordo entre as partes no ano seguinte. Por ser um caso mais conhecido e pela repercussão que causou, convém detalhar um pouco mais os fatos. Na IV Conferência Ministerial da OMC, em Doha, em 2001, foi feita a Declaração de Doha sobre o Acordo TRIPS e a Saúde Pública, sendo o Brasil um dos principais articuladores, junto com a Índia e a África do Sul. Essa declaração possibilita o licenciamento compulsório de fármacos para necessidade de saúde pública, no caso de doenças graves como HIV/AIDS e tuberculose. É o que a imprensa brasileira comumente chama de “quebra de patentes”, que o governo anunciou em 2005 para um dos antirretrovirais fornecido por um fabricante norte-americano. Na realidade se trata de uma licença para produzir no Brasil o medicamento, a custo bem mais baixo, mas ainda assim pagando *royalties* ao laboratório, em torno de 3% (FOLHA ONLINE, 2005).

Nota-se que até 2000, apenas um caso havia sido levado pelo Brasil à OMC. A partir de então, nove casos já foram objeto de disputa na organização. Entre 2000 e 2001, mais três casos foram levados pelo Brasil, permanecendo em consultas, sem que o país levasse adiante a reclamação.

Em 2001, o Brasil, juntamente com outros oito países, incluindo as Comunidades Europeias, entrou com pedido de consulta com os Estados Unidos a respeito da chamada “Emenda Byrd”, sobre lei de compensação por *dumping*. Em 2004 o OSC autorizou os países demandantes a aplicar medidas de compensação, já que os Estados Unidos haviam deixado expirar o prazo para por em prática as determinações da OMC.

O impacto [...] da ausência de concessões norte-americanas levou o governo de FHC a abrir uma série de contenciosos contra os EUA na OMC, já tendo sido conquistadas diversas vitórias em painéis referentes à soja e algodão, somente para citar alguns. Apesar disso, os EUA não mudaram suas políticas nestes e outros pontos de atrito no comércio bilateral (PECEQUILO, 2008, p.140).

A partir de então, mais cinco casos foram levados pelo Brasil. O primeiro deles, de 2002, é sobre as taxas impostas pela Flórida para importação, sendo a solução acordada pelas partes em 2004. O segundo é de 2002, a respeito de salvaguardas impostas pelos Estados Unidos a produtos de aço. Em 2004 os Estados Unidos notificaram a OMC que haviam implementado a decisão. O terceiro é também do mesmo ano, a respeito dos subsídios norte-americanos aos produtores de algodão (DS267). O resultado foi o ganho de causa pelo Brasil em 2009 e a autorização para aplicar contramedidas aos Estados Unidos. Entretanto, o Brasil informou a OMC em 2010 que iria adiar a aplicação dessas contramedidas, e, desde então, Brasil e Estados Unidos têm se empenhado para encontrar uma solução negociada, na base do diálogo. Em abril de 2010 foi assinado um Memorando de Entendimento e em 17-06-2010, Brasil e Estados Unidos assinaram o Acordo-Quadro para uma Solução Mutuamente Acordada para o Contencioso do Algodão na Organização Mundial do Comércio (WT/DS267). Segundo esse acordo, válido por um “período de transição” que vai até 2010, prevendo consultas trimestrais e não significa que o Brasil abriu mão de por em prática as contramedidas autorizadas, nem pré-condiciona um acordo entre os dois países no âmbito da OMC.

Uma vez concluído o processo legislativo que colocará em vigor a nova lei agrícola norte-americana em 2012, as partes examinarão as modificações introduzidas naquela legislação e avaliarão a possibilidade de informar à OMC que foi alcançada uma solução mutuamente satisfatória para o contencioso. O Governo brasileiro entende que o Acordo-Quadro firmado entre as partes é passo positivo e espera que o processo negociador, de consultas e de reformas que se iniciará possa levar à plena implementação das determinações da OMC, objetivo que continuará a ser perseguido pelo Governo brasileiro (MRE, 2010).

Em 2007, o Brasil levou mais um caso à OMC, a respeito de garantias de crédito às exportações de produtos agrícolas norte-americanos. O caso foi levado adiante, mas o painel ainda não foi composto para julgar o caso. Por fim, em 2008 o Brasil acionou os Estados Unidos sobre barreiras impostas à entrada de suco de laranja brasileiro no país. As medidas recomendadas pelo painel em 2011 têm prazo até 2012 para serem postas em prática.

Fazendo um balanço das questões relativas à OMC, percebe-se que, principalmente no período mais recente, tem havido um esforço mútuo para evitar contramedidas e consolidar uma solução pacífica e negociada, mesmo que fora da organização. Segundo Pecequillo (2008, p.150), esses contenciosos na OMC “não afetam negativamente a agenda político- estratégica com o eixo vertical. Pode-se dizer que houve um amadurecimento no âmbito das parcerias com EUA e UE, amparada pela sustentabilidade das parcerias ao Sul, focando-se nos progressos possíveis e não nas divergências”.

Alguns dos pontos em negociação na Rodada Doha da OMC são o teto de tarifas, que os Estados Unidos defendem um máximo de 15% para países em desenvolvimento, e o Brasil não aceita negociar menos de 20%. Além disso, apesar de os Estados Unidos terem aceitado teto anual para subsídios de 12,5 bi, a negociação emperrou no gatilho para salvaguardas especiais, que a Índia insiste que seja 10%. Outra questão que dificulta o acordo é a falta de *fast track* para que os Estados Unidos negociem sem depender da aprovação do congresso, além do conservadorismo do país.

3.2.3. INTEGRAÇÃO REGIONAL: A QUESTÃO DA ALCA

Um dos principais pontos da agenda entre Brasil e Estados Unidos na década de 1990 foi a negociação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Em 1990 Bush lançou a chamada “Iniciativa para as Américas”, ou “Iniciativa Bush”, com o objetivo de criar uma área de livre comércio no continente.

Segundo Pecequilo (2005, p.340-341), a estratégia norte-americana do período estava pautada pela lógica de conseguir mercados, pois o país estava perdendo espaço na Europa e na Ásia. Com isso, se lançava a ideia de um processo de integração pautado pelo regionalismo aberto. “Além disso, caso se concretizasse a hipótese de que o mundo se fecharia em blocos, conforme se levantava no pó-transição, os Estados Unidos procuravam construir o seu próprio, opondo-se à integração nos demais continentes”. Ademais, a questão era como os Estados Unidos exerceriam essa liderança no continente após o término da Guerra Fria.

Entretanto, ainda segundo a autora, os Estados Unidos não consideraram dois pontos relevantes para por em prática seu projeto: as diferenças entre os países latino-americanos e o fato de que sua influência é menor na América do Sul em comparação com a América Central.

Em resposta a essa iniciativa, o Brasil teve por objetivo fortalecer o MERCOSUL e garantir que os demais países, como Argentina e Uruguai, não abandonassem o bloco para realizar acordos de livre comércio com os Estados Unidos.

Segundo Pecequilo (2005, p.343), o Brasil não apoiou o projeto defendendo que “a integração ao norte diminuiria a capacidade de barganha no sistema, com perda de autonomia e atrelamento e subordinação às políticas norte-americanas”.

Em 1994 foi convocada a Cúpula das Américas, sendo lançada a ideia da ALCA. Como resultado, o Brasil procurou alcançar união aduaneira até o final de 1994, fazendo mais concessões para os outros membros do bloco, além do interesse “da área econômica do governo em antecipar a redução tarifária e a entrada em vigor da tarifa externa comum, determinado pela conjuntura do programa de estabilização” (MELLO, 2002, p.39).

Chama a atenção o grande debate gerado por essa proposta- tanto durante o governo Fernando Henrique quanto durante o governo Lula- que mobilizou diferentes camadas da sociedade e gerou um debate raro de se ver sobre um tema de relações internacionais e política externa.

O Ministério das Relações Exteriores institucionalizou canais de participação de entidades não-governamentais; universidades e institutos realizaram expressiva quantidade de estudos, empresas e instituições de classes criaram estruturas de acompanhamento e de articulação com o governo; o Legislativo promoveu debates públicos de alto nível (OLIVEIRA, 2003, p.311).

No início, segundo Hirst (2006), o Brasil adotou uma postura defensiva, até 1998, procurando alargar ao máximo os prazos. Ademais, com a não autorização por parte do Congresso americano da chamada “*fast track*”, ou “via rápida”, o que gerou a expectativa de que a pressão americana diminuísse para as negociações. Outro ponto importante a ser destacado é o grau de debate interno gerado pela ALCA, pois muitos setores tinham a visão de que seriam prejudicados, gerando uma série de manifestações contra o acordo.

Uma das vitórias brasileiras no âmbito da negociação da ALCA foi a de que fosse adotado o *single undertaking*, ou seja, todos os países deveriam concordar, e ao invés de irem aderindo ao bloco gradativamente. Além disso, o Brasil aproveitou a integração regional e a diversificação de parcerias como pilares da sua “estratégia de contenção” (OLIVEIRA, 2003, p.312).

Ainda segundo o autor, durante essa primeira fase, caracterizada pela postura defensiva do Brasil, o discurso foi de que a ALCA era um projeto distante, principalmente pelo fato de o governo norte-americano não ter a autorização para o *fast track*. O Brasil manteve seus princípios de política externa, baseados no não alinhamento, postura de *global trader* e fortalecimento do MERCOSUL.

Com base nesses princípios, a diplomacia brasileira buscou fortalecer os vários fóruns alternativos à Alca: Mercosul-Bolívia; Mercosul-Chile; Mercosul-Comunidade Andina, entendimentos entre a União Européia e o Mercosul, iniciados com o acordo-quadro de 1995; e a OMC, fórum multilateral considerado pela diplomacia brasileira a melhor opção em termos de inserção internacional (OLIVEIRA, 2003, p.313).

Em 2001, os Estados Unidos conseguiram a aprovação da “via rápida”, agora com o nome de “*Trade Promotion Authority*” (TPA). Segundo Hirst (2006, p. 107), “interpretada pelo governo brasileiro como um obstrutor às negociações da ALCA, a nova legislação incluía condições consideradas inaceitáveis, como a cláusula que outorgava ao governo dos Estados Unidos o direito de realizar consultas sobre as políticas monetárias adotadas pelos outros países”. Havia duas questões que suscitavam a maior parte das críticas:

A primeira foi quanto ao problema da reciprocidade dos EUA em termos de concessões efetivas, em prol da integração continental. Uma vez que os EUA já possuíam níveis elevados de liberalização tarifária, os ganhos efetivos com a Alca seriam representados apenas por garantias efetivas de redução de barreiras não-tarifárias ao produto brasileiro e pela revisão da legislação antidumping e medidas compensatórias – instrumento do unilateralismo norte-americano em comércio internacional. A outra ordem de críticas deu-se sobre a tendência norte-americana de tentar promover, no âmbito da Alca, regulamentação mais rígida do que as existentes no âmbito da OMC (do tipo OMC-plus) (OLIVEIRA, 2003, p.314).

A nova posição brasileira em relação às negociações passou a ser mais ativa, tendo consciência do custo de ser excluído e do peso do MERCOSUL. Entretanto, mesmo antes de os Estados Unidos obterem o TPA o Brasil mudou sua postura. Segundo Oliveira (2003), isso ocorreu devido ao progresso das negociações hemisféricas e esgotamento de outras opções estratégicas. Com isso, Brasil e Estados Unidos passaram a ser protagonistas nas negociações, com a defesa por parte do Brasil da “ALCA mínima”.

Desde o início, era bastante evidente que essa proposta de integração hemisférica apresentava muito mais problemas do que benefícios para o Brasil e outros países latino-americanos. Assim como a negociação entre a União Europeia e o MERCOSUL, a ALCA pouco oferece, na prática, em termos de acesso adicional a mercados nos setores em que a economia brasileira é competitiva. Além disso, teríamos que nos conformar com grande perda de autonomia em áreas de importância estratégica como tarifas industriais, serviços, investimentos estrangeiros, compras governamentais e propriedade intelectual (BATISTA JR, 2005, p.67).

Segundo Batista Jr. (2005), principalmente a partir de 2003 os questionamentos a respeito da integração no âmbito da ALCA se tornaram abertos, e as negociações entraram em compasso de espera. Isso ocorreu também com as negociações entre MERCOSUL e União Europeia.

De acordo com Oliveira (2003), com o início do governo Lula, o discurso que foi adotado é o de que o Brasil “endureceria” sua posição nas negociações. Alguns fatores que tornaram o tema ainda mais sensível foi o fato de os Estados Unidos defenderem que as propostas deveriam ser feitas de país para país, sem o conhecimento dos demais. Além disso, outra questão importante é a coordenação entre os países do MERCOSUL, que se mostrou deficiente nessas negociações:

O Brasil, por seu lado, apresentou no prazo determinado apenas duas das cinco áreas estabelecidas pelo calendário: acesso a mercado de bens agrícolas e não-agrícolas. Não foram apresentadas as propostas na área de serviços, investimentos e compras governamentais. A Argentina acompanhou o Brasil no atraso da proposta de serviços, mas Paraguai e Uruguai seguiram o cronograma estabelecido, reabrindo a discussão sobre coordenação intrabloco e ampliação do poder de barganha nas negociações via Mercosul (OLIVEIRA, 2003, p.320)

Pode-se dizer que de maneira geral o Brasil manteve a postura adotada pelo final do governo Fernando Henrique, resguardando seus interesses, mas vendo-se forçado a participar das negociações, sob pena de que os resultados fossem ainda piores sem sua participação.

As propostas brasileiras no ano de 2003, para uma ALCA “possível” foram baseadas em três princípios: acordo “guarda-chuva” que enunciasse conjunto de direitos e obrigações equilibrados aplicáveis aos 34 sócios, acesso a mercados para bens, serviços e investimentos negociado “bilateralmente”, entre diferentes países e blocos, e possibilidade de conclusão de acordos plurilaterais mais profundos em temas e setores específicos, por países que desejassem fazê-lo (MRE, 2011).

A ALCA (foi um) processo de integração controverso tanto nos EUA como no Brasil. Apesar das tentativas de criar formatos “light” para o arranjo, não se conseguiu gerar um consenso que desse conta de seus desafios, das obstaculizadas negociações da OMC, dos interesses domésticos dos EUA e da conciliação com acordos regionais pré-existentes (Nafta e Mercosul) (PECEQUILO, 2008, p.141).

Em 2005, na reunião de Mar del Plata, as negociações foram encerradas formalmente, chegando-se a conclusão de que “não havia visão compartilhada para o projeto de ALCA e que não seria possível chegar a um acordo enquanto perdurasse essa situação. Seria necessário suspender as negociações, examinar os problemas existentes e aguardar maiores definições da Rodada Doha da OMC”. Em 2004 ocorreu a última rodada de negociações e em 2008 o secretariado foi definitivamente fechado (MRE, 2011).

Por conseguinte, pode-se perceber que as relações entre Estados Unidos, no campo da integração regional, estiveram focadas basicamente em uma questão, a ALCA. No início as propostas o Brasil se mostrou cauteloso, passando a adotar uma postura mais ativa quando os custos da não participação no processo se tornaram muito altos. A postura brasileira foi a de negociar uma “ALCA possível”, até que as negociações se encerraram em 2005. No que tange as relações econômicas e políticas, o início da década de 1990 foi marcado pela limpeza na agenda e boas relações econômicas, apesar de discordâncias pontuais, passando por um período de desgaste no final da década até o início dos anos 2000- desgaste esse bastante relacionado às negociações da ALCA-, chegando por fim ao que se pode chamar de “parceria madura” durante o governo Lula, a partir de 2003.

4. RELAÇÕES ARGENTINA- ESTADOS UNIDOS

4.1. Relações Argentina- Estados Unidos Antes de 1990

Durante a segunda guerra mundial, a Argentina permaneceu neutra, apesar das pressões norte-americanas para que os países do continente apoiassem os aliados. Até esse momento, a política externa argentina ainda era mais ligada à Grã-Bretanha do que aos Estados Unidos. No pós-guerra, com a ascensão de Perón ao poder, o país se alinhou ao bloco ocidental, aderindo inclusive ao Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), mas manteve restrições no âmbito econômico, Segundo Cervo (2000, p.13) “recusou-se a subscrever os acordos do Sistema de Bretton Woods. Deu, assim, continuidade a relações bilaterais conflitivas com os Estados Unidos”.

Segundo Moniz Bandeira (2003, p.635), o golpe dado pelos conservadores nessa época apenas serviu para aprofundar ainda mais a dependência argentina dos ingleses: “na Argentina, o golpe militar devolveu o poder aos conservadores e restaurou o predomínio dos interesses agroexportadores contra as aspirações das classes médias urbanas e do proletariado”.

Assim, a política externa argentina no período de 1945 a 1955 se pautou pela “terceira posição”, autônoma em relação às duas potências do período. “Não significava não pertencer a um bloco ou equidistância relativa aos mesmos, mas subentendia o não alinhamento a um dos lados e a diversificação das relações internacionais com parceiros dos dois mundos” (CERVO, 2000, p.14).

Amado Cervo (2000, p.15) também destaca que esse período na argentina foi marcado pela busca de autonomia, característico do movimento dos não alinhados. Entretanto, esse caminho gerava dificuldades no relacionamento com os Estados Unidos, só conseguindo melhorar no segundo mandato de Perón. Logo após, este sofreu um golpe e por aproximadamente trinta anos a Argentina viveu a instabilidade política, com golpes militares seguidos que não se mantinham por muito tempo no poder.

Nos três primeiros anos de regime militar, a Argentina se alinhou completamente aos Estados Unidos, aderindo a Bretton Woods. Já entre 1958 e 1962, sob o comando de Frondizi, algumas características da “terceira posição” foram retomadas. “O alinhamento dos militares foi substituído por uma política mais equilibrada que buscava compartilhar interesses entre

parceiros e evitar confronto estratégico com os Estados Unidos” (CERVO, 2000, p.16). Apesar disso, a Argentina manifestou algumas opiniões contrárias aos norte-americanos, como a suspensão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA), em que, bem como o Brasil, se absteve.

Em 1962 assume o poder o general Illia e seu governo foi semelhante ao anterior, segundo Cervo (2000, p.17), “com sua relativa autonomia decisória em matéria de política exterior, mas viu-se na contingência de romper com o princípio da autodeterminação e não intervenção, votando a favor da intervenção da OEA na República Dominicana, como queriam os Estados Unidos”. Já em relação ao comércio exterior, os governos em geral tratavam sem vinculação com a ideologia, buscando aumentar as exportações inclusive para o bloco socialista.

Com o golpe de 1966, que durou até 73, governos se sucederam em meio à instabilidade. Segundo Cervo (2000, p.18), o primeiro governo militar se alinhou aos Estados Unidos, enquanto os dois que o sucederam foram mais próximos da autonomia. De acordo com Coelho (2000, p.100), abandona-se a doutrina de segurança nacional e a política externa passa a ser pautada pela “ruptura das fronteiras ideológicas”, com acordos comerciais com a União Soviética, inclusive. Entre 1973 e 1976 há o retorno do peronismo, com o próprio Perón e, logo após, com Isabelita Perón.

A política exterior do segundo peronismo correspondeu a uma aplicação adaptada e atualizada dos princípios da Terceira Posição. Restabeleceram-se as relações com Cuba e iniciaram-se com os países comunistas de combate, como a Coreia do Norte e o Vietnã do Norte, além da República Democrática Alemã. A Argentina obteve, em recompensa, maior abertura do mercado socialista. Esse maior grau de autonomia decisória verificou-se ainda na adesão ao Movimento dos Não Alinhados e em relações cordiais com os Estados Unidos, que se conformaram com a heterodoxia da política externa argentina (CERVO, 2000, p.20)

No período de instabilidade entre 1976 e 1983, com novas intervenções militares, seguiu-se basicamente as premissas do período anterior, com a manutenção da autonomia argentina nas relações com os Estados Unidos (CERVO, 2000, p.21). Entretanto, havia na Argentina, bem como houve no Brasil por muito tempo, o debate sobre o alinhamento com os Estados Unidos e a vantagem de se declarar aliado especial, em busca de vantagens. Segundo Cervo (2000, p.22), “essas tendências foram se acentuando e resultaram em dois fiascos espetaculares, a derrocada da economia interna e a derrota diante da Inglaterra na Guerra pelas Malvinas”.

Com a abertura da economia argentina, a dependência em relação aos Estados Unidos cresceu (CERVO, 2000, p.22).

Ao tempo do governo do general Galtieri, fortaleceu-se a crença de que o apoio às intervenções norte-americanas na América Central e Caribe conjugado com o perfil neoliberal da política econômica havia harmonizado a política exterior argentina com a do Primeiro Mundo [...] Eliminava-se a possibilidade de cosmovisões alternativas, confundindo-se o combate ao comunismo com a subserviência aos Estados Unidos (CERVO, 2000, p.23).

Entretanto, Moniz Bandeira (2003) salienta que no final da década de 1970 a Argentina finalmente alcançou um entendimento com o Brasil a respeito de Itaipu, e o relacionamento entre os dois começou a melhorar, e o apoio brasileiro se mostrou mais presente que o dos Estados Unidos, o qual a Argentina via como aliado:

E durante a Guerra das Malvinas (1983), por não concordar com a invasão no arquipélago, o Brasil optou pela neutralidade, mas uma neutralidade imperfeita, favorável à Argentina, à qual forneceu até pequenos aviões e pilotos, enquanto os EUA, com os quais o general Leopoldo Galtieri, chefe da junta, tratou de alinhá-la, apoiou de todas as formas a Grã-Bretanha (BANDEIRA, 2003, p.643).

Com o governo de Raúl Alfonsín a Argentina inaugura o período democrático que vigora até a atualidade. A política externa de Alfonsín é caracterizada como “autonomia heterodoxa”, que significava:

buscar cooperação internacional, não o confronto, seja com o Primeiro, seja com o Terceiro Mundo, reforçando os princípios de não-intervenção e autodeterminação; apesar da reativação da Guerra Fria pelo governo de Ronald Reagan, tomar distância do conflito Leste-Oeste, alheio aos interesses do desenvolvimento, e associar-se ao diálogo Norte-Sul nos organismos internacionais; dispor-se até mesmo à negociação branda da dívida externa (CERVO, 2000, p.23)

Amado Cervo (2000) destaca o papel do revisionismo nesse período, que procura encontrar os erros do passado para explicar a situação crítica da Argentina, cujos principais autores foram Felipe de la Balze e Carlos Escudé. E isso serviu de base para a política externa argentina dos anos de 1990.

Entre 1983 e 1989, o governo de Raúl Alfonsín experimentou o fim de uma longa crise do Estado argentino. Este período foi marcado pela recriação das coalizões políticas e de classe, enquanto distintas facções lutavam para manter ou modificar sua cota de poder. Neste jogo de poder, as relações sociais foram profundamente modificadas. O resultado destas mudanças nas relações sociais trouxe consigo um forte questionamento do Estado (SARAIVA, TEDESCO, 2001, p.129).

Além disso, Colombo (2005) ressalta o fato de a crise da ordem neoliberal ter afetado a dinâmica interna da Argentina, e isso ter provocado mudanças em sua política externa. Já nos anos de 1980 a Argentina começou a enfrentar a crise desse modelo, com hiperinflação, recessão econômica e déficit fiscal. Assim, já no final da década um novo governo assume, reorientando o modelo econômico vigente no país desde 1940 em direção ao neoliberalismo.

4.2. Relações Argentina-Estados Unidos Após 1990

Da mesma maneira que foi feito no capítulo anterior, as relações entre Estados Unidos e Argentina serão divididas em políticas, econômicas e integração regional.

4.2.1. RELAÇÕES POLÍTICAS: DAS RELAÇÕES CARNAIS À BUSCA DE POSIÇÕES COMUNS

Entre 1989 e 1999 a Argentina foi governada por Carlos Menem e teve Domingo Cavallo como seu Ministro de Relações Exteriores. Baseado no revisionismo, o governo procurou desarticular as bases peronistas na Argentina, liberalizando a economia e promovendo privatizações (CERVO, 2000).

Diversos analistas destacam, segundo Coelho (2000, p.125), a mudança de rumos nas relações entre Argentina e Estados Unidos a partir desse período. Há uma clara aproximação, podendo-se dizer inclusive alinhamento por parte da Argentina com relação aos Estados Unidos.

Dentre essas atitudes, podemos elencar três, consideradas pelo governo as mais importantes no sentido de uma ruptura com o modelo anterior: a retirada do Movimento dos Países Não-Alinhados (MPNA), a resolução, ou pelo menos a desradicalização, de todos os conflitos territoriais (principalmente com o Chile e a Grã-Bretanha) e a ampliação da cooperação com o Brasil (ONUKI, 2003, p.6).

Coelho (2000, p.139) destaca também o papel das relações cívico militares no período, cuja solução encontrada por Menem foi conceder o indulto em 1989 “a todos os condenados e acusados, tanto por violações a direitos humanos como por levantamentos golpistas, em troca de um compromisso de obediência e de subordinação militar ao poder civil”. Além disso, um segundo indulto foi concedido em 1990, o que contribuiu, segundo o autor, para dissipar a resistência dos militares em relação ao poder civil. Assim, durante seu governo um novo papel foi dado às Forças Armadas, o de participar em missões de paz externas, como no Haiti e no Golfo, além da política de Menem de aproximação das forças armadas com as respectivas forças dos países vizinhos.

Do ponto de vista de política externa, procurou-se aplicar o que Carlos Escudé defendeu como realismo periférico, que se resume basicamente a não enfrentar as grandes potências, como havia sido feito anteriormente, pois isso traria benefícios de longo prazo.

Domingo Cavallo denominou essa política de “reincorporação ao Primeiro Mundo” (CERVO, 2000). E para que isso pudesse ser possível, a Argentina passou por um processo parecido com a “renovação de credenciais” que o Brasil empreendeu com a redemocratização:

Para conquistar a “confiança” dos norte-americanos, era preciso eliminar todos os elementos que representassem obstáculos ao aprofundamento de uma possível relação positiva. E, para a Argentina, a questão da segurança parecia ser fundamental. Isso porque as arestas da política externa argentina eram até então, definidas pela postura de enfrentamento que o país vinha adotando, culminando na Guerra das Malvinas, considerada pelos policy makers do governo Menem, o aspecto mais negativo da história recente da política externa argentina (ONUKI, 2003, p.2).

Para Colombo (2005, p.136), o interesse nacional, baseado em transformar a Argentina em um país desenvolvido, acabou se definindo em termos do interesse econômico. Com isso, a política externa argentina teve por principal característica o fomento do comércio e a atração de investimentos, pois estes eram necessários para reestruturar a economia do país, em crise na década anterior.

Segundo Amado Cervo (2000, p.77), foram quatro os motivadores para a política externa argentina da década de 1990, sob o governo de Menem. O primeiro seria a “teoria da decadência nacional”, motivada pela crise da sociedade argentina no período anterior; o segundo, o realismo periférico, que rege as relações entre a Argentina, país pequeno, e Estados Unidos, superpotência; o terceiro, “o argumento da recompensa econômica pelo alinhamento político com a potência hegemônica da área” e o quarto, o “conceito de globalização benigna, que induziu a conformação da política exterior às circunstâncias imperantes e a decisão de relegar a responsabilidade do desenvolvimento nacional a fatores exógenos- capitais, empresas e tecnologias”.

A respeito das críticas ao passado, Coelho (2000, p.156) comenta que elas estão baseadas no declínio sofrido pela Argentina, pois até o início dos anos de 1940 o país tinha “um produto bruto superior ao de muitos países europeus. Em 1960, sua renda *per capita* era superior à do Japão”. Entretanto, logo após a Argentina passou por períodos de instabilidade e sua situação estava longe da anterior.

Cervo compara a política externa argentina desse período com a correção de rumos empreendida pelo governo Castelo Branco, com uma maior aproximação dos Estados Unidos. Além disso, ressalta a semelhança com a política externa que está sendo levada a cabo no Brasil nesse mesmo período por Collor. O foco da política externa no período é ser alçada ao primeiro mundo.

Trata-se portanto de uma troca de modelos, tendo-se esgotado aquele que servira à geração de 1980 (o “confrontacionismo idealista” de Alfonsín). Promove-se agora a

ideia da resposta aos acontecimentos, dando-se prioridade na relação externa ao desenvolvimento econômico e ao bem-estar social. [...] Dissociando-se, assim, da tradicional atitude de prudência das chancelarias, no sentido de procurar diversificar as relações numa conjuntura mundial visivelmente em transição, Menem decidiu-se por uma política externa que, pelo menos até 1992, tinha como balizamento quase único o alinhamento automático com os EUA (COELHO, 2000, p.150-151).

Com isso, um dos principais objetivos da política externa nesse período era o estabelecimento de relações especiais com os Estados Unidos. O governo argentino via as relações especiais como uma porta para benefícios econômicos e para entrar no primeiro mundo, pautando-se pelo realismo periférico. Assim, foi feito um esforço não apenas de melhorar as relações entre governos, mas também relações privadas e a imagem da Argentina entre os norte-americanos. Para tanto, a diplomacia presidencial foi bastante utilizada no período. Menem visitou os Estados Unidos em 1989, durante o mandato de Bush, e em 1993, já no governo Clinton. O próprio Bush visitou a Argentina em 1990, sendo a primeira visita de um presidente norte-americano desde a visita de Eisenhower em 1960.

A posição de excepcionalidade dos Estados Unidos no mundo sugere à Argentina que estabeleça com esse país uma relação especial capaz de produzir os seguintes efeitos: modernização das forças armadas, apoio para superação de questões estratégicas regionais (Malvinas, corrida armamentista, estabilidade democrática, eventuais desastres ecológicos), influência argentina sobre o processo decisório norte-americano em política exterior, acesso especial das exportações argentinas ao mercado dos Estados Unidos e do Nafta e captação de uma parcela importante de investimentos norte-americanos no exterior (CERVO, 2000, p.40).

A Argentina queria tornar-se indispensável aos Estados Unidos para que estes exercessem sua política externa para a América Latina. Como parte desse objetivo, percebe-se a aspiração argentina de tornar-se membro especial da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), objetivo coadunado também com a política de segurança argentina de formação de uma zona de paz no Cone Sul: “a zona de paz seria efetiva quando os maços de segurança dos países do Cone Sul fossem desmontados em favor do controle externo por parte do aliado especial ou da OTAN, que auscultariam a Argentina antes de tomar decisões relativas à América do Sul e, quiçá, lhe fornecessem modernos meios de ação externa” (CERVO, 2000, p.42-43). Durante o governo Menem houve um maior envolvimento da Argentina nas missões de paz da ONU (COELHO, 2000).

Tendo em vista a própria reconfiguração do cenário internacional, fica claro que um alinhamento com os Estados Unidos no tema da segurança significava uma primeira amostra de que os argentinos estavam dispostos a aderir à estabilidade do “mundo ocidental”. Neste sentido, podemos verificar que todos os outros temas seguem o mesmo objetivo, mas a ênfase dada à questão da segurança supera inicialmente outros temas (ONU, 2003, p.3).

De acordo com Colombo (2005), o pressuposto assumido pelo governo argentino de que o país não poderia adotar posições contrárias ao ator dominante, os Estados Unidos, levou

o país a aderir a políticas multilaterais e unilaterais implementadas pelos norte-americanos, tanto no que se refere à “segurança cooperativa” quanto à integração econômica hemisférica, “mediante la candidatura implícita de acceso al NAFTA y el respaldo entusiasta a la creación del ALCA” (COLOMBO, 2005, p.137).¹³

Outro pilar da política externa argentina nesse período era do prestígio internacional, calcada nos valores do primeiro mundo, como democracia e direitos humanos. Em 1992, por exemplo, a Argentina solicitou entrada como membro da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), reiterando o pedido em 1997. Entretanto, o país foi aceito somente como observador em alguns comitês. Esses parâmetros orientaram a política externa argentina por uma década, até 1999. Além das relações especiais com os Estados Unidos, a política externa de Menem prega relações com outros atores, principalmente a Europa. De acordo com Moniz Bandeira (2003, p. 644), Menem “alinhou a Argentina incondicionalmente com os EUA, adotando diretrizes de política exterior similares às dos governos militares de Juan Carlos Onganía (1966-1970) e Leopoldo Galtieri (1981-1982), orientado pelo realismo periférico”.

Entretanto, Coelho (2000) faz a ressalva que a partir de 1992, com a mudança de Chanceler, assumindo Di Tella, a política externa argentina apresenta algumas modificações. Um exemplo é o fato de que durante a chancelaria de Cavallo a visão que se tinha era que o sistema internacional era dado, e o país não podia fazer nada para modificá-lo. Assim, fazia sentido um alinhamento com os Estados Unidos. Já a partir de 1992, a Argentina:

Admite que o contexto internacional é mutável, decorrendo daí o exercício de maior prudência na relação privilegiada com os Estados Unidos. Tal se dá, claro, depois de assegurado o caminho das reformas econômicas. Quatro grandes relações são privilegiadas: EUA, América Latina (com ênfase nos países limítrofes), Europa e Japão (COELHO, 2000, p.152).

Principalmente durante o primeiro mandato de Menem, a Argentina conseguiu cultivar relações amistosas com os Estados Unidos, apesar de alguns desentendimentos, principalmente na área comercial.

Em alguns domínios de sua agenda externa, a Argentina tirou vantagens do apoio dos Estados Unidos. O incremento das inversões privadas, a boa vontade dos organismos financeiros multilaterais de crédito, o envolvimento em operações para a manutenção da paz, o exame do movimento diplomático argentino por altos funcionários americanos e a propagação da imagem política do país foram exemplos de resultados que o apoio dos Estados Unidos favoreceu (CERVO, 2000, p.55).

Bem como o Brasil, a Argentina assinou nesse período diversos tratados que fizeram com que a relação com os Estados Unidos melhorassem, como o Tratado de Tlatelolco, TNP e

¹³ Tradução nossa: mediante a candidatura implícita de acesso ao NAFTA e ao respaldo entusiasta à criação da ALCA.

a Convenção de Armas Químicas, além de tornar-se aliado extra- OTAN dos Estados Unidos. Ademais, a Argentina retirou-se do Movimento dos Países Não-Alinhados e participou da Guerra do Golfo ao lado dos norte-americanos, ao contrário do Brasil, e da missão no Haiti pelas forças da ONU, apoiando também os norte-americanos quando estes interviram no país. Além disso, em 1991 a Argentina:

Suspendeu e desmantelou o Projeto Condor II de produção de um míssil de médio alcance, que incomodava britânicos e norte-americanos, e decidiu passar as atividades logísticas ao controle de civis com a criação da Comissão Nacional de Atividades Espaciais (Conae). O projeto balístico, é bem verdade, vinha sofrendo constrangimentos financeiros e tecnológicos, o que por si explicaria a sua interrupção, mas é certo que a decisão tinha o objetivo de ajustar-se ao desejo do governo de Clinton de impedir a proliferação de armas de destruição em massa em outros países e, assim, criar facilidades para a admissão na aliança ocidental (CERVO, 2000, p.60).

A participação da Argentina em missões em paz e, principalmente, na Guerra do Golfo, fazia parte da estratégia argentina de alinhamento aos Estados Unidos, demonstrando uma visão que determinava que “apoiar ou não a ação dos Estados Unidos para efetivar a intervenção tornou-se, na ótica do governo argentino, um *test case* do grau de compromisso da Argentina com o ordenamento mundial promovido pelos Estados Unidos. Seria uma “prova” de que a Argentina poderia ser um parceiro confiável” (ONU, 2003, p.6).

Em 1999 assume De La Rúa. Seu governo foi marcado por uma situação econômica delicada e discussões a respeito da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), a qual seu ministro da economia era favorável, gerando divergências com o Brasil.

Não obstante as intenções do governo da Aliança de se apresentar como diferente em relação à gestão Menem, a política externa argentina manteve-se pautada, em grande medida, pela política econômica, apoiada internacionalmente pelos EUA, de quem Argentina dependeu para obter uma “blindagem” de 40 bilhões de dólares para enfrentar os novos acordos com o FMI, e para renegociar as dívidas de curto prazo com a banca privada internacional (VADELL, 2006, p.201).

Em 2001, após promessas do presidente de manter a conversibilidade entre peso e dólar, a Argentina enfrentou uma grave crise econômica, com protestos se multiplicando pelas ruas. Vadell (2006, p.202) exemplifica o impacto da crise na Argentina citando dados como mais de 20% da população ativa desempregada em 2002, redução de salários reais em 18% nesse ano e entre 1998 e 2002, elevação da pobreza extrema em 223%, o que mostra números assustadores.

O que se seguiu foi a renúncia de De la Rúa e Eduardo Duhalde foi empossado pelo Congresso. Nesse período foi decretada a moratória com os credores privados e suspensa a conversibilidade. O aprofundamento das relações com Brasil ou Estados Unidos era debatido e não era considerado complementar na Argentina nesse período. Russel e Tokatlian (2004,

p.119) colocam que “os partidários da submissão a Washington ainda alimentavam uma visão negativa do Brasil, que foi apresentado como um país de futuro incerto e com um tipo de política externa que poderia arrastar a Argentina para a retomada de caminhos equivocados”. Os Estados Unidos apoiaram a renegociação da dívida externa.

Nesse período do governo de Duhalde, a Argentina apresentou posições semelhantes às norte-americanas em alguns temas, como na questão da Colômbia e do combate “ao terrorismo”, apoiando o presidente Uribe. Além disso, em relação à guerra no Iraque, a Argentina não adotou postura de oposição, como o Brasil, o que Washington considerou como um resultado positivo (RUSSEL; TOKATLIAN, 2004, p.127).

Em 2003 foi eleito Nestor Kirchner, apresentando mudanças tanto econômicas quanto em termos de política externa. Houve a negociação com os credores logo no início do governo (VADELL, 2006, p.202). Ademais, foi criticado o modelo de regionalismo aberto, e as relações com o Brasil melhoraram sensivelmente, apesar de os habituais desacordos pontuais relativos ao MERCOSUL:

Na região do Cone Sul, os vínculos com o Brasil foram elevados ao *status* de relações estratégicas, como ferramenta destinada a maximizar a margem de manobra da Argentina em relação aos Estados Unidos e frente à União Européia, especificamente nas negociações comerciais internacionais e dentro da Organização Mundial de Comércio (OMC) (VADELL, 2006, p.202).

Segundo Russel e Tokatlian (2004), apesar das mudanças no governo Kirchner, não se pode considerar que haja uma ruptura em termos de relações com os Estados Unidos, apesar da clara mudança de postura de maneira a evitar submissão a Washington.

O governo Bush, se bem que tivesse adotado uma posição de relativa indiferença em relação ao país no início da crise, sempre evitou que as diferentes políticas bilaterais contaminassem o processo de negociação econômica da Argentina com os organismos multilaterais de crédito, e acabou por desempenhar um papel importante para que o país pudesse fechar os acordos com o FMI, primeiro com Duhalde e logo com Kirchner (RUSSEL, TOKATLIAN, 2004, p.138).

Os pontos que se destaca das relações entre Argentina e Estados Unidos após o fim das chamadas “relações carnis” de Menem são a prioridade dada às tratativas de renegociação da dívida e da questão do combate ao terrorismo iniciado pelos Estados Unidos sob o governo Bush. Assim, o período pode ser caracterizado por não apresentar um alinhamento irrestrito nem um choque com relação aos Estados Unidos. (COLOMBO, FRECHERO, 2009, p.22). De acordo com Russell e Tokatlian (2004a), a postura Argentina foi vista com bons olhos pelos Estados Unidos. Entretanto, cabe ressaltar que a postura argentina, posteriormente, passou a ser mais crítica:

Desde una postura inicial en la que incluso se especuló con la posibilidad de participar con tropas de paz tanto en Afganistán como en Irak luego de concluido el

conflicto bélico en este último país, se pasó gradualmente a la posición de no participar en la guerra de ninguna manera. En este camino, el gobierno argentino tuvo varias idas y venidas, aunque siempre mantuvo una ostensible voluntad de tomar distancia de actitudes que pudiesen ser leídas en Washington como de neutralidad. En el balance, Washington consideró positivamente la posición de la Argentina por dos razones principales: por su tácito reconocimiento a que el conflicto bélico era inexorable y por su bajo nivel de críticas. La Argentina no adoptó una postura de firme oposición a la guerra, como sí lo hizo Brasil (RUSSELL, TOKATLIAN, 2004a, p.21).¹⁴

Entretanto, Colombo e Frechero (2009) ressaltam a crítica de Kirchner ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e aos Estados Unidos em 2005 na Cúpula das Américas, além da situação causada pela organização de um ato anti-Bush em Buenos Aires por Hugo Chavez e o discurso em 2007 na Assembleia das Nações Unidas, reclamando a falta de apoio norte-americano durante o difícil período de crise vivenciado pela Argentina.

Segundo Sierra (2004, p.66), a agenda entre a Argentina e os Estados Unidos apresenta pontos de convergência principalmente nas questões relativas a terrorismo, narcotráfico e proliferação de armas de destruição em massa. No tocante a esses temas, a Argentina, o país faz parte do Comitê Interamericano contra o Terrorismo, além do mecanismo três mais um na tríplice fronteira, composto por Argentina, Brasil e Paraguai mais os Estados Unidos. Ademais, faz parte da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Internacional Organizado, e participou de diversas operações de paz das Nações Unidas.

Em 2007, Cristina Kirchner foi eleita presidente, e é a atual governante argentina. A respeito de suas relações com o governo Obama, Colombo e Frechero (2009) colocam que o governo norte-americano não se mostra tão distante do país como ocorria com o governo Bush, e apesar de a Argentina saber que a América do Sul não é uma prioridade atual para o governo americano, procura construir uma agenda positiva.

Además, Argentina no toca de lleno ninguno de los temas prioritarios de la agenda estadounidense para América Latina: migraciones, comercio, drogas y seguridad pública y energética. En efecto, las migraciones argentinas al territorio de Estados Unidos no tienen ni remotamente la dimensión política, económica y social que tienen las de México, América Central o el Caribe (RUSSELL, 2008, p.92).¹⁵

¹⁴ Tradução nossa: De uma postura inicial em que inclusive se especulou sobre a possibilidade de participar com tropas de paz tanto no Afeganistão como no Iraque logo que foi concluído o conflito bélico nesse último país, se passou gradualmente à posição de não participar da guerra de nenhuma maneira. Neste caminho, o governo argentino teve várias idas e vindas, ainda que sempre mantivesse uma ostensiva vontade de tomar distância de atitudes que pudessem ser lidas em Washington como de neutralidade. No balanço, Washington considerou positivamente a posição argentina por duas razões principais: por seu tácito reconhecimento que o conflito bélico era inexorável e por seu baixo nível de críticas. A Argentina não adotou uma postura de firme oposição à guerra, como fez o Brasil.

¹⁵ Tradução nossa: Ademais, Argentina não se insere em nenhum dos temas prioritários da agenda estadunidense para a América Latina: migrações, comércio, drogas e segurança pública e energética. De fato, as migrações argentinas para o território dos Estados Unidos não tem nem remotamente a dimensão política, econômica e social que tem as do México, América Central ou Caribe.

Algumas características marcantes de seu governo foram a defesa da integração regional e o apoio à União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), com ativa participação argentina, contando inclusive com Nestor Kirchner como secretário-geral do bloco em 2010. Durante seu governo, também criticou a postura unilateral de Bush.

Falcoff (2004, p.79) ressalta que o importante é que a Argentina defina suas próprias prioridades na relação bilateral com os Estados Unidos, e não que esta seja imposta unilateralmente pelos norte-americanos, além de ressaltar que eles não contam com uma política latino-americana em si, mas sim dividida por regiões. Assim, “las políticas de Argentina hacia EE.UU. son buenas en la medida que adelanten los intereses nacionales de los argentinos. No le corresponde a EE.UU. determinar cuáles son estos intereses, bastante complicado es decidir cuáles son los propios”.¹⁶ De acordo com Tussie (2004), cabe à Argentina:

Aceptar su lugar en el mundo, a través de la recuperación de la identidad que le permita ganar autonomía y flexibilidad. Por supuesto, como hemos visto, este camino no está libre de tensiones. De hecho, es un camino excesivamente estrecho, y exige identificar cuáles son los intereses contradictorios y cuáles son los intereses comunes. Esta es, de hecho, la constante de cualquier relación (ya sea laboral, amistosa o amorosa): Siempre hay que saber qué nos une, qué nos separa, y cómo transitar las diferencias de intereses (TUSSIE, 2004, p.87).¹⁷

Verifica-se que a política externa argentina atual segue na linha brasileira de buscar relações maduras, sem o alinhamento automático aos Estados Unidos para conseguir vantagens, mas sim buscando posições comuns:

El objetivo de Argentina es desarrollar relaciones maduras, sinceras y amplias con todos los grandes países del mundo, incluyendo a EE.UU. Sin embargo, ser amigo de un país no es sinónimo de tener los mismos enemigos que tiene ese país; el gobierno argentino ya dijo que: “Ser amigo de los EE.UU. no significa hacernos cargo de todos sus enemigos” (SIERRA, 2004, p.68).¹⁸

Com a chegada de Obama, Colombo e Frechero (2009) destacam que se viu a possibilidade de melhorar as relações bilaterais. Na ocasião da morte de Nestor Kirchner, em 2010, Apesar de em seu giro pela América do Sul em 2011 Obama não ter contemplado a Argentina em suas visitas, mencionou-a em seu discurso no Chile como um dos países que

¹⁶ Tradução nossa: As políticas da Argentina com relação aos EUA são boas na medida em que traduzam os interesses nacionais argentinos. Não compete aos EUA determinar quais são esses interesses, bastante complicado dizer quais são os próprios.

¹⁷ Tradução nossa: Aceitar seu lugar no mundo, através da recuperação da identidade que permita a ela ganhar autonomia e flexibilidade. É claro que, como vimos, este caminho não está livre de tensões. De fato, é um caminho excessivamente estreito, e exige identificar quais são os interesses contraditórios e quais são os interesses comuns. Esta é, de fato, a constante de qualquer relação (seja de trabalho, amizade ou amorosa). Sempre se deve saber o que nos une, o que nos separa, e como balancear as diferenças de interesse.

¹⁸ Tradução nossa: O objetivo da Argentina é o de desenvolver relações maduras, sinceras e amplas com todos os grandes países do mundo, inclusive os EUA. Entretanto, ser amigo de um país não é sinônimo de ter os mesmos inimigos que este país tem; o governo argentino disse que: “ser amigo dos EUA não significa que tomamos todos os seus inimigos”.

agora possui mais voz nas decisões internacionais, no âmbito do G-20, juntamente com Brasil e México (OBAMA, 2011b). Por outro lado, Russell (2008), ressalta que ao Brasil cabe maior destaque na América do Sul, como pode ser visto na visita de Obama ao Brasil e a outros países da região em 2011, visita que não incluiu a Argentina.

Por último, Argentina es, a los ojos de Washington, un país ambiguo, en estado de observación. Su modelo político y económico no encaja en la categoría de los “populismos radicales” latinoamericanos, pero deja lugar a dudas, incertidumbres y confusión. Por lo tanto, se le asigna un papel cada vez menor en la estabilización en América del Sur y en la contención de los aspectos más irritantes para Estados Unidos del “socialismo del siglo xxi” que promueve el presidente Hugo Chávez. Ese lugar le corresponde crecientemente a Brasil (RUSSELL, 2008, p.94).¹⁹

Analisando as votações no conselho de segurança, é possível perceber um alto grau de votos coincidentes com os Estados Unidos durante o governo Menem, com somente um voto diferente em 1994, relativo a questão da Somália, no qual os Estados Unidos se abstiveram e a Argentina votou a favor. Já em 2005 e 2006, durante o governo de Nestor Kirchner, a Argentina passa a ter dois votos diferentes em comparação com os Estados Unidos. Ressaltando o grau de coesão que costuma haver no órgão- em 2005, 66 de 69 resoluções foram adotadas por consenso, por exemplo, conforme tabela 6-, representa uma mudança em relação ao período governado por Menem.

Tabela 6- Argentina e Estados Unidos- Votos coincidentes sobre o total no Conselho de Segurança da ONU

Ano	Argentina- Estados Unidos
1994	73/74
1995	64/64
1999	64/64
2000	49/50
2005	69/71
2006	86/88

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados das votações disponíveis no *site* da ONU. Disponível em: <<http://unbisnet.un.org/>>, acesso em 20 ago. 2011.

¹⁹ Tradução nossa: Por último, a Argentina é, aos olhos de Washington, um país ambíguo, em estado de observação. Seu modelo político e econômico não se encaixa na categoria dos “populismos radicais” latino-americanos, mas deixa lugar a dúvidas, incertezas e confusão. Para tanto, se delega a ela um papel cada vez menor na estabilização da América do Sul e na contenção dos aspectos mais irritantes para os Estados Unidos do “socialismo do século XX” que promove o presidente Hugo Chávez. Esse lugar pertence crescentemente ao Brasil.

Tabela 7- Votos de Argentina e Estados Unidos no Conselho de Segurança da ONU

Ano	Votos Iguais	Votos Diferentes	Unanimidade	Abstenções	Votos Contra	Contra e Abstenções
2006	86	2	82	3	2	1
2005	69	2	66	3	0	0
2000	49	1	43	7	0	0
1999	64	0	55	7	1	1
1995	64	0	57	7	0	0
1994	73	1	65	7	0	2

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados das votações disponíveis no *site* da ONU. Disponível em: <<http://unbisnet.un.org/>>, acesso em 20 ago. 2011.

Já quando consideramos a participação argentina na Assembleia Geral, percebemos que seu comportamento em relação aos votos coincidentes com os Estados Unidos é, em geral, bastante parecido com o Brasil, pois possui pouca coincidência. Analisando a tabela 7 e o gráfico 2, percebe-se que a exceção é o período governado por Menem.

Entre 1990 e 1995, há uma porcentagem crescente de votos coincidentes, atingindo o ápice com 40,91%. Durante esse período, um dos votos reiterados da Argentina é a abstenção em relação ao embargo a Cuba, de maneira a não se opor aos Estados Unidos. Além disso, Coelho (2000, p.127) ressalta que “as posições argentinas têm sido igualmente próximas às norte-americanas ao favorecer, na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, a proposta dos EUA de investigar supostas violações de direitos humanos em Cuba”.

Entretanto, de acordo com Carlos Escudé, a posição da Argentina nas votações da ONU não significava um “alinhamento automático”. Isso porque, mesmo sendo o país cujo grau de convergência com os EUA seja o mais alto entre os países da América Latina, se comparado com uma escala internacional, essa coincidência não pode ser caracterizada como relações de identificação completa. Mas o que chama a atenção nessa postura não é simplesmente o alinhamento, mas a mudança ocorrida neste governo (ONUKI, 2003, p.8).

Isso porque, como é possível notar no Gráfico 2, em 1990 a Argentina tem uma coincidência com os Estados Unidos de aproximadamente 10% na Assembleia Geral, e ao longo do governo Menem essa coincidência vai subindo rapidamente, chegando ao ápice em 1995. Segundo Onuki (2003), a coincidência de votos aumentou em todos os temas, principalmente em temas institucionais, que chegou a 100% de coincidência durante o governo Menem, e direitos humanos e intervenção, que passou de 59% no governo Alfonsín para 95% no governo Menem. “Observa-se que a única área em que a mudança de postura, no

sentido de um maior alinhamento com os EUA, não é tão expressiva no que se refere às questões de Comércio e Desenvolvimento” (ONU, 2003, p.9).

Fica clara esta perspectiva em votações no âmbito da ONU em que a Argentina votava a favor da proposta norte-americana. Ainda no que se refere aos Direitos Humanos, o caso que mereceu mais destaque foi o voto argentino favorável à condenação da situação dos direitos humanos em Cuba, tanto na Comissão de Direitos Humanos, quanto na Assembleia Geral das Nações Unidas. Outro momento marcante no que se refere à defesa dos regimes democráticos no continente, foi o imediato apoio da Argentina contra a ruptura do regime democrático no Haiti que depôs o presidente Jean-Bertrand Aristide em 30 de setembro de 1991. Menem determinou o apoio à ação dos Estados Unidos de intervenção através das Nações Unidas e da OEA (ONU, 2003, p.20).

É interessante notar que no período seguinte, correspondente ao segundo mandato, quando os argentinos perceberam que a tentativa de ser um “aliado especial” dos Estados Unidos não estava rendendo os frutos esperados, há uma queda brusca na coincidência de votos, chegando a um mínimo de 11,54% em 2007. Durante todo o governo de Nestor Kirchner a coincidência de votos se manteve baixa, atingindo um máximo de 16,67%, menos da metade do máximo durante o governo Menem. Já durante o governo de Cristina Kirchner, percebe-se uma tendência de aumento na porcentagem, chegando a 2010 com 22,73%.

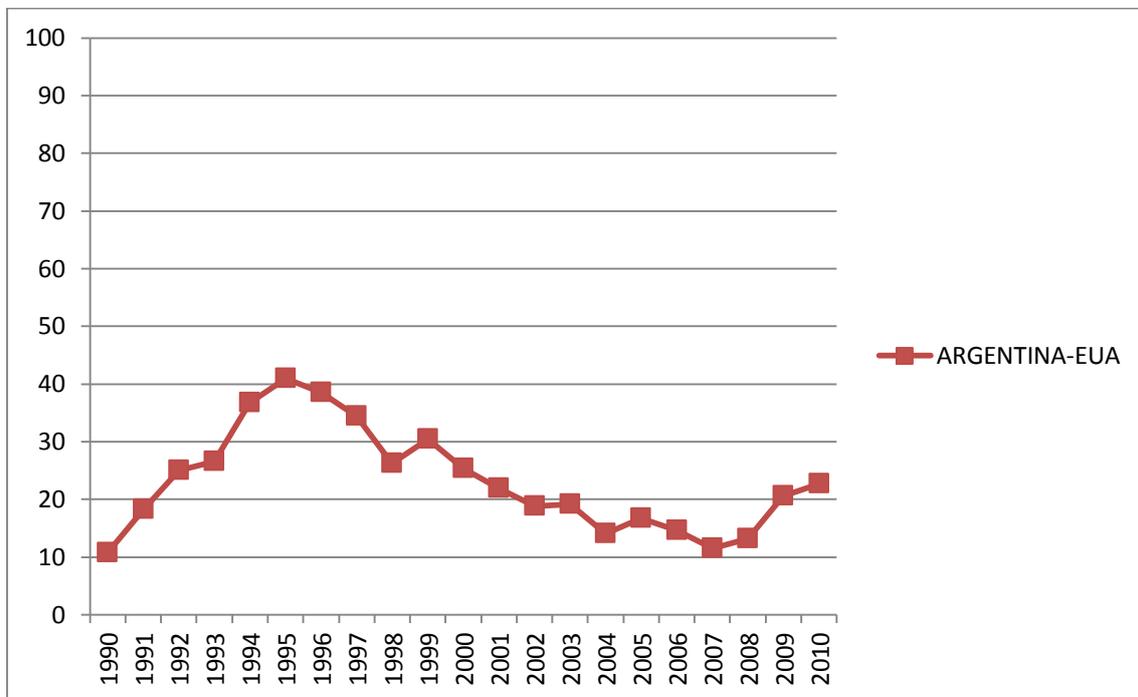
Tabela 8- Porcentagem de Votos Coincidentes de Argentina e Estados Unidos na Assembleia Geral da ONU

Ano	Argentina-Estados Unidos
1990	10,71
1991	18,3
1992	25,0
1993	26,56
1994	36,76
1995	40,91
1996	38,57
1997	34,38
1998	26,23
1999	30,43
2000	25,37
2001	21,88
2002	18,84
2003	19,18

2004	14,06
2005	16,67
2006	14,63
2007	11,54
2008	13,16
2009	20,59
2010	22,73

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados das votações disponíveis no *site* da ONU. Disponível em: <<http://unbisnet.un.org/>>, acesso em 20 ago. 2011.

Gráfico 2- Votos coincidentes de Argentina e Estados Unidos na Assembleia Geral da ONU



Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nos dados das votações disponíveis no *site* da ONU. Disponível em: <<http://unbisnet.un.org/>>, acesso em 20 ago. 2011.

4.2.2. RELAÇÕES ECONÔMICAS: O CAMINHO À BUSCA DE NOVOS PARCEIROS

O governo de Menem, entre 1989 e 1994, procurou solapar as bases que restaram do governo peronista. Para tanto, privatizações forma levadas adiante, para acabar com a empresa estatal símbolo do peronismo, além de uma política econômica liberal ser adotada.

Ao termo, o consenso liberal acabou por unificar governo e oposição, já que o radicalismo estava então mal situado para contrapor-se ao novo projeto de governo. Menem fechou o ciclo histórico dos conflitos entre peronistas e empresários de ideologia neoliberal. Mas ao termo de cinco anos de mandato, nem todos estavam satisfeitos diante do projeto liberal, as classes baixas porque a exclusão social se ampliara, e os empresários porque se deram conta de que o liberalismo era antes um lugar ideológico de encontro coletivo e não necessariamente uma unidade de critérios e interesses (CERVO, 2000, p.42)

Além disso, a política externa de Menem tinha por objetivo atrair fluxos de investimentos para a Argentina, como meio para desenvolver o país. Segundo Cervo (2000), durante pelo menos a primeira metade da década de 1990 percebe-se êxito dessa política externa. De maneira geral, o estoque de investimento direito externo foi duplicado em comparação com 1989, e o crescimento do comércio exterior até 1996 situou-se na faixa dos 13%. “A abolição dos controles de câmbio e o tratamento igualitário ao capital nacional conferido ao investidor estrangeiro favoreceram a integração dos mercados monetários e de capitais nacionais aos internacionais” (CERVO, 2000, p.45).

Segundo Colombo (2005), com as novas medidas adotadas o governo argentino se tornou dependente do financiamento internacional, e com isso dependente das imposições feitas pelos organismos de financiamento internacional, que ditaram as políticas econômicas. “Estas políticas han tendido en última instancia, a asegurar la continuidad del pago a la deuda externa y a crear un ambiente propicio para el gran capital financiero transnacionalizado” (COLOMBO, 2005, p.136).²⁰

Entretanto, o Amado Cervo (2000) ressalta que, fazendo um balanço da década governada por Menem, os ganhos não apenas econômicos, mas também políticos, foram poucos em relação à subserviência argentina no período, pois para os Estados Unidos a Argentina era apenas mais um parceiro, enquanto para os argentinos os Estados Unidos eram “o” parceiro. Certamente é importante frisar que a Argentina procurou outros parceiros

²⁰ Tradução nossa: estas políticas tenderam, em última instância, a assegurar a continuidade do pagamento da dívida externa e a criar um ambiente propício para o grande capital financeiro transnacionalizado.

econômicos nesse período, como Europa e os países vizinhos, tanto que durante seu governo o MERCOSUL entrou em vigor.

Com efeito, a política de reincorporar a Argentina ao Primeiro Mundo mediante a reinserção da economia do país na economia mundial significa mais bem uma atitude pragmática de busca de oportunidades econômicas com todos os parceiros importantes, e não apenas na região circunvizinha. Por certo, haverá o desenvolvimento de uma “relação especial” com os EUA, com a expectativa de que a mesma se desdobre nos planos econômico e político, da mesma forma que se dará a aproximação- política e econômica- com os outros países mais avançados e com os países de economia “emergente”, de rápido crescimento (COELHO, 2000, p.136).

Nesse âmbito, a relação com os Estados Unidos era vista como de suma importância para o país, não somente por este ter-se sagrado grande vencedor da Guerra Fria, mas também pela sua influência nos organismos multilaterais e sua capacidade como investidor internacional (CERVO, 2000, p.45).

Menem implementou um dos mais ousados programas de reformas liberalizantes pró-mercado, baseado, principalmente, em cinco políticas: 1) a privatização das empresas públicas; 2) a abertura comercial; 3) a liberalização financeira; 4) as reformas trabalhistas; e 5) o programa de estabilização, a partir de uma taxa de câmbio fixa (VADELL, 2006, p.199).

Com isso, o governo Menem procurou, bem como o governo Collor, “limpar a agenda” com os Estados Unidos, resolvendo principalmente as questões comerciais pendentes do governo Alfonsín.

Essa disposição foi implementada mediante cuidadoso programa de troca de visitas de altas autoridades, que preparou o entendimento político, ampliado à esfera das relações econômicas com o anúncio de uma política argentina de caráter neoliberal explícito. Ademais, no contexto internacional e bilateral, a ação diplomática argentina voltou-se para gestos de agrado ao aliado especial (CERVO, 2000, p.45-46).

Além dos ganhos comerciais que a Argentina obteve no comércio bilateral com os Estados Unidos, ainda foi feito um acordo com o Eximbank para reescalonar a dívida externa. Cervo (2000) comenta que esse período foi marcado por um ambiente favorável para resolver desentendimentos bilaterais, como das barreiras à importação de produtos argentinos.

Já durante o segundo mandato de Menem, entre 1995 e 1999, percebe-se alguns conflitos no âmbito econômico. A Argentina já estava insatisfeita com a atitude norte-americana, pois não obteve as concessões comerciais que esperava como aliada especial e ainda sofria pressões devido à sua lei de patentes. “O executivo de Menem endureceu sua posição a partir de 1996, dando conhecimento aos Estados Unidos que não aceitaria novas pressões e, com base na exposição dos números do comércio bilateral, acusando-os de manterem o próprio mercado bem mais fechado que o argentino” (CERVO, 2000, p.57).

No fim, o governo Clinton acabou retaliando a Argentina devido às patentes, o que mostrou que não há associação direta entre o alinhamento especial aos norte-americanos e vantagens comerciais. Além disso, a “reinserção na economia internacional desmontou, contudo, o núcleo robusto da economia nacional e eliminou a base de autonomia do desenvolvimento. Acentuou o regresso à infância social de uma economia primária, agroexportadora e dependente de capitais, empreendimentos e tecnologias exógenas” (CERVO, 2000, p.78).

Um ponto marcante desse período é a crise econômica de 2001, que culminou na decretação da moratória no início do ano seguinte. Segundo Almeida (2011), essa foi uma atitude inédita pelos valores envolvidos. A atitude norte-americana frente a essa situação foi de indiferença, sem contribuir para evitar que a Argentina quebrasse financeiramente. Essa atitude norte-americana certamente contribuiu para que a Argentina se afastasse do país nos anos seguintes, ressentida pelo tratamento dispensado ao país.

O Brasil tentou, antes e depois da crise de dezembro de 2001 e da moratória (decretada formalmente em janeiro seguinte), mobilizar apoios em favor da Argentina, tanto em direção ao governo americano, como dentro dos organismos financeiros multilaterais de Washington, sem muito sucesso porém. FHC, para tal efeito, chegou a solicitar cartas de outros presidentes da região, como Chile e México, para convencer o *establishment* de Washington (ALMEIDA, 2011, p.294).

Por fim, segundo Russell e Tokatlian (2004a, p.20), os Estados Unidos mudaram um pouco a posição, respaldando o acordo com o FMI. Segundo os autores, isso se deu pelos seguintes motivos:

a) que era mejor acordar que dejar que el país cayera en el default total y que, con ello, se volcara hacia políticas más dirigistas; b) que era conveniente que el gobierno de Duhalde finalizara su mandato sin ahogo financiero; c) que el acuerdo ayudaría a preservar la estabilidad macroeconómica durante la transición a un nuevo gobierno; y, finalmente, d) que daría algo de oxígeno al próximo gobierno para encarar la reestructuración de la deuda pública (RUSSELL, TOKATLIAN, 2004a, p.20).²¹

O desfecho da crise ocorreu durante o governo Kirchner, no qual a Argentina ofereceu uma opção de contrato do tipo *take-it-or-leave-it*. De acordo com Paulo Nogueira Batista Jr. (2005), é surpreendente que em torno de 75% dos credores concordaram com o contrato, que o significou uma vitória para o governo argentino. “O sucesso da Argentina nessa questão resultou da combinação de coragem e competência que caracteriza não só o tratamento da

²¹ Tradução nossa: a) era melhor fechar um acordo do que deixar que o país caísse em *default* total e que, com ele, se voltasse a políticas mais dirigistas, b) que era conveniente que o governo de Duhalde finalizasse seu mandato sem afogamento financeiro, c) que o acordo ajudaria a preservar a estabilidade macroeconômica durante a transição a um novo governo e, finalmente, d) que daria algum oxigênio ao próximo governo para encarar a reestruturação da dívida pública.

dívida, mas o conjunto da sua política econômica” (BATISTA JR., 2005, p.70). Para o período de 2005 o autor comenta que:

Além disso, o governo Kirchner não seguiu o figurino do FMI em matéria de política monetária e cambial. As taxas de juro de curto prazo na Argentina têm sido sempre muito inferiores às brasileiras. Em termos reais, chegam a ser negativas em alguns períodos. A Argentina busca, além disso, manter um câmbio depreciado e competitivo. O Banco Central vem seguindo um regime de flutuação administrada, com intervenções no mercado cambial para conter a tendência de apreciação do peso. Essas intervenções são frequentemente esterilizadas, por meio de operações de mercado aberto ou outros mecanismos. Com taxas de juro internas moderadas, o custo fiscal de acumular reservas internacionais não é proibitivo, como no Brasil (BATISTA JR., 2005, p.70).

Como é possível perceber analisando a tabela 9, as importações absolutas cresceram bastante, principalmente nos primeiros anos, saltando de US\$ 1,845,190 em 1991 para US\$ 3,182,660 em 1992. Entretanto, as exportações absolutas para os Estados Unidos, apesar de terem crescido, isso aconteceu de maneira bem mais lenta que as importações, comprovando, como coloca Cervo (2000), que esse alinhamento com os Estados Unidos não significou vantagens econômicas conforme esperavam os argentinos. Se analisarmos o percentual, é possível perceber que os Estados Unidos vêm perdendo peso no comércio argentino, muito devido à importância do MERCOSUL para o comércio do país.

Tabela 9- Comércio Argentino com os Estados Unidos (em milhões de dólares)

Ano	Exportações		Importações	
	Total	Percentual	Total	Percentual
1990	1,665,209	13,48	804,918	19,75
1991	1,210,061	10,11	1,845,190	22,3
1992	1,325,079	10,83	3,182,660	21,41
1993	1,263,724	9,63	3,812,961	22,73
1994	1,723,868	10,88	4,893,925	22,68
1995	1,769,641	8,44	4,177,232	20,76
1996	1,944,460	8,17	4,719,230	19,86
1997	2,178,943	8,24	6,058,020	19,9
1998	2,191,231	8,29	6,176,545	19,69
1999	2,630,882	11,29	4,941,520	19,37
2000	3,103,287	11,78	4,731,685	18,8
2001	2,824,227	10,64	3,736,905	18,39
2002	2,891,917	11,27	1,788,474	19,9

2003	3,363,981	11,24	2,238,107	16,16
2004	3,722,597	10,77	3,388,480	15,1
2005	4,245,397	10,66	4,004,073	13,96
2006	4,025,252	8,65	4,246,805	12,43
2007	4,153,410	7,42	5,263,877	11,77
2008	5,209,744	7,44	6,894,227	12,01
2009	3,465,068	6,22	5,106,183	13,17
2010	3,531,807	5,17	6,057,139	10,72

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados de comércio exterior disponíveis no site da CEPAL. Disponível em: <<http://websie.eclac.cl/infest/ajax/cepalstat.asp?carpeta=estadisticas>>, acesso em 20 ago. 2011.

Já no que diz respeito à representatividade do comércio com a Argentina para os Estados Unidos, pode-se destacar quanto às exportações que durante o período de “relações carnis” com os Estados Unidos, ou seja, durante o governo Menem, o valor das exportações norte-americanas para a Argentina aumentou pouco, e o mesmo vale para o percentual. Entre 1991 e 1999, passou apenas de 0,5% a 0,7%, chegando a um máximo de 0,85%. Já no período mais recente, assim como no caso do Brasil, aumentou bastante proporcionalmente, chegando a 0,58% em 2008 e quadruplicando os valores em dólares.

Quanto às importações norte-americanas vindas da Argentina, durante o governo de Menem o percentual manteve-se entre 0,22% e 0,3%. No período posterior, apesar de praticamente quadruplicar o valor absoluto, em termos percentuais manteve-se na faixa dos 0,26%, atingindo um pico de 0,29% em 2002. Isso demonstra que as importações norte-americanas vindas da Argentina vêm aumentando, mas tem perdido espaço para as de outras partes do mundo. E mais uma vez corrobora que a tentativa de estabelecimento de relações privilegiadas com os Estados Unidos não afeta de maneira decisiva as relações comerciais, o que demonstra a pouca efetividade dessa estratégia.

Tabela 10- Comércio Norte- Americano com a Argentina (em milhões de dólares)

Ano	Exportações		Importações	
	Total	Percentual	Total	Percentual
1991	2,196,612	0,5	1,399,347	0,27
1992	3,458,991	0,74	1,369,513	0,25
1993	4,034,998	0,82	1,297,655	0,22

1994	4,726,543	0,87	1,819,583	0,26
1995	4,398,791	0,71	1,881,150	0,24
1996	4,713,907	0,71	2,450,588	0,3
1997	6,063,015	0,83	2,379,962	0,27
1998	6,162,011	0,85	2,441,030	0,26
1999	5,189,926	0,7	2,793,400	0,26
2000	5,077,318	0,6	3,314,445	0,26
2001	4,258,136	0,53	3,256,351	0,28
2002	1,685,846	0,22	3,432,189	0,29
2003	2,637,961	0,33	3,434,968	0,26
2004	3,749,853	0,41	4,067,225	0,27
2005	4,574,190	0,46	4,944,949	0,29
2006	5,275,097	0,46	4,276,934	0,22
2007	6,593,973	0,52	4,819,999	0,24
2008	8,355,344	0,58	6,177,681	0,29
2009	6,351,393	0,54	4,133,438	0,26

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados de comércio exterior disponíveis no site da CEPAL. Disponível em: <<http://websie.eclac.cl/infest/ajax/cepalstat.asp?carpeta=estadisticas>>, acesso em 20 ago. 2011.

A respeito das relações entre os dois países na OMC, as primeiras reclamações argentinas contra os Estados Unidos em 1997, que ficou somente em consultas entre os dois países. Os argentinos alegaram que a quota acordada entre os dois países não estava sendo cumprida pelos americanos. O mesmo ocorreu em 2006, estabelecendo-se consultas entre os dois países. Já em 2007 a Argentina pediu autorização para retaliar os Estados Unidos devido a medidas antidumping praticadas pelos últimos, mas a autorização foi negada. No total, somente três reclamações foram levadas à OMC pela Argentina contra os Estados Unidos.

Já o oposto ocorreu quatro vezes. A primeira em 1996, a qual foi decidida a favor dos americanos, a respeito de barreiras à importação de têxteis e em 1999 a Argentina anunciou ter implementado a decisão. No mesmo ano houve mais uma reclamação americana a respeito da exportação de calçados para a Argentina, mas o painel ainda não foi composto. Em 1999 a Argentina foi acionada pelos Estados Unidos a respeito de patente farmacêutica, mas uma solução mutuamente acordada foi alcançada, sem necessidade de painel, o mesmo ocorrendo com o pedido de 2000 proveniente dos Estados Unidos sobre o mesmo assunto.

4.2.3. INTEGRAÇÃO REGIONAL: A QUESTÃO DA ALCA

O governo de Menem é marcado pela criação do MERCOSUL, sendo o Tratado de Assunção assinado em 1991. Entretanto, no que pese as relações com os Estados Unidos, possui maior relevância as negociações para a criação da ALCA. Cabe destacar também a intenção argentina de ingressar no NAFTA, o que no final não ocorreu, havendo firme oposição dos membros do MERCOSUL, principalmente do Brasil. Assim, em termos de negociações comerciais, a Argentina ficou mais restrita à negociação em bloco com o MERCOSUL, principalmente com a União Europeia e outros blocos econômicos.

No que tange a ALCA, comparando com o Brasil, a Argentina de Menem se mostrou mais receptiva a ideia da formação de uma área de livre comércio com os Estados Unidos, chegando a ser “entusiástica”, conforme Colombo (2005). Segundo Bernal-Meza e Quintanar (2001, p.153), a Argentina “nunca descartou por completo as possibilidades de conseguir um acordo bilateral com os Estados Unidos ou de adiantar as negociações sobre a ALCA”. Isso leva, nesse período, a dificuldades no relacionamento bilateral entre Brasil e Argentina, pois Fernando Henrique mostrou-se muito mais reticente em relação à adesão.

Por outro lado, segundo Onuki (2003, p.33), mesmo com a maior disposição para o diálogo, “no que diz respeito às questões econômicas, a Argentina manteve seu alinhamento com o Brasil, como por exemplo, nas negociações da ALCA, atitude justificada pelo crescimento do intercâmbio comercial com o seu principal parceiro do Mercosul”. De acordo com Moniz Bandeira (2003), a Argentina fez um cálculo distorcido ao buscar relações especiais com os Estados Unidos, quando o Brasil era um dos principais parceiros, principalmente no que diz respeito ao comércio:

O realismo periférico era, de fato, periférico, mas nada tinha de realismo, porquanto o Brasil configurava a realidade Argentina, absorvendo cerca de 30% ou mais de suas exportações, seguido da União Europeia com 20% enquanto era de apenas 8%, aproximadamente, a participação pelos EUA. Entre 1995 e 2000, a Argentina teve um déficit comercial que alcançou o montante de US\$ 10,6 bilhões com os países do NAFTA, ao qual Carlos Menem e seu ministro da Economia, Domingo Cavallo, queriam leva-la a aderir (BANDEIRA, 2003, p.645).

Com o governo De La Rúa, há algumas pequenas mudanças. A Argentina passa a atuar de maneira mais coordenada com o Brasil, realizando constantes consultas a respeito dos temas hemisféricos sensíveis, entre eles a ALCA. Ademais, atuou para o aprofundamento do MERCOSUL. Entretanto, conforme Colombo (2005), no momento de decidir qual era a sua prioridade, voltava a dar sinais de que eram os Estados Unidos e a ALCA, em vez do

Brasil e do MERCOSUL. A questão da ALCA gerou grandes debates, principalmente a respeito dos riscos que seriam enfrentados pelas economias latino-americanas:

La relación bilateral entre ambos países ha sido conflictiva a lo largo de buena parte de la historia, especialmente en materia comercial. Es que, desde el punto de vista de las exportaciones argentinas, no existe una complementación entre ellos, sino un importante grado de competencia. Por eso, Estados Unidos ha dificultado el ingreso de productos argentinos a su mercado interno por medio de barreras proteccionistas, generalmente de tipo no arancelario, mientras utilizaba su poder económico para limitar la competencia argentina en terceros mercados. En este sentido, la actitud estadounidense no parece haber sido modificada en absoluto. Por lo contrario, la discusión sobre la eliminación de las barreras no arancelarias se ha dilatado y la administración de Bush mostró su intención de desplazarla al nivel de la Organización Mundial de Comercio. De modo que nada indica la existencia de una intención firme por parte de Estados Unidos de abrir efectivamente su mercado a la Argentina, incluso con el ingreso al ALCA (MUSACCHIO, 2001, p.11).²²

Segundo Mayo (2007), principalmente no período após a crise econômica, em 2001, que a Argentina modificou sua postura. Assim como no Brasil, diversos setores da sociedade civil se mobilizaram contra a ALCA, entre eles estudantes e movimentos de direitos humanos. O governo de Duhalde mostrou-se definitivamente mais crítico do projeto de integração da ALCA e mais próximo de uma estratégia de integração com o Brasil, abandonando a postura argentina de “alinhamento” aos Estados Unidos.

Quanto ao governo Kirchner, este adotou um discurso similar ao do final do governo de Fernando Henrique, evidenciado pelo chanceler Bielsa:

Nada es excluyente. Así como el Mercosur es la base desde la que se debe discutir la integración al Área de Libre Comercio de las Américas (ALCA), en la agenda internacional de la nueva administración figuran con la misma importancia la construcción de una América Latina estable política, social y económicamente y el tejido de relaciones maduras y serias con Europa y con los Estados Unidos (COLOMBO, 2005, p.47).

Com isso, até que as negociações se encerraram em 2005, a Argentina manifestou uma atitude de desconfiança no que se refere à integração hemisférica, atitude similar àquela adotada pelo Brasil, que tinha por objetivo a criação de um acordo equilibrado que levasse em consideração os interesses de todos os negociantes.

Para os Estados Unidos, a Argentina, que era a anfitriã em Mar del Plata, quando as negociações da ALCA se encerraram, deveria ter ajudado a buscar um consenso, ao invés de

²² Tradução nossa: A relação bilateral entre ambos os países tem sido conflitiva ao longo de boa parte da história, especialmente em matéria comercial. Ocorre que, desde o ponto de vista das exportações argentinas, não existe uma complementariedade entre eles, mas um grau significativo de concorrência. Por isso, os Estados Unidos dificultaram o ingresso de produtos argentinos em seu mercado interno por meio de barreiras protecionistas, geralmente do tipo não tarifário, enquanto utilizava seu poder econômico para limitar a concorrência argentina em terceiros mercados. Nesse sentido, a atitude estadunidense não parece ter sido modificada em absoluto. Pelo contrário, a discussão sobre a eliminação das barreiras não tarifárias aumentou e a administração Bush mostrou sua intenção de deslocá-la ao nível da Organização Mundial do Comércio. Deste modo, nada indica a existência de uma intenção firme por parte dos Estados Unidos de abrir efetivamente seu mercado à Argentina, inclusive com o ingresso na ALCA.

apoiar o fim das negociações. Nessa reunião sim é possível ver a articulação dos países do MERCOSUL, que mantiveram uma mesma posição (FIGARI, 2006).

Por conseguinte, é possível notar que no que tange as relações entre Argentina e Estados Unidos ao longo de sua história, pode-se perceber que o início da década de 1990 é marcado pelas chamadas “relações carnis”, que visavam relações estreitas com os Estados Unidos com objetivo de obter vantagens principalmente econômicas. No final da década, percebendo que essa política externa não estava apresentando os resultados esperados no que diz respeito ao que os Estados Unidos poderiam oferecer à Argentina, principalmente diante da situação de crise econômica pela qual passou o país em 2001, houve uma mudança de rumos principalmente a partir de 2003, em que o foco argentino passou a ser a busca de relações mais equilibradas, no sentido de uma parceria, e não de um alinhamento.

Sobre a ALCA, apesar de se mostrar mais receptivo do que o Brasil quanto à aceitação do bloco e da ideia de integração comercial com os Estados Unidos, chegando mesmo a idealizar a entrada no NAFTA, houve discussões a respeito do seus benefícios, e com o governo Kirchner passou a adotar postura semelhante à brasileira, de desconfiança frente às negociações, postura essa que se manteve até o encerramento das discussões em 2005.

5. RELAÇÕES BRASIL-ARGENTINA

5.1. Relações Brasil-Argentina antes de 1990

Brasil e Argentina possuem uma história entrelaçada, marcada por períodos de rivalidade e períodos de relações cordiais. Devido à proximidade geográfica e às relações estreitas, principalmente a partir da década de 1990, torna-se relevante estudar essa dinâmica de relações.

Para isso, este capítulo propõe-se a, primeiramente, mapear de maneira breve as relações anteriores a 1990, para então fazer uma análise mais detalhada do período pós 1990. Foi escolhida essa data como marco por ser, em primeiro lugar, o período pós Guerra Fria, apresentando dinâmica diversa do período anterior, e também por representar um período em que ambos os países já se haviam democratizado e no qual foi iniciado um processo de integração mais profundo, o Mercado Comum do Sul (MECOSUL), fato novo nas relações entre os dois países.

Cabe ressaltar que as discussões para a formação de um instrumento de cooperação bilateral, como forma de acelerar o desenvolvimento dos países de maneira conjunta já estava sendo discutido na década de 1980. No final da década os presidentes Sarney e Alfonsín esboçaram a criação do MERCOSUL.

Entretanto, esse projeto de integração foi levado a cabo de maneira diferente pelos presidentes Menem e Collor, devido ao contexto da época e à visão desses governos a respeito da integração. Assim, o projeto adotou caráter mais comercial do que desenvolvimentista, inserido na política neoliberal adotada em ambos os países. Com isso, 1990 se revela um bom ponto de corte, pois demonstra essa diferença com o período anterior e ressalta as mudanças pelas quais a América Latina, e em especial Argentina e Brasil vivenciaram nesse período no que se refere à política externa e visão das relações internacionais.

As relações entre Brasil e Argentina remontam à época em que o Brasil ainda não era independente, porém estas nem sempre foram marcadas pela cordialidade. Pelo contrário: segundo Amado Cervo (2007), somente a partir da década de 1960 que as relações realmente começaram a melhorar.

Segundo Candeas (2010), pode-se dividir as relações entre Brasil e Argentina em cinco fases: instabilidade estrutural com predomínio de rivalidade, instabilidade conjuntural

com busca de cooperação e momentos de rivalidade, instabilidade conjuntural com predomínio de rivalidade, estabilidade estrutural pela cooperação e estabilidade estrutural pela integração.

Conforme exposto, é possível afirmar que no início havia um clima de disputa entre os dois países, se materializando nas disputas pela Cisplatina, que somente se tornou independente, se tornando o Uruguai, em 1828. Esse clima seguiu durante o Império brasileiro, com constantes intervenções no Prata para “abrir espaço a governos mais favoráveis aos interesses brasileiros na região e foi muito bem sucedido em seus objetivos”, como na guerra contra Uribe e Rosas (PRADO, 2001, p. 137).

Assim, essa primeira fase, caracterizada pela instabilidade estrutural com predomínio de rivalidade vai desde 1810, data da independência argentina, até 1898. Nesse período, além da guerra da Cisplatina e da guerra contra Uribe e Rosas, pode-se destacar o governo Urquiza, que assina um acordo de Aliança e Amizade em 1856 e logo após Mitre, que assume em 1862, também mantendo boas relações com o Brasil. Esse período apresenta um clima mais favorável, com inclusive a aliança entre Argentina, Brasil e Uruguai durante a guerra do Paraguai.

Porém o próprio tratado entre os países revela o clima de desconfiança, prevendo cláusulas específicas contra a anexação do Paraguai por parte de um deles. “Na visão da Argentina, o Brasil tentaria reverter as condições vantajosas por ela inscritas no Tratado (...).As tensões, que por pouco não geraram outra guerra entre Brasil e Argentina, são desanuviadas em 1876, quando Buenos Aires firma acordo de fronteiras com Assunção” (CANDEAS, 2005, p. 8).

Já no final da guerra do Paraguai as relações se deterioram, quando em 1868 Domingos Sarmiento assume o poder. O Brasil se opõe à anexação de parte do território do Paraguai pela Argentina, e as relações só melhoram durante o segundo governo Roca, iniciado em 1898. Vale recordar que o período áureo argentino ocorre no final do século XIX, em que o país apresentava melhores

De acordo com Candéas (2010), o segundo período que se pode verificar nas relações Brasil e Argentina vai de 1898 a 1962, quando termina o governo Frondizi, e se caracterizaram pela instabilidade conjuntural com busca de cooperação e momentos de rivalidade.

Segundo Prado (2001), no início da República houve uma “aproximação tímida” com os países hispânicos, porém continuando distante de maneira geral. Segundo Candéas (2005, pág. 10), um dos fatores que contribuíram para a melhora das relações entre Brasil e

Argentina nessa época foi a resolução da questão Palmas/Missões, região de disputa de longa data. Até aproximadamente a década de 1940, as relações Brasil Argentina se pautaram principalmente pela desconfiança mútua e disputa pela hegemonia sobre a região. Um dos exemplos de busca de cooperação seria o chamado Pacto ABC de 1915, que não foi levado adiante:

Na década de 1930 novos tratados são assinados e a agenda se diversifica. Os países tratam da questão da Guerra do Chaco, envolvendo os vizinhos Paraguai e Bolívia, além de acordos sobre navegação e comércio. Já no contexto do desenrolar da Segunda Guerra Mundial, a Argentina interpreta com desconfiança a atitude brasileira de apoio aos Estados Unidos e envio de soldados à guerra.

Durante o período do Peronismo na Argentina, as relações oscilam entre uma tentativa de cooperação e desconfiança, com a proposta argentina de um novo pacto ABC. O Brasil acaba não aceitando, apesar de no início Vargas ver com simpatia o projeto. “Frustrado com a negativa, Perón acusa o Itamaraty de ‘instituição supergovernamental’ apegada à ‘política imperial de zonas de influência’, por julgar a aproximação com a Argentina como ato inamistoso frente aos Estados Unidos” (CANDEAS, 2005, p. 18).

Amado Cervo (2007, p. 45) destaca que a Argentina “era o centro das atenções brasileiras na América do Sul”. Segundo o autor, nessa época as relações entre Argentina e Estados Unidos melhoravam, e o Brasil se empenhava “em construir o pan-americanismo a partir do perfeito entendimento com os Estados Unidos”. Quando da declaração de neutralidade da Argentina diante da Segunda Guerra Mundial, Cervo (2007, p. 51) salienta que o Brasil “soube dissociar sua estreita cooperação com os Estados Unidos dos esforços desse país em isolar e castigar a Argentina”.

Esse bom período de relações continua durante o governo de Juscelino Kubitschek e Frondizi, passando ser mais reticente por parte da Argentina durante os governos de Jânio Quadros e João Goulart, em que o Brasil implementou a chamada Política Externa Independente. Segundo Candeas (2005, p. 20), as razões para isso por parte da Argentina foram: a busca de aprimoramento das relações com os Estados Unidos; questões estruturais como a precariedade das vias de comunicação, disparidades econômicas e pequena escala de produção; e a visão por parte de alguns setores da “aspiração hegemônica” brasileira.

É interessante notar como os dois países apresentam oscilações nas relações com os Estados Unidos e entre si, muitas vezes em função da aproximação ou distanciamento em relação a grande potência do continente.

Já o período posterior, entre 1960 e 1980, é citado por grande parte dos autores como de rivalidade entre Argentina e Brasil. Após a derrubada de Frondizi, as relações definitivamente esfriaram, repercutindo no comércio bilateral. Porém no final da década de 1960 voltou a ideia integracionista por parte dos argentinos, culminando na I Reunião dos Chanceleres da Bacia do Prata em 1967 (CERVO, 2007, p. 167).

Porém os problemas nas relações entre os dois países continuariam, apesar dos momentos de cooperação. Havia a questão econômica de que grande parte das exportações brasileiras para os países vizinhos era de manufaturas, enquanto as importações eram de matérias-primas.

Segundo Amado Cervo (2007, p. 173), apesar das possibilidades de uma maior integração entre os dois países, havia pensamentos contra nos dois países, tanto do protecionismo do setor privado quanto as teses nacionalistas e geopolíticas. A década de 1970 foi marcada pelas doutrinas geopolíticas que levavam a desconfianças mútuas, culminando na questão da construção de Itaipu. Segundo Moniz Bandeira (2003, p.642), “o contraste entre a relativa estagnação da Argentina e o vigoroso impulso do Brasil constituiu, àquela época, a essência das tensões que recrudesceram entre os dois países, em torno das obras de Itaipu”.

Outros pontos que levaram a um acirramento foram as publicações geopolíticas, que viam o Brasil com vocação expansionista. Por outro lado, é importante enfatizar que esse clima não pautou as relações em todos os aspectos, como bem lembra Cervo, apesar de ser um período de maior rivalidade.

A Argentina definiu em uma chave de rivalidade suas relações com o país vizinho, seja na vertente geopolítica que acentua o desequilíbrio entre os dois, seja na vertente da teoria da dependência, em que o Brasil é visto com um “contramodelo” de subordinação aos Estados Unidos (LIMA, 2005, p.15).

Já na metade da década de 1980 há uma “virada”, nas palavras de Cervo, iniciando a formação do eixo Brasil-Argentina. Realmente os fatores apontados pelo autor como presentes nas relações sul-americanas, principalmente entre os dois países, dificultaram uma aproximação efetiva antes dessa época, como as rivalidades e medo da hegemonia brasileira na região, ambições nacionais e atitudes diante dos Estados Unidos, o que levava alguns países à aproximação com a potência, e outros ao distanciamento. É possível notar diversos momentos em que Brasil e Argentina realizaram esse movimento de maior aproximação e distanciamento dos Estados Unidos, e isso muitas vezes influenciou a relação entre os dois.

De acordo com Maria Regina Soares de Lima (2005, p.14), durante a Guerra Fria, nos momentos em que um dos dois países adotava uma atitude de autonomia, o resultado para as relações bilaterais era a indiferença ou rivalidade ativa. Já quando um dos dois estabelecia

relações especiais com os Estados Unidos, “o outro é visto com temor e ameaça latente ao *status quo* regional”.

5.2. Relações Brasil-Argentina pós 1990

Serão analisadas as relações em termos políticos, econômicos e de integração regional, conforme os casos anteriores.

5.2.1. RELAÇÕES POLÍTICAS: DA APROXIMAÇÃO AO REFORÇO DA PARCERIA ESTRATÉGICA

A partir dos anos 1980 as relações entre os dois países começaram a melhorar, com a resolução da questão de Itaipu e Corpus, em 1979. Nos anos seguintes foram efetuadas visitas presidenciais. Outro ponto importante é a atitude brasileira diante da guerra das Malvinas, em que oficialmente o Brasil se manteve neutro, porém “apoiou de forma inequívoca a reivindicação argentina, o que fortaleceu adicionalmente a confiança recíproca. Além disso, o país representou os interesses da Argentina em Londres de 1982 a 1989” (CANDEAS, 2005, p. 25).

Essa maior aproximação entre os dois países iniciou principalmente no âmbito da ALADI, ainda na década de 1980, com uma série de acordos firmados pelos presidentes Sarney e Alfonsín:

Em 1985 foi firmada a Declaração de Iguazu, em 1986 a Ata para Integração e Cooperação Econômica e em 1988 foi firmado o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento Brasil-Argentina, que previa o estabelecimento de um Mercado Comum entre os dois países num prazo de dez anos. Estava formado o Eixo Brasília-Buenos Aires (VIZENTINI, 2007, p.82).

Além disso, é firmada a Declaração Conjunta sobre Política Nuclear, marcando a busca pelo desenvolvimento de tecnologia nuclear pacífica, que se desenvolve nos anos seguintes, com visitas dos presidentes aos centros atômicos de ambos. Nessa época, a política externa argentina estava centrada em desenvolver relações com a América do Sul e na participação do Movimento dos Não-Alinhados. Assim, segundo Candeas (2005, p. 26), “busca-se prestígio e distanciamento de Reagan”.

Essa aproximação começa enquanto o Brasil ainda não se havia democratizado, o que desmente o mito de que o regime político seria determinante, conforme ressalta Amado Cervo (2007). Com isso, em 1991 é assinado o Tratado de Assunção, entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, com o objetivo de formar um Mercado Comum.

A criação do MERCOSUL se dá no contexto a proposta da Iniciativa para as Américas, do presidente Bush. Assim:

A resposta brasileira a estes novos desafios e aos efeitos negativos decorrentes da inserção de cunho globalista implantada pelo governo Collor, proveio da atuação compensadora do Itamaraty e materializou-se com a aceleração e ampliação da integração Brasil-Argentina (VIZENTINI, 2007, p.83)

Com isso, pode-se notar que a criação do bloco não foi apenas um meio de criar benefícios econômicos para os países integrantes, mas também, para o Brasil se projetar internacionalmente. Nota-se que, por parte do Brasil, desde o início se via a importância do estreitamento de relações para conseguir uma maior proeminência. Segundo Mello (2002, p. 37), a integração refletia “a convergência política entre os governos Collor e Menem, que buscaram vincular suas políticas externas à reestruturação e às reformas econômicas domésticas”.

Ademais, o autor salienta que, em resposta ao Plano Bush foi feita a opção por um aprofundamento do MERCOSUL, fazendo com que a meta passasse de uma área de livre comércio para um mercado comum, levando os membros a negociarem conjuntamente no plano internacional. Por outro lado, a Argentina da época de Menem relutava em um aprofundamento, interessada em ingressar como um membro do Nafta e em manter maior autonomia para negociar com os Estados Unidos (MELLO, 2002, p.39).

Apesar de o interesse de Collor em se aproximar dos Estados Unidos, Vizentini (2007) coloca, conforme citado, a atitude compensadora do Itamaraty. Assim, “a união aduaneira do MERCOSUL não apenas fortaleceria o poder de barganha do Brasil nas negociações hemisféricas, mas também poderia constituir uma plataforma para um projeto de inserção global, autônoma, colocando o País no mapa dos blocos internacionais” (MELLO, 2002, p.38).

Com isso, Mello (2002) defende que o Brasil buscava “alternativas” à liderança exercida pelos Estados Unidos, propondo a Iniciativa Amazônica em 1992, para criar acordos de complementação econômica, e a Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA), que acabou não se materializando. Porém isso demonstra a visão brasileira de busca de opções.

Já na Argentina, Menem havia sido eleito, mudando completamente o perfil do país em relação à Alfonsín. Algumas das medidas tomadas durante seu governo foram o

estabelecimento da paridade peso-dólar e a volta da prioridade ao “primeiro mundo”, estabelecendo um relacionamento privilegiado principalmente com os Estados Unidos, as chamadas “relações carnavais” (CANDEAS, 2005, p. 28).

O Chanceler Guido di Tella comentava que o objetivo central da política externa seria estabelecer com os Estados Unidos o tipo de relacionamento mantido com o Império Britânico. Com o intuito de reverter a imagem de um país imprevisível, trouxe de volta as alianças tradicionais com o Ocidente, afastando-se da “heterodoxia” das décadas precedentes (CANDEAS, 2010, p.224).

Por outro lado, uma das únicas características mantidas em relação a Alfonsín foi a importância dada às relações com o Brasil. É claro que o que deveria ser um espaço de complementação econômica e desenvolvimento integrado foi interpretado simplesmente “sob a ótica de mercado ampliado para fins comerciais, sem necessariamente uma complementaridade estratégica de setores”, tanto pela Argentina quanto pelo Brasil (CANDEAS, 2010, p.221).

Outros pontos importantes foram o abandono do Movimento dos Não-Alinhados e assinatura do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) e MTCR (*Missile Technology Control Regime*). O Brasil viria a aderir ao MTCR em 1994 e o TNP em 1998, durante o governo de Fernando Henrique, após uma recusa histórica em assiná-lo. Ademais, a Argentina tinha a pretensão de ingressar como membro da OTAN, ficando no fim com o status de “aliado”, e não membro. Esse episódio causou desconfianças por parte do Brasil.

No governo Menem, quando a política assumiu uma orientação de “aquiescência pragmática”, com os Estados Unidos, o vizinho era visto como “politicamente incorreto”, como um país revisionista e fonte de “risco e instabilidade” para a Argentina em matéria econômica (LIMA, 2005, p.15).

É interessante notar que o MERCOSUL ganha impulso durante governos que, tanto no Brasil quanto na Argentina, pretendiam retomar “relações especiais” com os Estados Unidos. Aliás, segundo Moniz Bandeira (2003), a Argentina se alinhou “incondicionalmente aos Estados Unidos”.

Na visão menemista, de um lado, os laços com Washington seriam garantia de contenção dos “excessos” da política externa do Brasil – às vezes vista como anacrônica, revisionista e hegemônica, ao passo que a Argentina se vê como fator de estabilidade regional; de outro, os laços com Brasília serviriam tanto para o projeto de crescimento econômico quanto para melhorar a posição negociadora frente aos Estados Unidos (CANDEAS, 2005, p. 29).

Em relação à área nuclear, importante para as relações bilaterais, em 1990 é aprovado o Sistema Comum de Contabilidade e Controle, sendo criada em 1991 a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), instituída pelo Acordo para o Uso Exclusivamente Pacífico da Energia Nuclear. Logo após, é assinado o acordo quadripartite entre Brasil, Argentina, ABACC e Agência Internacional de Energia

Atômica (AIEA). Por fim, em 1994 ambos os países assinam o Tratado de Tlatelolco, que proíbe armas nucleares na América Latina.

Portanto, tanto Brasil quanto Argentina desenvolveram políticas externas, neste momento, de aproximação com os Estados Unidos. Entretanto, vale ressaltar que nenhum dos dois países abandonou o projeto de integração regional, idealizado durante os governos de Alfonsín e Sarney. Os dois países encararam a integração como um contraponto à aproximação dos norte-americanos, como um elemento de barganha. Brasil e Argentina possuem uma política externa bastante parecida nesse ponto.

Ainda durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, é criado o conceito de “aliança estratégica” com a Argentina, em 1997, sendo realizadas reuniões ministeriais. Por outro lado, as discussões a respeito da ALCA tornaram as relações mais difíceis. Não bastava a política de aproximação que ambos países promoveram em relação aos Estados Unidos, havia ainda este outro tópico que ficava no caminho do aprofundamento de relações bilaterais.

Amplios setores do Governo Menem e da oposição favoreciam a adesão da Argentina ao NAFTA e à ALCA, com o abandono da integração com o Brasil. O Presidente e o Chanceler di Tella, entretanto, mantiveram firme a vinculação argentina ao MERCOSUL, sobretudo por pragmatismo: o Brasil era o principal mercado de destino das exportações argentinas e assegurava amplos saldos comerciais que em larga medida sustentavam, somados aos recursos externos vindos das privatizações, a viabilidade do “uno a uno” (peso-dólar) (CANDEAS, 2010, p.223).

Já durante o segundo governo FHC, que coincide com o governo de la Rúa, as relações voltam a se deteriorar em alguns aspectos. A política externa argentina continua voltada para as relações privilegiadas com os Estados Unidos, além das consequências para as relações bilaterais em termos de comércio decorrentes da crise do real em 1999. Com as desvalorizações promovidas pelo Brasil decorrentes da crise, a Argentina toma medidas protecionistas, gerando contenciosos comerciais. O próprio MERCOSUL entra no chamado período de crise, com diminuição do comércio, além de as políticas comerciais e a agenda do bloco se encontrar em compasso de espera, nas palavras de Bouzas (2001, p.6).

Além disso, deve-se ressaltar o período de instabilidade vivenciado pela Argentina, com problemas econômicos e instabilidade política, culminando em 2001 com a crise de conversibilidade do peso e índices assustadores, como mais de 20% da população ativa desempregada em 2002, redução de salários reais em 18% nesse ano e entre 1998 e 2002, elevação da pobreza extrema em 223% (VADELL, 2006, p.202).

Apesar desse quadro adverso, ampliou-se o processo de consulta e coordenação em torno de temas políticos e estratégicos⁴⁰⁵. Por outro lado, a Argentina opôs forte

resistência, tanto passiva quanto ativa, ao impulso integrador sul-americano liderado pelo Brasil, como evidenciado no processo de preparação da Reunião de Chefes de Estado da América do Sul em Brasília, em setembro de 2000 – embrião da futura UNASUL. De sua parte, o Presidente Fernando Henrique Cardoso afirmava que a ALCA era apenas “uma opção”, e que o destino do Brasil era o MERCOSUL (CANDEAS, 2010, p.227).

Ademais, já no governo Itamar houve uma mudança de discurso diplomático brasileiro, passando a enfatizar o conceito de América do Sul, em detrimento do de América Latina, de maneira a marcar o distanciamento do Nafta (MELLO, 2002, p. 39) Por outro lado, segundo Candeas (2005, pág. 30) Argentina “resiste ao conceito ‘sul-americano’ e insiste na dimensão ‘latino-americana’, que inclui o México”.

Neste contexto, André Silva (2008) também ressalta a visão diferente do Brasil em relação à Argentina sobre o relacionamento com os Estados Unidos, pois a Argentina admitia “uma ordem hemisférica liderada pelos norte-americanos, enquanto o Brasil vinha questionando, embora não frontalmente, a hegemonia dos EUA nas negociações comerciais e sua influência sobre o MERCOSUL” (SILVA, 2008, p.171)

Segundo Candeas (2010, p. 23), “no campo da diplomacia presidencial, a relação Menem-Fernando Henrique Cardoso não se caracterizou pela mesma afinidade política que marcaram as relações Sarney- Alfonsín e Collor-Menem. A fina sintonia somente seria restabelecida no período Eduardo Duhalde”. Assim, apesar do incremento comercial entre os países, tanto na esfera de votações na ONU quanto em relação ao MERCOSUL, não haverá tanta convergência.

Após a renúncia de De la Rúa, Eduardo Duhalde é empossado pelo congresso argentino. Seu governo se caracterizou pela moratória aos credores privados e é suspensa a conversibilidade do peso em relação ao dólar.

O Brasil foi visto, sobretudo por Duhalde, como sócio fiel. Empresas deram mostra de visão estratégica e investiram numa Argentina em crise quando as de outros países se retiravam. A vitória do presidente Lula foi claro sinal da sociedade brasileira de que desejava investir na relação bilateral e aprofundar a aliança estratégica e o Mercosul (CANDEAS, 2005, p.31).

Esse foi um momento marcado pela fuga de investidores internacionais, exceto pelo Brasil, que “passou a ser o maior investidor naquele país, tendo dobrado o volume de capitais produtivos, com destaque para as áreas de petróleo, alimentos, transportes, siderurgia, química, financeira e têxtil” (CANDEAS, 2010, p.231).

Cabe destacar o impacto positivo que essa atitude brasileira tem nas relações entre os dois países. Em um momento em que os demais países “viraram as costas” para a Argentina, até mesmo os Estados Unidos, que eram considerados parceiros especiais, o Brasil é visto

como um parceiro leal que se preocupa não somente em conseguir vantagens comerciais e aumentar o fluxo, mas também com o desenvolvimento em conjunto com seus parceiros.

De fato, a crise de 2001-2002 produziu a virtual marginalização da Argentina do sistema internacional, o que a reaproximou do Brasil, que manteve posição de total solidariedade e apoio. Em contraste, os Estados Unidos e a Europa mantiveram-se alheios à deterioração argentina, deixando que o FMI rompesse negociações com Domingo Cavallo em 2001 e praticamente condenasse o Governo De la Rúa ao colapso. Essas atitudes fortaleceram as forças políticas internas que defendem a prioridade das relações com o Brasil e o MERCOSUL (CANDEAS, 2010, p.232).

Já durante o governo Kirchner na Argentina e Lula no Brasil, é possível notar uma maior aproximação entre os dois países. Sobre as relações mais recentes, pode-se destacar a importância que o Brasil atribui atualmente às relações bilaterais, procurando melhorar as relações econômicas e políticas entre os dois países. Segundo Paulo Roberto de Almeida (2007, p.174), a Argentina “sempre foi, para FHC, ‘um’ parceiro estratégico, ao passo que Lula a considera como ‘o’ parceiro estratégico”. Por parte da Argentina ocorreu o mesmo:

Na região do Cone Sul, os vínculos com o Brasil foram elevados ao *status* de relações estratégicas, como ferramenta destinada a maximizar a margem de manobra da Argentina em relação aos Estados Unidos e frente à União Europeia, especificamente nas negociações comerciais internacionais e dentro da Organização Mundial de Comércio (OMC) (VADELL, 2006, p.202).

Algumas das iniciativas recentes que demonstram o bom momento por que passam as relações bilaterais são a criação do Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral e do Sistema de Pagamentos em Moeda Local, em operação há dois anos, “assegurando aos exportadores e importadores dos dois países, especialmente às micro e pequenas empresas, ferramenta capaz de imprimir simplicidade, agilidade e redução de custos às operações de comércio exterior” (MRE, 2011).

Ademais, pode-se mencionar a construção do complexo hidrelétrico de Garabi, na fronteira entre os dois países; projetos de cooperação nuclear; parcerias na área de biocombustíveis e cooperação técnico-científica.

Assim, é possível perceber nos discursos de Lula a relevância que credita à integração sul-americana, tendo como base o MERCOSUL e abrangendo a UNASUL (União das Nações Sul-Americanas). Além disso, haveria uma visão de mundo coincidente com a Argentina de Kirchner, o que não excluiria certas divergências, principalmente de ordem comercial, com desavenças em alguns setores, e outras em termos de política externa mesmo, como o fato de a Argentina não apoiar a candidatura brasileira ao assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (VIGEVANI e CEPALUNI, 2007, p.313).

A “era Kirchner” consolidou a recuperação econômica e a estabilidade política argentinas, reafirmou a credibilidade da diplomacia do país e aprofundou o relacionamento com o Brasil, com uma agenda cada vez mais complexa e intensa,

marcada por uma diversificação e institucionalização inéditas na História bilateral – mas também regional, hemisférica e entre países em desenvolvimento (CANDEAS, 2010, p.255).

Segundo o chanceler argentino Héctor Marcos Timerman (2011), a respeito das relações entre os países do MERCOSUL, “nuestra fortaleza reside en nuestra capacidad de enfrentarlos y resolverlos, a veces por los canales formales del MERCOSUR y otras apelando, con toda la flexibilidad necesaria, al diálogo entre los Estados Partes”. Assim, apesar das divergências, é necessário que os membros encontrem um meio termo de negociações e estejam abertos ao diálogo.

Em relação ao governo de Cristina Kirchner, pode-se citar a defesa da integração regional e o apoio à União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), contando inclusive com Nestor Kirchner como secretário-geral do bloco em 2010. Durante seu governo, também criticou a postura unilateral de Bush. O período a partir de 2003 marca uma convergência de visões de mundo entre Brasil e Argentina, principalmente no que diz respeito ao papel da integração regional para o desenvolvimento da região.

Por fim, pode-se enfatizar a cooperação que se intensifica entre os dois países, tendo recentemente a Comissão de Monitoramento de Comércio Brasil Argentina se reunido (3-12-2010), para discutir temas sobre o comércio bilateral, como acordos setoriais (site Ministério das Relações Exteriores do Brasil), além dos encontros do Mecanismo de Integração e Coordenação Brasil-Argentina, criado desde 2007, destinado a tratar de diversos temas na agenda bilateral. Ademais, é importante frisar a relevância da parceria entre os dois países, pois segundo Gonçalves e Lyrio (2003, p.23), “o Brasil é grande demais para não exercer certo ativismo regional, mas limitado em seus recursos e projeções para fazê-lo sozinho, e a Argentina é o parceiro mais natural nessa tarefa”.

A construção da estabilidade como “coerência estrutural” ou fio condutor do relacionamento bilateral implica a adoção dessa lógica da construção de poder compartilhado e a combinação de elementos dos dois paradigmas da política externa argentina – liberalismo, desenvolvimentismo e busca de autonomia regional e mundial (CANDEAS, 2005, p.33).

As principais questões que criam entraves para as relações bilaterais são as negociações comerciais no âmbito do MERCOSUL, em relação à lista de exceções e questões setoriais, além da rivalidade causada pela “candidatura” do Brasil a uma vaga permanente no Conselho de Segurança. Segundo Moniz Bandeira (2007), mesmo que a Argentina almeje também uma vaga no Conselho, caso mais de um país latino-americano entrasse, o segundo certamente seria o México, com maior população e representatividade. Assim, a Argentina juntamente com outros países que possuem rivais candidatos ao conselho formou o grupo

“Uniting for Consensus”, que defende a inclusão de membros “semipermanentes”, ou seja, com mandato estendido e possibilidade de reeleição, ao contrário da proposta do G-4, grupo do qual o Brasil faz parte, juntamente com Índia, Alemanha e Japão, que propõe a entrada de seis membros permanentes, a princípio sem direito a veto, sendo deixada essa questão para ser decidida mais tarde. A respeito das características do eixo de relações Brasil-Argentina no período recente:

o eixo regional – Caracas-Buenos Aires – é profundamente balizado pela própria ancoragem latino-americana do Brasil, significando um reforço das prioridades das relações com os países vizinhos, especialmente os da América do Sul, sendo esta a sua área de interesse imediato. Neste eixo, torna-se evidente o caráter prioritário de que se revestem as relações com a Argentina e com os demais parceiros do MERCOSUL, uma vez que já se compreende a inserção nos fluxos econômicos internacionais como sendo viável exclusivamente através dos arranjos da integração regional (LESSA, 1998, p.37).

A seguir, faz-se a análise das votações brasileiras e argentinas no conselho de segurança da ONU nos anos em que ambos os países obtiveram assento temporário dentro do período analisado, ou seja, 1994, 1999 e 2005.

Percebe-se que mais recentemente há uma porcentagem maior de votos coincidentes entre Brasil e Argentina no conselho de segurança. Entretanto, vale ressaltar que também mais recentemente a proporção de decisões tomadas por unanimidade aumentou (68 de 71 em 2005 contra 55 de 74 em 1994).

Além disso, o período do início dos anos de 1990 corresponde exatamente a quando a Argentina procurou se “alinhar” aos Estados Unidos para desfrutar de vantagens de aliado especial, exatamente o mesmo que o Brasil procurou fazer na época de Dutra e acabou frustrado. Dessa forma, em 1994 nas questões relativas a Ruanda e ao Haiti a Argentina seguiu o voto norte-americano, diferindo do Brasil, que se absteve, como tradicionalmente faz quando discorda da resolução.

Tabela 11- Brasil e Argentina- Votos coincidentes sobre o total no Conselho de Segurança da ONU

Ano	Brasil-Argentina
2005	70/71
1999	64/64
1994	69/74

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados das votações disponíveis no *site* da ONU. Disponível em: <<http://unbisnet.un.org/>>, acesso em 20 ago. 2011.

Tabela 12- Votos de Argentina e Brasil no Conselho de Segurança da ONU

Ano	Votos Iguais	Votos Diferentes	Unanimidade	Abstenções	Votos Contra	Contra e Abstenções
2005	70	1	68	3	0	0
1999	64	0	55	7	1	1
1994	69	5	65	7	0	2

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados das votações disponíveis no *site* da ONU. Disponível em: <<http://unbisnet.un.org/>>, acesso em 20 ago. 2011.

Já na assembleia geral da ONU, pode-se notar analisando a tabela 3 e o gráfico 1 que os votos coincidentes iniciam a década de 1990 com alta porcentagem, chegando a 97,59%. À medida que transcorre a década o percentual cai drasticamente, chegando a um nível mínimo em 1994, de 61,16%. A partir de então, há uma recuperação e desde 2004 o percentual tem se mantido acima de 80%, chegando a 88,06% em 2009. E não é apenas na ONU que se percebe essa maior convergência entre os dois países: nota-se posições comuns em outros foros de negociação, como na Rodada Doha da OMC e no g20 financeiro, que teve importante papel na recente crise financeira internacional.

Pode-se fazer uma correlação entre essa drástica diminuição de votos coincidentes com a postura adotada pelo governo Menem de alinhamento aos Estados Unidos. A partir de 1992, com um novo ministro de relações exteriores, essa postura foi amenizada. Assim, a Argentina:

Admite que o contexto internacional é mutável, decorrendo daí o exercício de maior prudência na relação privilegiada com os Estados Unidos. Tal se dá, claro, depois de assegurado o caminho das reformas econômicas. Quatro grandes relações são privilegiadas: EUA, América Latina (com ênfase nos países limítrofes), Europa e Japão (COELHO, 2000, p.152).

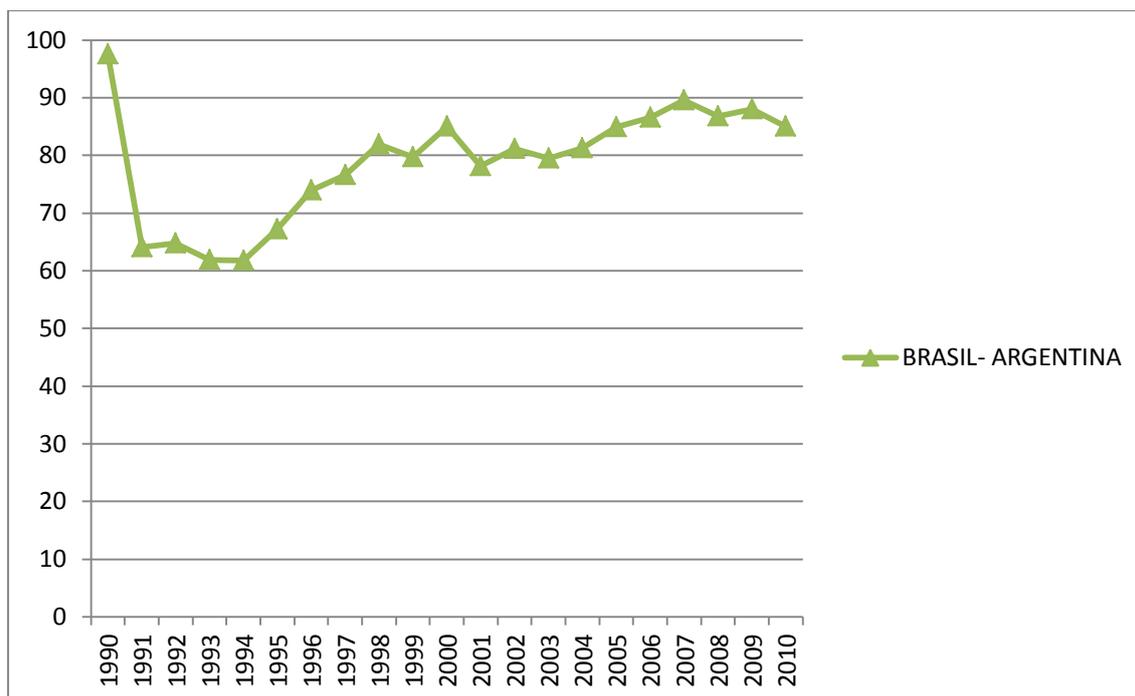
Ademais, esse maior grau de coesão com o Brasil ocorre exatamente quando diminuem os votos coincidentes entre Argentina e Estados Unidos, a partir de 1994. Com isso, pode-se inferir que é mais marcante a mudança argentina, contribuindo para maior porcentagem de votos coincidentes na assembleia geral da ONU. Conforme mencionado, durante o período em que FHC e De la Rúa eram os governantes, nota-se uma maior discordância entre os dois países, o que se reflete nas votações da Assembleia Geral. Entre 1997 e 2002 verifica-se um período de oscilações, um aumento e diminuição dos votos coincidentes. Estes só retomam a convergência a partir de 2004, já com Kirchner e Lula na presidência.

Tabela 13- Porcentagem de Votos Coincidentes de Argentina e Brasil na Assembleia Geral da ONU

Ano	BRASIL- ARGENTINA
1990	97,59
1991	64,06
1992	64,79
1993	61,90
1994	61,76
1995	67,16
1996	73,91
1997	76,56
1998	81,97
1999	79,71
2000	85,07
2001	78,13
2002	81,16
2003	79,45
2004	81,25
2005	84,93
2006	86,59
2007	89,61
2008	86,84
2009	88,06
2010	85,07

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados das votações disponíveis no *site* da ONU. Disponível em: <<http://unbisnet.un.org/>>, acesso em 20 ago. 2011.

Gráfico 3- Votos coincidentes de Argentina e Brasil na Assembleia Geral da ONU



Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nos dados das votações disponíveis no *site* da ONU. Disponível em: <<http://unbisnet.un.org/>>, acesso em 20 ago. 2011.

5.2.2. RELAÇÕES ECONÔMICAS: CRISE E RETOMADA DO COMÉRCIO

Outro ponto importante das relações bilaterais entre os dois países é o comércio. Conforme é possível perceber na tabela 4, relativa às exportações e importações brasileiras para e da Argentina, com a criação do MERCOSUL o comércio só se expandiu (em milhões e dólares) até 1998, pois em 1999, conforme visto, houve a crise do Real e os entraves comerciais provocados pela desvalorização da moeda brasileira e o protecionismo argentino.

As exportações para a Argentina, impulsionadas pela criação do MERCOSUL, se expandem incrivelmente de 2,05% em 1990 para 13,20% em 1998, em números em milhões de dólares isso representa um aumento de quase dez vezes. No que se refere às importações, estas passam de 6,74% em 1990 para 13,81% em 1998, em números absolutos tem-se um aumento de quase seis vezes em milhões de dólares.

Entre 1999 e 2002 o comércio continua abaixo da média, devido à crise argentina nesse período. Não somente a crise interferiu nesse comércio, como também as medidas adotadas pelo governo argentino. A Argentina acaba adotando a conversibilidade com o dólar,

ou seja, dolarizando sua economia, e restringe a entrada de produtos brasileiros. Isso leva a uma série de atritos de ordem comercial com o país vizinho.

A política de câmbio fixo impediu a Argentina – ao contrário do Brasil – de utilizar o MERCOSUL como fator de impulso à industrialização. Nesse sentido, a União Aduaneira ainda não conseguiu cumprir o propósito original da integração formulada no período Alfonsín-Sarney, qual seja, fortalecer o sistema produtivo integrado – com a notável exceção do regime automobilístico (CANDEAS, 2010, p.223).

Assim, esses quatro anos são marcados por resultados fracos em termos comerciais. Quanto às exportações, o percentual cai de 11,17% em 1999 para 3,88% em 2002. Isso ocorre também com o valor em milhões de dólares, há uma queda real do comércio entre os dois países. Quanto às importações brasileiras vindas da Argentina, o percentual cai a partir de 1999, saindo de 11,79% para 9,74% em 2003. Em termos absolutos, o comércio oscila durante esses quatro anos, mas só se pode falar em crescimento contínuo a partir de 2003.

Com isso, de maneira geral, só há recuperação comercial a partir de 2003, e o crescimento é contínuo, mais do que quadruplicando as exportações e chegando a um número um pouco abaixo em termos de importações. As exportações passaram de 6,24% em 2003 para 9,18% em 2010, refletindo o aumento em termos absolutos.

As importações apresentaram aumento em termos de milhões de dólares, mas em termos percentuais houve uma diminuição, de 9,74% em 2003 para 7,18% em 2010. Isso reflete a visão brasileira de diminuir a dependência, tanto das importações quanto das exportações, de um só país, e diversificar os parceiros. Mesmo quando se trata de um parceiro comercial tradicional e importante para o país, não se pode ficar à mercê de eventuais crises que esse país possa sofrer, levando a um desabastecimento do mercado interno brasileiro. Também é interessante perceber que desde 2003 o Brasil vem apresentando superávit comercial com a Argentina.

Deve-se frisar que em termos de porcentagem a participação argentina vem caindo na pauta comercial brasileira, principalmente devido ao crescimento de participação da China e de outras regiões. Assim, o Brasil segue a estratégia de diversificação de parceiros, importante para não se tornar dependente de apenas um parceiro e aumentar sua vulnerabilidade.

Tabela 14- Comércio Brasileiro com a Argentina (em milhões de dólares)

Ano	Exportações		Importações	
	Total	Percentual	Total	Percentual
1990	645,125	2,05	1,514,407	6,74

1991	1,475,489	4,67	1,746,539	7,6
1992	3,041,088	8,45	1,832,900	8,2
1993	3,658,241	9,48	2,816,155	10,32
1994	4,135,649	9,49	3,828,407	10,78
1995	4,041,097	8,69	5,749,913	10,7
1996	5,170,018	10,83	7,131,011	12,57
1997	6,767,173	12,77	8,287,188	13,12
1998	6,747,114	13,2	8,420,558	13,81
1999	5,363,910	11,17	6,110,111	11,79
2000	6,232,722	11,31	7,197,770	12,21
2001	5,002,461	8,59	6,533,333	11,17
2002	2,341,836	3,88	5,019,880	10,09
2003	4,561,117	6,24	4,949,490	9,74
2004	7,373,169	7,64	5,904,776	8,89
2005	9,915,406	8,38	6,590,999	8,5
2006	11,713,822	8,52	8,479,565	8,84
2007	14,384,822	8,98	10,915,428	8,62
2008	17,605,594	8,89	13,857,801	7,6
2009	12,784,922	8,36	11,718,267	8,76
2010	18,596,235	9,18	14,933,046	7,8

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados de comércio exterior disponíveis no site da CEPAL.
Disponível em: <<http://websie.eclac.cl/infest/ajax/cepalstat.asp?carpeta=estadisticas>>, acesso em 20 ago. 2011.

Quando se analisa o comércio do ponto de vista argentino, percebe-se que a tendência do comércio sempre foi a de aumentar, exceto no chamado “período de crise”, ou seja, o período em que tanto Brasil quanto Argentina, entre 1999 e 2002, enfrentaram crises econômicas. As exportações aumentaram mais de dez vezes e as importações aumentaram mais de vinte vezes em valores. Isso em números significa que as exportações passaram de 11,52% em 1990 para 21.16% em 2010 e as importações passaram de 17,54% em 1990 para 31,25% em 2010.

Chama a atenção que mesmo com discordâncias no campo político, as relações comerciais só foram afetadas efetivamente quando sobreveio um “motivo de força maior”, ou seja, a crise que assolou os países. Segundo Candeas (2010, p.223), “a convergência com o

Brasil na esfera econômico-comercial foi acompanhada de descompasso político em temas da agenda mundial (votações na ONU, alinhamento aos Estados Unidos), hemisférica (segurança) e regional (institucionalização do MERCOSUL)”.

Quanto ao percentual, as exportações diminuíram entre 1999 (24,41%) e 2003 (15,59%), e a partir de então se recuperaram. Já as importações se mantiveram sempre crescentes em termos de percentual, com exceção de 1999 (entretanto a queda é de aproximadamente meio ponto percentual), durante a crise brasileira. Quanto aos valores em dólares, somente houve decréscimo em 1999 e entre 2001 e 2003.

No período entre 2003 e 2010 percebe-se um aumento notável do percentual que o mercado brasileiro representa na Argentina, de 15,59% para 21,16%, sendo que em números absolutos o comércio triplicou. Já no que se refere às importações, há um aumento realmente expressivo em número absolutos, quase quatro vezes de 2003 a 2010, mas em percentual há uma queda na participação brasileira. Isso reflete a estratégia adotada pela Argentina, da mesma forma que o Brasil, de diversificar parcerias. Assim, expande-se o comércio sem aumentar a dependência em relação a um só país.

Em relação às disputas comerciais no âmbito da OMC, a Argentina entrou como reclamante em uma ocasião apenas, em 2006, em um caso de medidas antidumping sobre resinas. Em 2008 o Brasil suspendeu a aplicação das referidas medidas antidumping e o grupo especial que examinava o caso foi suspenso.

O Brasil entrou duas vezes como reclamante contra a Argentina. A primeira em 2000, tendo por objeto medidas de salvaguarda referentes a tecidos de algodão. O resultado foi acordado pelas partes no mesmo ano, comunicando a OMC. A segunda ocorreu em 2001, a respeito de direitos antidumping sobre frangos, dando prazo para que a Argentina se pusesse em conformidade com as recomendações.

Tabela 15- Comércio Argentino com o Brasil (em milhões de dólares)

Ano	Exportações		Importações	
	Total	Percentual	Total	Percentual
1990	1,422,667	11,52	715,128	17,54
1991	1,488,501	12,43	1,526,364	18,45
1992	1,671,366	13,66	3,338,791	22,46
1993	2,814,201	21,45	3,568,446	21,28
1994	3,654,826	23,08	4,285,907	19,86

1995	5,484,124	26,16	4,175,942	20,75
1996	6,614,831	27,78	5,327,106	22,42
1997	8,133,096	30,77	6,915,956	22,71
1998	7,949,232	30,07	7,060,482	22,5
1999	5,689,503	24,41	5,598,925	21,95
2000	6,990,771	26,74	6,478,444	25,67
2001	6,187,779	23,31	5,277,766	25,97
2002	4,848,001	18,9	2,518,253	28,02
2003	4,666,329	15,59	4,699,464	33,93
2004	5,605,033	16,21	7,566,907	33,71
2005	6,181,163	15,52	10,186,079	35,52
2006	8,140,925	17,87	11,749,351	34,4
2007	10,497,882	18,75	14,522,912	32,49
2008	13,258,685	18,94	17,687,209	30,8
2009	11,373,503	20,43	11,819,244	30,48
2010	14,420,272	21,16	17,658,442	31,25

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados de comércio exterior disponíveis no site da CEPAL. Disponível em: <<http://websie.eclac.cl/infest/ajax/cepalstat.asp?carpeta=estadisticas>>, acesso em 20 ago. 2011.

A respeito das relações econômicas, pode-se dizer de maneira geral que elas passaram de um momento focado no aumento das trocas comerciais, sem que fosse dado o valor necessário à integração de cadeias produtivas como forma de desenvolvimento, passando por um período de crise nos dois países, o que gerou uma diminuição do comércio e atritos comerciais bilaterais para uma fase de melhora das relações, tanto representada pelos contínuos investimentos brasileiros na Argentina enquanto este país enfrentava a terrível crise econômica de 2001 quanto pelo aumento das trocas bilaterais e reforço dos mecanismos de cooperação no âmbito do MERCOSUL, mais preocupados com diminuição das desigualdades e questões sociais.

O número de casos levados à OMC é baixo, o que demonstra que funciona a contento o mecanismo de solução de controvérsias do MERCOSUL e que é possível discutir bilateralmente e chegar a uma solução sem a ajuda de uma organização internacional.

5.2.3. INTEGRAÇÃO REGIONAL: O MERCOSUL E OS NOVOS BLOCOS REGIONAIS

Em relação ao continente americano, esse é um período durante o qual a integração no continente sul-americano se aprofundou, e as relações entre Brasil e Argentina ganharam força. Além disso, durante esse período houve a polêmica proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

As relações do Brasil com o continente americano têm sido importantes para o país desde antes de sua independência, quando ainda era uma colônia de Portugal. Os assuntos da região do Rio da Prata estiveram em pauta durante toda a história do país, principalmente em relação à Argentina, país vizinho, importante tanto econômica quanto politicamente no cenário regional. Os dois países começaram com um projeto de integração bilateral que culminou com a criação do MERCOSUL, abarcando ainda Paraguai e Uruguai.

Por outro lado, cabe ressaltar a baixa vocação brasileira para o regionalismo antes da década de 1980. Quanto às explicações para esse perfil:

Vários fatores de natureza histórica trabalharam para que o modelo regionalista de política externa tivesse pouca relevância prática. Entre eles, destacam-se: o legado colonial que operou no sentido da diminuição dos vínculos entre países semelhantes de uma mesma região, em favor da vinculação com a metrópole; as diferenças culturais e políticas, em especial na constituição dos respectivos Estados nacionais latino-americanos; a importância para o Brasil do relacionamento especial com os EUA; o diferencial de tamanho econômico entre o Brasil e os demais, em particular a Argentina, que se acentuou a partir da segunda metade do século XX e que reacendeu velhos temores da hegemonia brasileira na área; e o forte componente soberanista da cultura política brasileira (LIMA, 2005, p.14).

A aproximação bilateral entre Brasil e Argentina que deu origem ao bloco remonta à aproximação entre os dois países ainda na década de 1980, que não se limitava a uma aproximação comercial, englobando, por exemplo, a esfera nuclear. Entretanto, o projeto assume características marcadamente comerciais na década de 1990, quando é assinado o Tratado de Assunção, cuja principal meta seria “a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente (...)” (Tratado de Assunção, 1991, Artigo 1º). Em relação à visão que se tinha no Brasil a respeito da formação de um bloco de integração com os vizinhos sul-americanos:

A formação do MERCOSUL teve um duplo significado: para a burocracia econômica a expectativa é que funcionasse como um mecanismo para consolidar a abertura econômica que então se iniciava; para a diplomática como mecanismo defensivo e adicionador de poder de barganha internacional (LIMA, 2005, p.16).

Conforme Albuquerque (2002, p. 22), deve-se considerar a complexidade da interdependência do Brasil com seus vizinhos do Cone Sul, principalmente a Argentina, destacando que as relações internacionais brasileiras começaram com eles, mesmo antes da independência do país.

Com determinação, coerente com nossas melhores tradições de paz e solidariedade, transformemos a América do Sul em um espaço modelar, perfeitamente adequado à riqueza de nossos recursos humanos e naturais. Temos, no Mercosul, um instrumento ideal para consolidarmos as profundas aspirações de nossos povos de viverem num mundo que ofereça estímulos concretos à cooperação e ao trabalho com dignidade e justiça social (FRANCO, 1994, p.65).

E mesmo durante a década de 1990, em que no Brasil, e principalmente na Argentina, houve governos com interesse em estreitar as relações com os Estados Unidos, como Menem e suas “relações carnis”, a cooperação e integração entre os dois não foi deixada de lado. Ambos os países passaram a ver a importância do estreitamento de relações. Inclusive um dos focos do governo Menem era a aproximação com os países da região.

É importante frisar, entretanto, que o projeto de integração concebido por Sarney e Alfonsín era de integração das cadeias produtivas, enquanto que o que foi levado adiante por Menem e Collor significava a abertura comercial (CANDEAS, 2010, p.221). Segundo Pecequillo (2008, 139), “O MERCOSUL, e o conteúdo das políticas nacionais de seus membros, demonstravam-se alinhadas às reformas do Consenso de Washington e aos EUA”.

Seixas Corrêa identifica diferentes percepções em torno do MERCOSUL: para o Brasil, trata-se de um projeto político-estratégico dotado de uma dimensão econômico-comercial, um instrumento de consolidação de um entorno de paz, de segurança e de cooperação com a Argentina; para a Argentina, sem prejuízo da vertente político-estratégica a União Aduaneira é vista essencialmente um projeto econômico-comercial, com ganhos de escala, pelo acesso ao mercado brasileiro (CANDEAS, 2010, p.222).

Outra questão importante ao longo da década de 1990 é a do papel da diplomacia presidencial para resolver questões comerciais que não eram resolvidas no mecanismo de solução de controvérsias do MERCOSUL. Esse mecanismo só foi readaptado em 2002, pelo Protocolo de Olivos, que trouxe mudanças a esse sistema. Uma das principais preocupações da Argentina era em relação ao comércio desigual e à possibilidade de “desindustrialização” devido ao comércio com o Brasil. Essa era uma questão presente desde a época de Frondizi, e com a criação do bloco voltou a ser uma preocupação para os argentinos.

Essa preocupação tradicionalmente conduziu à aplicação de medidas de salvaguarda contra exportações industriais brasileiras. Na falta de mecanismos ágeis de solução de controvérsias, via de regra a “diplomacia presidencial” era chamada para resolver os atritos e evitar uma espiral de retaliações comerciais contrária ao espírito de integração (CANDEAS, 2010, p.224).

Durante o governo Fernando Henrique, a política externa brasileira “pautou-se pela lógica da busca de ganhos absolutos no entorno global e, para isso a cooperação regional era enfatizada” (PINHEIRO, 2004, p.63). Entretanto, a autora coloca que no âmbito regional, a lógica era a de ganhos relativos, com a manutenção do diferencial de poder entre o Brasil e os demais membros, o que explica a resistência brasileira à institucionalização do bloco. “Enfim, tal como foi criado, o MERCOSUL permaneceu como um instrumento de emprego da regionalização. Mas, pra FHC, foi também um meio de promover a liderança brasileira na região” (PINHEIRO, 2004, p.63).

Em relação à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), o debate se intensificou no final da década de 1990, e a Argentina, governada por De la Rúa nesse período, mostrava-se favorável a criação do bloco, gerando divergências com o Brasil. Entretanto, desde o governo Menem já havia simpatia de vários setores do governo e da sociedade à ideia de integração à ALCA ou ao NAFTA (CANDEAS, 2010, p.223).

Não obstante as intenções do governo da Aliança de se apresentar como diferente em relação à gestão Menem, a política externa argentina manteve-se pautada, em grande medida, pela política econômica, apoiada internacionalmente pelos EUA, de quem Argentina dependeu para obter uma “blindagem” de 40 bilhões de dólares para enfrentar os novos acordos com o FMI, e para renegociar as dívidas de curto prazo com a banca privada internacional (VADELL, 2006, p.201).

De acordo com Moniz Bandeira (2003), isso se contrapõe aos benefícios que a Argentina conseguiu com o MERCOSUL, pois foi o país que mais se beneficiou com o bloco: “Entre 1995 e 2000 (nove meses), ela acumulou na sua balança comercial um superávit de US\$ 5,1 bilhões com o Brasil, de US\$ 1,7 bilhão com o Paraguai e de US\$ 2,2 bilhões com o Uruguai, totalizando um saldo positivo acumulado de cerca de US\$ bilhões no período desses cinco anos” (BANDEIRA, 2003, p.645).

O período entre 1999 e 2003 é comumente chamado de período de crise do MERCOSUL, momento em que Brasil e Argentina passam por problemas econômicos, o comércio entre os membros decai e há divergências a respeito do futuro da integração, com a possibilidade de criação da ALCA.

Já a partir de 2003, percebe-se a preocupação com a renovação do MERCOSUL e discussão de novos temas, entre eles a democracia, o Parlamento do MERCOSUL e a redução das desigualdades entre os membros. Para que se consiga alcançar esse objetivo, foi criado o Fundo para Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), com recursos cedidos pelos países do bloco. Pode-se perceber um fortalecimento do bloco a partir desse período, pois a convergência de visões entre Brasil e Argentina contribuiu para a boa fase do bloco.

A aliança estratégica entre a Argentina e o Brasil é imprescindível para que alcancemos nossos objetivos nacionais, que só fazem sentido se forem tomados como parte de um projeto amplo de integração sul-americana. Daí meu convencimento de que juntos temos de fortalecer o Mercosul e forjar uma integração consistente entre os países da América do Sul. (...) Argentina e Brasil estão juntos hoje e estarão juntos amanhã. Nosso futuro está na integração. Estaremos juntos na defesa de nossas liberdades, na construção de nossa riqueza e na criação de condições sociais mais justas (LULA, 2008).

Uma das características que diferenciam Brasil e Argentina no MERCOSUL é a atitude mais soberanista adotada pelo Brasil. Segundo Candeas (2010, p.224), enquanto a Argentina propôs ao longo da década de 1990, como moeda única, supranacionalidade, mecanismos de solução de controvérsias, coordenação macroeconômica e mecanismos de compensação, o Brasil manteve uma atitude de não aprofundar a integração, com medo da supranacionalidade, por exemplo. Isso porque fazer parte de uma organização supranacional significa ceder parte de sua soberania, perder o controle de alguns tópicos, algo não aceito pelo Brasil, o que por vezes dificulta o avanço do bloco. Por outro lado, a partir dos anos 2000 já houve avanços em relação a alguns desses tópicos, conforme visto.

Ricardo Rozemberg (2003, p.22) também destaca a questão institucional do bloco, que dificulta o avanço da integração. Segundo o autor, a estrutura intergovernamental atual contribui para os problemas de elaboração e implementação das normas no bloco. Uma possível solução para essa questão seria a criação de um “corpo burocrático”, ao contrário do que ocorre atualmente, que os representantes estatais tomam as decisões, além de investir em uma maior coordenação dos grupos técnicos.

Outros avanços recentes foram a assinatura de acordos de livre comércio com países de fora da Associação de Latino- Americana de Integração (ALADI), com Israel e Egito, além de acordos de complementação econômica. Ademais, deve-se destacar o fim da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC). Percebe-se que o discurso brasileiro durante os anos de governo do presidente Lula foram de colocar a integração regional como prioridade para o Brasil, sendo o MERCOSUL a base dessa integração.

Desde o início de meu mandato – e antes mesmo que assumisse a Presidência - tenho dedicado atenção prioritária à plena realização do Mercosul. Ele é o núcleo em torno do qual pensamos deva ser levada adiante a integração da América do Sul. Está, assim, em gestação um novo ambiente político, muito mais propício à retomada dos esforços de integração regional. Tem havido um diálogo cada vez mais fluido e próximo entre todas as esferas dos Governos do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai (LULA DA SILVA, 2003, p.25).

Por fim, deve-se ressaltar a retomada do crescimento do fluxo de comércio dentro do bloco, prejudicado durante a fase de crise. Apesar de o Brasil diversificar parceiros, o

MERCOSUL, e a Argentina principalmente, ainda representam um importante parceiro. Por outro lado, para a Argentina o MERCOSUL possui importância muito maior:

Em termos de comércio, a Argentina é mais dependente do MERCOSUL que o Brasil, seu comércio se desenvolve mais na região. Desde o período de sua recuperação em 2003, o bloco tem tido importância crescente para o país, pois é o principal destino de suas exportações e a principal origem de suas importações. Dentre os países membros, percebe-se que o Brasil é o principal parceiro comercial da Argentina, e o comércio absoluto entre os dois têm aumentado muito desde 2003 (FARIA, COUTINHO, 2011, p.5).

Apesar de ser um importante canal para cooperação entre os dois países, a relação entre Brasil e Argentina não se resume ao MERCOSUL. Ambos possuem interesse e participação destacada em outros fóruns locais de cooperação, como a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e a Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana (IIRSA).

[O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a Presidenta Cristina Fernández de Kirchner] reiteraram o interesse de ambos os países em acelerar a execução dos projetos prioritários para a integração física sul-americana, em especial nas áreas de infraestrutura, transportes e telecomunicações que integrem os países, atendendo a critérios de desenvolvimento social e econômico sustentável e preservando o equilíbrio dos ecossistemas. Renovaram o compromisso de avançar em direção da plena incorporação do âmbito de trabalho da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) no marco do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento da UNASUL (MRE, 2010).

Cada vez mais o Brasil passou a utilizar o conceito de América do Sul e a ver nesse espaço não apenas possibilidades comerciais, mas também políticas e estratégicas, investindo em processos de integração, como a integração física (IIRSA) e integração política (UNASUL). Timerman (2011) ressalta que a UNASUL representa um espaço para que as nações sul-americanas possam resolver seus próprios problemas, criando um espaço de diálogo e articulador de políticas que promovam o desenvolvimento regional.

A nova América do Sul será criada pela conexão entre o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações. Por outro lado, os projetos de integração física resultantes da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul – IIRSA – permitirão o aproveitamento efetivo das oportunidades abertas por estes acordos, além de representarem vetores de crescimento para as economias da região (LULA DA SILVA, 2003, p.30).

Segundo Cristina Kirchner, em discurso de encerramento de campanha, pouco antes de ser confirmada sua vitória para um segundo mandato: “Somos gente do MERCOSUL, da UNASUL (União das Nações Sul-Americanas), somos orgulhosamente latino-americanos e, se fizermos uma integração inteligente, poderemos ser protagonistas do século XXI porque como região produzimos alimentos e energia” (CARTA, 2011). Batista Jr. (2005) enfatiza a importância de manter a sintonia com o país platino:

O Brasil precisa conduzir com cuidado as suas relações com a Argentina e os demais países sul-americanos. Sempre existirá o risco de que sejam reavivadas antigas disputas e rivalidades. Diferenças de opinião e de situação nacional são normais e ocorrerão inevitavelmente. Mas não se deve permitir que essas divergências sejam magnificadas por redes de intrigas, prejudicando os nossos objetivos estratégicos (BATISTA JR, 2005, p.72).

Percebe-se a ênfase dada por ambos os países no tema da integração regional, não somente pautada pelo MERCOSUL, mas também pela UNASUL, que ganhou personalidade jurídica em 2011.

A relação entre o Brasil e a Argentina é imprescindível para que, nesta parte do mundo, o sonho de um futuro economicamente próspero e socialmente justo se torne realidade tangível para todos. Se conseguirmos fortalecer ainda mais essa relação, não apenas teremos alcançado um propósito que corresponde a nossos interesses nacionais mas teremos, também, dado uma valiosa contribuição à consolidação do Mercosul e à aceleração do processo de integração sul-americana (AMORIM, BIELSA, 2005).

Outra questão importante em relação à UNASUL é o destaque do Conselho de Defesa, criado em 2008, e a aprovação da Carta Democrática em 2010, mecanismo destinado a evitar golpes de estado na região e que prevê sanções econômicas e inclusive fechamento parcial ou total de suas fronteiras terrestres e suspensão do fornecimento de energia a esse Estado.

Além dos projetos de integração sul-americana, como MERCOSUL, UNASUL e IIRSA, outros foros de cooperação estão sendo fortalecidos, como a CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos), fundada em 2010. A CELAC reúne todos os países da América, com exceção de Estados Unidos e Canadá, e é a convergência do Grupo do Rio e da CALC (Cúpula América Latina e Caribe).

A CELAC é um mecanismo de concertação política e integração, além de contribuir para a formação de uma identidade regional e posições comuns dos países membros. Apesar de o fortalecimento do Grupo do Rio no período recente, suas reuniões sempre tiveram caráter informal. Com a nova conformação, haverá uma maior institucionalização. Entretanto, a CELAC herdará o que já foi construído por ambos os grupos:

O Grupo do Rio fortaleceu-se gradualmente como espaço presidencial privilegiado e como um mecanismo regional representativo da América Latina e do Caribe em relação a outros países e blocos. Os contatos políticos institucionalizados do Grupo do Rio com terceiros promoveram o diálogo inter-regional entre autoridades do mais alto nível, com o intercâmbio de pontos de vista sobre importantes temas da agenda internacional. Atualmente, são dezenove parceiros de diálogo com o Grupo do Rio, que devem ser herdados pela CELAC: União Europeia, Conselho de Cooperação do Golfo, China, Rússia, Canadá, Índia, Japão, Coreia do Sul, ASEAN, Israel, Ucrânia, Liga Árabe, G-77, Grupo GUUAM (Geórgia, Ucrânia, Uzbequistão, Azerbaijão e Moldova), CEI, Austrália, EUA e União Africana (*website* MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL).

Essas novas articulações de integração regional, bem como as mais antigas, como o MERCOSUL, estão focadas não somente no comércio, mas também na dimensão política e

cultural. Além disso, a “ampliação dos contatos extra regionais, capitaneados pela diplomacia brasileira simbolizados no IBAS e a Cúpula dos Países Árabes e Sul-Americanos fazem parte desta agenda” (PECEQUILO, 2008, p.148).

No que diz respeito ao comércio, o Brasil tem acordos bilaterais com todos os seus vizinhos, principalmente acordos de complementação econômica (ACEs) no âmbito da ALADI. Isso demonstra o interesse que o Brasil possui na região, e que busca estreitar os laços com seus vizinhos, principalmente a Argentina, seu principal parceiro, mas não somente no âmbito bilateral, mas também multilateral, dentro de organizações.

Além disso, chama a atenção o papel do Brasil como investidor nos países da região, principalmente na América do Sul. O principal destino dos investimentos diretos do país na região é a Argentina.

Destaque-se também a evolução do IBD – participação no capital de empresas do Mercosul e da América Latina (inclusive Mercosul). O estoque de recursos dessa natureza investidos no bloco e na região, considerados aqueles países entre os 30 principais destinos de investimentos brasileiros, aumentaram respectivamente 80,9% e 101% de 2007 a 2011. Sobressaem os estoques de participação na Argentina, US\$5,1 bilhões; Uruguai, US\$2,4 bilhões; e Peru, US\$1,9 bilhão (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011, p.3).

O papel de empresas brasileiras no contexto americano também é motivo de destaque, entre elas a Petrobras, que atua na nos países do MERCOSUL e associados, além de Cuba, México e Estados Unidos; e a Odebrecht, que com financiamento do BNDES atua em países da região. “In 2009, BNDES extended a record \$8.3 billion in credit for projects outside Brazil. In 2010, overall BNDES disbursements reached more than \$100 billion, up 23 percent from 2009, exceeding both those of the Inter-American Development Bank and the World Bank” (SWEIG, 2011, p.58).²³

Apesar no nível de integração regional estar evoluindo claramente desde os anos de 1980, é evidente que o caráter soberanista da política externa brasileira permanece e ainda pauta sua participação em organizações regionais, principalmente no caso do MERCOSUL, em que há uma clara assimetria entre seus membros:

Aparece uma contradição clara entre, por um lado, a defesa quase unânime do fortalecimento do Mercosul, tanto para a implementação de políticas ativas de desenvolvimento, quanto para fortalecer o poder de barganha nas principais negociações comerciais em curso, ALCA e União Europeia e, por outro, a relutância em se aceitar arranjos institucionais que impliquem delegação de autoridade à instâncias supranacionais (LIMA, 2005, p.14).

²³ Tradução nossa: Em 2009, BNDES estendeu o recorde de \$8,3 bilhões em crédito para projetos fora do Brasil. Em 2010, o total de desembolsos do BNDES chegou a mais de \$100 bilhões, 23% a mais do que em 2009, excedendo tanto aqueles do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco Mundial.

Por outro lado, o que se destaca é a evolução pela qual o bloco vem passando, e também o fato de que mudar o caráter da integração de intergovernamental para supranacional não garante o sucesso da integração. É claro que o exemplo mais famoso de integração é o da União Europeia, que possui caráter supranacional, mas este é um processo de integração que vem se aprofundando há décadas; comparado a ele, o MERCOSUL ainda é bastante recente. Ademais, nem todos os processos supranacionais possuem o mesmo êxito, como é o caso da Comunidade Andina.

Por conseguinte, o que se nota a respeito das relações entre Brasil e Argentina nas duas últimas décadas é que desde o final dos anos de 1980 a interação entre os dois países vem se adensando, e um resultado disso é a criação do MERCOSUL. Entretanto, as relações durante a década de 1990 como um todo são influenciadas pelas relações de cada um dos países com os Estados Unidos. Além disso, principalmente na fase de crise da integração no MERCOSUL as relações passam por momentos de desconfiança, mas voltam a melhorar e se aprofundar ainda mais a partir de 2003. Com isso, o aprofundamento ocorre não somente no âmbito da integração regional como, principalmente, no âmbito bilateral, tanto no campo comercial quanto no campo político.

6. AS RELAÇÕES TRIANGULARES

Neste capítulo será feita uma breve retomada dos três “eixos” que formam as relações triangulares e a seguir uma análise das mesmas.

6.1. Relações Brasil-Estados Unidos: um reforço da parceria madura

Nesse mesmo período, no Brasil, temos os governos Collor e Itamar, no início da década. Esses governos, assim como na Argentina, promoveram ajustes neoliberais e privatizações, e buscaram relações mais próximas com os Estados Unidos. É necessário enfatizar que o grau dessas relações é diverso, não tão forte no caso brasileiro, mas ainda assim há uma busca de relações mais próximas.

Já durante o governo de Fernando Henrique, entre 1994 e 2002, chega-se a mesma conclusão que durante o governo Menem, ou seja, já que não é possível mudar o sistema internacional, deve-se fazer parte dele e participar dos órgãos internacionais. No final do governo Fernando Henrique já se nota críticas aos Estados Unidos e ao projeto da ALCA, o que não ocorreu nesse período na Argentina, que via com bons olhos a criação da área de livre comércio e no fato de contar com os Estados Unidos como um parceiro comercial.

Desde que Lula assumiu as relações melhoraram, e mais recentemente os Estados Unidos estão reconhecendo a importância do Brasil nas relações internacionais, apesar de ainda não terem apoiado a entrada brasileira como membro permanente do conselho de segurança da ONU.

A esse respeito, nota-se pela análise dos dados das votações na ONU, que o Brasil apresenta maior percentual de votações divergentes das norte-americanas. É interessante notar que os dois países apresentam uma mesma tendência de aumento de votos coincidentes na assembleia geral década de 1990 e declínio a partir de 1997. Com isso, percebe-se que a tendência aparente é a de que as relações de ambos os países com os Estados Unidos passem por uma fase melhor do que a anterior, com mais pontos em comum e visão de mundo um pouco mais parecida em comparação com a década anterior.

Tabela 16- Quadro das Relações Brasil- Estados Unidos

Período	Questões Políticas	Questões Econômicas	Integração Regional
1990-1992	Limpeza na agenda	Limpeza na agenda	Iniciativa para as Américas e criação do MERCOSUL em resposta à Iniciativa para as Américas
1992-2000	Melhora nas relações	Crescimento Comércio e investimentos	Negociações da ALCA
2000-2003	Divergências	Desaceleração	Divergências em relação à ALCA
2003-2010	Parceria madura	Diversificação de parcerias	Fim dos debates sobre a ALCA

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados levantados pela pesquisa

Analisando a tabela acima, pode-se perceber que, apesar de haver uma conexão entre as três áreas estudadas ao longo do trabalho, nem sempre elas estão completamente conectadas. Um exemplo é o período de 1990 a 1992: há claramente uma limpeza na agenda, o Brasil adere à maioria dos regimes internacionais dos quais não fazia parte antes da democratização; o Brasil chega a aderir à onda neoliberal. Entretanto, não concorda com a Iniciativa para as Américas e segue com a criação de um mercado comum regional, o MERCOSUL. É claro que o momento é diferente daquele em que foi negociado entre os presidentes Alfonsín e Sarney, mas é claramente uma medida que mostra a importância do entorno e dos parceiros da região.

O mesmo ocorre entre 1992 e 2000. Há claramente uma melhora nas relações entre os dois países, o comércio e o investimento crescem, mas no que se refere às negociações da ALCA o Brasil não adere simplesmente às ideias norte-americanas: cria-se um debate na sociedade brasileira, gerando um envolvimento da população que não é comum nos temas de política externa. O Brasil se mostra cauteloso, mas disposto a participar dos debates. Segundo Velasco e Cruz (2001), até esse período:

Marcada, ao longo de vários anos, por litígios graves, na década de 90 a relação entre os dois países se distende, passando a se definir em termos predominantemente cooperativos, sem que por isso tenham desaparecido entre os mesmos todos os motivos de discórdia. As diferenças mais importantes entre eles têm como foco a pretensão norte-americana de criar um espaço econômico homogêneo no hemisfério. O Brasil reagiu negativamente à ideia quando de seu anúncio, e só a contragosto viria a absorvê-la alguns anos mais tarde. De 1994 para cá, quer na discussão sobre

o cronograma das negociações para a ALCA, quer na definição de seu formato, a atitude brasileira tem sido dilatária (CRUZ, 2001, p.139).

Entre 2000 e 2003, a relação passa a se desgastar, principalmente em relação à ALCA e à postura norte-americana, governada então por George W. Bush. Apesar desse desgaste, a desaceleração nas relações econômicas está mais relacionada com a própria economia do que com as relações políticas. Este foi o período de crise econômica no Brasil, diminuição das privatizações: esses fatores levaram à redução relativa do comércio e do investimento. Por outro lado, a tendência de diminuição relativa se prolonga no período seguinte.

Por fim, entre 2003 e 2010, percebe-se uma parceria madura entre os dois países. Certamente existem divergências em alguns campos, mas isso não é motivo para que haja um desgaste generalizado nas relações bilaterais. É possível desenvolver parcerias em diversos campos, como no caso da educação, com intercâmbios entre os dois países, mesmo que os Estados Unidos não apoiem oficialmente a entrada do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, apenas defende a reforma do órgão.

Ademais, é um período de diversificação de parcerias, mas isso não significa que os Estados Unidos tenham passado a ser menos importantes para o Brasil, muito pelo contrário. O movimento do comércio no período é de crescimento em números absolutos, mas diminuição no percentual do que isso representa no total do comércio brasileiro. Isso é bom porque fortalece a parceria entre Brasil e Estados Unidos, mas faz com que o país não fique dependente de um só país. Isso fez com que nos recuperássemos mais rapidamente da crise financeira de 2009, que atingiu fortemente os Estados Unidos.

O período de 2003 a 2010 é também um período em que o Brasil, seguindo a tendência do período anterior, se voltou à integração regional. Isso não significa esquecer os parceiros tradicionais, como Estados Unidos e União Europeia, mas sim que o país vê como prioridade o seu entorno regional e o aprofundamento das relações com parceiros em desenvolvimento.

Conforme é possível perceber através da discussão a respeito das relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos, estas se refletem pelo caráter maduro e de parceria estratégica. Entretanto, não podem ser vistas como relações “em eixo”, pois não são entre parceiros de mesmo grau de desenvolvimento. E certamente essa diferença faz com que as relações sejam diferentes do que seriam no caso de parceiros iguais. Não se pode negar que os Estados Unidos ainda sejam uma grande potência, é um país que ainda possui muito peso decisório nos regimes internacionais, apesar de as relações internacionais terem passado para um estágio de multipolaridade no pós Guerra Fria- apesar de alguns autores defenderem que o

contexto internacional atual é de unipolaridade, cada vez se percebem sinais de um mundo multipolar em construção.

Em resumo, o que é possível dizer sobre as relações entre Brasil e Estados Unidos é que elas passaram por altos e baixos entre 1990 e 2010, desde uma limpeza na agenda, passando por discordâncias políticas e econômicas e chegando a um relacionamento maduro, que promete frutos para o futuro, tanto pelos acontecimentos e parcerias recentes quanto pelo que se percebe na análise das votações no Conselho de Segurança e na Assembleia Geral das Nações Unidas: mais votos coincidentes no período recente, o que indica que há uma perspectiva interessante de cooperação para as relações, o que certamente não significa minimizar as diferenças de poder entre os dois países e não exclui outros fatores que podem ser levados em consideração para a análise das relações bilaterais.

6.2. Relações Argentina-Estados Unidos: em busca de posições comuns

No início da década de 1990 assume na Argentina Menem, com as chamadas “relações carnavais” com os Estados Unidos, o que evidencia relações bastante próximas aos americanos, chamadas inclusive de “alinhamento” por alguns autores. Já a partir de 1992 essas relações tornam-se mais prudentes, mas ainda assim próximas. E dessa maneira permanece até o final da década.

A partir dos anos 2000, com o governo de Duhalde e logo após de Kirchner, as relações passam a ser mais distantes do que eram no tempo das relações carnavais, mas ainda assim há a tentativa de buscar posições em comum com os Estados Unidos, como na questão da Colômbia, apresentando posição divergente da brasileira. Além disso, o Brasil foi bastante mais crítico à guerra no Iraque, o que não ocorreu no caso da Argentina. É interessante notar a semelhança de críticas feitas por Kirchner às que foram feitas por Fernando Henrique Cardoso no final do seu mandato, a respeito da posição norte americana na era Bush.

Em termos das relações mais atuais, há uma melhora com a vitória de Obama no caso das relações com a Argentina, apesar de esta não constituir uma prioridade para o governo norte-americano.

Tabela 17- Quadro das Relações Argentina-Estados Unidos

Período	Questões Políticas	Questões Econômicas	Integração Regional
1990-1992	Relações Carnais	Limpeza na Agenda	Criação do MERCOSUL
1992-1995	Relações Carnais	Aproximação econômica	Postura favorável à ALCA
1995-1999	Posições divergentes	Posição mais dura	Críticas à postura norte-americana
2000-2010	Busca de posições comuns	Busca de novos parceiros	Foco na integração regional

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados levantados pela pesquisa

Comparando as questões políticas, econômicas e de integração regional em cada período, é possível perceber que durante o governo Menem, a aspiração argentina passou a ser a de se tornar um aliado especial dos Estados Unidos, indo muito além da aproximação que o governo Collor promoveu com os norte-americanos. A política externa argentina se pautou por objetivos como tornar-se membro da OTAN e da OCDE. Também nesse período o país se envolveu mais em missões de paz da ONU. Entretanto, apesar desse clima de “aliado especial” houve desentendimentos na área comercial.

Ademais, é importante ressaltar que esse alinhamento não trouxe vantagens comerciais concretas para a Argentina, o que logo levou à desilusão por parte do país, da mesma forma que aconteceu com o Brasil no governo Dutra. No que se refere à integração regional, o governo Menem se mostrou mais aberto à ALCA do que o governo brasileiro. Além disso, cabe destacar a intenção argentina de ingressar no NAFTA, que no fim não se realizou.

A seguir, há um período de crise econômica e instabilidade e logo após Kirchner é eleito. A partir de 2003 há uma clara mudança de postura em relação aos Estados Unidos, com vistas a evitar a submissão. Neste governo percebe-se um foco maior na integração regional, principalmente com os parceiros do MECOSUL. É feita uma revitalização no bloco com vistas a por fim ao período de crise econômica da região.

Em relação às relações econômicas, é interessante notar que a Argentina diversifica os seus parceiros econômicos e diminui sua dependência dos Estados Unidos tanto em importações quanto em exportações. Por outro lado, o percentual de exportações para a Argentina aumenta no comércio americano. Isso significa dizer que os números absolutos

aumentaram; entretanto, o peso que esse comércio representa para os argentinos diminuiu, e para os americanos, aumentou.

Com a atual presidência de Cristina Kirchner, há uma melhora nas relações. Percebe-se a mudança de postura da Argentina pelos votos do Conselho de Segurança da ONU, que deixa de ser 100% coincidente com o voto norte-americano, como era no governo Menem. Fica a ressalva de que as votações no Conselho de Segurança já têm uma tendência de consenso, uma vez que as resoluções são cuidadosamente preparadas e discutidas antes de serem levadas à votação, procurando agradar ao maior número de países.

O mesmo ocorre na Assembleia Geral: há um aumento considerável de votos coincidentes no período do governo Menem, diminuindo gradativamente entre 1995 (40,91%) e 2007 (11,54%) e logo depois aumentando 10 pontos percentuais até 2010. Percebe-se a notável diferença em termos percentuais em pouco mais de 10 anos de diferença.

Da mesma forma que ocorre nas relações Brasil-Estados Unidos, fica claro que entre Argentina e Estados Unidos não se pode falar em relações em eixo. É uma relação em que fica evidente a diferença de desenvolvimento e peso no sistema internacional entre os dois atores, principalmente durante o período em que a Argentina buscou ser aliada especial dos Estados Unidos.

É importante lembrar que mesmo buscando esse *status* diferenciado dos demais países da América Latina, o máximo que foi alcançado durante esse período foi o título de aliado extra OTAN, em 1998 e a participação como observador em comitês da OCDE, no caso das relações com a Europa. Além disso, o pedido causou certo mal estar nas relações com os vizinhos, principalmente o Brasil.

Com isso, pode-se dizer que há uma boa perspectiva de melhora nas relações entre os dois países, tanto pelo maior diálogo e coincidência de votos quanto pela maneira como as relações são travadas, sem a busca de relações especiais e cessão de vantagens sem contrapartidas, mas também sem que haja piora do diálogo por motivos ideológicos: as relações estão rumando para a busca de vantagens mútuas, sem que a agenda em uma área afete as demais. Isso foi iniciado no período pós-crise econômica argentina, em que houve esforço por parte dos Estados Unidos de não contaminar a agenda política com as negociações a respeito da crise.

6.3. Relações Brasil-Argentina: construção da parceria estratégica

As relações entre Brasil e Argentina ao longo da história são de oscilação entre rivalidade e cooperação. Entretanto, na década de 1990, elas se mostraram muito mais cooperativas, pois no final da década de 1980 foram firmados acordos de integração entre os dois países.

É certo que, apesar desses acordos de cooperação, sendo o de maior destaque o MERCOSUL, não houve ausência de divergências. Assim, no início da década percebe-se convergência entre os dois países, com aumento do fluxo de comércio e visões de mundo semelhantes, como na questão do programa liberal implantado em ambos os países, as privatizações e a relevância dada às relações com os Estados Unidos. É interessante notar que no início essas relações especiais com os norte-americanos não atrapalharam na formação de um bloco de cooperação no cone sul. Em relação à participação na ONU, nesse período há mais votos divergentes entre Brasil e Argentina do que nos posteriores, principalmente devido ao alinhamento promovido pela Argentina, o que não ocorreu no Brasil.

Mais adiante se percebe as divergências a respeito da ALCA e do futuro do MERCOSUL, principalmente durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e De la Rúa. Além dessa questão, contribuía para tornar a relação difícil a crise econômica em 1999 no Brasil e no início dos anos 2000 na Argentina. O comércio diminuiu e foram tomadas medidas protecionistas. Também na Assembleia Geral da ONU houve menos votos coincidentes entre os dois países.

Por fim, a partir do governo Kirchner na Argentina e final do governo Fernando Henrique e início do governo Lula no Brasil as relações voltaram a melhorar, com um novo impulso integrador, tanto no que diz respeito ao MERCOSUL quanto a novos foros de concertação política na América do Sul, como a IIRSA e a UNASUL. Mais uma vez o comércio voltou a crescer de maneira rápida e as posições de ambos os países na ONU, entre outros foros, se tornaram mais próximas.

No quadro mais amplo da integração da América do Sul, a colaboração entre o Brasil e a Argentina, que têm hoje os sistemas de ciência e tecnologia mais avançados da região, pode gerar importantes efeitos positivos para a redução das assimetrias e o desenvolvimento regional. (...) A cooperação entre o Brasil e a Argentina constitui exemplo de parceria equilibrada e mutuamente benéfica, que reforça a confiança e consolida a paz. Suplantada definitivamente a lógica artificial de “rivalidade” de tempos passados, soubemos construir uma colaboração abrangente em ciência e tecnologia nas principais áreas do conhecimento. Juntos, o Brasil e a Argentina dão ao mundo um testemunho concreto da vitalidade e do enorme potencial da cooperação Sul-Sul (AMORIM, 2008).

Assim, pode-se dizer que ambos os países perceberam a importância da cooperação regional para o desenvolvimento, e que as disputas e rivalidades não contribuem em nada para esse processo. Certamente nem todas as posições são convergentes, como no caso de reforma do Conselho de Segurança da ONU, ou em questões comerciais bilaterais, como salvaguardas a produtos.

No entanto, é normal que mesmo relações com um parceiro tão próximo tenham alguns pontos divergentes. Os governos devem também levar em conta a opinião de grupos internos, e nem sempre esses grupos tem visões complementares nos dois países, principalmente no que diz respeito ao comércio exterior. Além disso, Brasil e Argentina já chegaram a um grau de convergência bastante alto, em torno de 90% de votos coincidentes na Assembleia Geral da ONU, um número bastante expressivo para países que se consideraram rivais durante bom período da história.

Ademais, conforme bem disse o chanceler argentino, Timerman (2011), o mais importante é saber resolver essas questões e não deixar que pequenas discordâncias influenciem nas relações de maneira geral.

Tabela 18- Quadro das Relações Brasil- Argentina

Período	Questões Políticas	Questões Econômicas	Integração Regional
1990-1992	Aproximação	Intensificação do comércio	Aceleração da integração
1992-1997	Aproximação como barganha	Intensificação do comércio	Aceleração da integração
1998-2001	Desconfiança e pontos de divergência	Comércio refreado pela crise	Crise
2002-2010	Reforço da parceria estratégica	Retomada do comércio e crescimento dos investimentos	Retomada e aprofundamento da integração

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados levantados pela pesquisa

Não é possível afirmar que a aproximação da Argentina com os Estados Unidos fez com que esta se afastasse do Brasil, muito pelo contrário. O MERCOSUL é criado no início dos anos de 1990 e eleva bastante o volume de comércio entre os dois países. É claro que o

foco do bloco dado por Menem e Collor é diferente daquele desenvolvimentista dado por Alfonsín e Sarney.

Na visão menemista, de um lado, os laços com Washington seriam garantia de contenção dos “excessos” da política externa do Brasil – às vezes vista como anacrônica, revisionista e hegemônica, ao passo que a Argentina se vê como fator de estabilidade regional; de outro, os laços com Brasília serviriam tanto para o projeto de crescimento econômico quanto para melhorar a posição negociadora frente aos Estados Unidos (CANDEAS, 2005, p.29).

Para a Argentina, ambas as relações eram fundamentais nesse período para maximizar seus ganhos internacionais. E essa política de aproximação com o Brasil trouxe bons frutos em termos de cooperação, apesar das distorções que a proximidade com Washington trouxe. De acordo com Russell e Tokatlian (2004b), o plano de cooperação com ambos os países era diverso:

O Brasil e os Estados Unidos foram definidos como os principais aliados da Argentina, mas em planos diferentes. O Brasil, no contexto do Mercosul, foi considerado como um aliado fundamentalmente econômico, enquanto as relações com os Estados Unidos constituíram o principal eixo articulador de um novo vínculo da Argentina com o mundo, baseado na submissão estratégica a Washington (RUSSELL, TOKATLIAN, 2004b, p.117).

No que se refere à integração regional, entre 1990 e 1992 há a aceleração para que o MERCOSUL seja posto em prática. Em 1991 o bloco é criado e é imposto um prazo até 1994 para a criação de um mercado comum. Fica evidente que os prazos são muito curtos para que se atingisse o objetivo, mas os dois governos estavam interessados na aceleração das trocas comerciais, embalados pelas políticas neoliberais postas em prática tanto na Argentina quanto no Brasil.

Nas questões políticas, entre 1990 e 1997 há um período de aproximação, ainda na onda da aproximação iniciada no final da década de 1990. Entretanto, conforme Candéas (2005), cada vez mais essa aproximação se revela como uma barganha, no caso da Argentina, para equilibrar as relações com os Estados Unidos. Esse é o mesmo movimento feito por Fernando Henrique Cardoso no caso da Europa- usar essas relações para contrabalançar aquelas com os norte-americanos e mostrar que não há uma relação de dependência com relação a eles. No caso da Argentina, nesse período do país de fato estreitou bastante a relação com os norte-americanos, o primeiro período do governo Menem é de “relações carnavais”.

A partir de 1998 e principalmente 1999 as relações passam a ser de desconfiança, principalmente com a desvalorização do Real promovida neste ano pelo Brasil, a qual a Argentina interpretou como sendo proposital, visto como “desvalorização competitiva voltado contra os interesses comerciais daquele país. Setores de menor competitividade (têxteis, aves,

siderúrgica, calçados, papel) foram profundamente afetados, reduzindo-se drasticamente o saldo comercial e o volume de comércio argentino” (CANDEAS, 2010, p.226).

Segundo Candeas (2010), no início do governo De La Rúa há sinais de retomada de laços estreitos com países em desenvolvimento, principalmente na América Latina, mas logo após:

Com o acirramento da crise, o Governo revisou suas prioridades, aproximando-se novamente do Primeiro Mundo com vistas a reerguer a confiança externa no sistema político e financeiro do país. A relação com Washington voltou a ser elemento central, em particular após a assunção do Ministro Cavallo. O Chanceler Adalberto Rodríguez Giavarini, considerado fator de estabilidade da relação com o Brasil, e o Ministro Domingo Cavallo protagonizaram uma disputa pública sobre os rumos da política externa do país, com propostas distintas para as políticas de comércio e os modelos de integração. O Governo argentino sinalizava linhas políticas contraditórias em relação ao Brasil (CANDEAS, 2010, p.227).

As relações só voltam a melhorar em 2002, auge da crise na Argentina, com os governos Duhalde na Argentina e Lula no Brasil. Nesse período os argentinos assistiram à fuga de capitais de seu país, e o Brasil tornou-se o principal investidor na Argentina. A partir de então, inicia-se uma fase de reforço da parceria estratégica entre os dois países. Ambos se voltam para reforçar a integração regional, atuando ativamente na UNASUL, tanto com nacionais seus ocupando o cargo de Secretário Geral da organização (Néstor Kirchner) quanto participando de maneira efetiva de seus Conselhos e buscando resolver as questões Sul-Americanas dentro do âmbito da própria região.

Já entre 1992 e 1997, novas instituições são criadas no âmbito do MERCOSUL para regular as trocas comerciais entre os membros e entre o bloco e outros países e blocos econômicos. Ainda nesse período o comércio se intensifica entre os integrantes do bloco, em especial entre Brasil e Argentina.

Entre 1998 e 2001, há a transição e entrada para um momento de crise no bloco, que dura até 2003. Nesse período o comércio diminui devido à crise econômica pela qual os dois países estavam passando. As discordâncias sobre aspectos de comércio exterior se intensificam, assim como o protecionismo. Por outro lado, é também um período de cooperação, pois o Brasil se mostra sensível à questão argentina, mantém os investimentos no país e apoia para que os vizinhos se recuperem da crise o mais rápido possível. O investimento brasileiro no país apresentou crescimento no período:

A estimativa de estoque de investimentos globais brasileiros no país vizinho, entre 1997 e o primeiro semestre de 2011, foi US\$ 11.189,75 bilhões. Desse total, segundo dados da embaixada, quase US\$ 8 bilhões (US\$ 7,7 bilhões) foram investidos entre 2005 e 2011. Sendo, por exemplo, 25% correspondentes ao setor industrial, 18,5% ao petróleo e gás e 10,9% a mineração (PORTAL BRASIL, 02-08-2011).

Empresas como Camargo Correia e a Vale, que retomou a extração de potássio em Mendoza e em 2011 previa aumento dos investimentos no país, e a Petrobrás, que comprou a Perez Companc em 2002 (PORTAL BRASIL, 02-08-2011). Essa atitude é interessante porque mostra como o Brasil vê a Argentina efetivamente como um parceiro, e não apenas como mais um país com o qual mantém relações. Para que o Brasil possa se desenvolver é interessante que os parceiros também consigam alcançar esse desenvolvimento, e com isso se possa desenvolver um círculo virtuoso na região.

Por fim, o período de 2000 a 2010 é de retomada e aprofundamento da integração. O MERCOSUL é revitalizado e ganha novas dimensões, com a questão social aparecendo como prioridade, além de reversão das desigualdades entre os países membros.

El MERCOSUR representa el ejemplo de regionalismo/regionalización más exitoso de la historia económico-política de la América del Sur contemporánea y es la primera – si bien imperfecta – unión aduanera del continente. Pero, antes que un programa comercial y económico, es un proyecto político, tanto por sus antecedentes, como por su proyección en la economía política mundial (BERNAL-MEZA, 2008, p.155).²⁴

Além disso, novos instrumentos de cooperação regional foram criados, como a IIRSA e a UNASUL, sendo que neste último Brasil e Argentina são países bastante atuantes e têm buscado a convergência dos países do entorno e resolução dos problemas regionais pela própria região, sem intervenção de potências de fora: com esse propósito foi criado o Conselho de Defesa Sul-Americano, sugerido pelo Brasil, que já atuou de maneira decisiva no último ano.

6.4. Brasil, Argentina e Estados Unidos: em busca do círculo virtuoso

A respeito das relações entre Brasil, Argentina e Estados Unidos, no Conselho de Segurança apenas em 1999 os três países votaram todas as resoluções de maneira idêntica. Entretanto, nota-se com a passagem do tempo uma diminuição nas diferenças de votações.

²⁴ Tradução nossa: o MERCOSUL representa o exemplo de regionalismo/regionalização mais exitoso da história econômico-política da América do Sul contemporânea e é a primeira- se bem que imperfeita- união aduaneira do continente. Mas, antes de ser um programa comercial e econômico, é um projeto político, tanto por seus antecedentes quanto por sua projeção na economia política mundial.

Tabela 19- Votos coincidentes sobre o total no Conselho de Segurança da ONU

	ESTADOS UNIDOS- BRASIL	ESTADOS UNIDOS- ARGENTINA	BRASIL- ARGENTINA	BRASIL- ARGENTINA- ESTADOS UNIDOS
1993	89/89	X	X	X
1994	68/74	73/74	69/74	68/74
1995	X	64/64	X	X
1998	73/73	X	X	X
1999	64/64	64/64	64/64	64/64
2000	X	49/50	X	X
2004	57/61	X	X	X
2005	70/71	69/71	70/71	69/71
2006	X	86/88	X	X
2010	55/56	X	X	X

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados das votações disponíveis no *site* da ONU. Disponível em: <<http://unbisnet.un.org/>>, acesso em 20 ago. 2011.

Em 2005, por exemplo, o Brasil teve um voto diferente dos Estados Unidos e a Argentina dois. As questões abordadas nessas resoluções foram, a respeito do funcionamento da Comissão de Manutenção da Paz (Resolução 1646/2005), a qual Brasil e Argentina se abstiveram, e sobre a questão de Darfur (Resolução 1593/2005), a qual os Estados Unidos se abstiveram, juntamente com a China e o Brasil.

Já em 1994, houve maior discordância, principalmente por parte do Brasil, já que a Argentina teve apenas um voto diferente dos Estados Unidos a respeito da Somália, em que o último se absteve. O Brasil teve votos discordantes (abstendo-se sempre, conforme tradição brasileira), a respeito da operação de paz em Ruanda (Resolução 929/1994), missão no Haiti e retorno do presidente Aristide (Resoluções 940/1994, 944/1994, 948/1994, 964/1994) e no caso da extensão da missão na Somália, que os Estados Unidos se abstiveram (Resolução 946/1994). Os votos discordantes brasileiros são praticamente todos a respeito de missões de paz da ONU; vale ressaltar que a tradição brasileira é a de não concordar com o conceito de *peacekeeping* ou *peacemaking* (manutenção de paz), apenas com o de *peacebuilding*, que implica na concordância do país que sofrerá a intervenção. Isso significa abster-se de resoluções baseadas no capítulo XII da Carta das Nações Unidas. Essa é uma característica de

longo tempo da diplomacia brasileira, que preza pela construção da paz para que esta seja duradoura.

Tabela 20- Votos de Argentina, Brasil e Estados Unidos no Conselho de Segurança da ONU

Ano	Votos Iguais	Votos Diferentes	Unanimidade	Abstenções	Votos Contra	Contra e Abstenções
2005	69	2	68	3	0	0
1999	64	0	55	7	1	1
1994	68	6	65	7	0	2

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados das votações disponíveis no *site* da ONU. Disponível em: <<http://unbisnet.un.org/>>, acesso em 20 ago. 2011.

Já no que diz respeito à Assembleia Geral, percebe-se que a trajetória de votos iguais de Brasil, Argentina e Estados Unidos é basicamente a mesma que entre Brasil e Argentina, e apenas um pouco mais baixa em termos numéricos que de Argentina e Estados Unidos. Por outro lado, é exatamente o oposto que entre Brasil e Argentina, o que sugere a barganha entre os dois países em relação aos Estados Unidos, melhorando as relações entre si enquanto se distanciam do último.

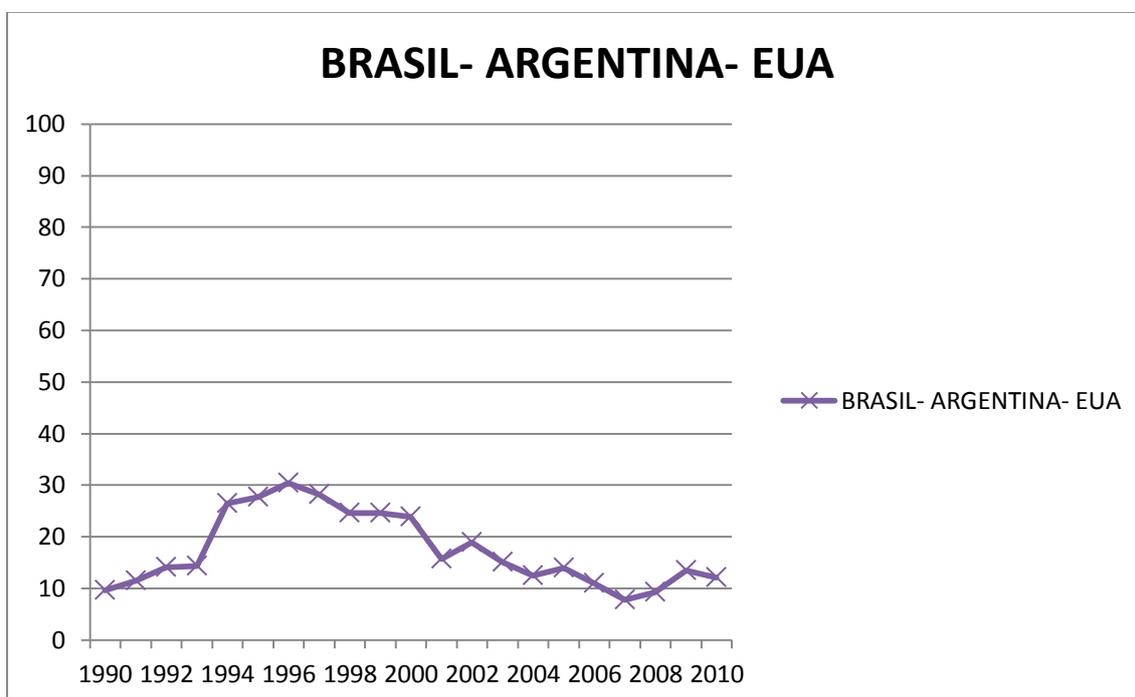
Tabela 21- Porcentagem de Votos Coincidentes de Argentina, Brasil e Estados Unidos na Assembleia Geral da ONU

Ano	BRASIL- ARGENTINA- EUA
1990	9,64
1991	11,48
1992	14,08
1993	14,29
1994	26,47
1995	27,69
1996	30,43
1997	28,13
1998	24,59
1999	24,64
2000	23,88

2001	15,63
2002	18,84
2003	15,07
2004	12,5
2005	13,89
2006	10,98
2007	7,79
2008	9,21
2009	13,43
2010	12,12

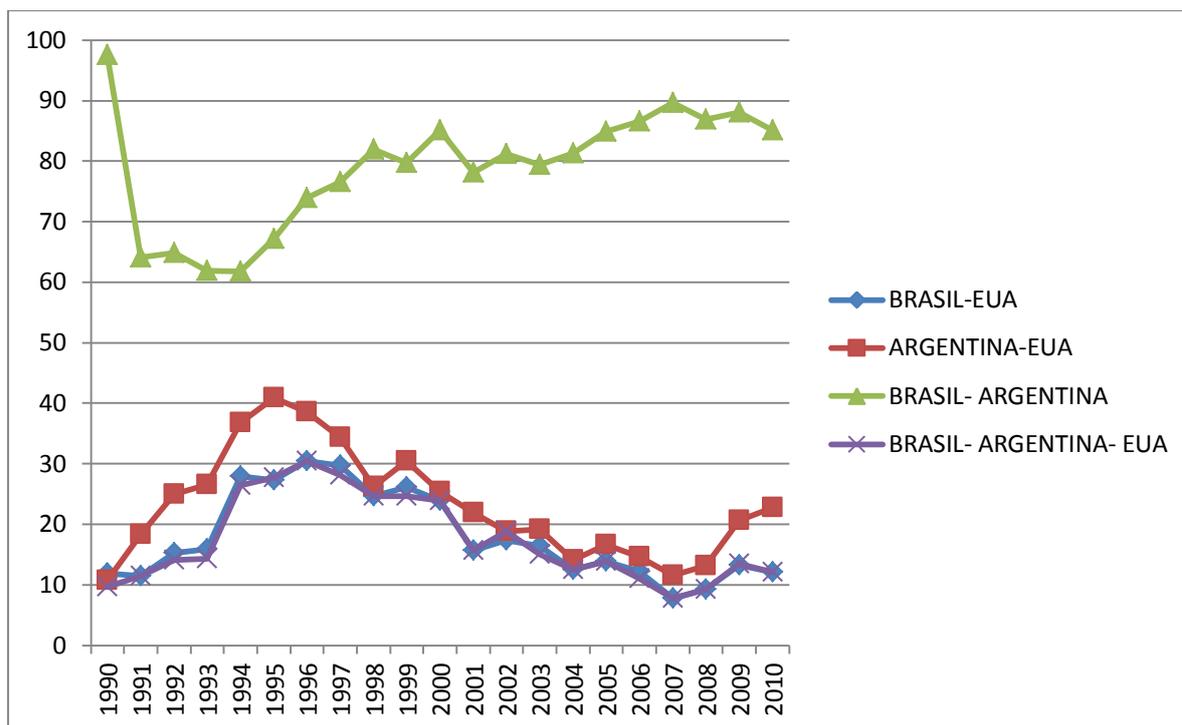
Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados das votações disponíveis no site da ONU. Disponível em: <<http://unbisnet.un.org/>>, acesso em 20 ago. 2011.

Gráfico 4- Votos coincidentes de Argentina, Brasil e Estados Unidos na Assembleia Geral da ONU



Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nos dados das votações disponíveis no *site* da ONU. Disponível em: <<http://unbisnet.un.org/>>, acesso em 20 ago. 2011.

Gráfico 5- Votações coincidentes na Assembleia Geral da ONU



Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nos dados das votações disponíveis no *site* da ONU. Disponível em: <<http://unbisnet.un.org/>>, acesso em 20 ago. 2011.

Segundo Lima (2005, p.11), um dos legados da relação especial entre Brasil e Estados Unidos foi o fato de isso ter mantido a distância entre o Brasil e seus vizinhos sul-americanos:

A partir daí, cristalizaram-se dois modelos opostos de política externa sul-americana: a ênfase na cooperação horizontal com os semelhantes, na esteira do ideal de Bolívar, e a aliança especial com os Estados Unidos. Durante o século XX e, particularmente, no período da Guerra Fria, o Brasil foi sempre visto por seus vizinhos hispânicos com relativa desconfiança como mais próximo das posições norte-americanas na região e distante dos vizinhos. Este legado só foi rompido no período pós-Guerra Fria que coincidiu com a democratização política do país e o afastamento dos militares da direção do Estado (LIMA, 2005, p.11).

É interessante que durante a história, Brasil e Argentina se alternaram nas relações “especiais” com os Estados Unidos. O Brasil começou a estreitar suas relações com os Estados Unidos na época do Barão do Rio Branco, no início do século XX. Nessa época, a Argentina estava mais ligada à Grã Bretanha e sua relação com os Estados Unidos era de enfrentamento.

Esse quadro permaneceu estável até a Segunda Guerra Mundial, quando a Argentina passou a se aproximar mais dos Estados Unidos, potência definitivamente em ascensão. Entretanto, essa aproximação foi feita de maneira diferente pelos dois países nesse contexto do pós guerra.

Enquanto no Brasil Dutra governava e buscava o alinhamento aos Estados Unidos como meio para obtenção de vantagens, na Argentina Peron governava pautado pela chamada “terceira posição”, longe de buscar o alinhamento. Aliás, a terceira posição buscava o afastamento ideológico dos conflitos da Guerra Fria. O mesmo ocorreu enquanto o Brasil era governado por Café Filho.

Outro momento interessante é durante o governo de Juscelino Kubitschek no Brasil e dos militares na Argentina, governado pelo general Aramburu. A política externa Argentina buscou o alinhamento nesse momento, enquanto o Brasil tinha uma outra proposta para que a região se desenvolvesse, como o exemplo de proposta da Organização Pan Americana (OPA).

É claro que existem momentos de coincidência, como entre Frondizi e Jânio. Ambos rejeitaram o alinhamento: na Argentina prevaleceu uma política externa com características da terceira posição e no Brasil temos a famosa política externa de Jânio Quadros- Política Externa Independente (PEI), que continuou durante o governo de Jango-, marcada pela condecoração de Che Guevara e abstenção em relação à exclusão de Cuba da OEA.

Entretanto, a partir da década de 1990, a política externa dos dois países tomou rumo bastante parecido, tanto no que se refere à “visão de mundo” quanto, principalmente, à postura em relação aos Estados Unidos. Aliás, antes mesmo da década de 1990 é possível perceber essa aproximação, ainda durante o governo militar no Brasil, com a aproximação durante o governo Figueiredo. É interessante que nesse período a política externa dos dois países começa a se aproximar e com isso vêm à tona os interesses comuns, o que contribui para a crescente interação entre os dois e culmina com a criação do MERCOSUL.

No início da década de 1990, tanto Brasil quanto Argentina tem governos que realizam uma “limpeza na agenda” com os Estados Unidos, procuram minimizar as tensões e aderem ao regime neoliberal. É evidente que existem claras diferenças entre o grau de aderência ao neoliberalismo e às posturas dos governos; entretanto, o que se quer ressaltar aqui são os pontos em comum.

Após esse primeiro momento, até metade da década, o processo é reforçado e as relações com os Estados Unidos passam a um estágio melhor, tanto em termos econômicos- o fluxo econômico aumenta e o percentual que isso representa também, além do montante de investimentos que sobe, sendo um dos motivos as privatizações, mas não só esse, quanto em questões políticas- percebe-se que os votos coincidentes na Assembleia Geral da ONU aumentam entre os três países.

A seguir, vem uma fase de divergências com os Estados Unidos, tanto por parte do Brasil quanto por parte da Argentina. E essa fase ocorre no mesmo período em ambos os

países. Tanto no final do governo Fernando Henrique quanto do governo Menem há críticas à postura norte-americana. Ambos os governos de desiludem com o caminho tomado com o neoliberalismo e passam a criticar a falta de ajuda americana, principalmente em no momento de crise, no final da década.

Por fim, depois da troca de governo nos Estados Unidos, as relações com os dois países melhoram, de maneira geral. Ainda existem discordâncias, principalmente no campo comercial, e certamente diferenças de postura nas questões do Oriente Médio e mundo árabe, em que o Brasil apresenta uma postura mais voltada para a não intervenção, mas o que marca esse período é a aproximação. Outro fator que favorece essa aproximação é o fim das discussões a respeito da ALCA, que gerou muita polêmica tanto no âmbito interno quanto no externo, nas relações entre os países.

Assim, é possível afirmar que a relação dos dois países com os Estados Unidos afeta, sim, a relação bilateral. O exemplo mais famoso é o da tentativa de entrada da Argentina na OTAN, que causou mal-estar na relação com o Brasil. O mesmo ocorreu durante as negociações da ALCA. No entanto, essa relação com um terceiro país, na dinâmica triangular, não é, de maneira alguma, determinante para as relações bilaterais. É apenas mais um fator a ser considerado, principalmente por se tratar dos Estados Unidos, país de grande peso político e econômico no cenário internacional, e maior ainda no que se refere aos países latino-americanos, seus vizinhos, acostumados à sua presença próxima. É certo que a América do Sul, em geral, não foi e não é considerada “quintal” pelos Estados Unidos, no sentido de que é necessário respeitar a atuação pelo menos dos principais países da região: neste caso, Brasil e Argentina.

Tratando então da dinâmica triangular explorada pelas teorias apresentadas no primeiro capítulo, pode-se dizer que, de fato, até meados da década de 1980, de modo geral, se aplica a teoria de que para se aproximar de um dos vértices o país teria que se afastar de outro, como descreve Ricupero (1996). É o caso dos momentos em que o Brasil se aproximou dos Estados Unidos e se afastou da Argentina e daqueles em que a Argentina se aproximou dos Estados Unidos e se afastou do Brasil.

Cuando las relaciones adoptaron un perfil triangular, la Argentina y Brasil apelaron, en distintos momentos, al alineamiento con Washington, entre otros objetivos, para contrabalancear o restringir el poder del otro en América del Sur; una región que fue considerada como una esfera de influencia natural por ambas cancillerías. Primero lo hizo Brasil, cuando la Argentina era más poderosa, luego lo haría este último país, cuando la relación de poder se invirtió en su contra. La competencia bilateral por una misma esfera de influencia en Sudamérica y el plegamiento a Estados Unidos siguiendo una lógica realista impidieron a los dos países aunar sus posiciones, al tiempo que Estados Unidos hacía de toda América Latina su “patio trasero” y

adquiría el estatus de supremacía en el plano global y de poder hegemónico en el regional. (RUSSELL, TOKATLIAN, 2004a, p.17, 18).²⁵

Cabe ainda ressaltar o movimento feito no final da década de 1980 de afastamento relativo dos Estados Unidos- comparando com o período anterior- e aproximação bilateral, o que ainda se encaixa na teoria de afastamento de um dos vértices. É importante enfatizar que em nenhum momento Argentina ou Brasil romperam com os Estados Unidos. Houve momentos de maior proximidade e maior distância, entretanto sem que nunca se chegasse ao extremo de romper ou se alinhar completamente.

No período pós 1990, Brasil e Argentina possuem uma visão de mundo e política externa bastante similar. Ficam claros os pontos diferentes, conforme já abordado, mas de maneira geral, ambos os países se mostram comprometidos com a integração regional e com o aprofundamento das relações bilaterais. A esse respeito, Russell e Tokatlian colocam que:

En los años noventa, el intento de la Argentina de crear un vínculo positivo simultáneo con Brasil y Estados Unidos se frustró, a pesar de que ambos países fueron considerados como los principales referentes en el modelo que orientó la política exterior de esos años. El esquema tenía un vicio de origen: la estrategia de plegamiento estratégico a Washington fue una fuente de permanentes confrontaciones, distanciamientos y recelos con Brasilia. Los avances producidos en el plano económico bilateral aumentaron la interdependencia entre la Argentina y Brasil, pero no fueron correspondidos con un aumento de las convergencias en el campo de la política exterior, donde las diferencias fueron notorias y crecientes. En este marco, las intenciones de la Argentina hacia Brasil y, más específicamente, hacia el MERCOSUR, nunca fueron claras para la diplomacia de Brasilia, que también tuvo una importante cuota de responsabilidad en la falta de avances en la relación bilateral (RUSSELL, TOKATLIAN, 2004a, p.18).²⁶

É sabido que o MERCOSUL enfrentou um período de crise e descrédito exatamente no mesmo período que a crise econômica assolou os países em desenvolvimento, em especial Brasil e Argentina, em 1999 e 2001, respectivamente. Quando países enfrentam crises econômicas, dão prioridade para os assuntos internos, resolver os problemas mais urgentes de

²⁵ Tradução nossa: Quando as relações adotaram um perfil triangular, Argentina e Brasil apelaram, em distintos momentos, pelo alinhamento com Washington, entre outros objetivos, para contrabalançar ou restringir o poder do outro na América do Sul, uma região que foi considerada como uma esfera de influência natural por ambas as chancelarias. Primeiro o fez o Brasil, quando a Argentina era mais poderosa, logo o faria este último país, quando a relação de poder se inverteu contra ele. A competição bilateral por uma mesma área de influência na América do Sul e a aproximação dos Estados Unidos seguindo uma lógica realista impediram os dois países de aproximar suas posições, no momento em que os Estados Unidos faziam de toda a América Latina “seu quintal” e adquiria o status de supremacia no plano global e de poder hegemônico no regional.

²⁶ Tradução nossa: Nos anos noventa, a tentativa da Argentina de criar um vínculo positivo simultâneo com Brasil e Estados Unidos se frustrou, apesar de que ambos os países foram considerados como as principais referências no modelo que orientou a política externa desses anos. O esquema tinha um vício de origem: a estratégia de aproximação com Washington foi uma fonte de permanentes confrontos, distanciamientos e dúvidas com Brasília. Os avanços produzidos no plano econômico bilateral aumentaram a interdependência entre Argentina e Brasil, mas não foram correspondidos com um aumento na convergência no campo da política exterior, onde as diferenças foram notórias e crescentes. Nesse contexto, as intenções da Argentina em relação ao Brasil e, mais especificamente, em relação ao MERCOSUL, nunca foram claras para a diplomacia de Brasília, que também teve uma importante quota de responsabilidade na falta de avanços na relação bilateral.

sua população, é natural que isso ocorra. Nesse período o MERCOSUL caiu na escala de prioridade e o comércio dentro do bloco diminuiu.

No entanto, a seguir é feito um movimento de revitalização do bloco, com o comércio aumentando novamente e novas esferas ganhando importância, como a questão social e de desenvolvimento. Com isso, a integração se aprofunda e comprova que é, sim, uma prioridade para Brasil e Argentina.

Ademais, novos projetos de integração fazem parte da agenda de cooperação entre os dois países, não apenas na região, mas também com outros blocos, dentro do âmbito do MERCOSUL. Há ainda novas esferas de cooperação, como a UNASUL e a IIRSA.

Ainda na década de 1990, essa relação de afastamento de um dos vértices para aproximação do outro ainda se mostra válida para explicar o quadro de relações, quando se analisa as votações na Assembleia Geral da ONU, apesar de que a política externa dos dois países está mais parecida, conforme já descrito. A diferença se apresenta mais no grau de aproximação dos Estados Unidos: a Argentina sem dúvida se aproximou muito mais, chegando a dolarizar sua economia, o que levou a um fim trágico em 2001.

Já no período posterior, Russel e Tokatlian (2004b, p.138) afirmam que “uma surpreendente mistura de pragmatismo e prudência nos três vértices do triângulo permitiu a junção de políticas em torno do que poderíamos denominar de uma estratégia de controle dos prejuízos”, em que os Estados Unidos procuraram não contaminar as relações políticas com as negociações sobre a crise econômica argentina e o Brasil buscou que “fosse entendida a dimensão política da crise argentina e, em especial, suas consequências para a estabilidade democrática na região”.

É importante ressaltar que essa aproximação não significou um afastamento do Brasil, mas é claro que trouxe algumas questões incômodas, como a questão da OTAN. Mesmo com a aproximação dos Estados Unidos, a Argentina investiu nas relações com o Brasil, procurando maximizar os benefícios dessas duas relações. Segundo Onuki (2003, p.23), “o alinhamento com os Estados Unidos, embora tenha criado uma certa desconfiança, não a impediu de consolidar uma agenda de integração com o Brasil, e seus outros parceiros, nem limitou a sua atuação em outros fóruns multilaterais, como a OMC”.

Fica claro o movimento oposto entre votações com os Estados Unidos e votações coincidentes entre somente Brasil e Argentina- quando um aumenta, o outro diminui e vice-versa. No entanto, esse movimento parece não ser proporcional desde meados da década de 1990. Entre 1994 e 1995 a coincidência de votos entre Argentina e Estados Unidos e Argentina e Brasil aumenta.

A Argentina possui, desde 1991, um percentual mais elevado de coincidência de votos com os Estados Unidos, mas o movimento no gráfico é muito semelhante ao do Brasil: aumento entre 1991 e 1994/95, seguido de queda acentuada até 1998, um leve aumento em 1999 e queda mais suave até 2007, quando então há esse aumento de quase cinco pontos percentuais na coincidência de votos entre os dois países.

E é interessante que mesmo com essa aproximação bilateral não houve um movimento proporcional de afastamento dos Estados Unidos. Aliás, analisando os Gráficos 4 e 5, a respeito das votações dos três países na Assembleia Geral das Nações Unidas, nota-se que desde 2007 há um claro movimento de aumento da coincidência de votos entre Brasil, Argentina e Estados Unidos, passando de 7,79% em 2007 para 12,12% em 2010. Aumentou tanto a coincidência de votos entre Brasil e Estados Unidos (de 7,79% em 2007 para 12,12 em 2010) quanto entre Argentina e Estados Unidos (11,54% em 2007 para 22,73% em 2010).

Além disso, esse movimento não foi proporcional: coincidência de votos entre Brasil e Estados Unidos aumentou de 7,79% em 2007 para 13,43% em 2009, enquanto entre Brasil e Argentina se manteve praticamente estável, de 89,61% em 2007 para 88,60% em 2009. Apenas no ano de 2010 há uma levíssima queda na coincidência de votos tanto com os Estados Unidos quanto com a Argentina. Por ser apenas um ano, é necessário que se observe a tendência de longo prazo, ou seja, é necessário que se espere mais para saber qual rumo irá tomar essa tendência.

Mesmo com essas ressalvas, as perspectivas são boas, pois mesmo que a coincidência de votos entre Brasil e Argentina não tenha aumentado significativamente, não diminuiu de maneira notável. Como esse percentual já é bastante elevado, entre 85% e 90%, dificilmente irá aumentar, mesmo que os dois países continuem o movimento de aproximação, pois sempre há questões pontuais em que a política externa de cada país interpreta de maneira diferente e reage de modo a maximizar o benefício para aquele Estado. Faz-se mister ressaltar que, apesar de as votações na ONU darem um bom “panorama” das relações bilaterais, não são a única fonte para se basear a respeito das relações. Por isso que também foi feita a análise das relações bilaterais no âmbito político, econômico e de integração.

Deixando de lado as votações nas Nações Unidas, a análise de política externa também revela perspectivas promissoras. Ao que se pode perceber, tanto Argentina quanto Brasil tem construído uma parceria mais madura com os Estados Unidos. Isso ocorre tanto pela postura da diplomacia desses países, que deixaram de lado a busca de relações especiais e vantagens imediatas e resolveram colocar o foco em metas de longo prazo e busca de novas parcerias, como também o novo rumo da política externa norte-americana com a saída do presidente

George W. Bush e a entrada de Obama e as mudanças que estão ocorrendo, pouco a pouco, no cenário internacional.

Mais uma vez, apesar de se verificar essa mudança, em nenhum momento deve-se deixar de considerar a diferença de poder entre Estados Unidos e Brasil e Argentina. Certamente os Estados Unidos anda são a grande potência no cenário internacional. O que mudou foi a maneira com que Brasil e Argentina têm se relacionado com essa potência. De acordo com Russell e Tokatlian, um dos desafios para Brasil, Argentina e Estados Unidos na América do Sul:

es pasar de estrategias de control de daños a políticas que posibiliten la formación de lo que denominamos una “esfera de cooperación”. Entendemos por tal un mecanismo que combina elementos formales e informales para construir y mantener el orden en una región determinada mediante la acción concertada de un núcleo de países. La esfera de cooperación se inscribe en una tradición teórica de raíz grociana que supone que la interdependencia, la democracia y las instituciones constriñen las arbitrariedades del poder y facilitan la cooperación entre los estados (RUSSELL, TOKATLIAN, 2004a, p.26).²⁷

Segundo os autores, seria uma forma de cooperação para enfrentar crises que traria benefícios para os três países envolvidos, criando efeitos positivos na relação, principalmente no caso de Brasil e Argentina, servindo para diminuir temores e fortalecer a relação:

Específicamente, para la Argentina y Brasil la esfera de cooperación también constituye un mecanismo fundamental para la formación de una sociedad estratégica. En el primer país, porque disminuye el temor a la dominación brasileña; en el segundo, porque no deja espacio para estrategias de plegamiento a Washington por parte de la Argentina. En suma, la esfera de cooperación podría constituirse en un mecanismo virtuoso en el que los tres países tienen mucho para ganar. Asimismo serviría para poner de manifiesto que pueden crearse espacios de colaboración en situaciones de gran disparidad de poder y aun de asimetría. (RUSSELL, TOKATLIAN, 2004a, p.29).²⁸

Por conseguinte, há indícios para afirmar que as relações triangulares de afastamento de um vértice e aproximação do outro podem estar evoluindo para relações triangulares que Montobbio (2004) descreve como círculo virtuoso. É claro que é uma mudança bastante recente, e para que seja confirmada é necessário esperar um período mais longo. Entretanto, essas mudanças, aliadas a uma postura de política externa voltada para a cooperação com

²⁷ Tradução nossa: É passar de estratégias de controle de danos a políticas que possibilitem a formação do que denominamos uma “esfera de cooperação”. Entendemos por tal um mecanismo que combina elementos formais e informais para construir e manter a ordem em uma região determinada mediante a ação concertada de um núcleo de países. A esfera de cooperação se inscreve em uma tradição teórica de raiz grociana que supõe que a interdependência, a democracia e as instituições constroem as arbitrariedades de poder e facilitam a cooperação entre Estados.

²⁸ Tradução nossa: Especificamente para Argentina e Brasil, a esfera de cooperação também constitui um mecanismo fundamental para a formação de uma sociedade estratégica. No primeiro país, porque diminui o temor da dominação brasileira; no segundo, porque não deixa espaço para estratégias de alinhamento a Washington por parte da Argentina. Em suma, a esfera de cooperação poderia constituir-se em um mecanismo virtuoso em que os três países têm muito a ganhar. Além disso, serviria para mostrar que é possível criar espaços de colaboração em situações de grande disparidade de poder e mesmo de assimetria.

parceiros não tradicionais, faz com que principalmente países como o Brasil ganhem cada vez mais peso decisório e espaço no cenário internacional, influenciando o rumo das relações internacionais. E para que isso traga benefícios para o país, é necessário que se coopere de maneira madura tanto com países em desenvolvimento, como nossos vizinhos, entre eles a Argentina, quanto com países já considerados potências há um bom tempo, como Estados Unidos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa consiste em analisar as relações em eixo e as relações triangulares entre Brasil, Argentina e Estados Unidos entre 1990 e 2010. Este foi o período definido devido às mudanças pelas quais o sistema internacional passou entre o final da década de 1980 e o início da década de 1990.

Em primeiro lugar, tem-se nesse período o final da Guerra Fria, período que marcou as relações internacionais por mais de quarenta anos. No pós Guerra Fria, temos os Estados Unidos como potência vencedora. Entretanto, apesar de esta ainda ser uma discussão entre os estudiosos de relações internacionais, há um início de passagem para um sistema multipolar: outros países e grupos de países ganham peso no sistema internacional e passam a “fazer a diferença” quando decisões importantes devem ser tomadas. Um claro exemplo é o do G-20 financeiro, que rouba a cena do G-8 e passa a ser o foro de discussão sobre a crise financeira de 2008.

Além disso, o Brasil é claramente um dos países que se destaca nessa nova fase de relações internacionais, participando foros de cooperação, como o IBAS e o BRICS, além de ter papel relevante na região em que está inserido, dando novo impulso ao MERCOSUL e atuando em novas iniciativas de integração, como a UNASUL. Por outro lado, os Estados Unidos ainda se mantêm como principal potência no cenário internacional, e seu poder tanto militar quando “soft”, de influenciar outros atores, permanece superior aos demais.

Outra questão que influencia na escolha do ponto de corte para a análise é o momento vivido pelos países em desenvolvimento, em especial da América Latina. Muitos países já tinham adotado e vem a adotar o neoliberalismo, ou ao menos matizes desses princípios neoliberais. Entre eles estão o Brasil e a Argentina. O Brasil abandona o modelo desenvolvimentista, que fez parte de sua história por sessenta anos e adotou princípios neoliberais, com foco na abertura econômica e nas privatizações para modernizar o país e criar competitividade.

Por fim, é um momento em que tanto Brasil quanto Argentina voltam a ser países democráticos, e desde o final da década de 1980 se percebe uma clara aproximação entre os dois países, do que resulta a criação de um bloco de integração econômica, o MERCOSUL, algo novo para a história das relações bilaterais. Ademais, a escolha dos países foi feita devido à importância que possuem para a diplomacia brasileira, pela relação histórica e pela dinâmica que essa relação apresenta.

A Argentina possui relevância histórica para o Brasil, faz parte de nossas relações desde que o Brasil era uma colônia portuguesa. Houve momentos de maior proximidade e outros de maior distância, mas as relações sempre se mantiveram. Além disso, atualmente a Argentina é um importante parceiro para a integração regional e para as trocas comerciais e investimentos.

A escolha dos Estados Unidos foi feita por este país ser a grande potência desde meados do século XX até o presente. Por mais que novos atores ganhem maior poder decisório em foros de cooperação internacional, os Estados Unidos ainda são uma grande economia, com poder militar e poder decisório nas principais organizações internacionais, sendo a principal delas a Organização das Nações Unidas, com poder de veto do Conselho de Segurança.

As principais teorias usadas para basear o trabalho foram a das relações em eixo e das relações triangulares. Além disso, utiliza-se o pressuposto dos jogos de dois níveis de Putnam (1988), em que as decisões devem ser tomadas tanto no âmbito externo quanto interno. Isso demonstra que existem diferentes interesses dentro de um mesmo Estado, e que por vezes o governo deve fazer concessões a determinados grupos. Isso é bastante comum quando se trata de relações comerciais e integração regional, que afeta os produtores de determinados bens.

Por fim, outro ponto importante é o pressuposto de que a política externa sofre ajustes de curto prazo, mas em geral mantêm linhas de continuidade no longo prazo, chamadas de matrizes por Sennes (2003). Quando há uma grande mudança na política externa há uma troca de matriz.

Pode-se definir as relações entre Brasil e Argentina como relações em eixo, pois são relações bilaterais próximas entre países de mesmo nível de desenvolvimento, segundo a classificação de Amado Cervo (2008). Já as relações tanto entre Brasil e Estados Unidos quanto entre Argentina e Estados Unidos não possuem essa característica de serem “relações em eixo”, mas fazem parte das relações triangulares.

As relações triangulares podem ser resumidas como relações entre três atores ou grupos de atores que estão interligadas. Há dois tipos de relações triangulares. Elas podem ser do tipo que para melhorar as relações com um dos vértices do triângulo é necessário se afastar do outro vértice. Esse é o tipo de relação descrito por Ricupero para o triângulo Brasil-Argentina- Estados Unidos. Outro tipo de relação é aquela em que existe a criação de um círculo virtuoso em que a melhora nas relações entre um lado ajuda para que melhore outro lado, e todos os atores saiam ganhando, ou pelo menos em que um dos atores tenha se se afastar para se aproximar de outro.

Uma das questões que este trabalho se propôs a analisar foi qual dos dois casos se aplica para as relações triangulares entre Brasil, Argentina e Estados Unidos entre 1990 e 2010, ou se há alguma mudança nesse período. Outro objetivo era analisar as relações entre cada lado do triângulo durante este período, divididas em relações políticas, econômicas e integração regional.

Sobre as relações entre Brasil e Estados Unidos, o que é possível perceber é o fato de que a década de 1990 começou com uma limpeza na agenda por parte do Brasil, resolvendo discordâncias e melhorando as relações. Além disso, nessa época o Brasil também aderiu a regimes internacionais como o TNP, não ratificados na época dos governos militares. Isso ajudou a minimizar as desconfianças dos Estados Unidos em relação ao Brasil. Ainda no início da década é lançada a proposta de Iniciativa para as Américas, e logo é criado o MERCOSUL, em parte como resposta a isso. Até o final da década as relações mantêm-se, em geral, boas, com discordâncias pontuais. O comércio e o investimento aumentam, apesar de nesse período estarem ocorrendo os debates em relação à ALCA. O Brasil se mostra aberto ao diálogo, mas cauteloso em relação à proposta.

No início dos anos 2000 inicia um período de discordâncias em relação à postura norte-americana e as relações se deterioram se comparadas com o momento anterior. Há uma desaceleração do comércio e a questão da ALCA torna-se mais aguda. A postura norte-americana assume cada vez mais um viés unilateral, voltado à Guerra ao Terror, e no final do governo, Fernando Henrique redireciona sua política externa, passando a ter como foco a América do Sul.

Quanto ao período mais recente, a partir de 2003, as relações voltam a melhorar com Lula e Obama como presidentes. Chega-se ao fim das discussões a respeito da ALCA em 2005. A respeito das relações econômicas, o Brasil diversifica parcerias com o objetivo de evitar a vulnerabilidade e dependência, mas as trocas comerciais crescem e importantes contenciosos são levados à OMC e resolvidos. O diálogo se intensifica, por isso pode-se dizer que Brasil e Estados Unidos desenvolveram uma “parceria madura”, ou seja, uma relação em na qual não é necessário alinhar-se completamente, sendo possível cooperar nas matérias em que há interesse mútuo.

A respeito dos desafios para o futuro, o Brasil vem cada vez ganhando mais espaço na agenda norte-americana, de modo que, se mantiver essa tendência, a parceria entre os dois países tem a perspectiva de prosperar. Há questões em que os dois países divergem, como ocorre em matérias votadas no Conselho de Segurança da ONU, principalmente no que tange

às missões de paz. Além disso, os Estados Unidos não apoiam a entrada do Brasil como membro permanente do órgão.

A respeito das relações entre Argentina e Estados Unidos, a década de 1990 foi marcada pelo alinhamento do país platino aos norte-americanos. Durante o governo Menem, que dura até o final da década, a Argentina adotou a estratégia de se tornar “aliado especial” dos Estados Unidos, com o objetivo de receber vantagens, da mesma forma que o Brasil já havia feito durante o governo Dutra, sem sucesso.

No caso da Argentina o país foi ainda mais longe, teve a pretensão de se tornar membro da OTAN, chegou a cogitar fazer parte do NAFTA e dolarizou sua economia. O final do governo Menem é marcado pela desilusão a respeito da postura norte-americana e são feitas diversas críticas. O alinhamento aos Estados Unidos não trouxe vantagens econômicas e mesmo durante a crise a Argentina não recebe a ajuda esperada dos norte-americanos. Durante a crise o comércio diminuiu e abandona-se a política de alinhamento.

Já com o governo Kirchner, a Argentina procura diversificar seus parceiros e diminuir a dependência dos Estados Unidos, mas isso não significa que as relações políticas foram afetadas. Há a busca de posições comuns e a perspectiva é a de um bom relacionamento. É claro que houve mudanças na política externa argentina: uma das prioridades é a integração regional e a Argentina não mais pauta sua política externa pelo alinhamento.

Além disso, há a questão de que a Argentina não é uma prioridade para a política externa dos Estados Unidos, está atrás do Brasil em ordem de importância. Em termos de importância na agenda norte-americana, fica claro que a América do Sul como um todo não é vista como área prioritária, ficando atrás do Oriente Médio. Entretanto, quando se pensa somente nessa região, nota-se que o Brasil é o parceiro mais importante dos Estados Unidos na América do Sul. Um exemplo é o fato de Obama ter visitado Brasil e Chile em 2011, mas não a Argentina. De qualquer maneira, as perspectivas são melhores do que na década anterior, principalmente devido a uma mudança na postura argentina de alinhamento e uma maior receptividade dos Estados Unidos a essa postura.

Em relação às relações Brasil-Argentina, o período pós 1990 é, de maneira geral, de intensificação do comércio e reforço das relações bilaterais. O aumento do comércio se dá principalmente durante os primeiros anos do MERCOSUL. Nos últimos anos, tanto Brasil quanto Argentina tem diversificado seus parceiros econômicos, o que significa que o percentual de comércio entre os dois diminuiu, mas em volume este comércio está aumentando.

As relações entre os dois países passaram do que era em um primeiro momento uma barganha nas relações com os Estados Unidos para se tornarem efetivamente parceiros estratégicos. Um dos momentos mais marcantes dessa relação foi durante a crise Argentina, que o Brasil mostrou-se solidário e, ao contrário de outros atores, continuou com os investimentos no país.

As perspectivas para o relacionamento entre Brasil e Argentina são as melhores, apesar dos pontos de discordância, que sempre irão existir. Cada país busca o que se acredita internamente ser o melhor em termos de projeção e desenvolvimento, e nem sempre é possível agradar a todos os parceiros. Este é o caso da falta de apoio argentino à entrada do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, além de eventuais discordâncias comerciais, que são fruto de pressões dos produtores de cada país.

Relacionando esses dados com as teorias discutidas, pode-se dizer que Brasil e Argentina apresentam relações em eixo que servem de base para o triângulo formado com os Estados Unidos. Apesar das diferenças de poder apontadas por Russell e Tokatlian (2004a), conforme discutem Cervo (2007) e Patrício (2006a), Brasil e Argentina são de fato parceiros que buscam, principalmente no momento atual, o desenvolvimento como parceiros de uma integração regional, em uma relação de cooperação. As relações de ambos dos países com os norte-americanos não podem ser classificadas como “em eixo”, apenas como relações bilaterais.

Quando se analisa as relações entre os três países, ou seja, as relações triangulares, percebe-se nos gráficos das votações na Assembleia Geral que os votos coincidentes entre Brasil e Argentina e entre os dois países e os Estados Unidos possuem movimentos opostos: quando um aumenta, o outro diminui, e vice versa. Isso contribui para a teoria de que quando há maior aproximação com os Estados Unidos há afastamento entre Brasil e Argentina.

No entanto, quando analisamos as relações políticas, econômicas e as questões de integração regional, e mesmo analisando o Gráfico 5, é possível notar que não há propriamente um afastamento entre os dois países. Na realidade os votos coincidentes entre os três países aumentam no período mais recente, o que significa a busca de um novo equilíbrio com posições coincidentes entre os três.

Com isso, o início da década de 1990 parece ser mesmo de relações triangulares tradicionais, de afastamento de um dos vértices para a aproximação do outro. Brasil e Argentina se aproximaram dos Estados Unidos nesse período e usaram as relações políticas mais como forma de contrabalançar as relações com aquele país do que como forma de realmente se aproximar. Isso vale principalmente para a Argentina: quando havia a

possibilidade de obter maiores vantagens, o país considerava a alternativa, como no caso da ALCA, NAFTA e OTAN. Mesmo com a criação do MERCOSUL não se pode dizer que as relações eram tão profundas quanto as atuais, pois os planos de Sarney e Alfonsín foram modificados e o bloco surgiu como uma forma de inserção econômica e liberalização comercial, sem muita preocupação com o desenvolvimento conjunto.

Por outro lado, a partir de meados da década de 1990, principalmente quando os governos que adotaram medidas neoliberais percebem que não estão obtendo a resposta esperada e passam a criticar posturas norte-americanas, os movimentos opostos não são proporcionais e há momentos em que há aumento na coincidência de votos. É o caso do período mais recente, a coincidência de votos com os Estados Unidos aumentou de maneira expressiva e entre Brasil e Argentina manteve-se praticamente estável.

Deve-se desconsiderar pequenas modificações, pois variam de acordo com os temas objeto de recomendação da Assembleia Geral, que não são sempre os mesmos, apesar de manterem certa continuidade e proporcionalidade nos assuntos, por isso servindo bem para o propósito de verificar a coincidência na “visão de mundo” entre os três países. Conforme ressaltado, a análise das votações é um bom panorama de como os países agem no sistema internacional, mas outros fatores devem ser considerados: por isso a importância da análise das relações bilaterais nos níveis político, econômico e de integração.

Além disso, as relações políticas e econômicas parecem demonstrar que os três países se encontram, ou estão rumando para uma fase de “relações maduras”, nas quais é possível cooperar nas matérias comuns e resolver as discordâncias sem prejudicar outras esferas. Isso ocorre em comparação com o período anterior, em que ficava claro o afastamento entre Brasil e Argentina quando um deles se aproximava dos Estados Unidos. É claro que Brasil e Argentina não podem ser colocados no mesmo patamar dos Estados Unidos, mas é possível que a relação se dê de forma mais equilibrada.

Por conseguinte, as perspectivas no que se refere às relações triangulares é bastante promissora. Um primeiro passo foi dado por Brasil e Argentina, que é a busca de relações mais maduras com os Estados Unidos, além de um reforço na relação bilateral mútua. Entretanto, é necessário esperar um decurso maior de tempo para que se possa analisar a magnitude das mudanças que parecem estar ocorrendo e verificar se de fato elas se manterão.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. O Brasil e os Chamados Blocos Regionais. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v.16, n.1, p.30-36, 2002.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. O Brasil como Ator Regional e Global: estratégias de política externa na nova ordem. **Cena Internacional**, Brasília, DF, v.9, n.1, p. 7-36, set. 2007.

_____. As relações Brasil-Estados Unidos durante os governos FHC. *In* MUNHOZ, Sidnei; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Relações Brasil- Estados Unidos: séculos XX e XXI**. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2011.

AMORIM, Celso. Discurso proferido pelo Embaixador Celso Amorim por ocasião da transmissão do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores. Brasília, 1º de janeiro de 2003. *In* **Repertório de política externa 2003-2007**. Brasília: FUNAG, 2007.

_____. Entrevista concedida pelo Ministro Celso Amorim ao jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo, 11 de fevereiro de 2007. *In* **Repertório de política externa 2003-2007**. Brasília: FUNAG, 2007.

_____. **Discursos, artigos e palestras do chanceler Celso Amorim**. Ministério das Relações Exteriores, 2008.

_____. “Criação e Inovação na Política Externa Brasileira”. Conferência do Ministro Celso Amorim na Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 25 de abril de 2008. *In* **Repertório de política externa 2008/2009**. Brasília: FUNAG, 2010.

_____. Palestra do Ministro Celso Amorim em Seminário organizado pelos jornais Valor Econômico e The Wall Street Journal. Nova York, 16 de março de 2009. *In* **Repertório de política externa 2008/2009**. Brasília: FUNAG, 2010.

AMORIM, Celso. BIELSA, Rafael. “O dia 30 de novembro e a amizade Brasil e Argentina”, artigo do Ministro Celso Amorim e do Chanceler Rafael Bielsa, da Argentina, no jornal Folha de S.Paulo. São Paulo, 30 de novembro de 2005. *In* **Repertório de política externa 2003-2007**. Brasília: FUNAG, 2007.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Capitais brasileiros no exterior (cbe) – ano-base 2011**, 2011. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/rex/CBE/Port/ResultadoCBE2011p.pdf>>. Acesso em 5 ago. 2012.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Eixo Argentina-Brasil: o processo de integração da América Latina**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987.

_____. **Brasil, Argentina e Estados Unidos- Conflito e Integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul 1870-2003)**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____. **As relações perigosas: Brasil- Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. O Brasil e a América do Sul. In ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio Carlos. **Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas**. São Paulo: Saraiva, 2006, vol.1.

BATISTA JR, Paulo Nogueira. Brasil, Argentina e América do Sul. **Estudos Avançados**, nº19, vol.55, 2005.

BBC Brasil supera EUA como prioridade para investimentos, diz ONU. Disponível em:<http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/09/100906_unctad_relatorio_investimentos_rw.shtml>, acesso em: 5/10/2011.

BERNAL-MEZA, Raúl. Multilateralismo e unilateralismo na política mundial: América Latina frente à Ordem Mundial em transição. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol.48, nº1, 2005.

_____. Argentina y Brasil en la Política Internacional: regionalismo y Mercosur (estrategias, cooperación y factores de tensión). **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol.51, nº2, 2008.

BERNAL-MEZA, Raúl; QUINTANAR, Silvia. Argentina: entre o Mercosule a Alca. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol.44, nº2, 2001.

BOUZAS, Roberto. MERCOSUL, Dez Anos Depois: processo de aprendizado ou *déjà-vu*? **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, Rio de Janeiro, RJ, FUNCEX, v. 68, jul-set. 2001.

CABRAL, Ricardo Pereira. A Política Externa do governo Luís Inácio Lula da Silva e as relações com os Estados Unidos da América. In MUNHOZ, Sidnei; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Relações Brasil- Estados Unidos: séculos XX e XXI**. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2011.

CANDEAS, Alessandro Warley. Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol.48, nº1, 2005.

_____. A integração Brasil-Argentina. História de uma ideia na “visão do outro”. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

CEPIK, Marco. Segurança na América do Sul: Traços estruturais e dinâmica conjuntural. Análise de Conjuntura, **Observatório Político Sul Americano**, 2005.

CERVO, Amado Luiz. A Política Exterior Argentina: 1945-2000. In. GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Argentina: visões brasileiras**. Fundação Alexandre de Gusmão, 2000.

_____. **Relações Internacionais da América Latina**. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

COELHO, Pedro Motta Pinto. Observações sobre a visão argentina da política internacional de 1945 até hoje. In. GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Argentina: visões brasileiras**. Fundação Alexandre de Gusmão, 2000.

COLOMBO, Sandra. La estrategia de integración argentina (1989-2004): cambios y continuidades a partir de la crisis del orden neoliberal. **Historia Actual Online**, nº8, 2005.

COLOMBO, Sandra; FRECHERO, Ignacio. La política exterior hacia América Latina de la administración Obama y su impacto en la relación con Argentina. **Jornadas de Relações Internacionais**. Argentina, FLACSO, 2009.

CORREA, Luís Felipe de Seixas (org.) **O Brasil nas Nações Unidas**. Brasília: FUNAG, 2007.

CRUZ, Sebastião C Velasco e. Opções Estratégicas. O papel do Brasil no Sistema Internacional. **Lua Nova**, nº53, 2001.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. O Brasil e as grandes potências no século XX (1902-1991). **Revista Múltipla**, Brasília, 10 (21), 2006.

FALCOFF, Marc. Argentina y EE.UU.: Retorno al desencuentro histórico. In: **Relaciones Bilaterales Entre Argentina y Estados Unidos: Pasado y Presente**. Washington: Woodrow Wilson International Center for Scholars, 2004.

FARIA, Luiz Augusto Estrella. COUTINHO, Carolina Rigotti. Brasil e Argentina no Mercosul: uma análise da participação entre 2007 e 2010. **Meridiano 47**, vol. 12, nº125, 2011.

FIGARI, Guillermo Miguel. Democracia y política exterior en Argentina 1983-2005. **Relaciones Internacionales**, nº30, 2006.

FIORI, José Luís. Estados Unidos, América do Sul e Brasil: seis tópicos para uma discussão. **Diplomacia, Estratégia e Política**, nº9, 2009.

FOLHA. Brasil anuncia quebra de patente inédita para remédio contra a Aids 24/06/2005. Disponível em: <www.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u110423>, acesso em: 20-03-2012.

FRANCO, Itamar. XXVI Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião da VI Reunião do Conselho do Mercosul. Buenos Aires, Argentina, 1994. In **Discursos Seleccionados do Presidente Itamar Franco**. Brasília: FUNAG, 2008.

GONÇALVES, José Botafogo; LYRIO, Mauricio Carvalho. **Aliança Estratégica entre Brasil e Argentina: antecedentes, estado atual e perspectivas**. Dossiê CEBRI, ano 2, vol.2, 2003.

HIRST, Monica. Os cinco “As” das relações Brasil- Estados Unidos: aliança, alinhamento, autonomia, ajustamento e afirmação. In ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio Carlos. **Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas**. São Paulo: Saraiva, 2006, vol.1.

HIRST, Monica. **Brasil-Estados Unidos: desencontros e afinidades**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

HOBSBAWM, Eric. J. **A era das revoluções: 1789-1848**. São Paulo : Paz e Terra, 2010.

HUNTINGTON, Samuel P. The lonely superpower. **Foreign Affairs**, vol.78, nº 2, 1999.

LAVAGNA, Roberto. Argentina-Brasil: um projeto desejável- e possível? **Diplomacia, Estratégia e Política**, nº9, 2009.

LESSA, Antônio Carlos. A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol.41, nº especial 40 anos, 1998.

LIMA, Maria Regina Soares de. Aspiração Internacional e Política Externa. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, nº 82, ano XIX, Janeiro/ Março de 2005.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. Discurso na XXIV Reunião de Cúpula do Mercosul. *In Discursos Seleccionados do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva*, 2003. Brasília: FUNAG, 2008.

_____. Discurso do Presidente Lula no Conselho de Relações Exteriores (Council on Foreign Relations). Nova York, 25 de setembro de 2003. *In Repertório de Política Externa 2003-2007*. Brasília: FUNAG, 2007.

_____. Mensagem do Presidente Lula ao Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama. Brasília, 21 de janeiro de 2009. *In Repertório de política externa 2008/2009*. Brasília: FUNAG, 2010.

MAYO, Manuela Fernández. La crisis del orden neoliberal em Argentina y la respuesta antiglobalización contra el ALCA. **Historia Actual Online**, 2007.

MCCANN, Frank D. Brasil e Estados Unidos: dois séculos de relacionamento. *In* MUNHOZ, Sidnei; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Relações Brasil- Estados Unidos: séculos XX e XXI**. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2011.

MCCANN, Frank D.; FERRAZ, Francisco. A participação conjunta de brasileiros e norte-americanos na Segunda Guerra Mundial. *In* MUNHOZ, Sidnei; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Relações Brasil- Estados Unidos: séculos XX e XXI**. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2011.

MELLO, Flávia de Campos. Política Externa Brasileira e os Blocos Internacionais. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v.16, n.1, 2002.

MONTOBBIO, Manuel. Triangulando la triangulación España/Europa-América Latina-Asia Pacífico. Barcelona: CIDOB edicions, 2004.

MRE Decisão da CAMEX sobre o contencioso do algodão / CAMEX decision on the cotton dispute. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/decisao-da-camex-sobre-o-contencioso-do-algodao17/06/2010>>, acesso em: 10-04-2011.

_____. Balanço de Política Externa 2003-2010. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010>>. Acesso em: 10-04-2012.

MUSACCHIO, Andrés. Debates La Argentina ante el ALCA: ¿solución a los dilemas del crecimiento o agravamiento de los problemas estructurales? **Revista Realidad Económica**, nº 182, 2001.

BATISTA JR, Paulo Nogueira. Brasil, Argentina e América do Sul. **Estudos Avançados**, nº19, vol. 55, 2005.

O GLOBO. Doha e etanol dominam discussão comercial Brasil-EUA. 16/03/2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/mat/2011/03/16/doha-etanol-dominam-discussao-comercial-brasil-eua-924026398.asp>>, acesso em: 20-03-2012.

OBAMA, Barack. **Remarks by the President at CEO Business Summit in Brasilia, Brazil**, 2011a.

_____. **Remarks by President Obama on Latin America in Santiago, Chile**, 2011b.

_____. **Remarks by President Obama and President Rousseff of Brazil in Brasilia, Brazil**, 2011c. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/the-press-office/2011/03/19/remarks-president-obama-and-president-rousseff-brazil-brasilia-brazil>>. Acesso em: 10-02-2012.

OCDE. **Country Risk Classifications of the Participants to the Arrangement on Officially Supported Export Credits**, 2011. Disponível em: <<http://www.oecd.org/trade/xcred/crc/>>. Acesso em: 12-02-2012.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge de. O governo do PT e a Alca: política externa e pragmatismo. **Estudos Avançados**, vol.48, nº17, 2003.

ONUKEI, Janina. Mudanças da Política Externa Argentina no Governo Menem (1989-1999). **Centro de Estudos das Negociações Internacionais**. Working paper nº2, 2003.

PATRÍCIO, Raquel. As relações em eixo – novo paradigma da teoria das relações internacionais? **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol.46, nº2, 2006a.

_____. As relações em eixo argentino-brasileiras. **Revista Múltipla, Brasília**, 10 (21), 2006b.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. **Estados Unidos: presente e desafio**. Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

_____. A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 51, nº2, 2008.

PINHEIRO, Letícia; HIRST, Monica. A Política Externa do Brasil em dois tempos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 38, nº1, 1995.

PINHEIRO, Letícia. **Política Externa Brasileira (1889-2002)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

PORTAL BRASIL. Investimentos brasileiros na Argentina disparam nos últimos seis anos. Disponível em: <www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/08/02/investimentos-brasileiros-na-argentina-disparam-nos-ultimos-seis-anos>, acesso em 5-09-2012.

PRADO, Maria Lígia Coelho. O Brasil e a Distante América do Sul. **Revista de História**, vol. 145, 2001.

PUTNAM, Robert. Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games." **International Organization**. 42(Summer 1988):427-460.

_____. Diplomacia e Política Doméstica: A Lógica dos Jogos de Dois Níveis. **Revista de Sociologia e Política**, v.18, nº36, 2010.

RICUPERO, Rubens. O Brasil, a América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma relação triangular. *In*: ALBUQUERQUE, José. Augusto Guilhon. (Org.). **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990). Crescimento, modernização e política externa.** v. 1. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1996.

ROZEMBERG, Ricardo. Mercosur: una experiencia de desarrollo Institucional sustentable? **Centro de Estudos das Negociações Internacionais**, working paper 4, 2003.

ROUSSEFF, Dilma. Comunicado Conjunto da Presidenta Dilma Rousseff e do Presidente Barack Obama - Brasília, 19 de março de 2011. Disponível em : <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/comunicado-conjunto-da-presidenta-dilma-rousseff-e-do-presidente-barack-obama-brasilia-19-de-marco-de-2011/print-nota>>, acesso em: 20-04-2011.

RUSSELL, Roberto; TOKATLIAN, Juan Gabriel. Argentina, Brasil y EEUU. El desafío de una esfera de cooperación. **Agenda Internacional**, Buenos Aires, setembro-novembro de 2004a.

_____. A Crise na Argentina e a s Relações com o Brasil e os Estados Unidos : Continuidade e Mudança nas Relações Triangulares. **Contexto Internacional**, nº26, 2004b.

RUSSEL, Roberto. La Relación Argentina- Estados Unidos: pocas expectativas en Buenos Aires y Washington. **Foreign Affairs Latinoamerica**, v.8, nº4, 2008.

SARAIVA, Miriam Gomes, TEDESCO, Laura. Argentina e Brasil: políticas exteriores comparadas depois da Guerra Fria. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 44, nº2, 2001.

SARAIVA, José Flavio Sombra (org.). **História das Relações Internacionais Contemporâneas.** São Paulo: Saraiva, 2008.

SARDENBERG, Ronaldo Mota. Brasil, política multilateral e Nações Unidas. **Estudos Avançados**, 19 (53), 2005.

SATO, Eiiti. 40 anos de política externa brasileira, 1958-1998: três inflexões. **Revista Brasileira de Política Internacional.** Vol 41, nº especial 40 anos, Brasília, 1998.

_____. A agenda internacional depois da Guerra Fria: novos temas e novas percepções. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Vol 43, nº1, Brasília, Jan/Jun 2000.

SENNES, Ricardo. **As mudanças da política externa brasileira nos anos 80: uma potência média recém industrializada**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SIERRA, Agustín Colombo. Nueva Etapa: Relaciones serias y maduras. *In: Relaciones Bilaterales Entre Argentina y Estados Unidos: Pasado y Presente*. Washington: Woodrow Wilson International Center for Scholars, 2004.

SILVA, André Luiz Reis da. **Do Otimismo Liberal à Globalização Assimétrica: a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)**. Tese (Doutorado em Ciência Política)- Programa de Pós-graduação em Ciência Política, UFRGS, Porto Alegre, RS, 2008.

SWEIG, Julia E (org). **Global Brazil and U.S.-Brazil Relations**. Nova York: Council on Foreign Relations, 2011.

TIMERMAN, Hector. Comunicado de Imprensa. 29-06-2011. Disponível em: <<http://www.cancilleria.gov.ar/portal/prensa/rssfeed.php?id=5329>> Acesso em: 03-07-2011.

TRATADO DE ASSUNÇÃO, 1991, disponível em: <<http://www.mre.gov.py/dependencias/tratados/mercosur/registro%20mercosur/Acuertos/1991/portugués/1.Tratado%20do%20Assunção.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2010.

TUSSIE, Diana. Argentina y EE.UU. bajo el signo de la era K. *In: Relaciones Bilaterales Entre Argentina y Estados Unidos: Pasado y Presente*. Washington: Woodrow Wilson International Center for Scholars, 2004.

VADELL, Javier Alberto. A Política Internacional, a Conjuntura Econômica e a Argentina de Néstor Kirchner. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol.49, nº1, 2006.

VARGAS, Everton Vieira. Átomos na integração: a aproximação Brasil-Argentina no campo nuclear e a construção do MERCOSUL. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol.40, nº1, 1997.

VAZ, Alcides da Costa. Parcerias estratégicas no contexto da política exterior brasileira: implicações para o Mercosul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v.42, nº2, 1999.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F. de; CINTRA, Rodrigo. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. **Tempo Social**, vol.15, nº2, 2003.

VIGEVANI, Túlio; CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, RJ, v. 29, n2, 2007.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. O Brasil, o MERCOSUL e a Integração da América do Sul. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, DF, v. 1, n.1, Ago-Dez. 2007.

_____. O Populismo e as Relações Brasil-EUA (1945 a 1964): a dialética do alinhamento e da autonomia. In MUNHOZ, Sidnei; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Relações Brasil- Estados Unidos: séculos XX e XXI**. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2011.

_____. As relações Brasil-EUA durante o Regime Militar (1964-985). In MUNHOZ, Sidnei; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Relações Brasil- Estados Unidos: séculos XX e XXI**. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2011.

SITES

Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), disponível em: <www.abacc.org>. Acesso em: 2 dez. 2010.

CEPAL, *site* disponível em: <www.eclac.cl>, acesso em 10/05/2011.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil, disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=450&refr=405>>, acesso em 29/05/2011.

Organização das Nações Unidas (ONU), disponível em: <<http://unbisnet.un.org/>>, acesso em 20 ago. 2011.

APÊNDICE

TABELA 1- CONSELHO DE SEGURANÇA²⁹

	ESTADOS UNIDOS-BRASIL	ESTADOS UNIDOS-ARGENTINA	BRASIL-ARGENTINA	BRASIL- ARGENTINA-ESTADOS UNIDOS
1993	89/89	X	X	X
1994	68/74	73/74	69/74	68/74
1995	X	64/64	X	X
1998	73/73	X	X	X
1999	64/64	64/64	64/64	64/64
2000	X	49/50	X	X
2004	57/61	X	X	X
2005	70/71	69/71	70/71	69/71
2006	X	86/88	X	X
2010	55/56	X	X	X

TABELA 2- BRASIL- ESTADOS UNIDOS

Ano	Votos Iguais	Votos Diferentes	Unanimidade	Abstenções	Votos Contra	Contra e Abs
2010	55	1	50	3	2	1
2005	70	1	68	3	0	0
2004	57	4	54	4	1	2
1999	64	0	55	7	1	1
1998	73	0	68	5	0	0
1994	68	6	65	7	0	2
1993	89	0	81	8	0	0

Votos Diferentes 2010- Brasil votou contra questão do Irã

Votos Diferentes 2005- Brasil se absteve segurança internacional

²⁹ Foram levadas em consideração todas as votações, incluindo das resoluções não aprovadas por falta de quórum ou por voto negativo de um dos membros não permanentes. Quando esse membro foi os Estados Unidos é indicado na legenda “Votos Diferentes”.

Votos Diferentes 2004- 3 Oriente Médio/Palestina (2 vetos e 1 abstenção dos EUA) e Israel/Líbano (Brasil se absteve)

Votos Diferentes 1994- Brasil se absteve sobre missão no Haiti, retorno de Aristide e Ruanda; EUA se absteve questão Somália.

TABELA 3- ARGENTINA- ESTADOS UNIDOS

Ano	Votos Iguais	Votos Diferentes	Unanimidade	Abstenções	Votos Contra	Contra e Abs
2006	86	2	82	3	2	1
2005	69	2	68	3	0	0
2000	49	1	43	7	0	0
1999	64	0	55	7	1	1
1995	64	0	57	7	0	0
1994	73	1	65	7	0	2

Votos Diferentes 2006-Oriente Médio/Palestina (veto dos EUA)

Votos Diferentes 2005- EUA se abstiveram questão de Darfur e Argentina se absteve segurança internacional

Votos Diferentes 2000- Palestina/Territórios ocupados por Israel (abstenção EUA)

Votos Diferentes 1994- EUA se absteve questão Somália.

TABELA 4- BRASIL- ARGENTINA

Ano	Votos Iguais	Votos Diferentes	Unanimidade	Abstenções	Votos Contra	Contra e Abs
2005	70	1	68	3	0	0
1999	64	0	55	7	1	1
1994	69	5	65	7	0	2

Votos Diferentes 2005- Brasil se absteve questão de Darfur

Votos Diferentes 1994- Brasil se absteve questão Haiti, retorno de Aristide e Ruanda.

TABELA 5- BRASIL- ARGENTINA- ESTADOS UNIDOS

Ano	Votos Iguais	Votos Diferentes	Unanimidade	Abstenções	Votos Contra	Contra e Abs
2005	69	2	68	3	0	0
1999	64	0	55	7	1	1
1994	68	6	65	7	0	2

TABELA 6- ASSEMBLEIA GERAL³⁰

Ano	BRASIL-EUA	ARGENTINA-EUA	BRASIL- ARGENTINA	BRASIL- EUA	ARGENTINA- EUA
1990	10/84	9/84	81/83	8/83	
1991	7/61	11/61	41/64	7/61	
1992	11/72	18/72	46/71	10/71	
1993	10/63	17/64	39/63	9/63	
1994	19/68	25/68	42/68	18/68	
1995	18/66	27/66	45/65	18/65	
1996	21/69	27/70	51/69	21/69	
1997	19/64	22/64	49/64	18/64	
1998	15/61	16/61	50/61	15/61	
1999	18/69	21/69	55/69	17/69	
2000	16/67	17/67	57/67	16/67	
2001	10/64	14/64	50/64	10/64	
2002	12/69	13/69	56/69	13/69	
2003	12/73	14/73	58/73	11/73	
2004	8/64	9/64	52/64	8/64	
2005	10/72	12/72	62/73	10/72	
2006	10/82	12/82	71/82	9/82	
2007	6/77	9/78	69/77	6/77	
2008	7/76	10/76	66/76	7/76	
2009	9/68	14/68	59/67	9/67	
2010	8/66	15/66	57/67	8/66	

³⁰ Nem sempre os totais são iguais pois alguns membros em algumas sessões não estavam presentes

TABELA 7- ASSEMBLEIA GERAL PORCENTAGEM DE VOTOS COINCIDENTES

Ano	BRASIL-EUA	ARGENTINA-EUA	BRASIL- ARGENTINA	BRASIL- EUA	ARGENTINA- EUA
1990	11,9	10,71	97,59	9,64	
1991	11,48	18,3	64,06	11,48	
1992	15,28	25,0	64,79	14,08	
1993	15,87	26,56	61,90	14,29	
1994	27,94	36,76	61,76	26,47	
1995	27,27	40,91	67,16	27,69	
1996	30,43	38,57	73,91	30,43	
1997	29,69	34,38	76,56	28,13	
1998	24,59	26,23	81,97	24,59	
1999	26,09	30,43	79,71	24,64	
2000	23,88	25,37	85,07	23,88	
2001	15,63	21,88	78,13	15,63	
2002	17,39	18,84	81,16	18,84	
2003	16,44	19,18	79,45	15,07	
2004	12,5	14,06	81,25	12,5	
2005	13,89	16,67	84,93	13,89	
2006	12,2	14,63	86,59	10,98	
2007	7,79	11,54	89,61	7,79	
2008	9,21	13,16	86,84	9,21	
2009	13,24	20,59	88,06	13,43	
2010	12,12	22,73	85,07	12,12	

TABELA 8- VOTAÇÕES DIFERENTES ASSEMBLEIA GERAL³¹

ANO	ASSUNTO	RESOLUÇÃO	VOTO DIFERENTE ³²
1990	Ilha de Mayotte	A/RES/45/11	EUA A
1990	Territórios	A/RES/45/16	EUA A
1990	Descolonização	A/RES/45/17; A/RES/45/18; A/RES/45/32; A/RES/45/33; A/RES/45/34; A/RES/45/35	EUA N
1990	Zona de Paz no Oceano Atlântico	A/RES/45/36	EUA N
1990	Movimentos de Libertação Nacional	A/RES/45/37	EUA N
1990	Tlatelolco	A/RES/45/48	ARG A
1990	Testes Nucleares	A/RES/45/49; A/RES/45/50	EUA N
1990	Testes Nucleares	A/RES/45/51	EUA N; BR E ARG A
1990	Zona Livre de Armas Nucleares Sul da Ásia	A/RES/45/53	BR E ARG A
1990	Estados não nuclearmente armados	A/RES/45/54	EUA A
1990	Corrida armamentista no espaço	A/RES/45/55A; A/RES/45/55B	EUA A
1990	Zona Livre de Armas Nucleares África	A/RES/45/56A	EUA A
1990	Zona Livre de Armas Nucleares África	A/RES/45/56B	EUA N
1990	Desarmamento	A/RES/45/58P; A/RES/45/58H	BR E ARG A
1990	Desarmamento	A/RES/45/58O; A/RES/45/58K; A/RES/45/58B	EUA A

³¹ Deve-se levar em consideração que nem todas as resoluções da Assembleia Geral da ONU são tomadas por votação. Com isso, certamente o número total de resoluções no ano é muito maior do que o computado nesse estudo. Não entram na estatística os votos das resoluções A/RES/65/281 e A/RES/65/287 por não estarem disponíveis.

³² Parte-se do pressuposto que o voto mais comum seria o “a favor”, e votos diferentes desse são colocados nessa coluna.

1990	Desarmamento	A/RES/45/58L	EUA E ARG A
1990	Desarmamento	A/RES/45/58N; A/RES/45/58J; A/RES/45/59B; A/RES/45/59D; A/RES/45/62E; A/RES/45/62D; A/RES/45/62C	EUA N
1990	Ciência e Tecnologia- Segurança Internacional	A/RES/45/60	EUA N
1990	Armas Nucleares Israel	A/RES/45/63	EUA N
1990	Palestina	A/RES/45/67A; A/RES/45/67B; A/RES/45/67C; A/RES/45/68; A/RES/45/69	EUA N
1990	Assistência aos refugiados palestinos	A/RES/45/73E; A/RES/45/73F; A/RES/45/73G; A/RES/45/73H; A/RES/45/73I; A/RES/45/73J; A/RES/45/73K	EUA N
1990	Territórios ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/45/74A; A/RES/45/74D; A/RES/45/74G	EUA N
1990	Territórios ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/45/74B; A/RES/45/74C; A/RES/45/74E; A/RES/45/74F	EUA A
1990	Zona de Paz Oceano Índico	A/RES/45/77	EUA N

1990	Segurança Internacional	A/RES/45/80	EUA N
1990	Cooperação ONU Liga dos Estados Árabes	A/RES/45/82	EUA N
1990	Situação Oriente Médio	A/RES/45/83A	EUA N
1990	Situação Oriente Médio	A/RES/45/83B	EUA N; BR ARG A
1990	Situação Oriente Médio	A/RES/45/83C	EUA A
1990	África do Sul	A/RES/45/84	EUA N
1990	Situação Social Mundial	A/RES/45/87	EUA N
1990	Discriminação Racial	A/RES/45/90	EUA N
1990	Direitos Humanos ONU	A/RES/45/96	EUA N
1990	Autodeterminação dos povos	A/RES/45/130; A/RES/45/132	EUA N
1990	Direito Marítimo	A/RES/45/145	EUA N
1990	Eleições periódicas e genuínas	A/RES/45/151	EUA N
1990	Apartheid África do Sul	A/RES/45/176G; A/RES/45/176F/ A/RES/45/176D; A/RES/45/176C; A/RES/45/176B	EUA N
1990	Apartheid África do Sul	A/RES/45/176E	EUA A
1990	Report Conselho Econômico e Social	A/RES/45/183	EUA N
1991	Ilha de Mayotte	A/RES/46/9	EUA A
1991	Restituição de propriedade cultural	A/RES/46/10	EUA A
1991	Zona de Paz no Atlântico Sul	A/RES/46/19	EUA N
1991	Cooperação ONU e Liga dos Estados Árabes	A/RES/46/24	EUA N
1991	Testes Nucleares- Tratados	A/RES/46/28	EUA N; ARG A
1991	Testes Nucleares- Tratados	A/RES/46/29	EUA N
1991	Zona Livre de Armas Nucleares Sul da Ásia	A/RES/46/31	BR ARG A
1991	Estados não nuclearmente armados	A/RES/46/32	EUA A
1991	Corrida armamentista espaço	A/RES/46/33	EUA A
1991	Zona Livre de Armas Nucleares África	A/RES/46/34A	EUA ARG A

1991	Desarmamento geral e completo	A/RES/46/36J	EUA ARG A
1991	Desarmamento geral e completo	A/RES/46/36D	EUA N
1991	Desarmamento	A/RES/46/37C; A/RES/46/37D; A/RES/46/38C; A/RES/46/38B	EUA N ARG A
1991	Desarmamento	A/RES/46/37F	EUA N
1991	Armas Nucleares Israel	A/RES/46/39	EUA N; BR ARG A
1991	UNRWA	A/RES/46/46K; A/RES/46/46J; A/RES/46/46I	EUA N
1991	Territórios Ocupados Por Israel- Direitos Humanos	A/RES/46/47G; A/RES/46/47D	EUA N
1991	Territórios Ocupados Por Israel- Direitos Humanos	A/RES/46/47A	EUA N ARG A
1991	Territórios Ocupados Por Israel- Direitos Humanos	A/RES/46/47F; A/RES/46/47E; A/RES/46/47C; A/RES/46/47B	EUA A
1991	Zona de Paz Oceano Índico	A/RES/46/49	EUA N
1991	Nova Ordem Econômica Internacional	A/RES/46/52	EUA N ARG A
1991	Territórios Tutelados	A/RES/46/63	EUA A
1991	Descolonização	A/RES/46/64; A/RES/46/65	EUA N ARG A
1991	Descolonização	A/RES/46/71; A/RES/46/72	EUA N
1991	Questão Palestina	A/RES/46/74A; A/RES/46/74B; A/RES/46/74C; A/RES/46/75	EUA N ARG A
1991	Questão Palestina	A/RES/46/76	EUA N
1991	Direito Marítimo	A/RES/46/78	EUA A
1991	Apartheid África do Sul	A/RES/46/79E	EUA N
1991	Apartheid África do Sul	A/RES/46/79D;	EUA N ARG A

		A/RES/46/79C	
1991	Apartheid África do Sul	A/RES/46/79B	EUA A
1991	Situação Oriente Médio	A/RES/46/82A	EUA N ARG A
1991	Situação Oriente Médio	A/RES/46/82B	EUA A
1991	Discriminação Racial	A/RES/46/84	EUA N ARG A
1991	Autodeterminação dos povos	A/RES/46/87	EUA ARG N
1991	Autodeterminação dos povos	A/RES/46/89	EUA N ARG A
1991	Situação da família, jovens e idosos	A/RES/46/95	EUA N
1991	Direitos Humanos	A/RES/46/117	EUA N ARG A
1991	Direitos Humanos	A/RES/46/130	EUA ARG N
1991	Prevenção de crimes	A/RES/46/153	EUA A
1991	Assentamentos	A/RES/46/162	EUA N
1991	Report Conselho Econômico e Social	A/RES/46/199; A/RES/46/201	EUA N
1991	Comércio Internacional	A/RES/46/210	EUA N ARG A
1992	Adoção da Agenda	A/RES/47/1	BR A
1992	Ilha de Mayotte	A/RES/47/9	EUA A
1992	Cooperação ONU Liga dos Estados Árabes	A/RES/47/12	EUA N
1992	Territórios Tutelados	A/RES/47/14	EUA A
1992	Descolonização	A/RES/47/15; A/RES/47/16	EUA N ARG A
1992	Embargo Cuba	A/RES/47/19	EUA N ARG A
1992	Descolonização	A/RES/47/23; A/RES/47/24	EUA N
1992	Movimentos de Libertação Nacional	A/RES/47/29	EUA N ARG A
1992	Ciência e Tecnologia- Segurança Internacional	A/RES/47/43	EUA N
1992	Testes Nucleares- Tratados	A/RES/47/46	EUA N ARG A
1992	Testes Nucleares	A/RES/47/47	EUA N
1992	Zona Livre de Armas Nucleares Sul da Ásia	A/RES/47/49	BR A
1992	Estados não Nuclearmente Armados	A/RES/47/50	EUA A
1992	Corrida armamentista no espaço	A/RES/47/51	EUA A
1992	Desarmamento Geral e Completo	A/RES/47/52C	EUA A

1992	Desarmamento	A/RES/47/53E; A/RES/47/53C; A/RES/47/53F	EUA N
1992	Desarmamento	A/RES/47/54F	EUA A
1992	Armas Nucleares Israel	A/RES/47/55	EUA N BR ARG A
1992	Zona de Paz Oceano Índico	A/RES/47/59	EUA N
1992	Segurança Internacional	A/RES/47/60A	EUA N ARG A
1992	Segurança Internacional	A/RES/47/60B	BR A
1992	Situação no Oriente Médio	A/RES/47/63A	EUA N BR ARG A
1992	Situação no Oriente Médio	A/RES/47/63B	EUA A
1992	Questão Palestina	A/RES/47/64B; A/RES/47/64D; A/RES/47/64A	EUA N ARG A
1992	Questão Palestina	A/RES/47/64C	EUA N
1992	Direito Marítimo	A/RES/47/65	EUA A
1992	UNRWA	A/RES/47/69K; A/RES/47/69J; A/RES/47/69I; A/RES/47/69E	EUA N
1992	UNRWA	A/RES/47/69H; A/RES/47/69G; A/RES/47/69F	EUA N ARG A
1992	Territórios Ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/47/70A	EUA N ARG A
1992	Territórios Ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/47/70B; A/RES/47/70C; A/RES/47/70E; A/RES/47/70F	EUA A
1992	Territórios Ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/47/70D; A/RES/47/70G	EUA N
1992	Zona de Paz no Atlântico Sul	A/RES/47/74	EUA N
1992	Discriminação Racial	A/RES/47/81	EUA N ARG A
1992	Autodeterminação dos Povos	A/RES/47/82	EUA ARG N
1992	Autodeterminação dos Povos	A/RES/47/84	EUA N ARG A
1992	Desenvolvimento Social	A/RES/47/89	EUA N
1992	Apartheid África do Sul	A/RES/47/116G	EUA ARG A
1992	Apartheid África do Sul	A/RES/47/116F	EUA N ARG A

		A/RES/47/116E;	
1992	Apartheid África do Sul	A/RES/47/116D	EUA N
1992	Situação Bósnia e Herzegovina	A/RES/47/121	BR ARG A
1992	Direitos Humanos	A/RES/47/130	EUA ARG N
1992	Direitos Humanos	A/RES/47/137	EUA ARG A
1992	Direitos Humanos	A/RES/47/139	BR A
1992	Report Conselho Econômico e Social	A/RES/47/170	EUA N
1992	Dívida Externa	A/RES/47/198	EUA N
1993	Embargo Cuba	A/RES/48/16	EUA N ARG A
1993	Zona de Paz no Atlântico Sul	A/RES/48/23	EUA N
1993	Direito Marítimo	A/RES/48/28	EUA A
1993	UNRWA	A/RES/48/40J; A/RES/48/40I; A/RES/48/40H; A/RES/48/40F; A/RES/48/40E	EUA N
1993	UNRWA	A/RES/48/40G	EUA N ARG A
1993	UNRWA	A/RES/48/40A	EUA A
1993	Territórios Ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/48/41A; A/RES/48/41C	EUA N ARG A
1993	Territórios Ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/48/41D	EUA ARG A
1993	Territórios Ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/48/41B	EUA A
1993	Territórios Tutelados	A/RES/48/45	EUA A
1993	Descolonização	A/RES/48/46; A/RES/48/47	EUA N ARG A
1993	Descolonização	A/RES/48/52; A/RES/48/53	EUA N
1993	Ilha de Mayotte	A/RES/48/56	EUA A
1993	Situação Oriente Médio	A/RES/48/59A	EUA A
1993	Situação Oriente Médio	A/RES/48/59B	EUA N; BR ARG A
1993	Ciência e Tecnologia- Segurança Internacional	A/RES/48/66	EUA ARG A
1993	Ciência e Tecnologia- Desarmamento	A/RES/48/67	EUA A

1993	Verificação	A/RES/48/68	EUA A
1993	Testes Nucleares- Tratados	A/RES/48/69	EUA N ARG A
1993	Zona Livre de Armas Nucleares- Sul da Ásia	A/RES/48/72	BR A
1993	Estados não-nuclearmente Armados	A/RES/48/73	EUA A
1993	Corrida Armamentista no espaço	A/RES/48/74A	EUA A
1993	Desarmamento Geral e Completo	A/RES/48/75C	EUA N ARG A
1993	Desarmamento Geral e Completo	A/RES/48/75H	EUA BR A
1993	Desarmamento Geral e Completo	A/RES/48/75J	BR A
1993	Desarmamento	A/RES/48/76A	EUA N
1993	Desarmamento	A/RES/48/76B	EUA N ARG A
1993	Armas Nucleares Israel	A/RES/48/78	EUA N; BR ARG A
1993	Armas Convencionais- Tratados	A/RES/48/79	EUA A
1993	Zona de Paz Oceano Índico	A/RES/48/82	EUA N
1993	Segurança Internacional	A/RES/48/83	EUA N ARG A
1993	Segurança Internacional	A/RES/48/84A	BR A
1993	Situação Bósnia Herzegovina	A/RES/48/88	BR ARG A
1993	Discriminação Racial	A/RES/48/89	EUA N; BR ARG A
1993	Autodeterminação dos povos	A/RES/48/92	EUA N ARG A
1993	Autodeterminação dos povos	A/RES/48/94	EUA ARG N
1993	Prevenção de crimes	A/RES/48/101	EUA N
1993	Avanço nos Direitos Humanos	A/RES/48/123	EUA N ARG A
1993	Avanço nos Direitos Humanos	A/RES/48/124	EUA ARG N
1993	Violação de Direitos Humanos	A/RES/48/142	BR A
1993	Questão Palestina	A/RES/48/158A; A/RES/48/158B; A/RES/48/158D	EUA N ARG A
1993	Questão Palestina	A/RES/48/158C	EUA N
1993	Comércio Internacional	A/RES/48/168	EUA N
1993	Dívida Externa	A/RES/48/182	EUA N
1993	Report Conselho Econômico e Social	A/RES/48/212	EUA N
1994	Embargo Cuba	A/RES/49/9	EUA N ARG A

1994	Situação Bósnia Herzegovina	A/RES/49/10	BR ARG A
1994	Ilha de Mayotte	A/RES/49/18	EUA A
1994	Zona de Paz no Atlântico Sul	A/RES/49/26	EUA A
1994	Lua- Tratado	A/RES/49/33	EUA N
1994	UNRWA	A/RES/49/35A	EUA A
1994	UNRWA	A/RES/49/35C; A/RES/49/35E; A/RES/49/35G	EUA N
1994	UNRWA	A/RES/49/35F	EUA N ARG A
1994	Territórios ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/49/36A; A/RES/49/36C	EUA N ARG A
1994	Territórios ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/49/36B	EUA N
1994	Territórios ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/49/36D	EUA ARG A
1994	Territórios Tutelados	A/RES/49/39	EUA A
1994	Descolonização	A/RES/49/40; A/RES/49/41	EUA N ARG A
1994	Questão Palestina	A/RES/49/62B; A/RES/49/62A	EUA N ARG A
1994	Questão Palestina	A/RES/49/62C; A/RES/49/62D	EUA N
1994	Ciência e Tecnologia- Segurança Internacional	A/RES/49/67	EUA N ARG A
1994	Ciência e Tecnologia- Desarmamento	A/RES/49/68	EUA A
1994	Testes Nucleares- Tratados	A/RES/49/69	EUA N ARG A
1994	Zona Livre de Armas Nucleares Sul da Ásia	A/RES/49/72	BR A
1994	Estados não nuclearmente armados	A/RES/49/73	EUA A
1994	Corrida armamentista espaço	A/RES/49/74	EUA A
1994	Desarmamento Geral e Completo	A/RES/49/75B; A/RES/49/75E	EUA N ARG A
1994	Desarmamento Geral e Completo	A/RES/49/75F	EUA ARG N BR A
1994	Desarmamento Geral e Completo	A/RES/49/75G	EUA A
1994	Desarmamento Geral e Completo	A/RES/49/75H	EUA BR A
1994	Desarmamento Geral e Completo	A/RES/49/75K	EUA ARG N

1994	Desarmamento Geral e Completo	A/RES/49/750	BR A
1994	Desarmamento	A/RES/49/76E	EUA N ARG A
1994	Armas Nucleares Israel	A/RES/49/78	EUA N; BR ARG A
1994	Zona de Paz Oceano Índico	A/RES/49/82	EUA N
1994	Zona Livre de Armas Nucleares- África	A/RES/49/84	EUA N
1994	Situação no Oriente Médio	A/RES/49/87A	EUA A
1994	Situação no Oriente Médio	A/RES/49/87B	EUA N BR A
1994	Descolonização	A/RES/49/89; A/RES/49/90	EUA N
1994	Report Conselho Econômico e Social	A/RES/49/132	EUA N
1994	Autodeterminação dos Povos	A/RES/49/149; A/RES/49/150; A/RES/49/151	EUA N ARG A
1994	Avanço dos Direitos Humanos	A/RES/49/180	EUA ARG N
1994	Avanço dos Direitos Humanos	A/RES/49/182; A/RES/49/186	EUA N ARG A
1994	Violação de Direitos Humanos	A/RES/49/200	BR A
1995	Embargo Cuba	A/RES/50/10	EUA N
1995	Uso de várias línguas	A/RES/50/11	EUA N
1995	Zona de Paz Oceano Atlântico	A/RES/50/18	EUA A
1995	Situação no Oriente Médio	A/RES/50/22C; A/RES/50/22B	EUA N; BR ARG A
1995	Situação no Oriente Médio	A/RES/50/22A	EUA A
1995	UNRWA	A/RES/50/28A	EUA A
1995	UNRWA	A/RES/50/28C; A/RES/50/28E; A/RES/50/28G	EUA N
1995	UNRWA	A/RES/50/28F	EUA N ARG A
1995	Territórios Ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/50/29A; A/RES/50/29C	EUA N ARG A
1995	Territórios Ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/50/29B	EUA N
1995	Territórios Ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/50/29D	EUA ARG A
1995	Territórios Tutelados	A/RES/50/32	EUA A

1995	Descolonização	A/RES/50/33	EUA N ARG A
1995	Descolonização	A/RES/50/34	EUA ARG A
1995	Descolonização	A/RES/50/39; A/RES/50/40	EUA N
1995	Restituição de propriedade cultural	A/RES/50/56	EUA A
1995	Verificação	A/RES/50/61	EUA N
1995	Ciência e Tecnologia- Segurança Internacional	A/RES/50/62	EUA N; BR ARG A
1995	Ciência e Tecnologia- Desarmamento	A/RES/50/63	EUA A
1995	Testes Armas Nucleares- Tratados	A/RES/50/64	EUA N ARG A
1995	Estados não nuclearmente armados	A/RES/50/68	EUA ARG A
1995	Corrida Armamentista espaço	A/RES/50/69	EUA A
1995	Desarmamento geral e Completo	A/RES/50/70A	EUA A
1995	Desarmamento geral e Completo	A/RES/50/70C; A/RES/50/70L	BR A
1995	Desarmamento Geral e Completo	A/RES/50/70F	EUA N ARG A
1995	Desarmamento Geral e Completo	A/RES/50/70M	EUA N
1995	Desarmamento Geral e Completo	A/RES/50/70N; A/RES/50/70P	EUA ARG N
1995	Desarmamento	A/RES/50/71E	EUA N ARG A
1995	Armas Nucleares- Oriente Médio	A/RES/50/73	EUA N; BR ARG A
1995	Zona de Paz Oceano Índico	A/RES/50/76	EUA N
1995	Questão Palestina	A/RES/50/84A; A/RES/50/84B	EUA N ARG A
1995	Questão Palestina	A/RES/50/84C; A/RES/50/84D	EUA N
1995	Força Interina da ONU no Líbano	A/RES/50/89B	EUA N
1995	Comércio Internacional	A/RES/50/96	EUA N
1995	Report Conselho Econômico e Social	A/RES/50/129	EUA N
1995	Autodeterminação dos Povos	A/RES/50/138; A/RES/50/140	EUA N ARG A
1995	Avanço Direitos Humanos	A/RES/50/172	EUA ARG N
1995	Avanço Direitos Humanos	A/RES/50/175	EUA N ARG A
1995	Violação Direitos Humanos	A/RES/50/198	BR A
1996	Embargo Cuba	A/RES/51/17	EUA N

1996	Zona de Paz no Atlântico Sul	A/RES/51/19	EUA A
1996	Sanções Econômicas	A/RES/51/22	EUA N; BR ARG A
1996	Questão Palestina	A/RES/51/23; A/RES/51/24	EUA N ARG A
1996	Questão Palestina	A/RES/51/25; A/RES/51/26	EUA N
1996	Situação Oriente Médio	A/RES/51/27	EUA A
1996	Situação Oriente Médio	A/RES/51/28	EUA N, ARG BR A
1996	Assistência Econômica	A/RES/51/30I	EUA N ARG A
1996	Ciência e Tecnologia- Segurança Internacional	A/RES/51/39	EUA N; BR ARG A
1996	Ciência e Tecnologia- Desarmamento	A/RES/51/40	EUA A
1996	Estados não nuclearmente armados	A/RES/51/43	EUA ARG A
1996	Corrida Armamentista espaço	A/RES/51/44	EUA ARG A
1996	Desarmamento Geral e Completo	A/RES/51/45B; A/RES/51/45C; A/RES/51/45E	EUA N
1996	Desarmamento Geral e Completo	A/RES/51/45G	BR A
1996	Desarmamento Geral e Completo	A/RES/51/45I; A/RES/51/45M; A/RES/51/45O	EUA N ARG A
1996	Desarmamento Geral e Completo	A/RES/51/45P	EUA A
1996	Desarmamento	A/RES/51/46D	EUA N ARG A
1996	Desarmamento	A/RES/51/47A	EUA A
1996	Armas Nucleares Oriente Médio	A/RES/51/48	EUA N BR A
1996	Autodeterminação dos Povos	A/RES/51/82; A/RES/51/83	EUA N ARG A
1996	Avanço Direitos Humanos	A/RES/51/100; A/RES/51/103	EUA N ARG A
1996	Report Direitos Humanos	A/RES/51/113	BR A
1996	UNRWA	A/RES/51/124	EUA A
1996	UNRWA	A/RES/51/126; A/RES/51/128 ; A/RES/51/129; A/RES/51/130	EUA N
1996	Territórios Ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/51/131; A/RES/51/134	EUA N ARG A

1996	Territórios Ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/51/132; A/RES/51/133	EUA N
1996	Territórios Ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/51/135	EUA A
1996	Territórios Tutelados	A/RES/51/139	EUA A
1996	Descolonização	A/RES/51/140; A/RES/51/146; A/RES/51/147	EUA N
1996	Descolonização	A/RES/51/141	EUA A
1996	Report Conselho Econômico e Social	A/RES/51/190	EUA N
1996	Report Conselho de Segurança	A/RES/51/193	EUA N
1996	Questão palestina	A/RES/51/223	EUA N
1996	Canais Internacionais	A/RES/51/229	BR A
1997	Embargo Cuba	A/RES/52/10	EUA N
1997	Zona de Paz Atlântico Sul	A/RES/52/14	EUA A
1997	Restituição de Propriedade Cultural	A/RES/52/24	EUA A
1997	Ciência e Tecnologia- Segurança Internacional	A/RES/52/33	EUA N; BR ARG A
1997	Estados não nuclearmente armados	A/RES/52/36	EUA ARG A
1997	Corrida Armamentista espaço	A/RES/52/37	EUA ARG A
1997	Desarmamento Geral e Completo	A/RES/52/38A; A/RES/52/38E	EUA A
1997	Desarmamento Geral e Completo	A/RES/52/38B; A/RES/52/38L	EUA N ARG A
1997	Desarmamento Geral e Completo	A/RES/52/38N; A/RES/52/38O	EUA N
1997	Desarmamento	A/RES/52/39C	ARG A
1997	Desarmamento	A/RES/52/40C	EUA N ARG A
1997	Armas Nucleares Oriente Médio	A/RES/52/41	EUA N
1997	Zona de Paz Oceano Índico	A/RES/52/44	EUA N
1997	Questão Palestina	A/RES/52/49; A/RES/52/50	EUA N ARG A
1997	Questão Palestina	A/RES/52/51; A/RES/52/52	EUA N
1997	Situação Oriente Médio	A/RES/52/53	EUA A
1997	Situação Oriente Médio	A/RES/52/54	EUA N BR A

1997	UNRWA	A/RES/52/57	EUA A
1997	UNRWA	A/RES/52/59; A/RES/52/61; A/RES/52/62; A/RES/52/63	EUA N
1997	Territórios Ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/52/64	EUA N ARG A
1997	Territórios Ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/52/65; A/RES/52/66; A/RES/52/67	EUA N
1997	Territórios Ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/52/68	EUA A
1997	Territórios Tutelados	A/RES/52/71	EUA A
1997	Descolonização	A/RES/52/72; A/RES/52/79	EUA N
1997	Descolonização	A/RES/52/73	EUA A
1997	Autodeterminação dos Povos	A/RES/52/112	EUA N ARG A
1997	Autodeterminação dos Povos	A/RES/52/114	EUA N
1997	Avanço Direitos Humanos	A/RES/52/120; A/RES/52/121	EUA N ARG A
1997	Avanço Direitos Humanos	A/RES/52/131; A/RES/52/136	EUA N
1997	Avanço Direitos Humanos	A/RES/52/133	EUA ARG A
1997	Report Direitos Humanos	A/RES/52/143	BR A
1997	Comércio Internacional	A/RES/52/181	EUA N
1997	Questão Palestina	A/RES/52/250	EUA N
1998	Embargo Cuba	A/RES/53/4	EUA N
1998	Sanções Econômicas	A/RES/53/10	EUA N; BR ARG A
1998	Zona de Paz no Atlântico Sul	A/RES/53/34	EUA A
1998	Situação no Oriente Médio	A/RES/53/37	EUA A
1998	Situação no Oriente Médio	A/RES/53/38	EUA N BR A
1998	Questão Palestina	A/RES/53/39; A/RES/53/40	EUA N ARG A
1998	Questão Palestina	A/RES/53/41; A/RES/53/42	EUA N
1998	UNRWA	A/RES/53/46	EUA A
1998	UNRWA	A/RES/53/48;	EUA N

		A/RES/53/50; A/RES/53/51; A/RES/53/52	
1998	Territórios Ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/53/53	EUA N ARG A
1998	Territórios Ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/53/54; A/RES/53/55; A/RES/53/56	EUA N
1998	Territórios Ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/53/57	EUA A
1998	Territórios Tutelados	A/RES/53/60	EUA A
1998	Descolonização	A/RES/53/61; A/RES/53/68; A/RES/53/69	EUA N
1998	Descolonização	A/RES/53/62	EUA A
1998	Ciência e Tecnologia- Desarmamento	A/RES/53/73	EUA N; BR ARG A
1998	Estados não nuclearmente armados	A/RES/53/75	EUA ARG A
1998	Corrida Armamentista espaço	A/RES/53/76	EUA A
1998	Desarmamento Geral e Completo	A/RES/53/77F; A/RES/53/77S; A/RES/53/77X; A/RES/53/77Y	EUA N ARG A
1998	Desarmamento Geral e Completo	A/RES/53/77H	EUA N; BR ARG A
1998	Desarmamento Geral e Completo	A/RES/53/77J; A/RES/53/77L; A/RES/53/77N	EUA A
1998	Desarmamento Geral e Completo	A/RES/53/77Q; A/RES/53/77W	EUA N
1998	Desarmamento	A/RES/53/78[D]	EUA N ARG A
1998	Proliferação Nuclear Oriente Médio	A/RES/53/80	EUA N
1998	Autodeterminação dos povos	A/RES/53/135	EUA N ARG A
1998	Autodeterminação dos povos	A/RES/53/136	EUA N
1998	Avanço Direitos Humanos	A/RES/53/141; A/RES/53/143; A/RES/53/155	EUA N
1998	Territórios Ocupados por Israel- Recursos Naturais	A/RES/53/196	EUA N
1998	Força da ONU no Líbano	A/RES/53/227	EUA N

1999	Embargo Cuba	A/RES/54/21	EUA N
1999	Zona de Paz no Atlântico Sul	A/RES/54/35	EUA A
1999	Situação Oriente Médio	A/RES/54/37	EUA A
1999	Situação Oriente Médio	A/RES/54/38	EUA N BR A
1999	Questão Palestina	A/RES/54/39; A/RES/54/40	EUA N ARG A
1999	Questão Palestina	A/RES/54/41; A/RES/54/42	EUA N
1999	Zona de Paz Oceano Índico	A/RES/54/47	EUA N
1999	Ciência e Tecnologia- Segurança Internacional	A/RES/54/50	EUA N; BR ARG A
1999	Estados não nuclearmente armados	A/RES/54/52	EUA ARG A
1999	Corrida Armamentista espaço	A/RES/54/53	EUA A
1999	Desarmamento Geral e Completo	A/RES/54/54A; A/RES/54/54K	EUA N; BR ARG A
1999	Desarmamento Geral e Completo	A/RES/54/54B; A/RES/54/54S	EUA A
1999	Desarmamento Geral e Completo	A/RES/54/54F	EUA BR ARG A
1999	Desarmamento Geral e Completo	A/RES/54/54G; A/RES/54/54I; A/RES/54/54P	EUA N ARG A
1999	Desarmamento Geral e Completo	A/RES/54/54L; A/RES/54/54Q	EUA N
1999	Desarmamento	A/RES/54/55D	EUA N ARG A
1999	Proliferação Nuclear Oriente Médio	A/RES/54/57	EUA N
1999	UNRWA	A/RES/54/69	EUA A
1999	UNRWA	A/RES/54/71; A/RES/54/73; A/RES/54/74; A/RES/54/75	EUA N
1999	Territórios Ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/54/76	EUA N ARG A
1999	Territórios Ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/54/77; A/RES/54/78; A/RES/54/79	EUA N
1999	Territórios Ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/54/80	EUA A
1999	Territórios Tutelados	A/RES/54/83	EUA A

1999	Descolonização	A/RES/54/84; A/RES/54/91; A/RES/54/92	EUA N
1999	Descolonização	A/RES/54/85	EUA ARG A
1999	Autodeterminação dos povos	A/RES/54/151; A/RES/54/152	EUA N
1999	Avanço Direitos Humanos	A/RES/54/164	EUA ARG A
1999	Avanço Direitos Humanos	A/RES/54/165	EUA N ARG A
1999	Avanço Direitos Humanos	A/RES/54/168	EUA ARG N; BR A
1999	Avanço Direitos Humanos	A/RES/54/169; A/RES/54/172; A/RES/54/175	EUA N
1999	Reports Direitos Humanos	A/RES/54/177	ARG A
1999	Reports Direitos Humanos	A/RES/54/182	EUA A
1999	Desenvolvimento Finanças	A/RES/54/197	EUA N
1999	Comércio Internacional	A/RES/54/200	EUA N
1999	Territórios Ocupados por Israel- Recursos Naturais	A/RES/54/230	EUA N
1999	Força da ONU no Líbano	A/RES/54/267	EUA N
2000	Sanções Econômicas	A/RES/55/6	EUA N
2000	Embargo Cuba	A/RES/55/20	EUA N
2000	Ciência e Tecnologia- Segurança Internacional	A/RES/55/29	EUA N; BR ARG A
2000	Estados não nuclearmente armados	A/RES/55/31	EUA ARG A
2000	Corrida Armamentista Espaço	A/RES/55/32	EUA A
2000	Desarmamento Geral e Completo	A/RES/55/33A	EUA BR ARG A
2000	Desarmamento Geral e Completo	A/RES/55/33B; A/RES/55/33N	EUA N; BR ARG A
2000	Desarmamento Geral e Completo	A/RES/55/33I; A/RES/55/33X	EUA N
2000	Desarmamento Geral e Completo	A/RES/55/33J; A/RES/55/33K; A/RES/55/33V	EUA A
2000	Desarmamento Geral e Completo	A/RES/55/33T	EUA N ARG A
2000	Uso de Armas Nucleares- Tratados	A/RES/55/34G	EUA N ARG A
2000	Proliferação Nuclear Oriente Médio	A/RES/55/36	EUA N

2000	Zona de Paz Atlântico Sul	A/RES/55/49	EUA A
2000	Situação Oriente Médio	A/RES/55/50	EUA A
2000	Situação Oriente Médio	A/RES/55/51	EUA N BR A
2000	Questão Palestina	A/RES/55/52; A/RES/55/53	EUA N ARG A
2000	Questão Palestina	A/RES/55/54; A/RES/55/55	EUA N
2000	Autodeterminação dos Povos	A/RES/55/86; A/RES/55/87	EUA N
2000	Avanço Direitos Humanos	A/RES/55/92	EUA A
2000	Avanço Direitos Humanos	A/RES/55/100	EUA N
2000	Avanço Direitos Humanos	A/RES/55/101	EUA N;BR ARG A
2000	Avanço Direitos Humanos	A/RES/55/102; A/RES/55/107	EUA N ARG A
2000	Sanções	A/RES/55/110	EUA N
2000	Reports Direitos Humanos	A/RES/55/114	BR ARG A
2000	Reports Direitos Humanos	A/RES/55/116	EUA A
2000	UNRWA	A/RES/55/123	EUA A
2000	UNRWA	A/RES/55/125; A/RES/55/127; A/RES/55/128; A/RES/55/129; A/RES/55/131	EUA N
2000	UNRWA	A/RES/55/130	EUA N ARG A
2000	Territórios Ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/55/132; A/RES/55/133	EUA N
2000	Territórios Ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/55/134	EUA A
2000	Territórios Tutelados	A/RES/55/137	EUA A
2000	Descolonização	A/RES/55/138; A/RES/55/145; A/RES/55/146; A/RES/55/147	EUA N
2000	Descolonização	A/RES/55/139	EUA A
2000	Força da ONU no Líbano	A/RES/55/180B; A/RES/55/180A	EUA N
2000	Questão Palestina	A/RES/55/209	EUA N

2001	Zona de Paz no Atlântico Sul	A/RES/56/7	EUA A
2001	Embargo Cuba	A/RES/56/9	EUA N
2001	Zona de Paz Oceano Índico	A/RES/56/16	EUA N
2001	Ciência e Tecnologia- Segurança Internacional	A/RES/56/20	EUA N; BR ARG A
2001	Estados não nuclearmente armados	A/RES/56/22	EUA N ARG A
2001	Corrida Armamentista espaço	A/RES/56/23	EUA A
2001	Mísseis Balísticos	A/RES/56/24B	EUA ARG A
2001	Não proliferação nuclear	A/RES/56/24C	EUA N; BR ARG A
2001	Desarmamento	A/RES/56/24F	EUA A
2001	Zona Livre de Armas Nucleares- Hemisfério Sul	A/RES/56/24G	EUA N
2001	Minas Terrestres- Tratados	A/RES/56/24M	EUA A
2001	Desarmamento Geral e Completo	A/RES/56/24N	EUA N BR A
2001	Desarmamento Nuclear	A/RES/56/24R	EUA N ARG A
2001	Uso de Armas Nucleares	A/RES/56/24S	EUA N
2001	Uso de Armas Nucleares- Tratados	A/RES/56/25B	EUA N ARG A
2001	Proliferação Nuclear Oriente Médio	A/RES/56/27	EUA N
2001	Situação Oriente Médio	A/RES/56/31	EUA A
2001	Situação Oriente Médio	A/RES/56/32	EUA N ARG A
2001	Questão Palestina	A/RES/56/33; A/RES/56/34	EUA N ARG A
2001	Questão Palestina	A/RES/56/35; A/RES/56/36	EUA N
2001	Banimento de Teste Nuclear	A/RES/56/49	EUA N
2001	UNRWA	A/RES/56/52	EUA A
2001	UNRWA	A/RES/56/54; A/RES/56/56; A/RES/56/57; A/RES/56/58	EUA N
2001	Territórios Ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/56/59	EUA N ARG A
2001	Territórios Ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/56/60; A/RES/56/61; A/RES/56/62	EUA N

2001	Territórios Ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/56/63	EUA A
2001	Territórios Tutelados	A/RES/56/65	EUA A
2001	Descolonização	A/RES/56/66; A/RES/56/73; A/RES/56/74	EUA N
2001	Descolonização	A/RES/56/67	EUA A
2001	Direitos Humanos- Tratados	A/RES/56/146	EUA N; BR ARG A
2001	Avanço Direitos Humanos	A/RES/56/148; A/RES/56/150; A/RES/56/155; A/RES/56/165	EUA N
2001	Avanço Direitos Humanos	A/RES/56/151	EUA N ARG A
2001	Avanço Direitos Humanos	A/RES/56/152	EUA N BR ARG A
2001	Avanço Direitos Humanos	A/RES/56/154	EUA ARG N
2001	Direitos Humanos- Terrorismo	A/RES/56/160	EUA ARG A
2001	Report Direitos Humanos	A/RES/56/171	BR ARG A
2001	Report Direitos Humanos	A/RES/56/175	EUA A
2001	Comércio Internacional	A/RES/56/179	EUA N
2001	Territórios Ocupados por Israel- Recursos Naturais	A/RES/56/204	EUA N
2001	Força da ONU no Líbano	A/RES/56/214B; A/RES/56/214A	EUA N
2001	Discriminação Racial	A/RES/56/266	EUA N
2002	Sanções Econômicas	A/RES/57/5	EUA N
2002	Embargo Cuba	A/RES/57/11	EUA N
2002	Banimento Testes Nucleares	A/RES/57/49	EUA N
2002	Estados não nuclearmente armados	A/RES/57/56	EUA ARG A
2002	Corrida Armamentista espaço	A/RES/57/57	EUA A
2002	Desarmamento Geral e Completo	A/RES/57/58; A/RES/57/63	EUA N ARG A
2002	Zonas Livres de Armas Nucleares	A/RES/57/59	EUA N
2002	Armas Químicas e Biológicas	A/RES/57/62	EUA A
2002	Acordos de Desarmamento	A/RES/57/64	EUA A
2002	Desarmamento e Desenvolvimento	A/RES/57/65	EUA N

2002	Mísseis Balísticos	A/RES/57/71	EUA N ARG A
2002	Zona Livre de Armas Nucleares Hemisfério Sul	A/RES/57/73	EUA N
2002	Minas Terrestres	A/RES/57/74	EUA A
2002	Desarmamento Geral e Completo	A/RES/57/78	EUA N BR A
2002	Desarmamento Nuclear	A/RES/57/79	EUA N ARG A
2002	Não Proliferação Nuclear	A/RES/57/84	EUA N; BR ARG A
2002	Desarmamento Geral e Completo	A/RES/57/85	EUA N
2002	Uso de Armas Nucleares	A/RES/57/94	EUA N ARG A
2002	Proliferação Nuclear Oriente Médio	A/RES/57/97	EUA N
2002	Testes de Armas Nucleares	A/RES/57/100	EUA N
2002	Questão Palestina	A/RES/57/107; A/RES/57/108	EUA N ARG A
2002	Questão Palestina	A/RES/57/109; A/RES/57/110	EUA N
2002	Situação no Oriente Médio	A/RES/57/111	EUA N
2002	Situação no Oriente Médio	A/RES/57/112	EUA N BR A
2002	UNRWA	A/RES/57/117	EUA A
2002	UNRWA	A/RES/57/119; A/RES/57/121; A/RES/57/122; A/RES/57/123	EUA N
2002	Territórios Ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/57/124	EUA N ARG A
2002	Territórios Ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/57/125; A/RES/57/126; A/RES/57/127; A/RES/57/128	EUA N
2002	Territórios Tutelados	A/RES/57/131	EUA A
2002	Descolonização	A/RES/57/132; A/RES/57/139; A/RES/57/140	EUA N
2002	Descolonização	A/RES/57/133	EUA A
2002	Cooperação entre a ONU e o Conselho da Europa	A/RES/57/156	EUA A
2002	Eliminação da Discriminação Racial	A/RES/57/195	EUA N

2002	Autodeterminação dos Povos	A/RES/57/196; A/RES/57/198	EUA N
2002	Direitos Humanos	A/RES/57/199	EUA N
2002	Avanço dos Direitos Humanos	A/RES/57/205; A/RES/57/213	EUA N ARG A
2002	Avanço dos Direitos Humanos	A/RES/57/216; A/RES/57/217	EUA N ARG BR A
2002	Sanções	A/RES/57/222	EUA N
2002	Direito ao Desenvolvimento	A/RES/57/223	EUA N
2002	Avanço dos Direitos Humanos	A/RES/57/226; A/RES/57/227	EUA N
2002	Territórios Ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/57/269	EUA N
2002	Força da ONU no Líbano	A/RES/57/325	EUA N
2003	Força da ONU no Líbano	A/RES/57/325	EUA N
2003	Questão Palestina	A/RES/58/18; A/RES/58/19	EUA N ARG A
2003	Questão Palestina	A/RES/58/20; A/RES/58/21	EUA N
2003	Situação no Oriente Médio	A/RES/58/22; A/RES/58/23	EUA N
2003	Zona de Paz no Oceano Índico	A/RES/58/29	EUA N
2003	Ciência e Tecnologia- Segurança Internacional	A/RES/58/33	EUA N; BR ARG A
2003	Estados não nuclearmente armados	A/RES/58/35	EUA ARG A
2003	Corrida Armamentista espaço	A/RES/58/36	EUA A
2003	Mísseis Balísticos	A/RES/58/37	EUA N ARG A
2003	Desarmamento Geral e Completo	A/RES/58/43	EUA N ARG A
2003	Multilateralismo- Desarmamento	A/RES/58/44	EUA N ARG A
2003	Acordos de Desarmamento	A/RES/58/45	EUA N
2003	Uso de Armas Nucleares	A/RES/58/46	EUA N
2003	Não Proliferação Nuclear	A/RES/58/47	EUA N; BR ARG A
2003	Zona Livre de Armas Nucleares Hemisfério Sul	A/RES/58/49	EUA N
2003	Armas Nucleares Táticas	A/RES/58/50	EUA N
2003	Zonas Livres de Armas Nucleares	A/RES/58/51	EUA N

2003	Minas Terrestres	A/RES/58/53	EUA A
2003	Desarmamento Nuclear	A/RES/58/56	EUA N ARG A
2003	Desarmamento Geral e Completo	A/RES/58/59	EUA N BR A
2003	Uso de Armas Nucleares	A/RES/58/64	EUA N ARG A
2003	Proliferação Nuclear Oriente Médio	A/RES/58/68	EUA N
2003	Testes de Armas Nucleares	A/RES/58/71	EUA N
2003	UNRWA	A/RES/58/91	EUA A
2003	UNRWA	A/RES/58/92; A/RES/58/93; A/RES/58/94	EUA N
2003	Territórios Ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/58/96	EUA N ARG A
2003	Territórios Ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/58/97; A/RES/58/98; A/RES/58/99	EUA N
2003	Territórios Ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/58/100	EUA A
2003	Territórios Tutelados	A/RES/58/102	EUA A
2003	Territórios Tutelados	A/RES/58/103	EUA N
2003	Descolonização	A/RES/58/104	EUA A
2003	Descolonização	A/RES/58/110; A/RES/58/111	EUA N
2003	Direitos da Criança	A/RES/58/155; A/RES/58/157	EUA N
2003	Discriminação Racial	A/RES/58/160	EUA N
2003	Autodeterminação dos Povos	A/RES/58/161	EUA A
2003	Autodeterminação dos Povos	A/RES/58/162; A/RES/58/163	EUA N
2003	Avanço Direitos Humanos	A/RES/58/171; A/RES/58/172; A/RES/58/173; A/RES/58/179; A/RES/58/186	EUA N
2003	Direitos Humanos- Terrorismo	A/RES/58/174	EUA N; BR ARG A
2003	Avanço Direitos Humanos	A/RES/58/188	EUA N; BR ARG A
2003	Avanço Direitos Humanos	A/RES/58/189	EUA ARG N
2003	Avanço Direitos Humanos	A/RES/58/192	EUA N ARG A

2003	Avanço Direitos Humanos	A/RES/58/193	EUA N BR A
2003	Report Direitos Humanos	A/RES/58/194	BR A
2003	Report Direitos Humanos	A/RES/58/195	ARG A
2003	Comércio Internacional	A/RES/58/198;	EUA N
2003	Territórios Ocupados por Israel- Recursos Naturais	A/RES/58/229	EUA N
2003	Avanço Mulheres	A/RES/58/244	EUA N
2003	Direitos da Criança	A/RES/58/245	EUA N; BR ARG A
2003	Questão Palestina	A/RES/58/292	EUA N
2004	Banimento de Testes Nucleares	A/RES/59/6	EUA N
2004	Embargo Cuba	A/RES/59/11	EUA N
2004	Questão Palestina	A/RES/59/28; A/RES/59/29; A/RES/59/30; A/RES/59/31	EUA N
2004	Situação Oriente Médio	A/RES/59/32; A/RES/59/33	EUA N
2004	Estados não nuclearmente armados	A/RES/59/64	EUA BR ARG A
2004	Corrida Armamentista espaço	A/RES/59/65	EUA A
2004	Mísseis Balísticos	A/RES/59/67; A/RES/59/67	EUA N ARG A
2004	Acordos de Desarmamento	A/RES/59/68	EUA N
2004	Armas Químicas e Biológicas	A/RES/59/70	EUA A
2004	Desarmamento Nuclear	A/RES/59/76; A/RES/59/77	EUA N ARG A
2004	Desarmamento e Desenvolvimento	A/RES/59/78	EUA N
2004	Não proliferação nuclear	A/RES/59/79	EUA N ARG A
2004	Desarmamento Geral e Completo	A/RES/59/81	EUA N
2004	Uso de Armas Nucleares	A/RES/59/83	EUA N
2004	Minas Terrestres	A/RES/59/84	EUA A
2004	Zona Livre de Armas Nucleares Hemisfério Sul	A/RES/59/85	EUA N
2004	Uso de Armas Nucleares	A/RES/59/102	EUA N ARG A
2004	Proliferação Nuclear Oriente Médio	A/RES/59/106	EUA N

2004	Testes com Armas Nucleares	A/RES/59/109	EUA N
2004	UNRWA	A/RES/59/117	EUA A
2004	UNRWA	A/RES/59/118; A/RES/59/119; A/RES/59/120	EUA N
2004	Territórios Ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/59/121	EUA N ARG A
2004	Territórios Ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/59/122; A/RES/59/123; A/RES/59/124	EUA N
2004	Territórios Ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/59/125	EUA A
2004	Territórios Tutelados	A/RES/59/127	EUA A
2004	Territórios Tutelados	A/RES/59/128	EUA N
2004	Descolonização	A/RES/59/129	EUA A
2004	Descolonização	A/RES/59/131	EUA BR ARG A
2004	Descolonização	A/RES/59/135; A/RES/59/136	EUA N
2004	Direitos da Criança	A/RES/59/173	EUA N
2004	Discriminação Racial	A/RES/59/177	EUA N
2004	Autodeterminação dos Povos	A/RES/59/178; A/RES/59/179	EUA N
2004	Direitos Humanos	A/RES/59/181; A/RES/59/184	EUA N ARG A
2004	Avanço Direitos Humanos	A/RES/59/185; A/RES/59/188; A/RES/59/202; A/RES/59/203; A/RES/59/204	EUA N
2004	Avanço Direitos Humanos	A/RES/59/193	EUA N ARG A
2004	Avanço Direitos Humanos	A/RES/59/195	EUA N; BR ARG A
2004	Report Direitos Humanos	A/RES/59/205	EUA N; BR ARG A
2004	Report Direitos Humanos	A/RES/59/207	BR A
2004	Comércio Internacional	A/RES/59/221	EUA N
2004	Avanço Mulheres	A/RES/59/260	EUA N
2004	Clones Humanos	A/RES/59/280	BR N ARG A
2004	Força da ONU no Líbano	A/RES/59/307	EUA N

2005	Embargo Cuba	A/RES/60/12	EUA N
2005	Questão Palestina	A/RES/60/37; A/RES/60/39; A/RES/60/40; A/RES/60/41	EUA N
2005	Informação- Segurança Internacional	A/RES/60/45	EUA N
2005	Armas de destruição em massa	A/RES/60/46	EUA N
2005	Zona de Paz Oceano Índico	A/RES/60/48	EUA N
2005	Ciência e Tecnologia- Segurança Internacional	A/RES/60/51	EUA N; BR ARG A
2005	Estados não nuclearmente armados	A/RES/60/53	EUA BR ARG A
2005	Corrida Armamentista Espaço	A/RES/60/54	EUA N
2005	Desarmamento Geral e Completo	A/RES/60/56; A/RES/60/58; A/RES/60/60; A/RES/60/61; A/RES/60/65; A/RES/60/66; A/RES/60/68; A/RES/60/76; A/RES/60/79	EUA N
2005	Desarmamento Geral e Completo	A/RES/60/59; A/RES/60/70; A/RES/60/72	EUA N ARG A
2005	Desarmamento Geral e Completo	A/RES/60/80	EUA A
2005	Desarmamento	A/RES/60/88	EUA N ARG A
2005	Proliferação Nuclear Oriente Médio	A/RES/60/92	EUA N
2005	Testes Armas Nucleares	A/RES/60/95	EUA N
2005	UNRWA	A/RES/60/100	EUA A
2005	UNRWA	A/RES/60/101; A/RES/60/102; A/RES/60/103	EUA N
2005	Territórios Ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/60/104	EUA N ARG A
2005	Territórios Ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/60/105; A/RES/60/106; A/RES/60/107	EUA N
2005	Territórios Ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/60/108	EUA A

2005	Territórios Tutelados	A/RES/60/110	EUA A
2005	Territórios Tutelados	A/RES/60/111	EUA N
2005	Descolonização	A/RES/60/118; A/RES/60/119; A/RES/60/120	EUA N
2005	Discriminação Racial	A/RES/60/143 A/RES/60/144;	EUA N
2005	Autodeterminação dos Povos	A/RES/60/146	EUA N
2005	Avanço Direitos Humanos	A/RES/60/150; A/RES/60/155; A/RES/60/157; A/RES/60/165	EUA N
2005	Avanço Direitos Humanos	A/RES/60/152	EUA N BR A
2005	Avanço Direitos Humanos	A/RES/60/163; A/RES/60/164	EUA N ARG A
2005	Report Direitos Humanos	A/RES/60/170; A/RES/60/171	BR A
2005	Territórios Ocupados por Israel- Recursos Naturais	A/RES/60/183	EUA N
2005	Comércio Internacional	A/RES/60/184; A/RES/60/185	EUA N
2005	Desertificação Tratados	A/RES/60/200	EUA N
2005	Avanço Mulheres	A/RES/60/229; A/RES/60/230	EUA N
2005	Direitos da Criança	A/RES/60/231	EUA N
2005	Millenium Summit	A/RES/60/251	EUA N
2005	Administração ONU	A/RES/60/260	EUA N
2006	Embargo Cuba	A/RES/61/11	EUA N
2006	Questão Palestina	A/RES/61/22; A/RES/61/23; A/RES/61/24; A/RES/61/25; A/RES/61/26	EUA N
2006	Situação Oriente Médio	A/RES/61/27	EUA N
2006	Banimento de Testes Nucleares	A/RES/61/47	EUA N
2006	Informação- Segurança Internacional	A/RES/61/54	EUA N
2006	Ciência e Tecnologia- Segurança Internacional	A/RES/61/55	EUA N; BR ARG A

2006	Estados não nuclearmente armados	A/RES/61/57	EUA N ARG A
2006	Corrida armamentista espaço	A/RES/61/58	EUA N
2006	Mísseis balísticos	A/RES/61/59	EUA N
2006	Desarmamento	A/RES/61/60; A/RES/61/63	EUA N
2006	Armas Químicas e Biológicas	A/RES/61/61	EUA A
2006	Multilateralismo- Desarmamento	A/RES/61/62	EUA N
2006	Desarmamento e Desenvolvimento	A/RES/61/64	EUA N
2006	Desarmamento Nuclear	A/RES/61/65	EUA N
2006	Tráfico de Armas Leves	A/RES/61/66	EUA N
2006	Desarmamento Geral e Completo	A/RES/61/67; A/RES/61/74; A/RES/61/89	EUA N
2006	Zona Livre de Armas Nucleares Hemisfério Sul	A/RES/61/69	EUA N
2006	Armas Convencionais	A/RES/61/72	EUA N
2006	Espaço- construção de confiança	A/RES/61/75	EUA N
2006	Paz- Desarmamento Convencional	A/RES/61/76	EUA N
2006	Desarmamento Nuclear	A/RES/61/78	EUA N
2006	Uso de Armas Nucleares	A/RES/61/83	EUA N
2006	Minas Terrestres	A/RES/61/84	EUA A
2006	Não proliferação nuclear	A/RES/61/85	EUA N ARG A
2006	Uso de Armas Nucleares	A/RES/61/97	EUA N
2006	Proliferação Nuclear Oriente Médio	A/RES/61/103	EUA N
2006	Testes de Armas Nucleares	A/RES/61/104	EUA N
2006	UNRWA	A/RES/61/112	EUA A
2006	UNRWA	A/RES/61/113; A/RES/61/114; A/RES/61/115	EUA N
2006	Territórios Ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/61/116; A/RES/61/117; A/RES/61/118; A/RES/61/119	EUA N ARG A
2006	Territórios Ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/61/120	EUA A

2006	Territórios Tutelados	A/RES/61/122	EUA A
2006	Territórios Tutelados	A/RES/61/123	EUA N
2006	Descolonização	A/RES/61/125	EUA BR A
2006	Descolonização	A/RES/61/128A- B	EUA A
2006	Descolonização	A/RES/61/129; A/RES/61/130	EUA N
2006	Assistência aos Palestinos	A/RES/61/135	EUA A
2006	Discriminação Racial	A/RES/61/147; A/RES/61/149	EUA N
2006	Autodeterminação dos Povos	A/RES/61/151; A/RES/61/152	EUA N
2006	Avanço Direitos Humanos	A/RES/61/154; A/RES/61/162; A/RES/61/163; A/RES/61/164; A/RES/61/169; A/RES/61/170	EUA N
2006	Avanço Direitos Humanos	A/RES/61/156; A/RES/61/159	EUA N BR A
2006	Avanço Direitos Humanos	A/RES/61/160	EUA N ARG A
2006	Avanço Direitos Humanos	A/RES/61/166	EUA ARG N
2006	Avanço Direitos Humanos	A/RES/61/173	EUA A
2006	Reports Direitos Humanos	A/RES/61/175; A/RES/61/176	BR A
2006	Reports Conselho de Direitos Humanos	A/RES/61/178	EUA BR ARG A
2006	Territórios Ocupados por Israel- Recursos Naturais	A/RES/61/184	EUA N
2006	Comércio Internacional	A/RES/61/186	EUA N
2006	Implementação Agenda 21	A/RES/61/194	EUA N
2006	Descolonização	A/RES/61/231	EUA N ARG A
2006	Força da ONU no Líbano	A/RES/61/250A	EUA N
2006	Report Conselho de Direitos Humanos	A/RES/61/295	EUA N
2007	Embargo Cuba	A/RES/62/3	EUA N
2007	Zona de Paz Oceano Índico	A/RES/62/14	EUA N
2007	Informação- Segurança Internacional	A/RES/62/17	EUA N
2007	Estados não nuclearmente armados	A/RES/62/19	EUA N ARG A

2007	Corrida Armamentista espaço	A/RES/62/20	EUA N
2007	Não proliferação nuclear	A/RES/62/24	EUA N
2007	Desarmamento Nuclear	A/RES/62/25	EUA N
2007	Multilateralismo- Desarmamento	A/RES/62/27	EUA N
2007	Desarmamento	A/RES/62/28; A/RES/62/29	EUA N
2007	Desarmamento Geral e Completo	A/RES/62/30; A/RES/62/31; A/RES/62/36; A/RES/62/37	EUA N
2007	Não proliferação nuclear	A/RES/62/32	EUA N ARG A
2007	Zona Livre de Armas Nucleares Hemisfério Sul	A/RES/62/35	EUA N
2007	Uso de Armas Nucleares	A/RES/62/39	EUA N
2007	Minas Terrestres	A/RES/62/41	EUA A
2007	Desarmamento Nuclear	A/RES/62/42	EUA N
2007	Espaço- construção de confiança	A/RES/62/43	EUA N
2007	Tráfico de Armas Leves	A/RES/62/47	EUA N
2007	Desarmamento e Desenvolvimento	A/RES/62/48	EUA N
2007	Anemia Falciforme	A/RES/62/51	EUA N
2007	Proliferação Nuclear Oriente Médio	A/RES/62/56	EUA N
2007	Testes com Armas Nucleares	A/RES/62/59	EUA N
2007	Questão Palestina	A/RES/62/80; A/RES/62/81; A/RES/62/82; A/RES/62/83; A/RES/62/84	EUA N
2007	Situação Oriente Médio	A/RES/62/85	EUA N
2007	UNRWA	A/RES/62/102	EUA A
2007	UNRWA	A/RES/62/103; A/RES/62/104; A/RES/62/105	EUA N
2007	Territórios Ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/62/106	EUA N ARG A
2007	Territórios Ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/62/107; A/RES/62/108	EUA N

2007	Territórios Ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/62/109; A/RES/62/110	EUA A
2007	Territórios Tutelados	A/RES/62/112	EUA A
2007	Territórios Tutelados	A/RES/62/113	EUA N
2007	Descolonização	A/RES/62/114	EUA ARG A
2007	Descolonização	A/RES/62/120	EUA A
2007	Direitos da Criança	A/RES/62/141	EUA N
2007	Discriminação Racial	A/RES/62/142; A/RES/62/143	EUA N
2007	Autodeterminação dos Povos	A/RES/62/145; A/RES/62/146	EUA N
2007	Avanço Direitos Humanos	A/RES/62/149; A/RES/62/161; A/RES/62/162; A/RES/62/164	EUA N
2007	Avanço Direitos Humanos	A/RES/62/151	EUA N BR A
2007	Avanço Direitos Humanos	A/RES/62/154; A/RES/62/166	EUA N; BR ARG A
2007	Avanço Direitos Humanos	A/RES/62/163	EUA N ARG A
2007	Report Direitos Humanos	A/RES/62/168; A/RES/62/169	BR A
2007	Territórios Ocupados por Israel- Recursos Naturais	A/RES/62/181	EUA N
2007	Comércio Internacional	A/RES/62/183; A/RES/62/184	EUA N
2007	Desenvolvimento Sustentável	A/RES/62/188	EUA N
2007	Desarmamento	A/RES/62/216	EUA A
2007	Avanço Mulheres	A/RES/62/218	EUA N
2007	Conselho de Direitos Humanos	A/RES/62/219	EUA N
2007	Discriminação Racial	A/RES/62/220	EUA N
2007	Orçamento	A/RES/62/236; A/RES/62/241	EUA N
2007	Situação Azerbaijão	A/RES/62/243	EUA N; BR ARG A
2007	Guam	A/RES/62/249	ARG A
2007	Millenium Summit	A/RES/62/270	EUA N
2008	Opinião CIJ Independência Kosovo	A/RES/63/3	EUA N

2008	Embargo Cuba	A/RES/63/7	EUA N
2008	Banimento de Testes Nucleares	A/RES/63/13	EUA N
2008	Questão Palestina	A/RES/63/26; A/RES/63/27; A/RES/63/28; A/RES/63/29	EUA N
2008	Situação Oriente Médio	A/RES/63/30; A/RES/63/31	EUA N
2008	Desarmamento	A/RES/63/36	EUA N
2008	Informação- Segurança Internacional	A/RES/63/37	EUA N
2008	Estados não nuclearmente armados	A/RES/63/39	EUA N ARG A
2008	Corrida Armamentista espaço	A/RES/63/40	EUA N
2008	Desarmamento Nuclear	A/RES/63/41; A/RES/63/46; A/RES/63/58	EUA N
2008	Minas Terrestres	A/RES/63/42	EUA A
2008	Não proliferação nuclear	A/RES/63/47	EUA N ARG A
2008	Uso de Armas Nucleares	A/RES/63/49	EUA N ARG A
2008	Multilateralismo- Desarmamento	A/RES/63/50	EUA N
2008	Desarmamento Geral e Completo	A/RES/63/53	EUA A
2008	Urânio	A/RES/63/54	EUA N
2008	Mísseis Balísticos	A/RES/63/55	EUA N
2008	Zona Livre de Armas Nucleares Ásia Central	A/RES/63/63	EUA N
2008	Zona Livre de Armas Nucleares Hemisfério Sul	A/RES/63/65	EUA N
2008	Espaço -Construção de Confiança	A/RES/63/68	EUA N
2008	Tráfico de Armas Leves	A/RES/63/72	EUA N
2008	Desarmamento Geral e Completo	A/RES/63/73; A/RES/63/240	EUA N
2008	Uso de Armas Nucleares	A/RES/63/75	EUA N
2008	Proliferação Nuclear Oriente Médio	A/RES/63/84	EUA N
2008	Testes Armas Nucleares	A/RES/63/87	EUA N
2008	UNRWA	A/RES/63/91	EUA A
2008	UNRWA	A/RES/63/92;	EUA N

		A/RES/63/93; A/RES/63/94	
2008	Territórios Ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/63/95	EUA N ARG A
2008	Territórios Ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/63/96; A/RES/63/97; A/RES/63/98	EUA N
2008	Territórios Ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/63/99	EUA A
2008	Territórios Tutelados	A/RES/63/101	EUA A
2008	Territórios Tutelados	A/RES/63/102	EUA N
2008	Descolonização	A/RES/63/103	EUA N ARG A
2008	Descolonização	A/RES/63/109; A/RES/63/110	EUA N
2008	Reports Conselho de Direitos Humanos	A/RES/63/160	EUA N; BR ARG A
2008	Discriminação Racial	A/RES/63/162	EUA N
2008	Autodeterminação dos Povos	A/RES/63/164; A/RES/63/165	EUA N
2008	Avanço Direitos Humanos	A/RES/63/167; A/RES/63/189	EUA N ARG A
2008	Avanço Direitos Humanos	A/RES/63/168; A/RES/63/178; A/RES/63/179; A/RES/63/187; A/RES/63/188	EUA N
2008	Avanço Direitos Humanos	A/RES/63/171	EUA N; BR ARG A
2008	Avanço Direitos Humanos	A/RES/63/176	EUA N BR A
2008	Avanço Direitos Humanos	A/RES/63/182	EUA A
2008	Reports Direitos Humanos	A/RES/63/190; A/RES/63/191	BR A
2008	Territórios Ocupados por Israel- Recursos Naturais	A/RES/63/201	EUA N
2008	Desenvolvimento Sustentável	A/RES/63/211	EUA N
2008	Globalização	A/RES/63/224	EUA N
2008	Direitos da Criança	A/RES/63/241	EUA N
2008	Discriminação Racial	A/RES/63/242	EUA N
2008	Força da ONU no Líbano	A/RES/63/298	EUA N

2008	Guam	A/RES/63/307	BR ARG A
2009	Embargo Cuba	A/RES/64/6	EUA N
2009	Reports Conselho de Direitos Humanos	A/RES/64/10	EUA N
2009	Questão Palestina	A/RES/64/16; A/RES/64/17; A/RES/64/18; A/RES/64/19	EUA N
2009	Situação Oriente Médio	A/RES/64/20; A/RES/64/21	EUA N
2009	Zona de Paz Oceano Índico	A/RES/64/23	EUA N
2009	Estados não nuclearmente armados	A/RES/64/27	EUA ARG A
2009	Corrida Armamentista espaço	A/RES/64/28	EUA A
2009	Não proliferação nuclear	A/RES/64/31	EUA N
2009	Multilateralismo- Desarmamento	A/RES/64/34	EUA N
2009	Não proliferação nuclear	A/RES/64/37	EUA N ARG A
2009	Área Livre de Armas Nucleares- Sudeste Asiático	A/RES/64/39	EUA A
2009	Zona Livre de Armas Nucleares Hemisfério Sul	A/RES/64/44	EUA N
2009	Desarmamento Geral e Completo	A/RES/64/52; A/RES/64/56	EUA A
2009	Desarmamento Nuclear	A/RES/64/53; A/RES/64/57	EUA N
2009	Uso de Armas Nucleares	A/RES/64/55; A/RES/64/59	EUA N
2009	Proliferação Nuclear Oriente Médio	A/RES/64/66	EUA N
2009	UNRWA	A/RES/64/87	EUA A
2009	UNRWA	A/RES/64/88; A/RES/64/89; A/RES/64/90	EUA N
2009	Territórios Ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/64/91	EUA N ARG A
2009	Territórios Ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/64/92; A/RES/64/93; A/RES/64/94	EUA N
2009	Territórios Ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/64/95	EUA A

2009	Territórios Tutelados	A/RES/64/97; A/RES/64/98	EUA A
2009	Descolonização	A/RES/64/99	EUA ARG A
2009	Descolonização	A/RES/64/105; A/RES/64/106	EUA N
2009	Discriminação Racial	A/RES/64/147; A/RES/64/148	EUA N
2009	Autodeterminação dos Povos	A/RES/64/150; A/RES/64/151	EUA N
2009	Avanço Direitos Humanos	A/RES/64/156	EUA N; BR ARG A
2009	Avanço Direitos Humanos	A/RES/64/157	EUA N ARG A
2009	Avanço Direitos Humanos	A/RES/64/160	EUA N BR A
2009	Avanço Direitos Humanos	A/RES/64/170; A/RES/64/172; A/RES/64/173; A/RES/64/174	EUA N
2009	Reports Direitos Humanos	A/RES/64/175; A/RES/64/176; A/RES/64/238	BR A
2009	Territórios Ocupados por Israel- Recursos Naturais	A/RES/64/185	EUA N
2009	Comércio Internacional	A/RES/64/188; A/RES/64/189	EUA N
2009	Desenvolvimento Sustentável	A/RES/64/195	EUA N
2009	Globalização	A/RES/64/209	EUA A
2009	Reports Conselho de Direitos Humanos	A/RES/64/254	EUA N
2009	Força da ONU no Líbano	A/RES/64/282	EUA N
2009	Conferências ONU	A/RES/64/292	EUA A
2009	Guam	A/RES/64/296	BR ARG A
2010	Embargo Cuba	A/RES/65/6	EUA N
2010	Questão Palestina	A/RES/65/13; A/RES/65/14; A/RES/65/15; A/RES/65/16	EUA N
2010	Situação Oriente Médio	A/RES/65/17; A/RES/65/18	EUA N
2010	Estados não nuclearmente armados	A/RES/65/43	EUA ARG A
2010	Corrida Armamentista espaço	A/RES/65/44	EUA A
2010	Desarmamento Geral e Completo	A/RES/65/48	EUA A

2010	Zona Livre de Armas Nucleares- Ásia Central	A/RES/65/49	EUA N
2010	Armas Químicas e Biológicas	A/RES/65/51	EUA A
2010	Multilateralismo- Desarmamento	A/RES/65/54	EUA N
2010	Urânio	A/RES/65/55	EUA N
2010	Desarmamento Nuclear	A/RES/65/56; A/RES/65/59	EUA N
2010	Zona Livre de Armas Nucleares Hemisfério Sul	A/RES/65/58	EUA N
2010	Não Proliferação Nuclear	A/RES/65/60	EUA N ARG A
2010	Desarmamento	A/RES/65/66	EUA A
2010	Espaço- Construção de confiança	A/RES/65/68	EUA A
2010	Desarmamento Geral e Completo	A/RES/65/71	EUA N
2010	Eliminação de Armas Nucleares	A/RES/65/72	BR A
2010	Uso de Armas Nucleares	A/RES/65/76; A/RES/65/80	EUA N
2010	Proliferação Nuclear Oriente Médio	A/RES/65/88	EUA N
2010	UNRWA	A/RES/65/98	EUA A
2010	UNRWA	A/RES/65/99; A/RES/65/100; A/RES/65/101	EUA N
2010	Territórios Ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/65/102	EUA N ARG A
2010	Territórios Ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/65/103; A/RES/65/104; A/RES/65/105	EUA N
2010	Territórios Ocupados por Israel- Direitos Humanos	A/RES/65/106	EUA A
2010	Territórios Tutelados	A/RES/65/109	EUA N
2010	Descolonização	A/RES/65/110	EUA ARG A
2010	Descolonização	A/RES/65/116; A/RES/65/117; A/RES/65/118; A/RES/65/119	EUA N
2010	Desenvolvimento Sustentável	A/RES/65/147	EUA N
2010	Territórios Ocupados por Israel- Recursos	A/RES/65/179	EUA N

	Naturais		
2010	Reports Conselho de Direitos Humanos	A/RES/65/195	EUA ARG A
2010	Discriminação Racial	A/RES/65/199; A/RES/65/240	EUA N
2010	Autodeterminação do Povos	A/RES/65/202; A/RES/65/203	EUA N
2010	Avanço Direitos Humanos	A/RES/65/206; A/RES/65/216; A/RES/65/217; A/RES/65/219; A/RES/65/222	EUA N
2010	Avanço Direitos Humanos	A/RES/65/208	EUA A
2010	Avanço Direitos Humanos	A/RES/65/223	EUA N ARG A
2010	Avanço Direitos Humanos	A/RES/65/224	EUA ARG N BR A
2010	Reports Direitos Humanos	A/RES/65/226; A/RES/65/241	BR A

Nota- A- Abstensão; N- Voto contra;

OBSERVAÇÃO:

Membros que não votaram:

Argentina- A/RES/45/44; A/RES/45/78B; A/RES/45/78A; A/RES/46/41A, A/RES/46/41B;
A/RES/47/146; A/RES/47/172; A/RES/48/80; A/RES/50/56; A/RES/64/160

Brasil- A/RES/45/74C; A/RES/45/78A; A/RES/46/41A; A/RES/47/57; A/RES/48/15;
A/RES/48/80; A/RES/50/70Q; A/RES/51/45A; A/RES/62/249; A/RES/64/282

EUA- A/RES/45/78B; A/RES/45/78A, A/RES/46/41A, A/RES/46/41B; A/RES/46/216;
A/RES/47/57; A/RES/48/80; A/RES/60/112; A/RES/65/272

TABELA 9- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO

	BRASIL-EUA	ARGENTINA-EUA	BRASIL- ARGENTINA
Casos	14	7	3

TABELA 10- DEMANDADOS E DEMANDANTES

Estado demandado	BRASIL	ARGENTINA	ESTADOS UNIDOS
Brasil	X	1	4
Argentina	2	X	4
Estados Unidos	10	3	X

Argentina- Estados Unidos

A Argentina acionou os Estados Unidos em 3 ocasiões.